



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM: ANÁLISE DA INTERVENTORIA DE
RUY CARNEIRO NO ESTADO DA PARAÍBA (1940-1945)**

Jean Patrício da Silva

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Monique Guimarães Cittadino
Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: História Regional

João Pessoa - PB
Agosto de 2013

**A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM: ANÁLISE DA INTERVENTORIA DE
RUY CARNEIRO NO ESTADO DA PARAÍBA (1940-1945)**

Jean Patrício da Silva

Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Prof. Dr^a Monique Guimarães Cittadino

Linha de Pesquisa: História Regional

João Pessoa – PB
Agosto de 2013

S586c *Silva, Jean Patrício da.*
A construção de uma nova ordem: análise da
interventoria de Rui Carneiro no estado da Paraíba
(1940-1945) / Jean Patrício da Silva.- João Pessoa,
2013.
164f. : il.
Orientadora: Monique Guimarães Cittadino
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA
1. História - Paraíba. 2. História regional. 3.
Estado novo. 4. Centralização. 5. Reformas.

**A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM: ANÁLISE DA INTERVENTORIA DE
RUY CARNEIRO NO ESTADO DA PARAÍBA (1940-1945)**

Jean Patrício da Silva

BANCA EXAMINDORA

Prof.^a Dr.^a Monique Guimarães Cittadino
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB
Orientadora

Prof. Dr. João Marcos Leitão Santos
Programa de Pós-Graduação em História – UFCG
Examinador Externo

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB
Examinador Interno

Prof. Dr. Damião de Lima
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB
Suplente Interno

Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Sousa
Programa de Pós-Graduação em História – UFCG
Suplente Externo.

A meu pai, Raimundo Patrício da Cruz (*In memoriam*) e a minha mãe Genilda Patrício da Silva, que souberam compreender os desafios da história. Dedico.

AGRADECIMENTOS

O processo de pesquisa, análise e escrita de um trabalho requer muita paciência, cuidado e determinação. Escrever um texto está além do trabalho em si. Ao longo deste período, fui muito mais um pesquisador e escritor, do que propriamente um filho ou um namorado presente.

Aos meus pais, pela educação, apoio e incentivo durante toda esta jornada. Por entender as minhas ausências nas reuniões de família, feriados e domingos. Em particular a minha mãe, que acompanhou de perto todo este processo.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, pela oportunidade de poder desenvolver esta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa concedida.

À minha orientadora, professora Dr.^a Monique Guimarães Cittadino, por ter conduzido esta pesquisa com exímia maestria. A maneira informal, amiga, porém, extremamente profissional, criteriosa e exigente, foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Ao Arquivo Público Estadual, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Núcleo de documentação de história regional, e acervo de obras raras paraibanas da Universidade Federal da Paraíba pela colaboração durante os percursos da pesquisa.

Aos professores do PPGH-UFPB pelas sugestões e debates nas aulas. Um agradecimento especial aos professores Ângelo Emílio Pessoa, Claudia Cury, Raimundo Barroso, Damião Lima, Regina Behar, Serioja Mariano e Telma Dias Fernandes.

Aos colegas de turma que contribuíram fazendo críticas construtivas e sugestões durante os semestres em que estivemos juntos. Em particular gostaria de mencionar a amiga Erica Lins e Júlio, que sempre estiveram ao meu lado nesta longa caminhada, demonstrando ética, seriedade e responsabilidade na convivência.

Ao professor José Octavio de Arruda Melo, pelo constante incentivo, apoio, e pelos calorosos debates de final de tarde, que muito enriqueceu e engradeceu este trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande pela acolhida, em especial ao professor João Marcos que, nos ofereceu importantes contribuições na disciplina poder político e representações (cursada no semestre 2011.2) e na

defesa do nosso trabalho, agora em 2013. E a minha distinta amiga Sara, que sempre nos ajudou com as questões burocráticas.

Aos professores Regina Behar e Antônio Clarindo pelas importantes sugestões e críticas ao texto. Seja no seminário de dissertação, ou na qualificação.

Ao professor Paulo Giovani, pela importante contribuição, seja na qualificação, no estágio a docência, e na defesa. Parabéns pelo valoroso profissional que eh, competente e dinâmico.

Ao presidente do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Joaquim Osterne Carneiro, por ter oferecido ricas informações acerca da família e do próprio Ruy Carneiro.

À amiga Juliana, professora e mestra por estar presente em todas as etapas desta pesquisa. Desde o projeto embrionário até a leitura, sugestão e correção do texto. Obrigado pela paciência, atenção e o carinho.

A minha querida prima Waldenyra, pelo apoio que tive não só no início do trabalho, mas também ao longo de anos de convivência. Apesar da distância, saiba que este trabalho também é seu.

Aos meus familiares pela confiança e incentivo. A minha querida irmã Rejane que sempre me incentivou, ajudando a administrar nosso lar, um tanto abandonado por mim, durante estes longos dois anos. A meu cunhado Valdevino pela amizade, e aos meus maravilhosos sobrinhos Yuri e Yasmim. Que este trabalho os incentive a fazer outros no decorrer de suas vidas.

A minha amiga Anna Claudia, pelo apoio e incentivo que tive em particular nas minhas idas a Campina Grande.

Aos meus distintos coordenadores Elizabeth Alcoforado; Arthur Souto, Valdenia e Raissa Sena, pela compreensão e paciência durante este período. Conciliar trabalho, com pesquisa e literalmente um desafio.

Ao amigo José Rodrigo, pelas constantes conversas e troca de experiências e angústias.

Aos meus alunos, de ontem e de hoje, pela rica convivência.

Por fim, ao meu amor, Gisele. Sem sua paciência, calma e determinação, realmente este trabalho não teria sido concluído. Estendo meus agradecimentos a seus pais, Francisco e Francisca. Pela amizade e acolhida, que me ofereceram a tranquilidade necessária para a conclusão deste trabalho.

“Viver é um jogo infinito, viver não é aprisionar o futuro, viver não é impedir que o futuro aconteça, viver não é ter medo do imprevisível, pelo contrário, o jogo da vida é um jogo infinito e o encanto é justamente aceitar o desafio do imprevisível, é saber que nada está escrito, e que o amanhã ninguém poderá dizer como será, mas que nós podemos apostar no amanhã com o qual nós queremos nos comprometer, porque é o amanhã que gostaríamos de ter vivido hoje”.

J.J Calomon de Passos

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo principal identificar as ações do período do Estado Novo na Paraíba, em especial, o período da Interventoria de Ruy Carneiro, entre 1940 a 1945. Desse modo, buscar-se-á analisar no âmbito do processo de centralização do Estado a reforma burocrática – administrativa, sob a perspectiva das relações de poder estabelecidas depois do movimento golpista intitulado de “Estado-Novo” de 1937. Este estudo vem contribuir com a historiografia local citando as relações desta reforma no aparelho estatal em consonância com a linha programática de ação da Interventoria. Os poucos estudos que perpassam o período 1940-1945 não abordam de forma sistematizada a interventoria de Ruy Carneiro. No geral, o que se conhece sobre este período, na Paraíba, só nos chegou pelos noticiários dos jornais da época e por documentos, relatórios, decretos ou pequenos textos com temas específicos. Como contribuição à historiografia local, esta pesquisa procura aprofundar-se em estudos sobre as interventorias paraibanas do período Vargas, especificamente, a de Ruy Carneiro.

Palavras-Chave: Estado Novo, Centralização, Reformas.

ABSTRACT

This study aims to identify the main actions of the period of the New State in Paraíba, in particular, the period of the Ruy Carneiro's Government, between 1940-1945. Thus, it will seek to analyze the process of centralization of the state and the bureaucratic reform - administrative, from the perspective of power relations established after the coup movement entitled "New State" of 1937. This study contributes to the local historiography citing the relations between this reform in the state apparatus in accordance with the programmatic line of action of the Government. The few studies that underlie the period 1940-1945 do not address in a systematic way the Government of Ruy Carneiro. Overall, what is known about this period, in the state of Paraíba, the news came only in the newspapers of the time and documents, reports, decrees or small texts with specific themes. As a contribution to the local historiography, this research seeks to delve into research on local governments Vargas period, specifically the Ruy Carneiro's Government.

Key-words: New State, Centralization, Reform.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras

Fig. 1 – Divisão territorial do Estado da Paraíba em 2013, destacando-se os municípios de Catolé do Rocha e Pombal.....	33
Fig. 2 – Imagem do sobrado onde no primeiro andar em 1930, funcionava o Jornal “Correio da Manhã” de propriedade de João Vieira Carneiro.....	36
Fig. 3 – Divisão Territorial da Paraíba em 1940.....	60
Fig. 4 – Flagrante da solenidade da assinatura do termo de posse de Ruy Carneiro como Interventor Federal.....	67
Fig. 5 – Notícia de capa do Jornal “A União” de 23 de dezembro de 1940.....	88
Fig. 6 – Membros do departamento administrativo.....	123
Fig. 7- Exemplar de parecer emitido pelo departamento administrativo estadual.....	126
Fig. 8- Instalação da Comissão de Negócios Municipais.....	129
Fig.9- Mapa demonstrativo dos atos expedidos pela interventoria, referentes à pessoal no ano de 1943.....	151

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Deputados Federais eleitos no pleito de 1934	51
Tabela 2 – Área segundo os municípios.....	61
Tabela 3 – Produção Agrícola do Estado: Resumo das médias anuais, nos quinquênios, 1933-1937.....	62
Tabela 4- Frequência média de ensino primário geral e seus respectivos percentuais entre os anos de 1932 a 1949.....	65
Tabela 05- Perfil dos secretários integrantes do governo Ruy Carneiro.....	73
Tabela 06- Prefeitos nomeados por Ruy Carneiro em agosto de 1940.....	75
Tabela 07- Dívida em agosto de 1940 liquidada no exercício de 1941.....	99
Tabela 08- Comparação entre a arrecadação e a despesa de pessoal realizada no período de 1932 a 1942.....	100
Tabela 09- Despesa realizada, classificada por elementos, números totais e percentuais no exercício de 1941.....	100

Tabela 10- Despesa realizada classificada por serviços. Exercício de 1941.....	101
--	-----

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Organograma contendo os descendentes de Ruy Carneiro	34
Gráfico 02: Comparativo entre receita e despesa exercícios de 1934 a 1943.....	102
Gráfico 03- Cadastro de cargos e funções na administração estadual no período de 1942....	150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PSD – Partido Social Democrático

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação de História Regional

IOCS – Instituto de Obras Contra as Secas

IFOCS – Instituto Federal de Obras Contra as Secas

PP – Partido Progressista

PRL – Partido Republicano Libertador

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SAS – Serviço de Assistência Social

AIB – Ação Integralista Brasileira

LBA – Legião Brasileira de Assistência

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DAE – Departamento Administrativo do Estado

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

DSP – Departamento do Serviço Público

CAE – Conselho Administrativo Estadual

CFSPC – Conselho Federal do Serviço Público Civil

SUMÁRIO

CAPÍTULO I: O “Campeão De Prestimosidade” Ou “A Política Do Coração”: A Construção Da Carreira Política De Ruy Carneiro E Sua Ascensão Ao Governo Estadual: Breve Resumo Biografico.....	14
1.1- “Uma Corrida de Prado” Interventoria Ruy Carneiro: 1940-1945: Dificuldades e Possibilidades para uma análise teórica metodológica.....	14
1.2- Ruy Carneiro: de suas origens em Pombal à chegada ao governo da Paraíba.....	32
CAP II: “Arrumando A Casa” À Paraíba No Início Da Década De 40: Transição Política E Administrativa Entre Agosto De 1940 E Dezembro De 1942.....	60
2.1- De qual Estado estamos falando? A Paraíba na primeira metade da década de 1940: breve síntese de seus aspectos políticos econômicos e sociais.....	60
2.2- Manutenção do mito “João Pessoa” e primeiras medidas de cunho político adotadas pelo governo de Ruy Carneiro. (1940-1941).....	70
2.3- Situação econômica e financeira nos tempos de transição (1940/1942).....	94
CAP III: Centralização Política-Administrativa E Reforma Do Estado: Aparelho Estatal E Algumas Reformas Administrativas Durante A Interventoria Ruy Carneiro (1940-1945):.....	112
3.1- Os Mecanismos De Centralização Política e Administrativa.....	112
3.1.1- As Interventorias.....	112
3.2.2- O Conselho Administrativo Estadual e a Comissão de Negócios Municipais.....	122
3.2- O Que Foi Feito De Novo? Atuação Do Dasp E Algumas Reformas Burocraticas Administrativas Durante A Interventoria De Ruy Carneiro: 1940-1945.....	132
3.2.1- As primeiras reformas administrativas no Brasil e a atuação do Conselho Federal do Serviço Público Civil (CFSPC).....	132
3.2.2- Criação e atuação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) a nível nacional e regional: Algumas considerações.....	140
Considerações Finais.....	154
Referências	156

CAPÍTULO I – O “CAMPEÃO DE PRESTIMOSIDADE” OU “A POLITICA DO CORAÇÃO”: A CONSTRUÇÃO DA CARREIRA POLITICA DE RUY CARNEIRO E SUA ASCENÇÃO AO GOVERNO ESTADUAL: BREVE RESUMO BIOGRAFICO DE RUY CARNEIRO.

1.2- “Uma Corrida de Prado” Interventoria Ruy Carneiro: 1940-1945: Dificuldades e Possibilidades para uma análise teórica metodológica:

Numa corrida de prado. Foi assim que me senti quando iniciei o trabalho ao qual me candidatei a uma vaga em 2010 para a seleção do mestrado em história da Universidade Federal da Paraíba. Ao longo do trabalho, não imaginei que escrever uma dissertação fosse um trabalho tão árduo. Talvez concordando com o economista Roberto Campos, ao qual tenho profundas divergências, mas que em um ponto acredito que convergimos: o mesmo afirmou em entrevista que se tratava de um “escritor preguiçoso” e que “talvez o ato de escrever seja uma operação de parto e não de deleite”¹. A dificuldade na escrita, somadas aos problemas operacionais, tornou a empreitada de estudar o período da Interventoria Ruy Carneiro um ato de extrema ousadia e também de amor. Mesmo estando envolvido no projeto desde o ano de 2007, quando já atuava como monitor da disciplina História da Paraíba II, os problemas enfrentados foram inúmeros. A dificuldade em se estudar tal temática foi o ponto fundamental para, por conta própria, iniciar pesquisas sobre o governo ora citado. Quando monitor da citada disciplina, sob a supervisão do professor José Jonas Duarte, iniciou-se uma pesquisa bibliográfica para montar e se possível, reformular o plano do curso anterior.

Durante as pesquisas fator que me chamou bastante atenção ainda à época das pesquisas bibliográficas foi que inúmeros períodos de nossa história praticamente não foram estudados de forma específica. Além do Estado Novo na Paraíba, ao qual me propus a trabalhar nesta dissertação numa perspectiva do Estado, temos outros exemplos, ao qual passo a citar tão somente para não ficar no período 1940-1945. Para se ter uma noção exata, o período Vargas na Paraíba (30-45) no qual tivemos quatro Intervenores titulares (Anthenor Navarro, Gratulino de Brito, Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro) apenas dois destes (Anthenor Navarro e Figueiredo) foram objetos de análise mais aprofundada, pelo menos em

¹ Entrevista concedida pelo economista e diplomata Roberto Campos a Revista Playboy em maio de 1987. Republicada nas **30 melhores entrevistas de playboy. Agosto 1975 a agosto de 2005**. São Paulo, editora abril, 2005.

trabalhos acadêmicos². Em se tratando de outros estados, o trabalho sobre o Espírito Santo do (1930-1937) realizado por Fernando Achiamé, e sobre o Rio Grande do Sul entre os anos de (1937-1945), por Luciano Aronne de Abreu, constituem-se importantes contribuições às historiografias regionais³.

Sobre a Interventoria Ruy Carneiro, praticamente nada existe na historiografia. Todas as publicações sobre o período resumem-se a pequenas notas. A única exceção foi o artigo Estado Novo na Paraíba: Aspectos Iniciais da Interventoria de Ruy Carneiro (1940 – 1945)⁴. Como bem dito no título, o mesmo abrange o período inicial do governo, não se propondo a discutir a totalidade do mesmo.

Diante dessas inquietações, resolvi por conta própria pesquisar mais sobre a temática. Foi neste momento que tive contato pela primeira vez com os relatórios de governo Ruy Carneiro dos anos de 1942, 1943 e 1944 depositados na seção de obras paraibanas da Universidade Federal da Paraíba e no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Ocorreu que, diante das fontes consultadas, observei que vários temas poderiam ser estudados, a exemplo de questões concernentes a previdência social, racionalização da máquina pública, assistencialismo⁵, populismo⁶, e como se processou a desmontagem deste aparato governamental já no fim do Estado Novo⁷. E aqui passo a discorrer de forma mais aprofundada, pois foi onde surgiu a minha inquietação e curiosidade, e o que me fez enveredar por este caminho muitas vezes tortuoso, mas que se demonstrou, ao longo da pesquisa, apaixonante.

² Os trabalhos ao qual me refiro, é a dissertação de Mestrado de Martinho Guedes sobre a Interventoria Anthonor Navarro, defendido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba em 2007, e a tese de Doutorado sobre a Interventoria Figueiredo de Marta Falcão defendida no programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, sendo publicada em livro no ano de 2000.

³ “O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937). Elites políticas e reformismo autoritário” de Fernando Achiamé, trata-se inicialmente de dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Espírito Santo, em 2008 e com algumas modificações foi publicado na forma de livro pela editora da Fundação Getúlio Vargas em 2010. O autor aborda a Interventoria de Blay, que foi da Revolução de 1930 até o golpe do Estado Novo, destacando-se o capítulo 03 onde aborda a consolidação da Interventoria entre os anos de 1931 a 1934. O outro livro “Um olhar regional sobre o Estado Novo” de Luciano Aronne de Abreu será fruto de abordagem na discussão sobre historiografia regional.

⁴ CITTADINO, Monique. SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **Estado Novo na Paraíba: Aspectos Iniciais da Interventoria de Ruy Carneiro (1940 – 1945)**. Historiografia em Diversidade: Ensaio de História e Ensino de História. Orgs. Monique Cittadino e Regina Célia Gonçalves: Campina Grande: Ed. Universitária. UFCG, 2008.

⁵ Os chamados Direitos Sociais na Interventoria foram abordados de forma bastante sucinta no segundo capítulo, sendo abordado de maneira incipiente na dissertação.

⁶ O tema será objeto de discussão no segundo capítulo.

⁷ A desmontagem do aparato repressor e político do Estado Novo faz parte em minha interpretação de um longo processo que se inicia em março de 1945 com a promulgação da Lei Eleitoral (Lei Agamenon) que permite a reorganização partidária em solo Brasileiro. Ficou claro que esse ponto foi à semente que foi plantada, tendo os mecanismos de centralização política e de repressão praticamente incólumes, inclusive a nomeação de Interventores Federais até o ano de 1947. Tal ponto apesar de ter sido fruto de pesquisas e amplos debates, não será objeto de estudo na presente dissertação. Nota do autor.

Essa lacuna na Historiografia Brasileira, por incrível que pareça, não é uma particularidade da Paraíba. Recordo-me de minha ida, em Outubro de 2011, ao Rio de Janeiro para o Seminário Nacional de História Política⁸ onde participei do simpósio temático acerca da “redemocratização” de 1945 com o trabalho “Coronelismo e Assistencialismo: Particularidades do processo de redemocratização na Paraíba (1945)”⁹. Logo após a minha apresentação e já nos debates, o professor e coordenador do simpósio Luiz Resnick, da PUC-RJ, fez o seguinte comentário: “Vejo que o exemplo da Paraíba não difere muito do caso do Estado do Rio de Janeiro. Conhecemos muito o Amaral Peixoto¹⁰ na condição de Ministro,

⁸ VI Semana de História Política. III Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade. Realizado no campus Maracanã da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Outubro de 2011.

⁹ Mesa 16 intitulada: República Democrática? Novas Abordagens sobre o período entre 1945-1964. Coordenador: Professor Doutor Luis Reznik. Nesta mesa apresentei a seguinte comunicação: Coronelismo e Assistencialismo: Particularidades do Processo de Redemocratização na Paraíba: 1945 - 1947. In: III SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA: POLÍTICA CULTURA & SOCIEDADE, 2011, Rio de Janeiro. Semana de História Política | Seminário Nacional de História: política, cultura e sociedade (x:2011:Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: UERJ, PPGH, 2011., 2011. v. Único. p. 1-1844.

¹⁰ Ernani Amaral Peixoto nasceu no Rio de Janeiro, em 1905. Ingressou na Escola Naval do Rio de Janeiro em 1923. Por influência do irmão, Augusto Amaral Peixoto, também militar, travou contato com o movimento tenentista. Ao concluir seu curso, em 1927, escolheu como padrinho de espada o almirante Protógenes Guimarães, que naquela época se encontrava preso por envolvimento com as revoltas tenentistas. Em seguida, formou-se em engenharia geográfica pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em 1930 deu apoio ao movimento político-militar que levou Getúlio Vargas à presidência da República. Em seguida, ingressou no Clube 3 de Outubro, organização criada com o objetivo de dar maior coesão aos setores políticos que defendiam o aprofundamento das medidas tomadas pelo novo regime. Em 1932, ao eclodir o Movimento Constitucionalista em São Paulo, retornou imediatamente da Europa, onde se encontrava em atividades profissionais, para lutar como voluntário ao lado das forças legalistas. Em maio de 1933, foi nomeado ajudante-de-ordens da presidência da República. Nesse mesmo ano aderiu ao Partido Autonomista, agremiação que tinha como principal ponto de sua plataforma a luta pela autonomia política e administrativa do Distrito Federal. Seu irmão Augusto elegeu-se deputado federal pelo mesmo partido, cujo principal líder era o interventor Pedro Ernesto. Em novembro de 1937, poucos dias antes da implantação da ditadura do Estado Novo, foi nomeado interventor federal no estado do Rio de Janeiro. Durante sua gestão o Estado do Rio conheceu significativo impulso industrial, com a instalação das empresas estatais Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Fábrica Nacional de Motores (FNM). Permaneceu no cargo até 1945. Em julho de 1939, casou-se com Alzira Vargas, filha do presidente da República. Logo em seguida, licenciado de seu cargo, transferiu-se com sua esposa para os Estados Unidos, onde passou a cumprir informalmente o papel de ligação entre Vargas e o presidente norte-americano Franklin Roosevelt. Passou a defender, juntamente com o ministro Osvaldo Aranha e outros membros do governo, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado das forças aliadas. Uma outra corrente do governo, entretanto, fortemente representada nas Forças Armadas, manifestava simpatias por uma aproximação com os países do Eixo. Em junho de 1942, já de volta ao Brasil, deu aval para que um comício convocado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) em apoio aos Aliados, proibido pelas autoridades policiais da capital federal, fosse realizado em Niterói. Amaral Peixoto compareceu pessoalmente ao comício, bem como a uma marcha pró-Aliados convocada dias depois para o Rio de Janeiro, cuja realização acabou abrindo grave crise no governo federal. Em seguida, promoveu campanha de subscrição popular no Estado do Rio com o objetivo de arrecadar fundos para a doação de um navio à Marinha de Guerra brasileira, resultando tempos depois no financiamento para a construção de um caça-submarino. Entre 1943 e 1944 dirigiu o serviço de abastecimento da Coordenação de Mobilização Econômica, órgão criado pelo governo federal com o objetivo de melhor conduzir a economia brasileira após a entrada do país no conflito mundial que então se desenrolava. Por sua posição pró-Aliados foi eleito presidente de honra do Comitê Interaliado. Também foi membro da Liga de Defesa Nacional. Em 1945, iniciado o processo de redemocratização do país, foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD), agremiação que aglutinava os interventores estaduais e demais autoridades que haviam apoiado o Estado Novo. Desde então, tornou-se a maior liderança da seção fluminense do PSD, que presidiria de 1951 até 1965, quando o partido foi extinto. Em dezembro de 1945 elegeu-se deputado federal constituinte. Em outubro de 1950, voltaria ao governo do estado do Rio de Janeiro, dessa vez eleito pelas urnas,

Embaixador, prócer do partido social democrático (PSD), mas pouco se sabe sobre sua passagem na Interventoria”. Cumpre ressaltar que o mesmo foi Interventor Fluminense de 1937 a 1945.

Ratificando tal premissa, minha dissertação, intitulada *A Construção de uma Nova Ordem: A Interventoria Ruy Carneiro no Estado da Paraíba (1940-1945)*, procura exatamente isso: trabalhar o Estado Paraibano a partir de algumas premissas, quais sejam: biografia de Ruy Carneiro, primeiros momentos do seu governo, crise financeira, os mecanismos de centralização política administrativa e a reforma do Estado Paraibano.

No primeiro capítulo, além das discussões teóricas e metodológicas, resolvi abrir um espaço para a construção de uma biografia de Ruy Carneiro. Aqui constituiu, a meu ver, um dos pontos mais surpreendentes do trabalho. Quando do início da escrita, pensei que estava diante de um personagem “pobre”, sem grandes atrativos. Isso se deve em grande parte aos escritos já existentes sobre o personagem. Sempre ressaltaram sua bondade, sua “política do coração”, em detrimento à sua suposta falta de atrativos intelectuais e de realização administrativa. E aqui residiu o meu engano. Sempre instigado pela minha orientadora, a biografia de Ruy Carneiro passou a integrar um contexto mais amplo, seja o da tradição de sua família, seja a sua participação na política paraibana no pós 1930, revelando-se um político suficientemente sábio e habilidoso, o que culminaria com a sua escolha para a Interventoria em 1940.

O leitor irá notar que, perpassando esta biografia, inúmeros outros personagens aparecem. Tal se deve a sua importância no contexto histórico. Temos como exemplo, José Pereira, José Américo de Almeida e a esposa de Ruy Carneiro, Sra. Alice Carneiro, dentre outras.

ao mesmo tempo em que Vargas retornava à presidência da República. Como governador fluminense assistiu de perto a crise política que resultou no suicídio de seu sogro, Getúlio Vargas, em agosto de 1954. Embaixador brasileiro nos Estados Unidos entre 1956 e 1959, de volta ao Brasil foi designado pelo presidente Juscelino Kubitschek para assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas, permanecendo no cargo até o início de 1961. Em janeiro desse ano, foi nomeado ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Em outubro licenciou-se do cargo para eleger-se deputado federal pelo PSD fluminense. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto desse ano, defendeu a solução parlamentarista para a posse do sucessor constitucional, o vice-presidente João Goulart. De janeiro a dezembro de 1963 exerceu o cargo de ministro extraordinário para Assuntos da Reforma Administrativa No ano seguinte, manteve uma atitude de neutralidade diante do movimento militar que afastou Goulart da presidência. Manteve, inclusive, bom relacionamento com o novo regime até 1965, quando foram cassados os direitos políticos do ex-presidente Kubitschek. Com a extinção do PSD, ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar. Por esse partido renovou seu mandato na Câmara Federal, em 1966. Em 1970, chegou ao Senado. Em março de 1974, assumiu a liderança do MDB nessa casa. Em setembro de 1978, conquistou novo mandato de senador, dessa vez escolhido indiretamente pela bancada de seu partido, majoritária na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro Com a reforma partidária promovida pelo presidente João Figueiredo no final da década de 1970, ingressou no Partido Democrático Social (PDS), alinhado ao governo militar. Morreu no Rio de Janeiro, em 1989. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/ernani_amaral_peixoto. Consulta em 20/10/2012.

Muitos autores consideram a segunda metade da década de 30 como um período de grandes avanços administrativos e econômicos. O escritor Humberto Mello (1987, *apud* SYLVESTRE, 1993, p. 299) afirmou em um de seus trabalhos: “Administrativamente, a gestão de Argemiro foi extremamente profícua. Ele conseguiu passar à história como um dos maiores administradores do Estado”. Seguindo a mesma linha de pensamento, a respeito de Argemiro o político e escritor Joacil de Brito Pereira (1947, *apud* SYLVESTRE, 1993, p. 299) afirmou: “Realizou uma obra de tal envergadura que definitivamente galgou os patamares da História como um dos mais dinâmicos governantes da Paraíba”. Entretanto, durante nosso estudo, identificamos outra realidade. O crescimento da máquina administrativa do Estado na segunda metade da década de 1930 atingiu um limite no ano de 1940 levando a uma crise econômica e financeira.

No segundo capítulo, a crítica a este modelo administrativo deriva da crise financeira que o estado vivenciava a época. Esta foi à tônica do segundo capítulo da dissertação. Antes de adentrarmos na crise propriamente dita, foi importante demonstrar a montagem do novo governo e os sinais que a administração estava dando. Ficou sobejamente comprovado que a administração Ruysta logo de início resolveu dar um direcionamento a seu governo diferente de seu antecessor. Um ponto importante nesta discussão é a montagem do governo. Demonstrei através da composição de vários municípios, que Ruy Carneiro, muito mais que nomear prefeitos, vai aos poucos construindo uma base política sólida que irá ser a base do Partido Social Democrático¹¹. Neste ponto foi fundamental a interpretação que fiz do livro “As condições da vida política no estado da Paraíba” de Jean Blondel, que analisou as condições da vida política paraibana na década de 40 e 50 do século passado.

Dentre as prioridades elencadas pela administração Ruy Carneiro, destacou-se a preocupação com a assistência social e com as finanças do Estado. A assistência social será vista neste capítulo de uma forma incipiente, em face da amplitude do tema que já daria uma dissertação. Ficou demonstrado já no início deste a força da mulher de Ruy Carneiro, Alice Carneiro como liderança deste campo da administração, no qual Ruy Carneiro obteve dividendos políticos.

A crise financeira legada a Ruy Carneiro pelo seu antecessor é inquestionável. Entre os anos de 1940 a 1941 praticamente a administração não conseguiu realizar nenhuma obra estruturante, tendo como foco a superação das dificuldades financeiras. A análise dessa crise será objeto do segundo tópico do segundo capítulo.

¹¹ Este Partido ao qual me refiro não tem nenhuma vinculação com o atual PSD, que tem como presidente o ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab. Nota do autor.

A discussão acerca da tentativa do governo em superar esta crise será feita no terceiro capítulo. A historiografia sempre ressaltou (fiz a análise de alguns trabalhos nos parágrafos anteriores) como ponto primordial da Interventoria o assistencialismo que ocorreu durante a Interventoria. Esse assistencialismo se deve mais ao trabalho de Alice Carneiro do que do próprio Ruy (fato que o mesmo ratificou em entrevista ao CPDOC)¹². Discordo de tais assertivas. Não que o assistencialismo e a atuação de Alice Carneiro e da Legião Brasileira de Assistência não sejam importante neste período. Ela é, mas não a única. A crise financeira desencadeou em parte um projeto muito mais amplo, que foi a tentativa de uma reforma do estado. Em síntese, Ruy Carneiro fez uma administração voltada para uma racionalização da máquina pública, totalmente sintonizado com os dispositivos emitidos pela “nova era” que se iniciou com o Estado Novo, ratificado pela Carta Política de 1937. Essas reformas estavam sintonizadas com a política do Estado Nacional, o que veio a ajudar de certa forma o governo, pois o mesmo fazia a política do regime e ao mesmo tempo garantiu uma reforma indispensável para proporcionar um mínimo de governabilidade ao Interventor. Na condição de “delegado” do Presidente Vargas, Ruy Carneiro desenvolveu praticamente durante toda a sua administração reformas que reforçaram a centralização administrativa, como também aprofundou ou implantou todas as reformas administrativas nacionais implementadas pelo governo Vargas, desde a sua chegada ao poder pela “revolução” de 30. Os mecanismos de Centralização foram reforçados a exemplo da criação da Comissão de Negócios Municipais, o Departamento das Municipalidades e o Departamento do Serviço Público. Este último, além de suas atribuições normais, cuidava da elaboração do orçamento.

As reformas administrativas foram inúmeras. Investido no cargo de Interventor Federal em agosto de 1940, e de acordo com dados oficiais do governo, Ruy Carneiro teria recebido das mãos do seu antecessor a máquina Estatal totalmente comprometida. Com um orçamento em que a receita se mantinha instável, a folha comprometida desde a gestão anterior em 65% da arrecadação e pagamento de dívidas do antecessor, o governo passou a adotar medidas visando a uma racionalização e contenção dos gastos públicos, iniciando uma reforma administrativa que redirecionou a máquina estatal. O primeiro passo neste sentido foi a publicação do decreto nº. 140 de 30/12/1940 que substituiu o antigo sistema de pessoal criando um quadro único de servidores do estado. (CARNEIRO, 1943, p.32). Estas são as questões que constituem o propósito deste trabalho.

¹² Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. E a escola de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas. Criado em 1973 tem o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação. Adaptado de <http://cpdoc.fgv.br/sobre>. Consultado em 20/10/2012.

As diversas versões historiográficas acerca das Interventorias na Paraíba no período compreendido entre 1930-1947 são, em sua maioria, escassas. Poucos são os autores que analisam os anos de 1940 a 1945 em seus aspectos políticos, de uma forma não tendenciosa. As produções foram escritas de maneira geral por “amigos”, parentes, ou adversários do político Ruy Carneiro.

Marcus Odilom Ribeiro Coutinho fez algumas considerações sobre a passagem de Ruy Carneiro pelo executivo estadual:

Ruy administrativamente, empregou os amigos, fez festas populares, comemorando todas as efemérides do calendário. Distribuiu doces, cortes de fazendas, pacotes de fubá entre as classes mais necessitadas. Nessa época, criou-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e dona Alice Carneiro a sua primeira Presidente, capitalizou-se eleitoralmente. Também fechou os postos agrícolas espalhados pelo interior, iniciou uma estrada pavimentada para Santa Rita (12 Km) e outra para Cabedelo (18 Km). Fez um abrigo para velhos, prendeu Padre Zê Coutinho, fechou o jornal a Imprensa e só” (COUTINHO: 1965, p. 91)

Algumas questões merecem ser colocadas. Será que o autor está correto em suas assertivas? Uma administração de mais de cinco anos, se resume a essas questões que foram descritas? Naturalmente que não. Até por questões de dinâmica da sociedade, um governante não pode se restringir tão somente a “questões de varejo” da política. A administração teve que se compor policamente, contornar crises, e administrar o estado. Lógico que as afirmativas de Marcus Odilom devem ser vistas com cuidado, pois a sua família era adversária de Ruy Carneiro, (pelo menos até a escrita do livro que é de 1965). Mas se uma administração não se resume a questões pontuais, porque o silêncio da Historiografia sobre o período, mais particularmente, sobre o governo Ruy Carneiro?

Este silêncio deve-se em grande parte a uma conjuntura. Inicialmente, Ruy Carneiro se mostrou uma liderança isolada, um “líder forte em um partido fraco” nas palavras de Humberto Mello. Concordo com a professora Monique Cittadino quando afirma que não se tem uma corrente política denominada de “Ruysmo” como se tem o “Americismo” ou “Argemirismo”. Ruy Carneiro não teve sucessores ou herdeiros políticos, tendo sua morte em 1977 levando consigo praticamente toda a sua liderança, a exceção do seu sobrinho Carneiro Arnaud que foi Deputado Federal e prefeito de João Pessoa, entre as décadas de 1970 a 1980.

Outro fator importante é que o período de 1940 a 1945 demonstrou um refluxo no que diz respeito a obras. A administração Figueiredo deixou um orçamento comprometido com pagamento de pessoal e dívidas tendo o novo governo de administrar essa crise

financeira. A seca de 1942, a concorrência do algodão paulista e o bloqueio marítimo em face da segunda grande guerra mundial (1939-1945) contribuíram para a crise. Apesar dos superávits orçamentários, a administração só conseguiu se recuperar em meados de 1943. O maior legado da administração foi a “reforma do estado” sempre em sintonia com o governo federal. A administração Ruy Carneiro caracterizou-se por essas reformas, deixando poucas obras estruturantes, o que fez o seu antecessor ser mais prestigiado pela historiografia, como veremos mais adiante.

Feita estas considerações, podemos discutir de forma sucinta alguns trabalhos que abordam a temática. Ao todo fiz uma seleção de nove trabalhos que se subdividem da seguinte forma: três que se constituem em biografias de Ruy Carneiro, destacando-se sua passagem como Senador, e algumas poucas como Interventor; quatro que analisam sua passagem pela Interventoria; um que aborda “o populismo em Ruy Carneiro” e por fim, um que aborda a Interventoria em seus aspectos iniciais.

Os primeiros 03 trabalhos constituem, como afirmei anteriormente, trabalhos feitos por familiares, amigos e admiradores, geralmente laudatórios e eivados de parcialidade. São eles: “Ruy e a Política do Coração” (NÓBREGA: 1977), “Ruy Carneiro o admirável político” (Discursos e Homenagens que alguns senadores prestaram no Senado quando de seu falecimento), “Dois senadores: João Agripino e Ruy Carneiro” (MAIA: 1989). Esses trabalhos são laudatórios, resumindo a participação de Ruy Carneiro na política ao assistencialismo, reiterando sua bondade, seu carisma.

“Poder e Política na Paraíba: Uma análise das lideranças (1960-1990)”, (MELLO, SANTOS E SILVA: 1993) contém um artigo do jornalista João Manoel de Carvalho intitulado “Ruy: a última cidadela do Populismo”. Neste trabalho, João Manuel situa Ruy como populista, em que este populismo se caracterizava por ser:

“despido de caracteres ideológicos, bem diverso do populismo de Vargas, marcadamente nacionalista e calcado em vigoroso programa de reformas sociais que culminou com o estabelecimento das bases do trabalhismo brasileiro. O populismo desse grande líder de massas paraibano era calcado apenas no paternalismo, na política do favor que mais tarde, Armando Nóbrega, em libreto, batizou de “política do coração”, numa publicação patrocinada pelo escritor e empresário Adalberto Barreto”. (CARVALHO: 1993, p. 31)

Este artigo também demonstra certa parcialidade. Logo na primeira página, o autor dedica seus escritos às senhoras (Aracy Carneiro Guedes e Moema Guedes Arnaud),

representantes da família Carneiro. O artigo não traz nenhuma novidade acerca da personalidade de Ruy Carneiro, ou de seu governo, ressaltando sempre sua dedicação aos pobres, etc. Ocorre que um ponto merece ser debatido. É o que se refere à questão do coronelismo em Ruy Carneiro, ou seja, se esta seria uma das suas bases de sustentação política. Sobre o tema, assim se refere o autor:

“Mas a constituição de sua liderança política não fora tipicamente oligárquica, na medida em que as oligarquias se consagravam e se organizavam, predominantemente, com base na economia da cana de açúcar e em torno dos grandes usineiros, na época do fausto da economia açucareira, todos eles de notória inclinação udenista” (Ibidem, p. 32)

Esta afirmação merece ser rediscutida. Como exposto no segundo capítulo, Ruy Carneiro teve que se compor com as oligarquias locais, que faziam nos municípios oposição ao antigo Interventor. Ruy construiu ao longo da Interventoria uma sólida base política, que congregava pequenos comerciantes, funcionários públicos, mas também o pequeno latifúndio, já que os grandes proprietários rurais formavam a base de Argemiro de Figueiredo.

Outro trabalho, desta vez abordando aspectos da Interventoria Ruy Carneiro, mas restrito as realizações na cidade de Campina Grande de autoria, de Josué Sylvestre, intitulado “Da Revolução de 30 a queda do Estado Novo: Fatos e personagens da cidade de Capina Grande e da Paraíba (1930-1945)”. Este trabalho analisa a política campinense durante o período citado e apresenta o mesmo problema de “Morte e Vida das Oligarquias”, de Eliete Gurjão. Ambos abordam o período de 1940 a 1945 de forma bastante sucinta, dedicando-se tão somente a tecer elogios a Ruy e enumerar as realizações do governo em Campina Grande durante sua administração. Interessante notar que o autor dá profunda ênfase a administração Figueiredo, tecendo inúmeros elogios à mesma. Com a leitura do livro, percebemos que quase não há falhas tanto políticas como administrativas durante o período (1935-1940). Entretanto, devemos analisar tais assertivas com prudência. O autor era correligionário de Argemiro de Figueiredo, declarando-se como seu admirador.

Abro um parêntese na discussão para afirmar que tais trabalhos não podem ser desprezados pela historiografia, apesar de terem sido escritos por pessoas que não detêm as teorias e os métodos próprios do historiador, ou seja, não estão afinados com o seu metier, (a exceção do trabalho da professora Eliete Gurjão: Morte e vida das oligarquias) A própria academia tratou de estudar e posicionar do ponto de vista teórico esses autores e escritos de uma maneira geral: ensaístas, diplomatas, políticos, memorialistas, que não são historiadores de ofício, mas escrevem sobre história nos levando a um pensar historiográfico. Em se

tratando da discussão teórica, estes trabalhos inserem-se na análise da Cultura Histórica. Tal conceito, bastante debatido nos meios acadêmicos principalmente no campo da história, pode assim ser definido, como bem nos ensina a Historiadora Ângela de Castro Gomes:

“Por “Cultura Histórica” entende-se “a relação que uma sociedade mantém com o seu passado”, o que extrapola os elementos anteriormente mencionados, para abarcar um complexo de fenômenos muito mais amplo, que envolve não só a disciplina histórica, como também outras fontes do conhecimento e expressão cultural que tenham como referência “o passado”. Literatura, arte, cultura popular, monumentos e muitas outras manifestações simbólicas que estabeleçam relações com “o tempo” estão presentes na constituição dessa categoria. Assim, se os historiadores podem continuar sendo considerados os principais formuladores e interpretes da “cultura histórica” de uma sociedade em determinado momento, eles não detêm o monopólio desse processo de construção, atuando interativamente com outros agentes, que não são homens de seu metier e que frequentam outras esferas disciplinares ou ocupam outras funções sociais “fora” do campo intelectual.” (GOMES: 1996, p.158)

O professor Elio Chaves Flores, em seu artigo “dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica”, definiu cultura histórica:

“Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais”. FLORES: 2007. p. 95)

Como citado anteriormente de forma sucinta, em se tratando de trabalhos acadêmicos, “Morte e vida das Oligarquias”, da professora Eliete Gurjão (1994) analisa a estrutura de poder no Estado da Paraíba no período 1889-1945, enfatizando a configuração oligárquica e os mecanismos de sua preservação e redefinição. A autora toma o período 1889/1930 para estudar como ocorreu a consolidação e a crise do poder oligárquico na Paraíba. Em um segundo momento, faz uma análise comparativa entre as mudanças econômicas que se efeturaram neste período e a renovação do poder das tradicionais oligarquias, enquanto explícita, ao mesmo tempo, a dinâmica dos movimentos sociais nesta fase de apogeu do coronelismo e da dominação oligárquica. O trabalho busca, enfim, definir o conteúdo e as consequências da crise das oligarquias e o processo de reorganização oligárquica no período 1930-1945. Mostra a relação entre a crise da economia local e seus

reflexos sobre o poder oligárquico que abre espaço para a mobilização da classe dominada, produzindo incontinente, forte e contundente reação conservadora. Finalizando, analisa como as forças políticas organizadas transformaram o confronto direto, repressivo, em conciliação, conseguindo com instrumentos de cooptação, a reiteração do poder oligárquico na Paraíba. Importante frisar é que a parte relacionada ao período 1940 a 1945 resume-se a três páginas.

Nesta mesma linha, temos o trabalho da professora Martha Falcão de C. e M. Santana (2000) intitulado “Poder e intervenção estatal: Paraíba 1930 - 1940”. Este estudo comenta as principais características das interventorias, até o início da década de 1940 sob vários aspectos: políticos, sociais e econômicos, com grande destaque para o período 1935-1940, intitulado pela própria autora como “o Argemirismo e a modernização conservadora”. A autora defende que a Interventoria Argemiro de Figueiredo, apesar do caráter altamente repressivo, teve na seara administrativa inúmeros avanços, seja no setor econômico com a cultura do algodão, como no campo de realizações no âmbito administrativo, ou seja, a chamada “modernização conservadora” na Paraíba. Citei o trabalho de Marta Falcão pelo fato do mesmo, ainda que rapidamente, tecer considerações sobre a crise política que culminou com a queda de Argemiro e ascensão de Ruy Carneiro.

Nos Tempos de Felix Araújo: Estado Novo, Guerra Mundial e Redemocratização (1937/47), de José Octavio de Arruda Mello, analisa a trajetória do ex-vereador campinense Felix Araújo durante uma década (1937-1947). O trabalho, que na realidade é uma biografia de Felix Araújo, perpassa com riqueza de detalhes a Interventoria Ruy Carneiro. Valendo-se como principal fonte de pesquisa do Jornal “A União”, José Octavio analisa o período através de várias premissas, destacando-se o campo político. O grande problema do trabalho, e que o autor perpassa a Interventoria Ruy Carneiro de forma sucinta, dando ênfase a questão da Guerra, e o período de “redemocratização” ao qual se inicia na Interventoria Ruy Carneiro com a promulgação da Lei Eleitoral, organização dos partidos políticos, e por fim, as eleições para o legislativo em dezembro de 1945, já na Interventoria de Severino Montenegro¹³, questões estas de menor interesse para nosso estudo.

¹³ Severino de Albuquerque Montenegro nasceu em Alagoa Grande a 12 de Outubro de 1889. Antes de posse no cargo de Desembargador da Corte de Apelação da Paraíba (denominação do Tribunal de Justiça a época), teve intensa militância política. Foi deputado estadual eleito para legislatura (1912-1915). Foi prefeito nomeado do município de Alagoa Grande ficado a frente da edilidade entre os anos de 1923 a 1929. Ingressou na magistratura nomeado para o cargo de Juiz de Direito de Campina Grande. Nomeado Desembargador em 12 de julho de 1935. Como Presidente do Tribunal de Apelação, foi nomeado Interventor Federal, em substituição a Ruy Carneiro pelo Presidente da República, José Linhares. Ficou no cargo até 13 de Fevereiro de 1946, quando entregou o cargo a Odon Bezerra Cavalcanti. Faleceu em João Pessoa a 19 de Outubro de 1964. Dados obtidos de (LEITÃO E NOBREGA: 2008)

Estado Novo na Paraíba: Aspectos Iniciais da Interventoria de Ruy Carneiro (1940 – 1945), de Ana Beatriz e Monique Cittadino aborda, como bem dito no título, os aspectos iniciais do governo, ou seja, o período de transição. As autoras analisam vários aspectos deste período, destacando-se: alguns dados biográficos de Ruy Carneiro, posse na Interventoria, montagem do governo, crise financeira e primeiras medidas da administração. Ponto fundamental do artigo é a análise da crise financeira herdada do antecessor. Fica bastante clara, a situação financeira do estado e as primeiras medidas do governo no sentido de superá-las, pelo menos neste momento.

A história política entrou em ostracismo a partir da crítica dos *Annales*. A política era tida por estes como a história dos acontecimentos, que valorizava a particularidade e a parcialidade, ignorando as massas e a consciência social (JULLIARD, 1976, p 130). A partir das décadas de 1970 e 1980 a história política passou por renovações teóricas e metodológicas. A sociedade passou a fazer parte do vocabulário do político. Assim, outros agentes históricos passaram a ser visualizados. Para René Remond (1996, p. 26) a história política se diversifica passando a confluir com outras disciplinas, trazendo à tona novos debates. Partidos, eleições, biografias, a mídia, entre outras categorias, deixaram a história política mais “democrática”. Assim, a política deixou de ser apenas uma narrativa de eventualidades para ser um mecanismo de discussão sobre a vida e a organização política na sociedade.

A história política pode ser compreendida como um redimensionamento do estudo em torno do poder leia-se poder político, relacionado com a renovação dos temas e das abordagens da disciplina histórica, renovação esta, que está atrelada ao Movimento dos *Annales*, que surge com a Revista *d’Histoire Économique et Soliale*, sob a direção de Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929. A partir deste momento, os historiadores passam a revisitar temas considerados tradicionais, sob novos olhares e perspectivas, se contrapondo a História Metódica, “dita positivista”, que vigorava na produção histórica até então.

No entanto, os estudos em torno da política, durante a Primeira e Segunda gerações dos *Annales* não foram predominantes, uma vez que a ênfase especial dos estudos destas gerações se dava em torno do social e do econômico. É com a 3ª Geração que a História Política assume novamente um lugar de evidência na produção historiográfica, se propondo a dialogar agora, com outras áreas das ciências sociais, como a Sociologia e a Antropologia. Além disto, toma cada vez mais corpo, neste campo do saber, a relação entre a história política e história cultural, uma vez que as discussões culturalistas passam a abarcar as

práticas, representações, discursos, símbolos, além do corpo, das identidades, das emoções, dentre diversos outros temas.

A Nova História Política trouxe consigo o conceito de cultura política. Originado pela Ciência Política na década de 1950, a cultura, até então, tinha sentido de erudição. A cultura política foi dividida em três níveis: a cultura política paroquial, cultura política da sujeição e cultura política participativa. A partir da década de 1990, a historiografia se apropriou deste conceito como ferramenta de trabalho. Para Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p.21), cultura política é o:

“Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados para o futuro.”

Nesta perspectiva, a cultura política é essencial para a pesquisa sobre história local. As famílias tradicionais que detêm o poder administrativo e que escrevem “a história” dos municípios, não são os únicos agentes históricos. Pois, ao tratar o local como “grupo humano”, o conceito de cultura política incluiu outros agentes sociais. Nenhuma família conseguiu chegar a “Chefia Suprema” sem a participação destes agentes históricos. A cultura política, como conceito, sofisticada as relações de dominação. Ela demonstra que pode haver negociação entre dominantes e dominados, o que não exclui a exploração de classes. Os dominados passam a ser sujeitos da própria história (GOMES, 2005, p.24). A experiência vivida pelos grupos criam espaços de expectativas que configuram a identidade social dos municípios.

Uma história local, escrita na perspectiva da cultura política, ajuda-nos a refletir sobre as deficiências da participação política por parte dos cidadãos. Pois ela demonstra que a população tem poder, baseado na experiência, de agir politicamente. A partir da análise biográfica e governamental de seus governantes, a população deve construir um discurso crítico das famílias que comandam seus locais. Assim, eles se virão como agentes históricos.

A relação entre cultura política e cultura histórica fica mais explícita na obra *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história* organizado por Martha Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo. Este livro contém também um artigo de Ângela de Castro Gomes (2007, p.48) que coloca a cultura política como:

“Um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo

trabalho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar.”

Rodrigo Patto usa “leituras do passado” na sua conceituação de cultura política. Ângela de Castro Gomes sofisticou mais o conceito devido ao seu estudo sobre o trabalhismo no Estado Novo. A partir de políticas públicas, o Estado buscou construir uma identidade para o país, daí foi necessário construir um passado do qual a cultura histórica passou a ser uma “dimensão constitutiva e também estratégica da cultura política” (GOMES, 2007, 49).

Para a consecução deste trabalho, utilizamos a pesquisa documental e bibliográfica.

Em relação às fontes documentais utilizadas, em especial os jornais, algumas considerações devem permear este estudo. Como fonte, o jornal era pouco utilizado até meados da década de 1960 para o conhecimento da história do Brasil. O tema já era consolidado na historiografia e contava com uma bibliografia significativa. Com estas colocações podemos observar que neste período temos uma história da imprensa, e não uma história por meio dela.

Vários fatores explicam tal situação como bem nos ensina Tânia Regina de Luca:

“Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com o seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade (.....) Neste contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente(.....) Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, *apud* PINSCK, 2005 p. 112)

Com o passar dos anos, a objetividade do jornal não mais era discutida. A discussão estava relacionada ao uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionados e utilizados ao prazer do pesquisador. Daí o amplo rol de restrições que convidavam à prudência e faziam com que alguns só se dispusessem a correr riscos quando premidos pela falta absoluta de fontes, enquanto outros tomavam a imprensa como instância subordinada às classes dominantes.

Esta situação tendeu a mudar quando a professora Ana Maria de Almeida Camargo avaliou como estes desafios estavam sendo enfrentados na prática. Apesar do balanço pouco animador, a autora defendeu com veemência as possibilidades ensejadas pelos jornais, a partir da análise dos trabalhos que até o final da década de 1960 haviam se valido de forma

sistemática das fontes mencionadas nesta discussão, passando pelo pioneirismo de Gilberto Freyre, como também de autores formados segundo padrões acadêmicos como Leôncio Martins Rodrigues e Emília Viotti.

Entende-se que a utilização de jornais como suporte da pesquisa histórica tem muito a contribuir com a construção do saber histórico, desde que analisado de forma crítica seu conteúdo, na busca por ideias, projetos políticos e a influência do Estado. Os textos jornalísticos aliados à conjuntura político-social e a outras fontes documentais (decretos e relatórios) podem seguramente fornecer as bases necessárias para uma pesquisa histórica consistente e rica em conteúdo.

Considerando ainda os trabalhos de História Política, pode-se observar, em outros estudos, que o jornal tem se configurado como fundamental na apreensão das discussões acerca dos momentos políticos, das ideologias e das nuances que o poder construiu no afã de se constituir como hegemônico. Assim, constatamos que:

“Jornais e revistas são empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.” (LUCA, IN. PINSCK, 2005.p.140)

Igualmente, o jornal como documento nos reporta a discussão entre a história e a atualidade na construção de uma memória. Assim nos ensina Maurice Mouillaud:¹⁴

“ O jornal não faz memória dos viventes. A atualidade parece sem memória porque é feita de presentes que se apagam uns dos outros. O jornal não faz memória, e a coleção de um jornal não tem existência para seu leitor. O fundamento da atualidade e o próprio leitor. E a seu presente que ela e ligada e é nele que ela encontra sua evidência. Desta forma, a história e a atualidade se parecem cruzar sem se reconhecer..... O jornal só se torna História através do preço da violência que o desfaz; faz então o papel de uma fonte onde a história busca, como alhures, documentos. Da atualidade á história, se é que há uma passagem, esta exige uma conversão da leitura espontânea do jornal”

Em relação à pesquisa documental, foram utilizados largamente os textos publicados nos periódicos da Paraíba, entre os anos de 1940 e 1945, sendo o Jornal A União, órgão oficial do Governo¹⁵, utilizado com maior frequência para a consecução de nosso trabalho.

¹⁴ PORTO, Sergio Dayrell (Org.); MOUILLAUD, Maurice: O jornal Da forma ao sentido: *Coleção Comunicação*, 2ª ed. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, p.77.

¹⁵ O Jornal “A União” foi fundado em 1893, na gestão de Álvaro Machado, como órgão do partido republicano. Durante a Interventoria Ruy Carneiro, foram os seguintes diretores do periódico e da Imprensa Oficial: José Leal

Os arquivos pesquisados ao longo deste trabalho foram inúmeros, destacando-se o Arquivo do Estado da Paraíba, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP, da Fundação Casa de José Américo e o Arquivo dos Governadores, todos estes localizados em João Pessoa. Sendo assim, centramos nossa pesquisa nos temas que foram objeto de discussão e análise a exemplo da transição de governo, crise financeira, mecanismos de centralização e reformas burocráticas administrativas.

Sobre o Jornal oficial, é importante destacar que sua escolha deriva, além de questões práticas, da própria conjuntura política a época, ou seja, a censura imposta aos meios de comunicação.

Dos jornais diários, com circulação estadual que conhecemos atualmente (Correio da Paraíba, o Norte, A União, Diário da Borborema e Jornal da Paraíba) apenas dois existiam a época: O Norte¹⁶ e a União. O primeiro, fundado em 1908, tinha uma circulação bastante irregular, não circulando durante várias décadas, só retornando a sua circulação em 1952. Quanto a União, este circulou periodicamente durante toda a década de 1940, centralizando todas as publicações do governo a exemplo do Diário Oficial, e seção de expedientes onde constava a movimentação diária das petições e despachos do Interventor Federal.

Sua importância no nosso trabalho deriva em grande parte da “amplitude” de informações, que somadas às notícias e aos artigos encontrados no corpo do periódico, constituem a principal fonte de nosso trabalho.

O jornal A “Imprensa”, órgão de comunicação da Igreja Católica, teve sua circulação suspensa em 1942, retornando em 1946¹⁷. Sobre este semanário, ficamos centrados na transição do governo, ou seja, os meses de agosto a setembro de 1940.

Outra fonte que utilizamos em nosso estudo é a documentação oficial, vinculada ao governo e constituída por relatórios, decretos, anuários estatísticos e alguns documentos manuscritos produzidos pelo gabinete da Interventoria e atualmente depositados no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. Pela quantidade de informações, utilizamos a seleção de documentos, especificando as temáticas que pretendemos trabalhar neste estudo.

Um importante centro de pesquisas que revelou um Ruy Carneiro desconhecido para mim foi, sem dúvida, o Congresso Nacional¹⁸. Fiz pessoalmente pesquisas no Congresso,

18.08.1940/12.08.1941; Ascendino Leite 15.08.1941/20.02.1943; Octacílio Nobrega de Queiroz 23.02.1943/27.04.1944; Severino Alves Ayres 28.04.1944/ 24.03.1945 e João Lelis 25.03.1945/ 04.11.1945.

¹⁶ Jornal fundado em 1908 pelos irmãos Órris e Oscar Soares. Em 1930, estava sob a dependência do senhor Januário Barreto. Tal periódico, ao longo do ano de 1930, fez forte oposição ao Presidente João Pessoa. Com a vitória da “revolução”, teve suas dependências depredadas incluindo as máquinas e equipamentos. Só voltou há circular cinco anos depois, em 1935, através de seu novo proprietário, o industrial Manuel Veloso Borges. Tais afirmações encontram-se disponíveis em: (GUIMARÃES: 2008).

¹⁷ Este ponto será devidamente esclarecido no segundo tópico da dissertação. Nota do autor.

ocasionando um levantamento de todos os discursos de Ruy Carneiro que revelaram uma passagem pouco conhecida de sua biografia, representada pela sua passagem como deputado federal nos anos de 1935 a 1937. Tais discursos, após uma seleção minuciosa, foram analisados e incorporados no corpo do texto.

No decorrer da nossa pesquisa, alguns arquivos foram colocados de lado, não pela sua importância, mas pela inviabilidade de se pesquisar neles. O arquivo histórico de Campina Grande, conhecido como “Museu do Telégrafo” foi visitado não tendo nenhum jornal arquivado sobre o período 1940-1945.

Outro arquivo foi o do CPDOC. Felizmente, boa parte do acervo está disponibilizado na internet, e foi primordial para a consecução do trabalho. Utilizei do arquivo do CPDOC principalmente as cartas trocadas por Argemiro de Figueiredo com inúmeros políticos acerca da situação política do estado da Paraíba relatando a crise ao qual passou a sua administração entre os anos de 1939 a 1940. Aqui foram consultados os arquivos pessoais de Getúlio Vargas, Luiz Simões Lopes e Gustavo Capanema para verificar a situação política da Paraíba que culminou com a saída de Figueiredo do governo em 1940.

Outra fonte incorporada ao nosso trabalho deriva do projeto intitulado “História Oral da Paraíba”, que teve como Coordenadora a Professora Maria Antônia Alonso, financiado pela Fundação Getúlio Vargas, e que durou de junho de 1978 a fevereiro de 1981. Várias das entrevistas realizadas pelos pesquisadores com políticos paraibanos foram transcritas ou publicadas em livro. Destas, três merecem destaque em nosso trabalho: as de Ruy Carneiro, José Américo de Almeida e Osmar de Aquino.

A primeira encontra-se publicada em forma de livro. A de Ruy Carneiro, encontra-se disponível para consulta no arquivo do NDIHR (Núcleo de Documentação e Informação História Regional) da Universidade Federal da Paraíba e no site do CPDOC. A de Osmar de Aquino esta também disponível no site do CPDOC da fundação Getúlio Vargas¹⁹.

¹⁸ Câmara dos Deputados. Centro de documentação e informação. Sede do Congresso Nacional, Brasília, Distrito Federal.

¹⁹ Os livros e sites que nos referimos são os seguintes: CAMAGO. Aspásia; RAPOSO. Eduardo; FLAKSMAN. Sergio: **O Nordeste e a Política: Dialogo com José Américo de Almeida**: 1ª ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – Fundação Casa de José Américo, 1984; Paraíba Nomes do Século: A União, 2000, de Antônio Carneiro Arnaud; e CARNEIRO, Ruy: **Depoimento ao CPDOC**: Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1977. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/historiaoral/arq/Entrevista239.pdf> do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Osmar de Aquino: Entrevista concedida ao CPDOC: Rio de Janeiro, 1979. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista210.pdf>.

Importante entrevista, observando a questão nacional é, sem dúvida, a do idealizador do Departamento Administrativo do Serviço Público²⁰, Luiz Simões Lopes. Publicada em forma de livro “Luiz Simões Lopes fragmentos de memória” é uma compilação das entrevistas que o idealizador do Dasp e das reformas administrativas durante o período Vargas concedeu a Celina Vargas do Amaral Peixoto, ambas do programa de história oral Aspásia Camargo ao Programa de História Oral do CPDOC, entre os anos de 1979 a 1981 e no ano de 1990.

Em relação à pesquisa bibliográfica, que dará suporte à construção do estadual, iremos utilizar algumas bibliografias que são referência para o estudo. Será utilizada em dois grupos. O primeiro é referente a estudos sobre a História do Brasil, que trazem passagens sobre o Estado Novo, dando ênfase a seus aspectos políticos e sociais. Podemos citar como exemplos os trabalhos: *Estado Novo: Novas Histórias. De Maria Helena Rolim Capellato*; onde a autora aborda várias temáticas bastante recorrentes durante o período: totalitarismo, controle dos meios de comunicação, propaganda política, novo prisma acerca do Estado Novo, etc. Outro estudo que merece destaque o trabalho da professora Ângela de Castro Gomes: *A Política Brasileira em Busca da Modernidade: Na fronteira entre o público e o privado*, onde a autora debate, dentre tantos temas, a questão do corporativismo durante o período estudado. Outro estudo de relevo é *Estado e Planejamento Econômico no Brasil* de Octavio Ianni. Deste estudo, iremos utilizar o segundo e terceiro, onde temáticas como a ação do poder público, a “redemocratização”, etc.

Publicado em forma de livro com algumas modificações (inicialmente trata-se de Tese de doutorado defendida no programa de pós-graduação em História da UNISINOS no ano de 2005) “Um Olhar Regional sobre o Estado Novo” de Luciano Aronne de Abreu constitui-se importante contribuição à historiografia gaúcha. O autor analisou o Estado Novo no Rio Grande do Sul , debatendo de forma clara as “tramas políticas” , os mecanismos de centralização política-administrativa e por fim, as realizações administrativas dos três Interventores do período: Daltro Filho (out de 1937-Jan de 1938); Cordeiro de Farias (Mar de 1938-Ago de 1943) e Ernesto Dorneles (Set 43-Out 1945). Cito este trabalho por constituir-se como base para o que estou desenvolvendo no caso concreto acerca da Interventoria Ruy Carneiro. Observa-se que particularmente, a Interventoria Cordeiro de Farias muito se

²⁰ Órgão responsável pela reformulação do serviço público e da burocracia federal. Previsto no art. 67 da Constituição de 1937, foi criado pelo Decreto-Lei 579, de 30 de Julho de 1938. Luiz Simões Lopes foi um dos idealizadores e seu primeiro presidente. Sobre o Dasp e Luiz Simões Lopes iremos discorrer com mais detalhes no capítulo três da dissertação.

assemelha a de Ruy Carneiro aqui na Paraíba, seja na nacionalização e reforma do ensino²¹, seja na ênfase que a administração Cordeiro de Farias deu a saúde no Rio Grande do Sul, como fez Ruy Carneiro. O que podemos concluir com a análise deste trabalho? É que as questões regionais perpassam o nacional, e que o que ocorreu nos Estados Brasileiros durante o período a exemplo da Paraíba e do Rio Grande do Sul, tinha como fundamentação uma política do Estado Novo.

1.2– Ruy Carneiro: de suas origens em Pombal à chegada ao governo da Paraíba

Quarto filho de uma família de doze irmãos, Ruy Vieira Carneiro²² nasceu em 20 de agosto de 1901 na cidade de Pombal, estado da Paraíba. Era filho do advogado provisionado²³ João Vieira Carneiro e Maria Carvalho Carneiro (Sinhá). Do casal, além de Ruy Carneiro nasceram os seguintes filhos: Adalgisa, Jaime, Dulce, Ruy, Janduhy, Dalva, Marie, Francisco, Clovis, Aracy e Mirtes. As origens da família Vieira Carneiro remontam a chegada à Paraíba dos irmãos de descendência portuguesa Manoel Vieira Carneiro, João Vieira Carneiro e Daniel Vieira Carneiro, que fincaram raízes no Sítio Caatinga dos Andrade, situado no município de Riacho dos Cavalos, antigo distrito de Catolé do Rocha,²⁴ e no Sítio Micaela que integra o atual município de Lagoa, ex – distrito de Pombal, conforme mapa abaixo ²⁵:

²¹ Tópico será discutido no capítulo três da dissertação.

²² A grafia correta do nome é com “y”, conforme certidão do Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela; Serviço Registral Guiomar Tavares Formiga instalado em 12/12/1888. Oficial Registrador Marcos Tavares Formiga. CNPJ: 24.510.638/0001-30. Anexada ao presente estudo.

²³ Termo referente ao profissional que atuava como advogado, mas sem formação na área jurídica. Só podia exercer o ofício no primeiro grau de jurisdição. Com a criação, na década de 1930, da Ordem dos Advogados do Brasil, tal prática tornou-se cada vez mais rara.

²⁴ Município situado no noroeste do Estado da Paraíba.

²⁵ Disponível em <http://mapasblog.blogspot.com.br/2011/12/mapas-da-paraiba.html>: Consulta realizada em 20 de Abril de 2012.

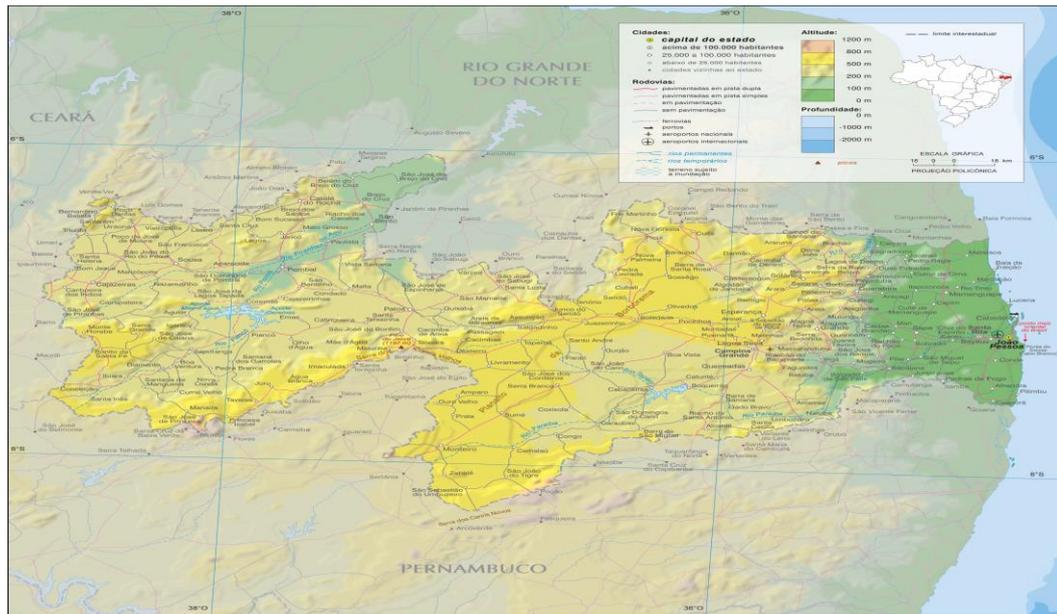
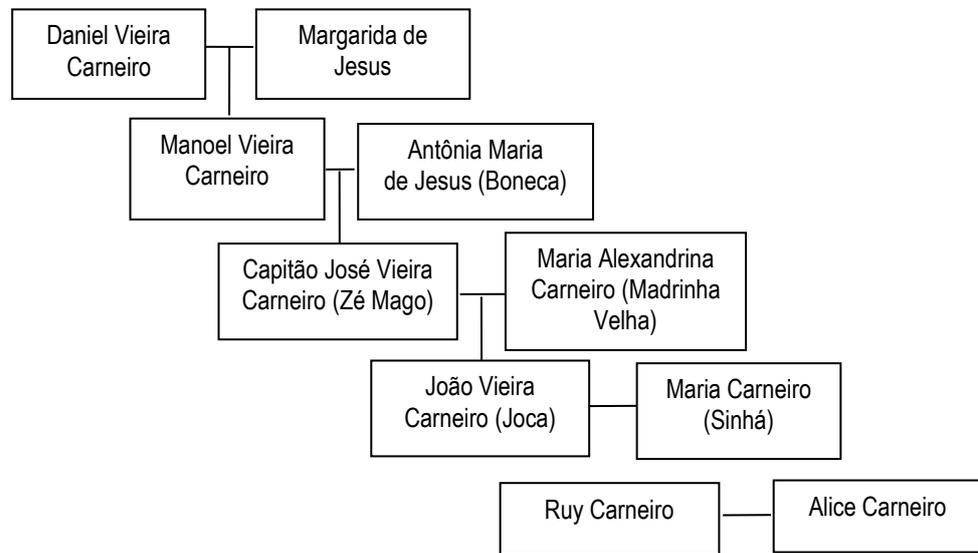


Figura 01: Divisão Territorial do Estado da Paraíba em 2013, destacando-se os Municípios de Catolé do Rocha e Pombal.

Pelo lado materno, descende da família Carvalho. Sua mãe, Maria Carvalho Carneiro (Sinhá), nasceu na localidade “Malhada Vermelha”, no atual município de Pedra Branca, no vale do Piancó²⁶. Seu pai, João Vieira Carneiro (Joca), era filho de José Vieira Carneiro (Zé Mago) e de Maria Alexandrina Carneiro (Madrinha Velha), primos legítimos. Para melhor ilustração, observa-se o infográfico abaixo²⁷:

²⁶ Região situada no extremo oeste do Estado da Paraíba.

²⁷ Adaptado de CARNEIRO: 2004.

GRAFICO: 01: Origens familiares de Ruy Carneiro.

Era uma família numerosa, de médios proprietários rurais. Não detinham grandes posses, mas desfrutavam de prestígio e influência na região.

Inserida neste contexto, alguns membros da família Carneiro galgaram altos cargos na seara pública e privada durante os séculos XIX e XX.

Como exemplos dessa afirmação destacam-se os dois tios de Ruy Carneiro, Daniel Vieira Carneiro e Juvêncio Vieira Carneiro, e seu pai João Vieira Carneiro. Daniel Vieira Carneiro nasceu em Catolé do Rocha em 1879. Foi advogado, promotor público e Juiz de Direito no antigo território do Alto - Purus (atual estado do Acre), além de Procurador da Fazenda Nacional no Estado do Ceará, e logo depois na Paraíba, ou seja, uma carreira nas lides forenses e na judicatura dentre outras funções. Ele, além de sua atuação na área jurídica, teve breve, porém marcante passagem pela Câmara dos Deputados onde atuou como deputado pelo Ceará de 1921 a 1923 e pela Paraíba de 1927 a 1929. Manteve-se aliado ao Epitacismo²⁸ destacando-se como exímio orador, (defendendo, entre outras causas, as obras contra as secas no Nordeste). Encerrou sua vida pública como Tabelião Público no Distrito Federal. (CARNEIRO, 2004, pp. 14-15)

Natural de Riacho dos Cavalos, Juvêncio Vieira Carneiro²⁹ ainda jovem fixou residência em Cajazeiras, cidade situada na mesorregião do sertão paraibano, distante 476 km

²⁸ Corrente ou facção política liderada pelo ex-ministro e Presidente da República Epitácio Pessoa durante os anos de 1915 a 1930. Durante este período o Epitacismo fez todos os governadores.

²⁹ Demais dados sobre Juvêncio Carneiro e sua atuação como político será analisado no capítulo dois.

da capital. Dedicou-se ao comércio e à política ao lado do Coronel Sabino Gonçalves Rolim, ambos correligionários de Eptácio Pessoa³⁰.

Situação semelhante viveu João Vieira Carneiro. Advogado provisionado, como já explicitado em linhas anteriores, foi promotor público na cidade de Pombal entre os anos de 1900 a 1905. Na política paraibana, igual a seu irmão, manteve forte ligação com Eptácio Pessoa sendo correligionário do senador João Coelho Lisboa³¹, apoiando os candidatos ligados ao Eptacismo. Suas atribuições iam além da área pública. Em 1919, adquiriu o jornal “Correio da Manhã” que fora fundado por Isaac Leão Pinto, por 5 contos de reis, tendo o seu genro, Rafael Correia de Oliveira³² assumido o cargo de Diretor Geral. Neste periódico já atuava Ruy Carneiro como secretário e repórter, enquanto paralelamente concluiu seu curso de humanidades no Liceu Paraibano. A sede do jornal situava-se onde atualmente encontra-se edificado o Paraíba Palace Hotel no “Ponto de Cem Réis” centro da capital. Demolido a edificação em virtude da reforma empreendida pelo prefeito Walfredo Guedes Pereira (1920 – 1924) ficou o prédio mantido na esquina da Rua Duque de Caxias com o atual “Ponto de Cem Reis” conforme ilustração abaixo³³.

³⁰ Ex - Deputado Constituinte, ex - Ministro da Justiça no Governo Campos Sales, ex – ministro do Supremo Tribunal Federal, Presidente da República eleito em 1919. Governou até 1922. Foi um dos principais líderes na Paraíba durante a República Velha, período denominado de Eptacismo, termo já explicado na nota nº 7. Sobre Eptácio Pessoa, destacam-se as seguintes obras e autores: **História da Paraíba lutas e resistências**: 10 ed. A União, João Pessoa, 2002; **Perfis Parlamentares: Volume 7 de Eptácio Pessoa**: Câmara dos Deputados, Brasília, 1978; ambos de José Octavio de Arruda Mello e Eptácio Pessoa: Uma Biografia: editora Ideia, João Pessoa, 2005 de Fernando Melo.

³¹ João Coelho Gonçalves Lisboa nasceu na cidade de Areia - PB em 27/06/1859. Filho de Teodósio Gonçalves Lisboa e Josefa dos Santos Coelho e Silva. Formado em Direito, além de chefe de polícia do Estado da Paraíba na Gestão Venâncio Neiva (1889 – 1891), foi deputado federal de 1894 a 1899 e senador de 1905 a 1908. Faleceu em 11/07/1918. Dados disponíveis em http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1791&li=26&lcab=1903-1905&lf=26: Acessado em 22/06/2012.

³² Rafael Correia de Oliveira nasceu em Goiana, estado de Pernambuco em 20 de outubro de 1896. Filho de Samuel Correia de oliveira e Angelina Correia de Oliveira. Seu pai foi Juiz de Direito nas comarcas de Ingá, Cabaceiras e Campina Grande no Estado da Paraíba, e, Quipapá e Olinda, no Estado de Pernambuco. Fez os estudos preparatórios no Recife, onde trabalhou como revisor do jornal “Pernambuco”. Em 1916 matriculou-se na Escola Superior de Agricultura então existente na cidade de Taperoá – PB, sob orientação de frades beneditinos. Abandonando o curso, matriculou-se na tradicional faculdade de Direito do Recife. Fixando residência em João Pessoa, tornou-se em 1919 diretor do jornal “Correio da Manhã” de propriedade de João Vieira Carneiro. Contraiu núpcias com a filha de João Vieira, Dulce Carneiro, irmã de Ruy. Apoiou a “revolução” de 1930, ocupando logo após a vitória do movimento funções de caráter diplomático. Em 1944, Apesar de amigo pessoal do Presidente Vargas, passa a apoiar as forças que faziam oposição ao regime instaurado em 1937. Entre os anos de 1945 a 1954 passa a colaborar em vários periódicos brasileiros a exemplo do “jornal de Debates”, Diário de Notícias, e o Estado de São Paulo, de cuja sucursal no Rio de Janeiro tornou-se mais tarde diretor. Primo pelo lado materno de Argemiro de Figueiredo foi um dos principais articuladores da sua eleição para o senado federal em 1954. Eleito deputado federal, participou ativamente das atividades parlamentares, até o seu desaparecimento ocorrido no dia 04 de junho de 1958. Dados disponíveis em: (CARNEIRO: 2000)

³³ Essa imagem na realidade é de 1920. O livro “Acervo de Walfredo Rodriguez: dois séculos da cidade: Passeio retrospectivo”, de 1973 tem a definição da imagem: “Antiga rua da Baixa, depois Direita, atual Duque de Caxias,



Figura 02: Seta indicativa do sobrado onde no primeiro andar em 1930, funcionava o Jornal “Correio da Manhã” de propriedade de João Vieira Carneiro.

Observa-se que a família Carneiro enquadra-se no perfil da chamada política de parentela, tão bem explicitada por Linda Lewin em sua obra *Política e Parentela na Paraíba*, trabalho originalmente apresentado em 1975 como tese de doutoramento na Universidade de Columbia. O ponto primordial de tal estudo é observar, ou melhor, desvendar, a forma como a parentela ou “família ampliada” tornou-se um mecanismo de poder durante o período do Império e República Velha como bem explicitado pela professora Rosa Godoy no prefácio que fez à edição da Editora Record publicada em 1993:

“o sistema oligárquico lastreado nas parentelas, buscando aprender as técnicas por ele engendradas no sentido de preservar um pequeno grupo de família no controle do aparato estatal, em seus vários níveis territoriais (local, estadual e nacional), mesmo em uma fase de transição e mudanças econômicas e sociais, a chamada *modernização* (...). Isto posto, o trabalho traça um perfil da oligarquia paraibana segundo um espectro bastante abrangente de variáveis –cargos exercidos, distribuição geográfica e geracional, formação educacional, bases familiares e de riquezas- as quais se agrega uma minuciosa investigação sociológica sobre os mecanismos utilizados pela política de parentela, tais como as relações de parentesco,

vendo-se a velha Igreja do Rosário dos Pretos (demolida) atual praça Vidal de Negreiros e na esquina prédio do antigo “Correio da Manhã).

agregação e compadrio; política dos casamentos endógenos; os conhecidos fenômenos da “panelinha” e do “empreguismo”. (SILVEIRA, Apud LEWIN: 1993, p. 25)

Para o nosso estudo, o terceiro capítulo intitulado “A Parentela no Império e na República” é fundamental para entender os laços que levaram a família Carneiro, de médios proprietários rurais a uma família de destaque na vida pública paraibana. Mas antes de adentrarmos no caso fático, fica a indagação: o que é parentela? Nada melhor que a própria professora Linda Lewin para elucidar a questão:

“Muito mais do que uma organização social, a parentela estava subjacente à base da rede de parentes e amigos de um político. O núcleo dos seguidores políticos que a ele se vincularam de maneira personalística constituía-se dos membros de sua parentela. Os membros deste grupo de base familiar organizavam localmente o eleitorado para fornecer-lhe os votos, defendiam seus interesses partidários em seu município natal e o serviam lealmente nos cargos políticos de que fossem detentores ou nos postos do serviço público em que ingressavam por nomeação. Finalmente, na medida em que uma parentela pode ser considerada um grupo quase corporativo de maior duração que o período de vida de um político, pode-se dizer também que ela constituía uma organização econômica em virtude dos direitos coletivos e individuais sobre a terra detidos por seus membros. Além disso, dois ou mais ramos de uma parentela geralmente coordenavam suas atividades econômicas de maneira a aumentar sua solidariedade como um grupo corporativo” (LEWIN: 1993 p.113/114).

Um dos exemplos mais sugestivos foi o casamento de Alcides Carneiro com a filha de José Américo de Almeida, o que fez com que a família Carneiro se ligasse a duas famílias bastante tradicionais, os Leal e os Almeida³⁴. Outro casamento foi o do próprio Ruy Carneiro, que ao contrair núpcias com Alice Carneiro, se ligou a José Pereira Lira³⁵, casado com uma irmã de Alice Carneiro.

Outro fator que merece ser destacado, é que com os empregos públicos que a família galgou, a exemplo do próprio Ruy Carneiro (Interventor e Senador), o mesmo conseguiu aumentar a rede de “clientes”, que sempre, ou quase, defendiam os seus interesses³⁶

³⁴ Com o casamento de Alcides com Selma, os Carneiro ligaram-se politicamente a duas grandes famílias de prestígio econômico e político. Os Leal, do Monsenhor Walfredo Leal, ex- Presidente do estado da Paraíba, e tio de José Américo de Almeida, e os Almeida do próprio José Américo, família de proprietários rurais na cidade de Areia, situada no Brejo Paraibano.

³⁵ Não confundir, José Pereira Lira, concunhado de Ruy Carneiro, ex-Chefe da Casa Civil do Governo Dutra, candidato derrotado ao senado nos pleitos de 1945 e 1950, e ex-ministro do Tribunal de Contas da União, com o coronel de Princesa, José Pereira Lima.

³⁶ A família Carneiro e seus agregados galgaram ao longo do século XX, inúmeros cargos. Só para citar alguns exemplos, além de Ruy Carneiro, seu irmão Jandhuy Carneiro foi diretor do departamento de saúde do estado no seu governo, além de varias vezes Deputado Federal, sua esposa, Alice Carneiro presidente da Legião Brasileira de Assistência durante seu governo, seu tio Juvêncio Carneiro Prefeito de Cajazeiras durante a gestão de seu

Em 1908, iniciou Ruy Carneiro os estudos primários na escola mantida pelo professor Celso Mariz em Catolé do Rocha. O professor, em depoimento ao jornalista Armando Nóbrega, demonstra com intimidade algumas características de seu aluno:

“O mais velho, Jaime, controlava seu irmão Ruy, um menino de sete anos “mais magro do que para gordo”, corado, de olhar inteligente e bem comportado. O pai dos dois era Joca Carneiro, um habilidoso rábula que viera passar um ano na cidade, advogando causas dos amigos de seu compadre, o chefe oposicionista Valdevino Lobo. Jaime teria passado despercebido pela memória do professor, não fosse o seu comportamento irrequieto. “Com o mais novo, Ruy era diferente. O menino tinha um porte esbelto, usava sempre roupas bem lavadas e passadas, não falava mais do que o necessário, dava as lições de letras com perfeição, mas sentia uma certa dificuldade nas contas. Ruy Carneiro não chegava a ser tímido, dava mais uma impressão de uma certa dignidade, sem esnobismos. Apresentava uma organização física e mental regulares. Na hora do recreio acompanhava todos os colegas na brincadeira, se bem que seguisse de perto o irmão Jaime, sem muito sucesso porque ninguém aguentava o “rojão” de Jaime (.....) O olhar dominador, o porte desempenado e o equilibrado comportamento já denotavam que aquele aluno era diferente dos demais, que ele iria dar que falar, calculou o professor”. (MARIZ apud. Nóbrega: s/d. pags.29/30)

Como aluno regular do ensino médio, estudou Ruy Carneiro no antigo “Lyceu” Paraibano localizado atualmente no prédio da Praça João Pessoa, onde funcionou até alguns anos atrás o curso de direito da Universidade Federal da Paraíba, diferentemente de membros da elite, a exemplo de seu contemporâneo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, “que estudou a época interno no colégio Pio X”. (MELO: 1998, p. 72).

Coincidentemente, durante o período em que o tio Daniel Carneiro foi deputado federal, Ruy Carneiro iniciou seus estudos na tradicional faculdade de Direito no Recife. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1925. Durante o curso, não demonstrou ser um aluno aplicado, ou que tivesse participação na clássica boemia da época. Seu contemporâneo de curso, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo assim se pronunciou sobre seu colega:

“No Recife, nosso desencontro, adveio da circunstância de que fui estudante de frequência regular, assistindo às aulas o ano inteiro, enquanto ele só ia à Faculdade para os exames de segunda época. Esse regime era permitido pelo regulamento da época, ao menos pelo direito costumeiro. Os estudantes, que trabalhavam em outras cidades, não podiam fazer exames no fim de ano, por falta de frequência regular. Mas podiam fazê-los em segunda época, ou seja, em março do ano seguinte. No meu tempo, talvez a metade dos alunos

sobrinho Ruy Carneiro. Alcides Carneiro, seu primo ocupou a estratégica Presidência do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Civis da União (IPASE) sendo nomeado Ministro do Supremo Tribunal Militar (STM).

matriculados não teve convivência acadêmica. Quando estudou Direito Rui, já era secretário do “Correio da Manhã, o que não lhe permitia morar no Recife. (Ibidem, p. 72)

Como afirmado anteriormente, Ruy já ocupava o cargo de diretor do jornal de sua família, em face da nomeação do jornalista Rafael Correia de Oliveira para prefeito do município de Sena Madureira, no então território do Acre, em 1922. Durante este período, o periódico tinha forte colaboração de José Pereira Lima³⁷, responsável pela parte política do Jornal, e um dos esteios do Epitacismo. Ruy Carneiro atuava ao lado de jovens como João da Mata, Aderbal Piragibe e Genésio Ganbarra.

Contemporâneo do jovem Ruy Carneiro neste período, o desembargador Antônio Gabínio da Costa Machado, à época estudante e inquilino de um dos quartos existentes nas dependências do jornal “Correio da Manhã”, teceu algumas impressões sobre o jovem repórter em suas memórias intituladas “Um canto de saudade”:

“Rui Carneiro, o locatário do prédio, dirigia o Correio. Cortês e prestimoso, não cobrava Sublocação de ninguém. Fazia – o indiretamente com uma tática que nunca falhou. Comigo, era assim: No primeiro de cada mês, batia, de leve em minha porta. Logo, pondo a cabeça para dentro, sorridente, perguntava-me: “Como vamos de finanças?.....”- Se a resposta lhe favorecia, o resto do corpo acompanhava a visita – embolsava o dinheiro, dava um dedo de prosa, um abraço, desde então o seu forte, e saía. Se a resposta era negativa, não importunava e só retornava no vencimento posterior. Procedia assim com todos” (GABÍNIO, 1981, p. 65)

Outro ponto de destaque da vida particular de Ruy Carneiro foi seu casamento antes da conclusão do curso de direito em 22 de setembro de 1925 com Alice de Almeida Carneiro³⁸, que terá marcante participação na interventoria entre os anos de 1940 a 1945.

³⁷ Filho do coronel Marcolino Pereira Lima e de Águeda de Andrade Lima. Seu pai foi chefe político e prefeito de Princesa Isabel por duas vezes e deputado estadual de 1900 a 1903, tendo falecido aos 65 anos de idade, em 11 de setembro de 1905, deixando em Inventário para seus 10 filhos o valor de cento e cinquenta contos de réis valor considerado um dos maiores espólios da época. Com seu desaparecimento, seu filho José Pereira Lima deixa o curso de direito em Recife e passa a exercer a chefia política até então exercida pelo seu pai. Entre os anos de 1905 a 1915, consolida a sua chefia política municipal, ampliando sua influência na região. Em 1915 houve o rompimento de Epitácio Pessoa com monsenhor Walfredo Leal, ficando José Pereira ao lado de Epitácio. No mesmo ano com a vitória do candidato do Epitacismo, consolidou a sua liderança política. Foi eleito e reeleito por 15 anos deputado estadual (1916 a 1930). Foi líder da revolta de Princesa em 1930, ação que ajudou a desestabilizar o governo de João Pessoa. Com a vitória do movimento revolucionário de 1930, teve seus direitos políticos suspensos e teve que se refugiar por ser acusado de vários crimes. Não foi beneficiado pela anistia de 1931. Desse modo, somente em novembro de 1935 pode voltar à liberdade conseguido através de *habeas corpus*, requerido ao Supremo Tribunal Federal (STF). Faleceu na década de 1940, afastado da vida pública. In. LIMA, Aloysio Pereira. (relato a Agnaldo Almeida), **José Pereira Lima** Série Histórica; nº 31; Ed. A União; 2000.

³⁸ Em relação a esposa de Ruy Carneiro, Alice, fizemos pesquisas exaustivas e não conseguimos encontrar nenhum livro, plaquete, artigo, que tragam a sua biografia. Os poucos dados obtidos, afirmam que nasceu em Mamanguape em maio de 1906. Filha de Henrique de Almeida e Júlia Scipriano de Almeida. Veio residir em

O movimento de 1930 constituiu-se num rompimento de paradigmas não só para a sociedade brasileira como também para o então bacharel Ruy Carneiro. Desde o início da década de 1920 que a chamada República Velha vinha dando sinais de declínio. O levante tenentista dos Dezoito do Forte em 1922, a revolução gaúcha de Borges de Medeiros em 1923, a revolução paulista de 1924 e a Coluna Prestes são exemplos, para não ir mais adiante, da insatisfação de setores organizados da sociedade com a política do “café com leite”.

A crise mundial do “crack” da bolsa de Nova Iorque em 1929 atingiu sobremaneira a economia nacional, levando a uma grave crise nas exportações do café, à época nosso principal produto de exportação.

Entrementes, realizaram-se as eleições presidenciais, com dois postulantes ao cargo: Júlio Prestes e Vital Soares pela chapa situacionista e Getúlio Vargas e João Pessoa pela Aliança Liberal.

Nas eleições que se seguiram, o bacharel Ruy Carneiro, que já se encontrava em plena atividade no “Correio da Manhã”, passa a fazer a campanha da Aliança Liberal ao lado de jovens como João da Mata Correia em oposição ao Jornal o Norte³⁹ que atuava ao lado dos perrepistas⁴⁰.

Após a derrota da Aliança Liberal, e, posteriormente, a morte do Presidente João Pessoa em 26 de julho de 1930, foi deflagrado um movimento revolucionário liderado por Getúlio Vargas. Na Paraíba, os antigos correligionários da Aliança Liberal passaram a intitular-se como “revolucionários”, atuando decisivamente no desfecho do movimento.

O jornal *Correio da Manhã* insere-se nesse contexto como um órgão defensor das causas do movimento na Paraíba. Da sacada do prédio, localizado em ponto estratégico da capital paraibana, o jovem Ruy Carneiro defendia com ardor as causas “aliancistas”. Nesse sentido, como observado por José Joffily:

“Um dos oradores que, pela vibração elegante e arrebatadora, empolgava a multidão era Otacilio de Albuquerque. No primeiro comício da Aliança Liberal, terminou ele o discurso, exclamando duas palavras: *AGORA VAI!* Cunhada a expressão, logo se transformou em grito de Guerra, na capital e no interior do Estado, nas passeatas e quebra – quebras....Revezaram-se nas

João Pessoa, estudando as primeiras letras com a professora Nazinha Farias. Aos 20 anos casou-se com Ruy Carneiro. Dados obtidos da crônica em homenagem a Alice Carneiro de autoria de Rosilda Cartaxo, publicada no jornal “o Momento” de 13 e 20 de dezembro de 1976.

³⁹ O jornal o “Norte” foi fundado em 1908. Com circulação irregular, só teve sua periodicidade regularizada em 1952, com o intuito de registrar a campanha vencedora de Assis Chateaubriand para o senado federal pelo estado da Paraíba.

⁴⁰ Termo de indicava os partidários do Partido Republicano Paulista (PRL) (situacionista). Defendiam a candidatura de Júlio Prestes/Vital Soares em detrimento dos candidatos opositoristas da Aliança Liberal ou “Aliancistas” Getúlio Vargas e João Pessoa.

janelas do *Correio da Manhã* e em outras tribunas da rua os oradores Aderbal Piragibe, Anquizes Gomes, Ruy Carneiro, Benjamin Pessoa, Café Filho, Euclides Mesquita, Fiuza Lima, Genésio Gambarra, Gilberto Leite, João Belísio, José Mousinho, José Mulungu, José Rodrigues da Silva, Lauro Gomes, Leonel Coelho, Luis de Oliveira, Otacilio de Albuquerque, Padre Matias Freire, Renato Bastos, Romulo de Almeida e Sandoval Wanderley, Dino de Oliveira e Artur Almeida” (JOFFILY: 1980, p.300)

Deflagrado o movimento em outubro de 1930, Ruy Carneiro já era bastante conhecido na sociedade paraibana e por grupos anteriormente aliancistas, agora “revolucionários” a exemplo do liderado por Antenor Navarro. Ruy Carneiro é incorporado ao grupo dos “radicais” sendo nomeado “tenente civil” da revolução de 1930, passando a ter intensa participação nos desdobramentos do movimento aqui na Paraíba como ajudante de ordens do Capitão Juarez Távora e logo em seguida do “tenente civil” Juraci Magalhães. Sobre o tema, expõe o professor Eduardo Raposo:

“Na sua grande maioria os radicais eram jovens sem a menor tradição política no estado. As poucas exceções eram os distantes parentescos com figuras de limitada ascensão política, como era o caso de Rui Carneiro, sobrinho de Daniel Carneiro, que fora deputado federal na legislatura 1927 a 1930. A família Borja Peregrino também tivera certa atuação política no município de Alagoa Grande. Francisco Cícero de Melo era sobrinho materno do monsenhor Walfredo Leal. Odon Bezerra tinha atuação política como prefeito de Bananeiras (.....) O grupo depois de 1930 dividiu-se, continuando uns na política e voltando-se a maioria para outras atividades. Os que permaneceram na política filiaram-se ao Partido Progressista, fundado por José Américo. Três membros do grupo chegaram ao governo como interventores: Antenor Navarro, Rui Carneiro e Odon Bezerra, os dois últimos muito tempo depois da revolução e já sem nenhum compromisso com a ideologia tenentista que os identificava originalmente.” (RAPOSO: 2006, p.110)

Dentro deste contexto “revolucionário”, acontecimento marcante é o “assalto” ao 22º Batalhão localizado no bairro de Cruz das Armas, nesta capital. Marcante pela dimensão política que seu deu ao movimento e pela morte de quatro revolucionários e quatro legalistas.⁴¹ Sobre a participação do tenente civil Ruy Carneiro no levante, Ademar Vidal, em suas memórias, traz a relação nominal dos participantes do movimento:

⁴¹ Sobre o tema podemos citar os seguintes trabalhos: ALMEIDA, José Américo de. **O Ano do Nego**. (Memórias). 3ª ed. Fundação Casa de José Américo. João Pessoa, 2005. VASCONCELOS, Cabral. “A revolução de 30 em depoimento exclusivo. General reformado elogia livro de Jóffily mas faz reparos históricos. Não houve assalto ao quartel do 22B.C” Entrevista concedida ao Jornalista Evandro Nóbrega, Jornal o Norte primeiro caderno, edição especial, 04 de maio de 1980, p.7.

“Após a chegada dos civis, Anthenor Navarro informou: Nós vamos assaltar o quartel do 22º B.C, em Cruz das Armas. O silêncio absoluto encheu alguns segundos. Depois foi cortado por uma ou outra voz. Os rapazes começaram a ouvir as instruções indispensáveis ministradas, minuciosamente, pelo seu jovem e ardoroso chefe (.....) Os civis eram os Srs. Antenor Navarro, Odon Bezerra, José Mariz, Artur Sobreira, Bazileu Gomes, Ernesto Silveira, José de Borja Peregrino, Artur Oliveira, Rui Carneiro, Cipriano Galvão, Antônio Primo Viana, Francisco Cícero de Melo, José Minervino, Antônio Ramos Duarte, José de Barros, Acrisio Toscano, Antônio Pontes, José de Lima, Ricardo de Brito, Caetano Júlio, Isaias de Brito e Virgílio Codeiro”. (VIDAL: 1987, p.391)

Vitorioso o movimento no país, teremos a emergência de um estado “interventor”, centralizado. Devemos observar, entretanto, que não se pode “supervalorizar” o poder estatal. Para governar, o Presidente Getúlio Vargas teve que fazer uma série de manobras políticas no sentido de conciliar os interesses dos Estados com os grupos oligárquicos em particular, os do Nordeste. Neste sentido:

“As Interventorias nortistas caracterizam-se por constantes crises políticas. O desajuste entre as forças sociais locais e o “poder vindo de fora”, responde, em grande parte, pelo clima de instabilidade política e a conseqüente alta rotatividade dos Interventores. Essas crises são provocadas tanto por elementos tenentistas descontentes com a conciliação entre Interventor e os setores oligárquicos insatisfeitos com sua pouca representatividade na Interventoria.” (PADOCCI, apud GOMES: 1980, p. 350.)

Dentro desse contexto, é nomeado para a pasta da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida⁴² um dos líderes do movimento no Nordeste.

⁴² José Américo de Almeida (Areia 1887 – João Pessoa 1980) foi um escritor e político brasileiro com atuação na Paraíba. Seu pai, Inácio Augusto de Almeida era proprietário rural. Sua mãe Josefa Leal de Almeida, era dona de casa. Orfão aos doze anos, e sob os cuidados do Padre Odilon, por pouco não seguiu a trajetória do irmão Inácio que se tornou sacerdote. Após abandonar o seminário em 1904, conclui seu curso secundário no Liceu Paraibano. Em 1908 graduou - se em Ciências Jurídicas e Sociais pela faculdade de Direito do Recife. Nomeado promotor público na cidade de Souza, permanece nesta comarca um ano. Logo após, pede exoneração do cargo passando a advogar em Guarabira, cidade onde seu tio Valfredo Leal detinha forte influência. Nomeado Procurador Geral do Estado em 1911. Após essa função, passa a ocupar as funções de consultor jurídico do Estado, onde recebe elogios de Eptácio Pessoa por sua atuação. E desse período que surge duas de suas maiores obras: “A Paraíba e seus Problemas” de 1915 e a “Bagaceira” de 1928. Na seara política foi convidado para participar da administração do Presidente João Pessoa em 1928 na qualidade de secretário de governo. Participa ativamente das reformas implementadas pelo governo, Combatendo pessoalmente no levante de Princesa. Em 1930 é um dos líderes do movimento de 30 no Nordeste. Diante da vitória do grupo revolucionário, é convidado pelo Chefe do Governo Provisório Getúlio Vargas para a pasta da Viação e Obras Públicas. No ministério desenvolve uma política de combate aos efeitos da seca no nordeste. Deixa a pasta e candidata-se a uma vaga de senador em 1935. Nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, renuncia ao mandato de senador. Candidato às eleições presidenciais de 1938, não conseguiu viabilizar sua candidatura, em virtude do golpe liderado por Vargas em 10 de novembro de 1937. Durante os anos de 1937 a 1945, fica recolhido as suas funções de Ministro. Com a “redemocratização” foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN). Eleito senador em 1946, lidera em 1950 dissidência no partido filiando-se ao Partido Libertador (PL) onde é eleito Governador da Paraíba em coligação com o Partido Social Democrático (PSD). Durante o segundo Governo Vargas (1951 – 1954) e convocado para a pasta da Viação e Obras Públicas exercendo a titularidade ate

Na Paraíba pós-30, faz-se mister compreender os grupos políticos que surgem durante este período. Deve-se observar as “tramas políticas”, ou seja, as articulações de diversos “grupos” que vinham desde a década de 30 do século passado constituindo as suas bases político-eleitorais. O primeiro grupo político de destaque foi o liderado por José Américo de Almeida. Entre os anos de 1930 a 1937, sua liderança foi quase absoluta. Influenciou e muito nas escolhas dos interventores federais e Governadores do Estado. Sua força político-eleitoral, além de sua liderança na “revolução” de 1930 como vice – rei do norte baseava-se na administração das chamadas verbas contra as secas. Tal política não foi iniciada pelo ministro da Viação. Ao longo da República Velha, a oligarquia Epitacista (1915 – 1930) utilizou os recursos do antigo Instituto de Obras Contrás (IOCS) depois Instituto Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), como base para fortalecimento de suas bases eleitorais, através de obras que em grande medida beneficiavam os seus correligionários. Em 1919, Epitácio Pessoa foi eleito Presidente da República na sucessão de Delfim Moreira. O seu quadriênio foi especialmente rico nas verbas carreadas para construção de açudes e obras contra as secas ampliando sobremaneira a sua influência política. Os grandes latifundiários e correligionários de uma facção política eram beneficiados através de várias fraudes no processo de construção ou de manipulação das verbas públicas (no caso em discussão os apadrinhados de Epitácio Pessoa) como demonstrado na correspondência da família Dantas, do município de Teixeira onde consta tentativa da família em auferir recursos da Inspetoria de obras. Vejamos um trecho da carta de Manoel Dantas para o seu irmão a 21.12.1929:

“(…) Procurei ajeitar quanto pude ao João de Deus, falando-lhe claramente em vantagens futuras, tudo dependendo dos seus esforços no sentido do orçamento ser feito de modo a não gastarmos um níquel com a construção e ainda sobrar labunjem para o racha. À saída lembrei-lhe novamente zelar pelos nossos interesses, pois que no final eu seria camarada. O João de Deus e toda a parentela da mulher do Rômulo estão preparando o pecúlio, pacatamente, descansadamente, enquanto Brás é tesoureiro, segundo ele próprio me contou. O essencial nos açudes é o orçamento em 1º e em 2º lugar, na construção um bom fiscal”. (GUERRA apud DANTAS : 1993, p. 119)

Com a criação destes órgãos de combate as secas, a situação em relação à distribuição dos recursos mudou um pouco, mas a manipulação continuou basicamente a

a morte do Presidente em 24 de agosto de 1954. Retornou a administrar o estado onde entregou o cargo a seu sucessor, Flavio Ribeiro Coutinho em 31/01/1956. Derrotado por Ruy Carneiro nas eleições senatorias de 1958, encerra sua vida pública dedicando-se a vida literária e intelectual. Eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1968, e saudado por Tristão de Athayde. Falece em João Pessoa em 10 de março de 1980. In. CAMARGO, Aspásia. Flaksman, Sergio e Raposo, Eduardo. O Nordeste e a Política: Diálogo com José Américo de Almeida. CPDOC/FGV/Fundação Casa de José Américo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

mesma. A professora Lúcia Guerra, em sua dissertação de mestrado *Raízes da Indústria da Seca: O Caso da Paraíba explica mais detalhadamente tal afirmativa:*

“A partir da criação da Inspetoria, o sistema de socorros públicos passou por algumas alterações, embora o esquema anterior não tenha sido totalmente suspenso. No novo sistema, a distribuição de gêneros alimentícios não deveria ser gratuita, mas sempre em troca de trabalho, e as obras tinham que ser exclusivamente de prevenção aos efeitos das secas. Surgiu também, ao lado do pagamento em gêneros, a remuneração em espécie. Além disso, aumentou o número de funcionários encarregados da execução e fiscalização das obras. Os coronéis perderam aos poucos o controle que tinham diretamente da distribuição dos socorros e os privilégios daí provenientes. Todavia, a classe dos grandes proprietários passou a utilizar-se de outros meios visando o mesmo fim-extrair benefícios com a ocorrência das secas, dentre eles: Conseguir que o recurso de determinadas estradas passasse próximo às suas propriedades para facilitar as comunicações e o escoamento da produção; construção de açudes públicos em terras particulares que nunca seriam desapropriadas; prêmios pela construção de açudes particulares; diminuição da migração da mão-de-obra; e exploração de barracões para a venda de víveres aos trabalhadores/flagelados”. (GUERRA: 1993, p. 118)

Conforme texto anterior, o grande problema desta política contra as secas era sem dúvida a corrupção em larga escala. O caso do porto da Capital, onde foram despendidos 38 mil contos (7 a 8 milhões de dólares a época) entre os anos de 1920 a 1924 sem que um único navio aportasse é um dos exemplos deste período⁴³. Com isenção, Oswaldo Trigueiro afirmou:

“Daí não se pode concluir, entretanto, que hajam sido infundadas as críticas de desperdício e de corrupção que acompanharam as obras do Nordeste e, em parte, lhe prejudicaram o rendimento. Em primeiro lugar, é preciso considerar as limitações e o atraso de nossa engenharia, naquela época. Os engenheiros eram poucos e não tinham tirocínio em construção de estradas de rodagem e grandes açudes. Também não tínhamos experiência em matéria de planificação. Tudo foi improvisado e as obras, iniciadas, sem que houvesse tempo de elaborar os respectivos projetos. Depois, era uma fase em que, mais do que hoje, as considerações de ordem política primavam sobre os critérios técnicos. Assim, o porto da Capital, caro e impraticável, teve de prevalecer sobre a solução natural do porto de Cabedelo. A estrada de ferro de Bananeiras mereceu absoluta prioridade porque o Presidente do Estado, Sólon de Lucena, era o chefe político do Município”. (MELO: 1982, p.69)

Durante o período em que comandou a pasta da Viação e Obras Públicas de (1930 – 1934), José Américo de Almeida manipulou os projetos e verbas a cargo do Instituto Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), destacando-se a construção de grandes açudes,

⁴³ Sobre o tema consultar: JOFFILY; José: **Porto Político**: Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1983.

com auxílio aos flagelados. Tais iniciativas favoreceram grupos latifundiários da região, como fizera Epitácio Pessoa, levando ao fortalecimento da sua liderança, criando uma facção política denominada Americismo, conforme nos ensina Martinho Guedes:

“A partir das obras de combate a seca de 1932, via Ministério da Viação e Obras Públicas, cujo ministro foi José Américo, a Paraíba viu-se frente à emergência de uma nova hegemonia de poder, o americismo. A construção dessa hegemonia passou, necessariamente, pelo dispêndio das verbas de combate a estiagem via poder estatal. A seca de 1932, na medida em que propiciou uma ação do Estado frente ao combate à seca na Paraíba, também propiciou a José Américo a concretização de sua base de poder. Pela via estatal, os recursos despendidos com a finalidade de se efetivar ações de combate a seca serviram também para amalgamar as relações entre, o então Ministro da Viação José Américo e as lideranças locais, face a possibilidade do envio de recursos as lideranças políticas nos municípios, uma vez que, as ações intervencionistas de Antenor Navarro haviam desgastado a relação política do Estado com a política local”. (SANTOS NETO: 2007, p. 149)

No imediato pós-30, outro “grupo” que merece ser analisado é o do interventor Argemiro de Figueiredo. Sua atuação política remonta a “revolução” de 1930. Quando da eclosão, Figueiredo já era deputado estadual filiado ao Partido Democrático com intensa atuação política⁴⁴. Em 1932, com o desaparecimento do Interventor Antenor Navarro, e com a ascensão de Gratuliano de Brito é nomeado secretário do Interior e Justiça, com status de Vice-Governador.

A frente do cargo, Figueiredo passa a organizar as forças políticas, arregimentando os chefes locais, com vistas às eleições de 1934/35. Neste íterim, é nomeado presidente da seção estadual do Partido Progressista, (PP), sendo eleito de forma indireta governador do estado pela Assembléia Legislativa.

Durante seu governo que vai de 1935 a 1940, os grupos inter-oligárquicos (principalmente os potentados do açúcar e algodão) aliados do poder no pós-30, em particular na Interventoria Antenor Navarro, conseguem retornar com grande força. Sua atuação é tão destacada, que passa a rivalizar com José Américo pelo controle da máquina político partidária paraibana, e conseqüentemente, da liderança no próprio estado.

O próprio Argemiro de Figueiredo, durante o período em que esteve à frente do governo paraibano, trouxe de volta todos os líderes políticos aliados pela “revolução” de 30. Como explicado anteriormente, apesar de suas ligações ao Partido Democrático, era filho e

⁴⁴ Ligado aos grupos algodoeiros da cidade de Campina Grande, seu pai Salvino Figueiredo, e seu irmão mais velho, Acácio Figueiredo, eram destacados líderes perrepietas no município de Campina Grande. Argemiro de Figueiredo era deputado estadual, e um dos líderes do Partido Democrático no Estado, ao lado de Otacílio de Albuquerque e de João da Matta.

irmão de destacados perrepeistas. Nesse contexto, diferia de seus antecessores no cargo. De perfil mais urbano e centralizador, Antenor subjugou a liderança dos coronéis a um Estado forte. Já Gratuliano Brito procurou uma posição mais moderada mantendo a linha de seu predecessor, mas não afrontou os chefes políticos do interior (MELLO: 2002, págs.197/198). A ligação com a cidade de Campina Grande demonstrou claramente as ligações de Argemiro com o meio rural. Tinha grande presença política nos distritos de Campina “Massaranduba era uma cidadela tida como inexpugnável, onde pontificavam os seus primos, os Ribeiro, com Zacarias e Pedro Ribeiro (Nico), na qualidade de responsáveis principais”. (SYLVESTRE: 1982 p. 146). Como visto nas linhas anteriores o sistema ao qual Argemiro de Figueiredo se identificava era o “coronelismo”. Não é nossa intenção discutir o conceito, seus desdobramentos e origens de forma aprofundada como o fez (FORTUNATO: 2008) e (CARVALHO: 1997). Nossa intenção é trazer o debate de forma sucinta, inserindo Argemiro de Figueiredo neste contexto. O coronelismo nas palavras de Victor Nunes Leal:

“(....) Concebemos o “coronelismo” como resultado da super-posição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada.(....) Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras (...) Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema “coronelista, como sejam entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais.” (LEAL: 1949, p. 20)

Convém ressaltar que o fenômeno do coronelismo não é novo. De acordo com (FAORO: 1977) e (QUEIROZ: 1977), o coronelismo remonta desde o Império, só se legitimando na República Segundo Faoro:

“o fenômeno coronelista não é novo. Nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mais liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império. O coronel recebe seu nome da Guarda Nacional, cujo chefe do regimento municipal investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade. Ao lado do coronel legalmente sagrado, prosperou o “coronel tradicional”, também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida da sua posição. O conceito entrou na linguagem corrente por via do estilo social, inclusive na vida urbana, com predominância sobre sua função burocrática e política”

Ao longo de seus quarenta anos de militância política, Argemiro de Figueiredo assistiu seu ocaso político exatamente no esquema eleitoral que criou: Tinha força política no meio

rural com os seus correligionários arregimentados a época em que era governador do estado. Dividiu essa liderança com outros dois líderes (João Agripino, Ernani Satyro) todos com influência em cidades do interior, em detrimento a áreas tidas como urbanas e mais desenvolvidas. Com a crescente urbanização de João Pessoa, e principalmente, do seu reduto eleitoral Campina Grande, Argemiro observou, já na primeira eleição municipal pós-democratização de 1945 a derrota de seu candidato Major Veneziano para o médico Elpídio de Almeida na eleição de 1947⁴⁵. Na escolha do candidato, Figueiredo agiu de forma despótica, não ouvindo ninguém, tão somente ele mesmo. Neste exemplo ficou claro a figura do “Coronel”, do líder que sou ouvia os correligionários graduados tão somente para reforçar as suas convicções:

“Orador magnífico, jurista respeitado, administrador eficiente, pioneiro em iniciativas desenvolvimentistas que marcaram a sua passagem pelo governo do Estado, Argemiro era também o chefe autoritário, inflexível, impermeável, que na maioria das vezes ouvia correligionários graduados apenas para reforçar os próprios pontos de vista. As decisões eram tomadas quase sempre isolada e solitariamente, cumprindo aos outros, apenas, obedecer” (SYLVESTRE, 1982, p. 71).

Apartir de 1935 há um recrudescimento da liberdade democrática, com episódios que vão de certa forma contribuir para o movimento que irá culminar com o Golpe do Estado Novo em Novembro de 1937. Um dos acontecimentos é a chamada Intentona Comunista de 1935. Iniciado em 23 de novembro, no Rio Grande do Norte, foi rapidamente debelado pelas forças legalistas. O episódio, entretanto, teve sérias consequências, pois abriu o caminho para amplas medidas repressivas caminhando para a Ditadura. O “fantasma” do comunismo internacional ganhou enormes proporções.

Durante o ano de 1936, o Congresso aprovou todas as medidas excepcionais solicitadas pelo poder executivo para reprimir os comunistas e a esquerda em geral. Ao longo de 1937, para apagar possíveis dificuldades regionais, o governo interveio em alguns Estados e no Distrito Federal. Faltava, porém um pretexto para reacender a atmosfera do golpe. O fato acabou surgindo com a divulgação do “Plano Cohen”, plano forjado dentro das rodas

⁴⁵ A primeira eleição municipal no município de Campina Grande pós 1945 caracterizou-se pela forma ao qual se desenvolveu o processo eleitoral na cidade. De um lado, tentando recuperar seu prestígio político Argemiro de Figueiredo com a candidatura de seu cunhado o Major Veneziano Vital do Rêgo em oposição ao esquema coligado (divisão da UDN aliado ao PSD). No percurso da campanha, ficou demonstrado que apesar do controle de cinco dos oito distritos campinenses essa maioria não foi significativa para suplantar os votos da zona urbana do município onde o grupo de Figueiredo tinha desvantagem: (SYLVESTRE, Op. Citada: 1982)

palacianas em nível federal, passando a disseminar que o País seria vítima de uma nova insurreição comunista.

Diante do fato novo, o governo adota medidas para a instauração de um novo regime. O Jornal do Brasil divulgou entrevista com Vargas na qual ele procurou explicar o novo regime a partir de uma concepção democrática, respeitando inclusive a autonomia dos Estados Membros:

“A Constituição hoje promulgada criou uma nova estrutura legal, sem alterar o que se considera substancial nos sistemas de opinião; manteve a forma democrática, o processo representativo e a autonomia dos Estados, dentro das linhas tradicionais da federação orgânica – Diz o Senhor Getúlio Vargas”⁴⁶.

Na realidade, com o fechamento do Congresso e suspensão das garantias fundamentais, temos a instauração de um regime discricionário, iniciando um novo momento na política brasileira intitulado de “Estado Novo”.

“A Constituição de 1937, enfim, está na base do surgimento de uma burocracia estatal com pretensões legislativas, de um Poder Executivo centralizado e extremamente forte, de um Legislativo pulverizado e convertido em Conselho Administrativo. Ela é o reflexo de uma corrente autoritária de pensamento que subjugou nossas melhores esperanças democráticas (...) A Constituição de 37 não respeitou nem mesmo seu próprio texto, concentrando direitos numa única pessoa (o Presidente). Ela foi o biombo de uma ditadura que sequer tinha preocupações com os disfarces.”⁴⁷

Corroborando com este entendimento, temos o magistério (CORTÊS, 2007, p. 152)

“O Estado Novo marcou a aparentemente definitiva vitória do governo central sobre os estados, simbolizada pela proibição de bandeiras, brasões, e hinos estaduais. Para dramatizar este triunfo, Vargas presidiu uma cerimônia, no dia da bandeira, em que foram queimadas, em público, todas as bandeiras dos estados. Mais importante Vargas tomou medidas para solidificar sua vitória centralista”

Na Paraíba, com o advento do “Estado Novo”, o governador Argemiro de Figueiredo fez no dia 11 de novembro de 1937 pronunciamento ao povo paraibano explicando

⁴⁶ Matéria Vinculada no Jornal do Brasil em 11 de Novembro de 1937 pagina 07 com a Seguinte noticia: “Falando Pelo Radio a Nação Brasileira, O Presidente Getúlio Vargas da Medidas Tomadas pelo Governo”

⁴⁷ BONAVIDES, Paulo. ANDRADE, Paes de. Op. Citada. p.333.

as razões para a nova ordem instaurada. Após alguns dias, é confirmado no cargo de Interventor Federal, em 24 de novembro de 1937:

“Perfeitamente sintonizado com o Estado Novo e já com as oposições amordaçadas pela nova ordem constitucional, Argemiro tinha conciliado e/ou realizado os interesses das oligarquias. Adequando-se aos postulados nacionalistas do Estado Novo, o Interventor realizava diariamente cerimônias cívicas, palestras educativas, apresentação de orfeões, desfiles, etc”. (SANTANA:2000, p. 244)

Sua investidura no cargo de interventor marcou o rompimento definitivo com o ministro José Américo que, recolhido ao Tribunal de Contas da União, se distanciou no período de 1937 até fevereiro de 1945 de qualquer atividade política.

Neste ínterim, com o fechamento do Congresso Nacional, Ruy Carneiro fica sem mandato. Ao cargo do ano de 1937, recebeu convite de seu ex-chefe no Ministério da Viação, João Marques dos Reis⁴⁸ a época presidente do Banco do Brasil para ser seu auxiliar de gabinete.

Na condição de interventor, Argemiro deu continuidade às ações que já vinha trabalhando ao longo do período constitucional de seu governo. No campo político passa ainda mais a prestigiar seus aliados (Igreja católica e potentados do açúcar e algodão). Da Igreja, o Governo Figueiredo interessava-se particularmente pelo seu corporativismo e pelo controle social da religião exercida nos setores de educação e trabalho⁴⁹.

Em relação aos grupos oligárquicos, Figueiredo continua privilegiando-os, levando adiante as diretrizes econômicas, incentivando a agricultura e pecuária.

A terceira força política que emerge, Ruy Carneiro encontrava-se na condição de oficial de gabinete do Ministro José Américo que o havia convidado para assessora-ló, tendo sido nomeado em 12 de fevereiro de 1931⁵⁰. Essa pasta, como citado anteriormente, equivalia a um super-ministério, pois congregava toda a parte de infraestrutura (estradas de rodagens obras contra as secas, ferrovias, portos, comunicações). Em uma época em que não havia uma assistência social organizada pelo governo federal, e diante da abundância de recursos assistencialistas (passagens, pequenos empregos etc.) Ruy Carneiro desempenhou ações no sentido de ajudar a solucionar pequenos pleitos de conterrâneos que o procuravam na Capital Federal. Ficou bastante conhecido no estado como “O embaixador dos paraibanos”.

⁴⁸ João Marques dos Reis substituiu José Américo no ministério no ano de 1934. Ficou no cargo até 1937.

⁴⁹ SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes: Poder e Intervenção Estatal Paraíba – 1930-1940 João Pessoa: Universitária/UFPB, 2000.

⁵⁰ Portaria de nomeação encontra-se em: SYLVESTRE. Josué, Op.Citada, p. 329.

Exemplo dessa atuação foi a constante troca de telegramas que manteve com o Interventor Anthenor Navarro acerca do andamento do processo para liberação de recursos para a construção do porto de Cabedelo. Em sessão do Tribunal de Contas da União, de 31 de julho de 1931, foi registrado o contrato para a construção do porto, e no dia 16 de setembro de 1931, Ruy Carneiro comunicava por telegrama a assinatura do decreto que autorizou a construção chancelada pelo Presidente Getúlio Vargas: “Rio, 15 – Interventor Anthenor Navarro – João Pessoa – (Urgente) – O Presidente Getúlio Vargas assignou decreto referente à construção do Porto de Cabedelo e o inspector de portos autorizará amanhã a entrega do material - abraços - Ruy Carneiro” (CARNEIRO, apud BURITY, 2010).

Mas não só ficou conhecido pelos seus conterrâneos. Diante do acidente que vitimou o Interventor Navarro⁵¹, ficou o titular da pasta da Viação, José Américo, gravemente ferido. Desfrutando do prestígio do cargo em comento, e diante da impossibilidade do titular, passou a despachar pessoalmente com o Presidente Vargas, circulando nos bastidores políticos como bem demonstra Marcus Odilon em sua obra *Poder Alegria dos Homens*:

“Mas no Rio, Ruy estava em todas as rodas palacianas, era uma constante. E, de tanto aparecer, foi sendo identificado com a Paraíba. Quem queria uma informação segura, acerca de qualquer negócio, de parentes que tinha por aqui, já sabia: perguntava a um moço de boa aparência que frequentava todos os lugares “vip”, como diria um cronista social. Uma das marcas de Ruy foi a presença, a solicitude(.....) Ruy não era de uma corte, mas de varias... Era da de José Américo, Oswaldo Aranha, a de João Neves, e dai por diante.... Familiarizado no Rio, era o homem da Paraíba”. (Ibidem: 1965, p.88.)

Em se tratando do pleito de 14 de outubro de 1934 no qual foram eleitos os representantes para a Câmara Federal e Assembléia Legislativa, teve Ruy Carneiro o total de 20.179 sufrágios obtendo a primeira suplência pelo Partido Progressista (PP). Foram eleitos para a representação federal neste pleito: Antônio Botto de Menezes pelo oposicionista Partido Republicano Libertador (PRL), Isidro Gomes da Silva, Gratuliano de Brito, Heretyano Zenaide, José Pereira Lyra, José Gomes da Silva, Odon Bezerra Cavalcanti, Mathias Freire e Samuel Duarte pelo situacionista Partido Progressista (PP) conforme tabela abaixo⁵²:

⁵¹ Interventor Federal nomeado pelo Governo Provisório em 1930, Anthenor Navarro estava na metade de seu mandato, quando em 26/04/1932 faleceu vítima de desastre aéreo ocorrido precisamente às 18 horas e 27 minutos no litoral baiano. Estava em companhia do Ministro da Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida que sobreviveu ao acidente. A viagem tinha como finalidade conseguir recursos na Capital Federal para dirimir os efeitos da seca de 1932. A autópsia revelou, como *causa mortis*, ruptura do coração e fígado. BURITY, op. Citada, p. 413/414.

⁵² Quadro adaptado do livro: “**A Bagaceira Eleitoral: Verba, Verbo e Populismo - A história do voto na Paraíba (da “Revolução de 30” a 1965)**”, de Renato Cesar Carneiro.

Tabela 01: Deputados Federais eleitos no pleito de 1934.

DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS	PARTIDOS	VOTAÇÃO	PROFISSÃO/FORMAÇÃO
Antônio Botto de Menezes	PRL	4.419	Advogado militante
Isidro Gomes da Silva	PP	20.317	Advogado/comerciante
Gratuliano da Costa Brito	PP	20.428	Advogado e ex - interventor
Heretyano Zenaide	PP	20.321	Usineiro/Bel em Direito
José Pereira Lyra	PP	20.349	Professor/Advogado
José Gomes da Silva	PP	20.350	Médico
Odon Bezerra Cavalcanti	PP	20.217	Advogado
Mathias Freire	PP	20.349	Cônego/Adv Jornalista
Rui Carneiro (primeiro suplente)	PP	20.179	Adv. E ex – secretário de José Américo
Samuel Vital Duarte	PP	20.215	Advogado e Jornalista

Com a vacância da vaga de Isidro Gomes, que não quis assumir o mandato, Ruy Carneiro assume a titularidade em 03 de maio de 1935 até a dissolução do Congresso Nacional em 10 de novembro de 1937. Sua participação como parlamentar foi pífia, não apresentando projetos de lei relevantes, sendo pouco assíduo na tribuna. Fazendo uma análise de seus discursos, constam inúmeros apartes centrados em temas concernentes a pasta do Ministério de Viação e Obras Públicas⁵³. Dentro de sua atuação podemos citar pronunciamento realizado na Câmara dos Deputados em 20 de maio de 1935, (em nossa avaliação, esse foi o pronunciamento mais importante) onde fez considerações sobre o convite que membros da citada casa legislativa receberam para assistir palestra do engenheiro Luiz

⁵³ Os dados apresentados nos foram enviados em Novembro de 2010, após pesquisas realizadas no acervo da Câmara dos Deputados em Brasília. Ocorre que os dados que nos foram enviados pelo próprio Centro de Documentação e Informação Coordenação de Relacionamento e Pesquisa e Informação - CORPI não constava os dados para a devida citação. Em contato realizado com o setor de documentação em 07/04/2012, recebemos o seguinte comunicado em 24/04/2012 *Verbis*: “Obrigada pelo contato com o Centro de Documentação e Informação (Cedi). Em atenção ao solicitado, informo que, infelizmente, não possuímos mais os arquivos que lhe foram enviados. E seria necessário refazer toda a pesquisa para recuperar os dados. Solicito a gentileza de nos reenviar os arquivos, o que nos facilitaria o trabalho de identificação da publicação, levando em conta que os discursos foram extraídos da publicação Anais da Câmara, que neste momento encontra-se em um formato (pdf) de difícil navegação, o que requer a "minerarção manual" dos dados arquivo por arquivo, página por página, a partir do portal da Câmara dos Deputados”. Pelo exposto, apesar de termos em nossos arquivos os discursos do então parlamentar ficamos impossibilitados de fazer a devida citação.

Vieira, inspetor de secas realizado no Clube de Engenharia na cidade do Rio de Janeiro. Ruy Carneiro fez referências sobre a conferência conforme o Diário da Câmara dos Deputados.⁵⁴

“O Sr. Ruy Carneiro (pela ordem) - Sr. Presidente, senhores Deputados.: Faz poucos dias tiveram os dignos membros desta Casa Legislativa, ainda ao termino da Legislatura passada, oportunidade de receber um convite dessa respeitável instituição científica nacional, - O Club de Engenharia - que tem tão larga messe de serviços prestados ao Paiz. Eram convidados os representantes da Nação para assistir, ali naquele sodalício, ilustre por tantos títulos, á conferencia do engenheiro Luiz Vieira, inspetor de Seccas. A autoridade do Club de Engenharia, o renome do conferencista e, sobretudo o thema da dissertação reuniram a noite de 30 de abril deste anno, ao lado de grandes expressões do Brasil cultural e de personalidades marcantes da pública administração. Muitos dos Srs. Deputados, notadamente dos Estados Nordestinos, de vez que nos oferecia ensejo para conhecer o que a revolução de Outubro de 1930 havia feito na solução do secular problema do combate as “secas do nordeste”(.....) Filho do sertão e um dos seus representantes nesta Casa do Parlamento , já de mim não depende mostrar aos meus dignos irmãos do sul o espetáculo que o Club de Engenharia nos proporcionou, resta – me a satisfação de poder reler , para conhecimento dos nobres Deputados de todo o Paiz, tópicos da oportuna conferencia do Dr. Luiz Vieira, pronunciada sob a presidência do nosso eminente companheiro do Sr. Deputado Sampaio Corrêa que, como presidente do Club de Engenharia, teve ocasião de proferir patrióticas palavras em louvor da engenharia nacional e em apoio do programma das obras contra as secas(.....)”

A partir de 1938, a administração Figueiredo começa a dar sinais de desgaste. Entre outros motivos, disputas inter-oligárquicas envolvendo dois grupos políticos: os liderados pelo Interventor Argemiro de Figueiredo e os aliados do poder durante seu governo a exemplo da família Pessoa, representados pelo filho do ex – Presidente João Pessoa, Eptácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (Eptacinho)⁵⁵.

⁵⁴ Diário da Câmara dos Deputados. Pronunciamento realizado em 20 de maio de 1935. Páginas 486/487. Mantivemos a grafia da época. Os demais dados não foram disponibilizados pelas razões explicitadas na nota de cinquenta e cinco.

⁵⁵ Formou-se em ciências jurídicas pela Faculdade Nacional de Direito em 1937, ano em que Getúlio Vargas implantou o Estado Novo. Apesar de grande amigo do presidente e defensor do regime, Eptácio Pessoa de Albuquerque manteve-se na oposição ao governo da Paraíba entre 1935 e 1940 — período em que Argemiro Figueiredo exerceu a chefia do Executivo paraibano —, denunciando a Vargas o que considerava desmandos da administração estadual. Em 1945, com o fim do Estado Novo, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em cuja legenda elegeu-se, em 1947, suplente de senador pela Paraíba, com o apoio da União Democrática Nacional (UDN). Assumiu o mandato pela primeira vez entre 10 de novembro de 1950 e 12 de fevereiro de 1951, retornando definitivamente ao Senado no mês seguinte em virtude da renúncia do titular da cadeira, Adalberto Jorge Rodrigues Ribeiro, nomeado procurador da Prefeitura do Rio de Janeiro. Eptácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque faleceu no Rio de Janeiro em pleno exercício do mandato, no dia 24 de agosto de 1951. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>: Acessado em 20/04/2012.

Através da influência que detinha junto ao Presidente Vargas, Epitacinho procurou ter espaço dentro do governo estadual. Logo após a inauguração do Lyceu Paraibano, em 1938, é criada a Secretaria de Educação que é cedida ao filho de João Pessoa. Ocupando o cargo de Secretário, Epitacinho inicia uma campanha para desestruturar a administração⁵⁶. Em resposta as atividades de Epitacinho, Argemiro extingue a Secretaria, em março de 1939, ficando o seu ocupante sem cargo no governo. O próprio Interventor, em carta endereçada a Salviano⁵⁷ de 08 de abril de 1939 explica, as razões para tal ato: ⁵⁸.

“Resolvi extinguir nos primeiros dias da semana vindoura, as duas secretarias recém-criadas, da Educação e das Obras Públicas. Você conhecedor das coisas do Estado, deverá entender os vários motivos (.....) Você veja se se entende com o Epitácio, e se possível, com o Fernal. Este irá exercer sua função efetiva de diretor de Saneamento. O outro já não tinha interesse de regressar ao Estado, conforme você me comunicou. Mas poderá ser-lhe necessário uma satisfação publica e esta seria ele ficar como representante do Estado ahi, mesmo com uma remuneração que fixaríamos depois. Isso você irá imediatamente participar ao Presidente, embora não escondendo os outros fundamentos do ato, aliás já mais ou menos esclarecidos na ultima carta que lhe dirigiu o Raul..... A comunicação a este sobre a situação do Epitácio você deve fazer com urgência, enviando-a por intermédio de auxiliar competente, se não for possível logo em pessoa. Tudo de modo que não haja dúvida. Apesar do Epitácio (talvez mais por influencias estranhas do que por seus próprios impulsos) não ter correspondido em amizade ao que eu esperava dele, quero ter essas considerações, em atenção ao dr. Getúlio que o proteje, e ainda á memoria do grande conterrâneo que foi seu pai (.....)”

O que se pode deduzir desta carta? Apesar de Argemiro utilizar uma linguagem não muito clara, o filho de João Pessoa neste momento é inimigo do Interventor, trabalhando sistematicamente nas rodas palacianas para a sua deposição. Na realidade durante a vigência do Estado Novo, só haveria possibilidade de ser interventor ou com a morte do governante, renúncia ou exoneração no sentido de que não havia eleições para preenchimento de cargos públicos. Epitacinho queria ser interventor na Paraíba, trabalhando intensamente para conseguir tal intento, utilizando-se de diversas artimanhas para lograr êxito em suas aspirações. Após este ato, aumenta ainda mais as acusações contra o governo, o que culminou com a apresentação, em 02 de outubro de 1939, de denúncia formal contra Argemiro de Figueiredo. Alegou em suas pretensões diversas falhas na administração paraibana no tocante

⁵⁶ Essa e a versão de Josué Sylvestre no seu livro “Da revolução de 30 à queda do Estado Novo: Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)”.

⁵⁷ Este Salviano ao qual Argemiro refere-se na carta, e Salviano Leite, que representava então o governo Figueiredo na Capital Federal. Nota do autor.

⁵⁸ Carta publicada no livro: ALBUQUERQUE, Epitácio Pessoa Cavalcanti: **Desmascarando um Mistificador: Erros e desmandos do atual governo da Paraíba**. Rio de Janeiro, 1940.

às finanças, justiça (aqui denunciando inúmeros delitos ocorridos durante a administração Figueiredo), administração pública, situação política, família do Interventor, comemoração do aniversário do Interventor, procedimentos de alguns auxiliares do governo e, por fim, atentados à memória de João Pessoa. Recebida a representação, Vargas, em despacho do dia 30 de outubro, encaminhou a denúncia ao Ministério da Justiça para que fosse instaurado o competente inquérito administrativo. Recebendo o processo, Francisco Campos encaminhou para a Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais⁵⁹. Citado, Argemiro de Figueiredo ofereceu resposta às denúncias em 25 de janeiro de 1940, em alentado volume de 1.500 páginas. Por fim, o Presidente da Comissão de Inquérito oferece relatório final em 02 de maio de 1940.⁶⁰

No curso do processo é encaminhada por “Epitacinho” proposta de pacificação intermediada pelo Ministro da Justiça a Argemiro de Figueiredo nos seguintes termos:

1 – Indicação de um nome para a Secretaria do Interior, que ficaria com a atual organização;

2 – O Secretário do Interior indicará o Chefe de Polícia.

3 – Pedir-se-á ao Ministro da Guerra a indicação de um oficial do Exército para comandar a Polícia Militar.

4 – O Departamento Administrativo (equivalia às Assembléias Legislativas Estaduais durante o Estado Novo) será substituído por novos elementos indicados dois por cada uma das facções, não podendo a indicação recair nos membros atuais.

5 – Será escolhido de comum acordo um representante no Rio com o placet do Presidente Getúlio Vargas.

6 – Serão modificadas as situações dos municípios de Areia, Bananeiras, Campina Grande, Espírito Santo, Itaporanga, Joazeiro, Sapé, Santa Rita, Santa Luzia, São João do Cariry e Princeza.

7 – Serão reintegrados imediatamente todos os funcionários demitidos e sargentos da Polícia Militar em consequência da Extinção da Secretaria da Educação.

⁵⁹ A Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, foi um importante órgão do Estado Novo. Cabia-lhe prestar assistência técnica ao ministro da Justiça e Negócios Interiores em todos os assuntos referentes à administração estadual que dependessem da aprovação do presidente da República, na forma da lei de abril de 1939, pela qual se regeriam os estados até a outorga das respectivas Constituições. Tendo em vista a extrema centralização do poder a nível da Federação, é fácil compreender a sua importância. (WAHRLICH; 1983, p.718)

⁶⁰Ibidem.

Em resposta ao Ministro, o Interventor fez ver a impossibilidade de tal acordo. Na mesma carta, coloca o cargo a disposição do Presidente, no sentido de não dificultar ainda mais a crise existente.

Esta política de desestabilização encontrou aliados na capital federal, inclusive o interventor pernambucano Agamenon Magalhães que há certo tempo discordava da política tributária do governo Figueiredo no tocante a Pernambuco.

Durante esta crise, o governo tentava passar uma imagem de confiança e estabilidade ao povo paraibano. Em viagem a cidade de Caxambú, o procurador municipal e representante do governo estadual junto ao governo federal, Salviano Leite, teve longa conversa com o Presidente Vargas, que abordou a “crise paraibana” já instaurada há alguns meses. Obteve Salviano Leite, do Presidente da República, declarações positivas acerca do interventor Figueiredo, e de seu governo, afirmando inclusive que tais “boatos” da possível exoneração do interventor não coincidiam com a verdade. Transcrita no órgão oficial, a visita do procurador e suas declarações não deixas dúvidas do prestígio de Argemiro com o governo central e com o próprio Presidente Getúlio Vargas⁶¹:

“(…) Ouvido pelo nosso correspondente, declarou o seguinte: “voltei satisfeitíssimo, tendo falado longamente com o Presidente Getúlio Vargas sobre a situação da Paraíba. Posso afirmar que o interventor Argemiro de Figueiredo continua depositário do mesmo prestígio e da confiança do governo central”. Respondendo á nossa pergunta a respeito de boatos tendenciosos, o entrevistado assegurou: “ são destituídos do menor fundamento”. E acrescentou que, conforme lhe declarara o Chefe Nacional jamais foi cogitada a substituição do interventor paraibano a quem o presidente Getúlio Vargas se referiu com palavras elogiosas, ressaltando sua lealdade á obra administrativa. A seguir, o nosso correspondente indagou firmemente se podia transmitir á Paraíba essa auspiciosa notícia da segurança da situação do interventor Argemiro de Figueiredo. A isso, respondeu o procurador da Fazenda na municipalidade carioca: “ Pode informar á Paraíba que o interventor Argemiro de Figueiredo esta em posição inabalável. Falo assim, com absoluto fundamento, baseado nas palavras do Chefe Nacional que, como sempre demonstra especial atenção pelo nosso Estado e pelo seu digno interventor”.

Apesar das declarações, o desenrolar dos acontecimentos demonstrou uma outra realidade. Com a crise já instaurada há mais de dois anos, o Presidente Vargas resolve

⁶¹ Matéria vinculada no jornal “A União”, de terça feira, 25 de abril de 1939, ano XLVII, número 91, p. 01 com a seguinte ementa: “ Falando ao nosso correspondente do Rio de Janeiro, s.s fez importantes declarações, após uma longa conferência com o Presidente Getúlio Vargas em Caxambú “ Pode informar á Paraíba que o Interventor Argemiro de Figueiredo está em posição inabalável. Falo assim, baseado nas próprias palavras do Chefe Nacional”. Disse o entrevistado- O presidente Getúlio Vargas aborda, simpaticamente, problemas de interesse do nosso Estado, entrevendo a possibilidade de uma visita á Paraíba”.

modificar a situação política no estado. Faz, então, consulta a Ruy Carneiro sobre possíveis nomes para a substituição do então Interventor. O presidente havia o conhecido desde a época em que foi auxiliar de gabinete do ministro José Américo. Sobre este evento, assim se pronunciou Ruy Carneiro em entrevista ao CPDOC em 1977:

“O presidente Getúlio Vargas, numa tarde de julho, se não me falha a memória, no dia 14 de julho, mandou chamar-me no palácio. Eu era secretário do presidente do Banco do Brasil, o saudoso e grande homem público que foi José Marques dos Reis (...). Ele perguntou “ Tu poderias dar-me alguns nomes para essa substituição? Eu disse: “Vossa Excelência deseja brasileiros civis, militares ou paraibanos?” Ele respondeu: “Para a Paraíba eu quero um Paraibano e Civil” (...) Getúlio disse: “Sei a quem estou confiando o meu segredo; esse segredo não é teu, é meu”. E levei, ninguém soube, dez nomes para ele.”⁶²

Feita a consulta e as avaliações sobre o caso em comento, Vargas decide conceder a exoneração a Argemiro de Figueiredo em 28 de Julho de 1940. Para o cargo, o presidente resolveu nomear pessoa alheia aos litígios existentes e mais ligada ao setor da burocracia administrativa. Sobre este fato, o próprio Presidente Getúlio Vargas afirmou que:

“Regresso ao Guanabara, onde recebi o Rui Carneiro, que me veio trazer a lista que eu lhe solicitara de possíveis candidatos á Interventoria da Paraíba. Já não é possível manter o atual interventor após o inquérito realizado e a situação de desprestígio em que se acha (.....) Regresso ao Guanabara. Recebo o Rui Carneiro, a quem convido para Interventor da Paraíba. Aceita, após alguma relutância”.⁶³

Ainda sobre o episódio, assim se manifestou o Ministro Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello em sua obra Galeria Paraibana:

“Essa substituição causou - me grande estranheza (.....) Compreendia-se que Vargas afastasse Argemiro e entregasse o governo da Paraíba, não a um argemirista, mas a um paraibano qualificado, capaz de bem governar o Estado e apaziguar a sua política. Mas o que se fez, além de inusitado, pareceu um erro, que não podia se podia esperar de um homem com a experiência do então Presidente da República. Ele atendeu a Epitacinho, mas não lhe entregou o governo e nem sequer o ouviu sobre o nome do sucessor. Escolhendo Rui Carneiro, o Presidente inexplicavelmente, escolheu um adversário de Argemiro e um inimigo pessoal de Epitacinho, certamente frustrado por esta vitória de Pirro”⁶⁴

⁶² CARNEIRO, Ruy: Op. Citada., p. 30.

⁶³ VARGAS, Getúlio. Op. Citada., p. 328.

⁶⁴ Sobre o assunto: MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. Op. Citada, p. 65. Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello, a época correligionário de Argemiro de Figueiredo, afirma que no contexto da exoneração de Figueiredo, Ruy Carneiro era um inimigo de “Epitacinho”. Tal assertiva merece ser analisada com reservas.

Pelo exposto, fica claro que além das questões de ordem pessoal, fatores mais amplos levaram a mudança da situação política do Estado, como bem salientado pela professora Eliete Gurjão:

“Entendemos que no bojo deste confronto inte-oligárquico, ainda estava à disputa pelo espólio de 1930 entre seus partícipes diretos e/ou indiretos. Conforme já dissemos, os elementos que apoiaram a Aliança Liberal e que foram os vitoriosos de 1930 cindiram-se desde a Interventoria Navarro e efetivamente não mais se uniram. A correlação de forças maior até 1937 agrupava-se em torno de José Américo. A partir de então, os poderes discricionários concedidos a Argemiro de Figueiredo ofuscaram o Americismo e impediram os dissidentes que antes haviam se reunido no P.R.L de se reorganizarem em oposição, provocando, assim, o desequilíbrio do sistema oligárquico. Portanto, a racionalidade e o burocratismo do Estado Novo não se harmonizavam com a estrutura do poder tradicional vigente.”⁶⁵

Argemiro de Figueiredo em data de 28 de julho de 1939, recebeu comunicação telegráfica de Lauro Montenegro, secretário da Presidência da República comunicando que Getúlio Vargas havia aceitado o seu pedido de exoneração encaminhado em novembro de 1939. Ato contínuo, foi encaminhado telegrama a Presidência da República em que Argemiro de Figueiredo demonstra interesse em passar a administração ao Secretário do Interior, Antônio Galdino Guedes, até a chegada do novo interventor, obtendo a seguinte resposta:

Rio, 29 – Tomando conhecimento do seu telegrama de hoje, o senhor Presidente da República autoriza–o a passar a administração ao Secretario da Justiça que devera aguardar a chegada do novo Interventor. Cordiais saudações. Luiz Vergara, Secretário da Presidência da República⁶⁶.

Quando de sua posse, Carneiro teve o apoio do filho de João Pessoa. Exemplo concreto é a matéria vinculada em 16 de Fevereiro de 1941 pelo jornal oficial A União com a seguinte ementa: “A Paraíba sob o novo governo: A entrevista do senhor Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque em entrevista concedida a União focaliza importantes problemas da atual administração” Nessa reportagem, “Epitacinho” faz um resumo circunstanciado das realizações do atual governo, destacando a viagem que Ruy Carneiro fez ao Rio de Janeiro, a época Capital Federal com recursos próprios, no sentido de angariar recursos para obras públicas. Outrossim, já no final do governo, o Interventor relata em carta de 20/09/1945 a Andrade Queirós a campanha oposicionista liderada por Epitácio Pessoa Cavalcanti ao seu governo. A ementa encontra-se assim discriminada: “Carta de Rui Carneiro a Andrade Queirós relatando a campanha oposicionista articulada pelo filho de João Pessoa contra seu governo e seus aliados Paraíba e comunicando a possibilidade daquele formar o Partido Popular Sindicalista. João Pessoa (Vol. XLVII/24b). Arquivo Getúlio Vargas: Classificação: GV c 1945.09.20; Série: c – Correspondência; data de produção: 20/09/1945 (data certa); quantidade de documentos: 1 (6 folhas); microfilmagem: rolo 8 fot. 0918 a 0919.

⁶⁵GURJÃO, Eliete, Op. Citada, p. 189.

⁶⁶ Jornal a União: Ano XLVIII, 30 de Julho de 1940, p. 01.

Neste interim, Figueiredo divulgou uma nota de despedida ao povo paraibano no jornal “A união”, agradecendo o apoio dos seus auxiliares em particular e da população em geral, como também fez uma defesa de sua conduta a frente do governo do estado da Paraíba:

“Ao povo paraibano, em geral, que dirigi com orgulho e viva visão patriótica, faço igualmente sentir o meu reconhecimento pelo apoio com que soube sempre animar os passos de meu governo. A consciência não me acusa de atos intencionais de que me devesse penitenciar. Os meus erros comuns das complexas funções de governo e os quais eu sempre me dispunha a corrigir ou atenuar quando advertido pelo interesse público. E para releva-los”⁶⁷.

Com a saída do governo, Argemiro de Figueiredo retornou as suas atividades como advogado na cidade de Campina Grande. Os anos de 1940 a 1945 configuraram para o ex-Interventor, um período de ostracismo, como também de perseguições feitas por parte do governo Ruy Carneiro, abrangendo questões complexas a exemplo da suposta dívida financeira ao qual legou Figueiredo a seu sucessor⁶⁸, como também a violenta censura ao qual Figueiredo passou a ser vítima, não sendo vinculada nenhuma matéria a respeito de Figueiredo, ou até mesmo qualquer pronunciamento público de Argemiro⁶⁹. Seu retorno à vida pública só ocorrera na “redemocratização” de 1945, como um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN) em 1945, sendo eleito neste mesmo ano, o deputado federal mais votado com quase 10% do eleitorado paraibano, como bem nos demonstrou o professor José Octavio:

—(...) Embora a Esquerda Democrática ainda permanecesse por algum tempo, em seu interior, o partido marchava para longe da esquerda com, inclusive neutralização da ala americanista pelos partidários do ex-interventor Argemiro de Figueiredo. Sem qualquer sombra de dúvidas, foi este último o principal vitorioso de dezembro de 1945, na Paraíba. Seu candidato senatorial Adalberto Ribeiro Cruz foi o mais que o colega/competidor do Americanismo. Na composição da bancada de deputados federais, Argemiro liderou a votação estadual com 13.989 votos. Na UDN, o deputado seguinte, João Agripino Filho, com 10.536 votos eram também argemirista, assim como os quinto e sexto deputados udenistas, Ernani Sátyro, com 6.579 votos,

⁶⁷ Nota publicada no jornal “A união” de 30 de julho de 1940. Ano XLVIII, p. 01 com a seguinte ementa: “A despedida do Interventor Argemiro de Figueiredo ao povo Paraibano”.

⁶⁸ Item será devidamente estudado no capítulo II, tópico 2.3- Situação Econômica e Financeira nos Tempos de Transição (1940-1942).

⁶⁹ Esse item será abordado de forma mais precisa na página 59 da dissertação. Convém ressaltar que após longas pesquisas no Jornal “A União” observei que não existiu no período estudado, nenhuma menção, seja positiva ou negativa a Argemiro de Figueiredo e seus correligionários. Neste contexto, aconteceu um fato que marcou a vida social de Campina Grande nos idos de 1940. A tentativa de censura imposta a Figueiredo por parte do governo de pronunciar um discurso para as concluintes da Escola Normal Dr. João Pessoa, (hoje Colégio Alfredo Dantas) em Dezembro de 1940. In. Sylvestre, Op. Citada, p. 306.

e Fenando Nóbrega, com 6.310. A rigor, o Americismo somente elegeu o quarto colocado na legenda - sétimo no cômputo geral - Plínio Lemos. Isso porque o terceiro udenista, João Ursulo Ribeiro Coutinho, tinha a família inteira situada no Argemirismo, enquanto Osmar de Aquino elegeu-se com área polarizada por Guarabira e os votos da Esquerda Democrática na capital. (MELLO, Op. Citada, p.198)

Tal vitória caracterizou-se não só o retorno de Figueiredo a vida pública, mas também representou vitória das bases políticas que Argemiro representava, quais sejam as bases rurais e latifundiárias que representavam uma das alas da UDN⁷⁰.

⁷⁰ A outra “ala” do partido era representada pelo ex-ministro da viação e obras públicas José Américo de Almeida.

CAP II: “ARRUMANDO A CASA” À PARAÍBA NO INÍCIO DA DÉCADA DE 40: TRANSIÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA ENTRE AGOSTO DE 1940 E DEZEMBRO DE 1942.

2.1– De qual Estado estamos falando? A PARAÍBA NA PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 1940: breve síntese de seus aspectos políticos econômicos e sociais.

Passados setenta e três anos da posse de Ruy Carneiro e da realização do censo demográfico de 1940, a realidade do estado da Paraíba mudou substancialmente, a começar pela sua divisão territorial. Do ponto de vista administrativo, em 1940, contava a Paraíba com 41 municípios, divididos em 41 cidades e 115 vilas⁷¹.

Para melhor elucidação do parágrafo anterior, temos o mapa da Paraíba com suas respectivas divisões⁷².



Figura 03: Divisão territorial da Paraíba em 1940.

⁷¹ Decreto Lei nº 1.164, de 15 de novembro de 1938. (Fixa a divisão territorial do Estado que vigorará, sem alteração, de 1º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943, e dá outras providências).

⁷² A ilustração abaixo foi feita a partir dos dados do referido no citado Decreto Lei. FONTE: Divisão territorial do Estado da Paraíba quadriênio 1939-1943.

Pela tabela abaixo podemos observar que a área total do estado era de 55.920 km². Desse total, os maiores municípios localizavam-se no interior do estado.

Tabela 02: ÁREA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS.

MUNICÍPIOS	Área (Km ²)	MUNICÍPIOS	Área (Km ²)
Alagoa Grande	344	JOÃO PESSOA	809
Antenor Navarro	1418	Juazeiro	2157
Araruna	1020	Laranjeiras	294
Areia	648	Mamanguape	2031
Bananeiras	608	Monteiro	3967
Bonito	510	Patos	2434
Brejo do Cruz	1579	Piancó	2763
Cabaceiras	2527	Picuí	1747
Caiçara	532	Pilar	676
Cajazeiras	1020	Pombal	2491
Campina Grande	2567	Princesa Isabel	1775
Catolé do Rocha	1559	Santa Luzia	1462
Conceição	1722	Santa Rita	902
Cuité	1335	São João do Cariri	3454
Esperança	351	Sapé	453
Espírito Santo	764	Serraria	464
Guarabira	806	Sousa	1928
Ingá	550	Taperoá	1216
Itabaiana	613	Teixeira	1305
Itaporanga	1244	Umbuzeiro	1190
Jatobá	676	ESTADO	55920

Fonte: Censo demográfico da Paraíba, 1940.

Economicamente, a Paraíba de 1940 era estritamente agrária. Durante os anos de 1940 a 1945, a economia paraibana viveu dois momentos bem distintos: de 1940 a 1942 e de 1943 a 1945. Entre os dois primeiros anos da década de 1940, temos uma drástica queda em praticamente todos os gêneros cultivados no estado, seja em relação aos hectares cultivados, seja em quantidades produzidas. Tal fator deveu-se, em grande parte, à intensa estiagem que assolou o Nordeste, em 1942. A Paraíba, inserida neste contexto, não ficou imune à situação, tendo sérios prejuízos de ordem econômica. A mudança na situação climática foi demonstrada por um telegrama enviado ao Presidente Vargas, em janeiro de 1943, quando o Interventor Federal, Ruy Carneiro, comunicou-lhe acerca das fortes chuvas que estavam ocorrendo em várias regiões do Nordeste, inclusive na Paraíba, fato que merecia ser comemorado, pois há

22 meses não chovia nestas localidades, estando a Secretaria de Agricultura e o Fomento de Produção Federal distribuindo sementes de algodão à população⁷³.

Após a prolongada estiagem, a produção voltou a se normalizar em 1943, com destaque para os gêneros de maior necessidade, como as culturas de feijão, arroz, mandioca e milho, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 03: PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO ESTADO: Resumo das médias anuais, nos quinquênios, 1933-1947.

PRODUTOS	HECTARES CULTIVADOS			QUANTIDADE PRODUZIDA (TONS)		
	1933/1937	1938/1942	1943/1947	1933/1937	1938/1942	1943/1947
Abacaxi	570	957	1.376	6.099	10.487	16.966
Algodão (Caroço de)	205.610	187.384	191.022	83.849	74.941	48.764
Algodão (pluma)	-	-	-	35.935	32.125	23.753
Arroz	3.056	3.760	3.738	3.845	4.350	5.553
Banana	550	498	1.486	11.672	9.799	37.631
Cana de Açúcar	8488	11.090	31.078	396.608	458.332	1.194.051
Coco da praia	1.354	1.502	5.233	3.034	3.905	9.427
Feijão	18.816	19.161	43.657	15.503	17.810	32.414
Fumo	2.964	2.579	2.913	2.395	1.810	1.712
Mamona	785	4.067	4.542	582	3.841	3.623
Milho	24.238	27.703	67.898	28.749	35.461	62.870
Mandioca	14.968	20.591	42.201	205.360	254.062	412.952
NO CONJUNTO	281.242	279.185	395.147	961.433	908.697	1.835.722
+ % em relação ao quinquênio anterior	-	- 0,7	+ 41,5	-	- 5,5	+ 102,5

Fonte: NÓBREGA, 1950, p. 115/116

Do ponto de vista social, vamos nos ater aos dados referentes à educação no estado, no início da década de 1940. O analfabetismo era bem elevado, segundo as lições de Nóbrega (1950: p. 107).

“Na Paraíba, o índice de analfabetos, pelo censo de 1940, era bem vultoso, visto que, 79,2% da sua população acima dos cinco anos não sabia ler. Comparando-se, porém, esta apuração com a do recenseamento anterior, evidenciava-se que ela se modificou para melhor. Em 1920, a média geral de alfabetizados era apenas de 13,2%, verificando-se, destarte, o acréscimo de 7,6% no transcurso dos dois decênios que mediarão os seguintes levantamentos.”

⁷³ Fonte: telegrama enviado pelo Interventor Federal Ruy Carneiro ao Presidente Vargas, comunicando a Sua Excelência que, desde o dia 23 do corrente, vinha recebendo telegramas de várias regiões do Nordeste trazendo alvissareiras notícias acerca de chuvas na região, inclusive no município de Picuí. Arquivo Público Estadual, caixa 032.

Tais índices demonstravam que, em um estado basicamente rural e em fase de modificações em suas estruturas econômicas com o êxodo rural, ficava relativamente fácil para os políticos de então ludibriar as massas que, neste momento, careciam de vários direitos sociais, incidindo a chamada política populista. Aqui abro um parêntese na discussão para discutir este conceito que passa por profundas reformulações nas ciências humanas e sociais.

Em minha interpretação, temos três correntes teóricas que abordam o tema a nível nacional e regional: a primeira de cunho mais “Clássico” tem como referencial os trabalhos: O populismo na Política Brasileira de Francisco Weffort. Weffort em sua obra demonstrou entre outros aspectos que o termo populismo não pode ser identificado como um fenômeno passível de ser explicado pelo oportunismo de líderes paternalistas e carismáticos, na qual a irracionalidade das massas passa a ser a noção chave para a compreensão do período. Mesmo em políticos que utilizam o assistencialismo como uma prática populista o autor demonstra o caráter ideológico das massas:

Poder-ser-ia imaginar que esta forma conservadora e corrupta de populismo só se manteve a base de doações do poder, sendo movida então pela massa de interesses pessoais que estabeleciam com o poder uma relação quase econômica. Contudo, a persistência política de Barros, não obstante o ostracismo sugere algo diferente disto [...]. Ainda que atribuíssemos uma excepcional eficiência à máquina partidária de Barros ou a atividade filantrópica de sua esposa e ao assistencialismo do Estado nos períodos que governou, ainda assim não poderíamos admitir senão uma minoria diretamente assistida. Neste sentido, não há nada de estranho em caracterizar o populismo de Barros como uma forma de política ideológica que expressa em alguma medida, a especial condição de uma pequena burguesia de ascensão recente preocupada com a queda iminente (WEFFORT, 1980 p. 33).

Nesta linha de raciocínio, Weffort demonstra em sua tese que os que não conseguem entender o populismo como “política ideológica” partem do equívoco sem qualquer fundamento teórico, de separar a ideologia como forma de consciência social, da consciência individual e dos interesses individuais. Para o autor, ideologia e consciência individual, interesses individuais e interesses de classe, estão mutuamente ligados em um só conjunto (WEFFORT, 1980, p. 33).

O próprio termo populismo passou por redefinições, as quais, na análise de Jorge Ferreira, são relocadas de acordo com pressupostos teóricos e sociais de cada período, recebendo desta forma significações diferentes. Ou seja, na concepção do autor, o termo populismo é utilizado para designar determinadas práticas de poder na década de 50 e 60 do século XX, sob uma perspectiva maquiavelística, nas palavras do autor, utilizado para

referenciar políticos demagogos, que alienam a população com sua retórica e seus mecanismos ideológicos. Durante as décadas seguintes o termo passa, de acordo com novos pressupostos teóricos, a ser significado de diferentes formas, e referindo-se a outras práticas de poder, chegando até mesmo, a um vazio de sentido, quando empregado de forma totalmente aleatória para representar qualquer tipo de prática, neste sentido devemos elencar quais grupos devem servi de diálogo entre governo e classe trabalhadora. Aqui inserimos o trabalho “A invenção do Trabalhismo” de Ângela de Castro Gomes.

Em se tratando de trabalhos regionais: “Populismo e Golpe de Estado na Paraíba 1945 – 1964” da professora Monique Cittadino e “Ruy Carneiro: uma pagina do Populismo no Nordeste” de José Octavio de Arruda Mello, publicado na revista do IHGB: Ano 164 n.418, p. 149 – 163, jan./mar. 2003. Sobre a temática “trabalhismo na Paraíba” durante o período 1940-1945, desconhecemos algum autor/autora que trabalhe tal temática. Por fim, temos uma terceira, que trabalha a temática do Assistencialismo. O trabalho de Jivago Correia Barbosa “Política e Assistencialismo na Paraíba”. O Governo José Américo de Almeida 1951 – 1956. (Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba) (2011), defende tal premissa.

Com toda essa explicação, poderíamos afirmar finalmente que temos uma politica populista, trabalhista, ou um meio termo? Acredito que neste período não poderíamos falar de uma “política trabalhista”. O que temos nesse período, e um estado de industrialização e consequentemente sindicalização incipiente, o que nos faz refletir se realmente teríamos uma atuação sindical aos moldes do que ocorreu no plano nacional no período estado novista por exemplo. Sobre este tema, assim nos ensina a professora Monique Cittadino:

“Em um estado de feição agrária com incipiente industrialização, a inserção do populismo só pode ser entendida a partir das transformações processadas na economia local com a penetração das relações capitalistas no campo, ensejando a expropriação do homem do campo e, consequentemente, ao êxodo rural. É sobre essa população que migrara para os centros urbanos, constituindo-se ai as massas populares, que incidira a política populista, e não, sobre um proletariado urbano criado por força de um processo de industrialização (CITTADINO, 1998, p. 18).”

A liderança carismática de Ruy Carneiro e Alice encontraram um terreno fértil para manobrar de forma significativa essas massas. O populismo teve em Ruy Carneiro um dos seus melhores representantes, sendo esta política a sua plataforma política.

De acordo com os dados presentes no livro presentes no livro “o homem e o meio da Paraíba” (NOBREGA:1950) e o censo demográfico de 1940, observar-se que, no quinquênio

1940-1945, houve um número muito baixo de crianças matriculadas no ensino primário, conforme tabela a seguir

Tabela 04: Frequência média de ensino primário geral e seus respectivos percentuais entre os anos de 1932 a 1949.

ANOS	Nº. ABSOLUTOS	% em relação ao ano anterior
1932	21,923	-
1935	30,982	41,3
1940	46,761	50,9
1945	48,090	2,8
1949	72,146	50,0

Fonte: NÓBREGA, 1950, p.108

Ainda referente à situação educacional no estado, o censo de 1940 apontava para um total de 17.401 pessoas que, maiores de 10 anos, possuíam algum diploma escolar. Deste total, o estado contava, em 1940, com apenas 898 homens e 26 mulheres com nível superior, concentrando-se sua maioria nas cidades de João Pessoa e Campina Grande⁷⁴.

Politicamente, a Paraíba era governada, como nos referimos anteriormente, por um interventor nomeado pelo Presidente da República. Este “delegado administrativo” utilizava-se de vários instrumentos político-administrativos fazer as composições políticas necessárias à governabilidade. São exemplos o Departamento de Municipalidades, o Departamento do Serviço Público e o Departamento Administrativo⁷⁵.

Em 1940, após a saída de Figueiredo e confirmação de Ruy Carneiro no cargo, iniciou-se o processo de “construção de uma imagem” do novo governante feito por Ruy Carneiro e seus auxiliares contando sempre com amplo respaldo da imprensa nacional e estadual, inclusive do órgão que poderia lhe fazer oposição, o jornal “A Imprensa”. Qual seria essa imagem? O que se tentou mostrar à população de forma impactante? Uma posse na qual reinava uma unanimidade, com o novo chefe de governo desfrutando de um amplo apoio da sociedade civil e das massas populares, um administrador onipresente com pressa, de resolver todos os problemas do estado. O mito de João Pessoa⁷⁶ foi recuperado, sendo Ruy Carneiro a

⁷⁴ Dados obtidos do censo geral do Brasil, de 1940. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%20e%20Economico%201940_pt_VIII_PB.pdf. Acesso em 10 de setembro de 2012.

⁷⁵ Tais “instrumentos de centralização político-administrativa” serão objetos de análise mais pormenorizada no terceiro capítulo.

⁷⁶ A respeito da “construção do mito João Pessoa” temos a dissertação intitulada “**Sacrifício, heroísmo e Imortalidade:** a Arquitetura da Construção da Imagem do Presidente João Pessoa”. João Pessoa, maio de 2009. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2009_mest_genes_ribeiro.pdf. Acesso em 20/10/2012

ele comparado. Era criada a imagem de um político paternalista, de benfeitor dos pobres, ou seja, um político popular. Esses papéis foram feitos de maneira hábil numa sintonia perfeita entre governante e imprensa. Outra questão: porque a imprensa se mostrou uma aliada de primeira hora a uma pessoa que mal havia tomado posse no governo? Em se tratando da imprensa nacional (traduza-se a carioca sede do governo federal e onde Ruy Carneiro residia há dez anos), foi indispensável as suas ligações na capital federal, onde como secretário direto da maior instituição pública creditícia do Brasil (Banco do Brasil) tinha amizades com jornalistas e diretores de órgão de imprensa. Não demorou muito para que os jornais cariocas elogiassem a escolha feita por Vargas do novo Interventor. Podemos citar como exemplo a matéria do jornal *Correio da Manhã* com o título “nomeação bem recebida”, que assim se pronunciou a respeito do futuro Interventor: “Victoria, 31 (“*Correio da Manhã*”) - Os jornaes registraram elogiosamente a noticia da nomeação do Sr. Ruy Carneiro para as funcções de Interventor Federal na Parahyba”⁷⁷

O apoio incondicional do *Jornal a União* à administração Ruysta é facilmente explicável: era o órgão oficial, de propriedade do governo, não tendo porque fazer o papel de oposição. Temos ainda um agravante. O Brasil vivia um sistema político repressivo, onde imperava a censura. Mesmo que o órgão oficial tivesse, através de seus editorialistas, um papel mais “independente” não poderia fazê-lo em face da situação política vigente.

Algo intrigante foi à forma como se portou neste período o jornal “*A Imprensa*”. Apesar de suas ligações com o antigo governo, resolveu em longas matérias de capa prestigiar a nova administração. Fazendo uma análise das matérias veiculadas por este periódico entre os dias 13 de agosto a 07 de setembro de 1940 chegamos a algumas indagações. Seria uma tentativa de cooperação com o novo governo por temer uma represália num período de censura e repressão? Ou uma adesão pura e simples, não querendo ter problemas principalmente num período discricionário?

Diante do que foi exposto, podemos chegar a seguinte conclusão com base na documentação pesquisada. O que houve foi uma tentativa de convivência da Igreja com o novo governo, se adaptando a nova situação. Afirmo isso, pois a relação entre o clero e a administração Ruysta não foi das melhores desde a posse em 16 de agosto de 1940⁷⁸, tendo o

⁷⁷ *Jornal Correio da Manhã*, quinta feira, 01 de agosto de 1940. Seção “Dos Estados”. p. 05.

⁷⁸ Esse item será mais bem explicado no capítulo dois.

governo feito inúmeras investidas para desestabilizar essa convivência, levando ao fechamento do semanário católico em 1942⁷⁹.

A investidura ao cargo realizou-se no Rio de Janeiro na sede do Ministério da Justiça ao qual foi bastante prestigiada. Estiveram presentes na solenidade, dentre outros, o Ministro da Justiça Francisco Campos⁸⁰.

⁷⁹ O fechamento do jornal a Imprensa, em 31 de maio de 1942 é um mistério que dificilmente poderá ser elucidado. A versão oficial é que o governo resolveu fechar o periódico em virtude de uma nota publicada referente “à suspensão de atividades de colégio católico em Catolé do Rocha”. “As 23 horas e 30 minutos de 1º do corrente, o sr. Chefe de Polícia, capitão Mário Sólton, acompanhado do Delegado de Polícia, Bel Ivaldo Falconi e do Inspetor de Veículos, sr. Diógenes Chianca, e mais dois investigadores, que ficaram à porta de “A Imprensa”, declarou, sem explicar motivos, que o jornal estava fechado”. Essa é a versão apresentada pelo diretor/padre Carlos Coelho e encampada pelo padre Odilom Pedroza, que o substituiu em março de 1946, quando da reabertura do jornal. Em conversa informal comigo no ano de 2008 e já com mais de noventa anos, indaguei a Ascendino Leite, então diretor de A União, acerca do episódio e ele trouxe uma nova versão: “que se lembrava do fato, que o Interventor iria dar uma nota “violenta” contra a Igreja. O mesmo fez uma ponderação a Ruy Carneiro dizendo que devia manter a atitude, mas não publicasse o ato”. O fato é que os reais motivos só Ruy Carneiro, Samuel Duarte e Ascendino poderiam esclarecer. Lamentavelmente todos se encontram falecidos. Apesar da iniciativa do governo dois dias depois em revogar o ato, preferiu o Clero manter o jornal fechado até o retorno de um período mais “tranquilo”. Apesar do ato mal explicado do governo, temos algumas pistas. A igreja apoiava o ex-Interventor Argemiro de Figueiredo, não conseguindo manter a mesma postura com o governo Ruy Carneiro. Este, desde o início da administração, fez inúmeras investidas para desestabilizar essa relação, o que culminou com a censura e posteriormente, o fechamento do Jornal. Tais investidas serão melhor explicadas no segundo capítulo. Para maiores esclarecimentos sobre o episódio consultar: PEDROZA, Odilon. “A história do fechamento de “A Imprensa” reproduzido em Escritos de Ontem, 3ª série, 1983, p. 9/12 e ainda no artigo da servidora da Arquidiocese, MORAES, Laudereida Eliane Marques. “Breve História do Jornal “A Imprensa”. Boletim do Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Paraíba, Ano I, nº 2, Julho/dez de 1994, p. 15/16.

⁸⁰ A União: Ano XLVIII, 04 de agosto de 1940, p. 01. A matéria intitulava-se: “Aspecto da solenidade realizada trás – ante - ontem , no Ministério da Justiça, no momento em que o dr. Rui Carneiro assinava o termo de Interventor Federal na Paraíba, vendo-se o ministro Francisco Campos, dr. Marques dos Reis, coronel Aristarco Pessoa, outras autoridades, jornalistas, e membros da colônia paraibana domiciliada no Rio de Janeiro”.



Figura 03: Flagrante da solenidade da assinatura do termo de posse na sede do Ministério da Justiça em que Ruy Carneiro assumiu o cargo de Interventor Federal, vendo-se entre outros presentes o Ministro da Justiça Francisco Campos e o irmão do ex-presidente do Estado da Paraíba João Pessoa, coronel Aristarco Pessoa (indicados pelas setas).

A União passou a destacar cada vez mais a posse e os preparativos para recepção ao novo Interventor na Paraíba, agendada para o dia 14 de agosto. Em edição do dia 31 de julho de 1940, o semanário do governo passou a destacar a experiência administrativa do novo administrador:⁸¹:

“Em ato de ontem – ontem, o sr. Presidente da República nomeou o Dr. Rui Carneiro Interventor Federal neste Estado (.....) Pelas altas responsabilidades do cargo de oficial de gabinete dos ministros José Américo de Almeida e Marques dos Reis, de deputado federal pelo nosso Estado e de secretário da presidência do Banco do Brasil, funções essas que foram desempenhadas com inteligência e espírito público, traz o dr. Rui Carneiro para o Governo da Paraíba uma larga soma de experiência no trato do interesse coletivo.”

Ainda no Rio de Janeiro, foi constituída uma comissão presidida por Borja Peregrino para tratar da recepção do Interventor em João Pessoa. Tal comissão abrangia vários

⁸¹ A União: Ano XLVIII, 31 de julho de 1940, p. 01. A matéria intitulava-se: “Nomeado o Dr. Rui Carneiro Interventor Federal neste Estado”.

componentes da sociedade civil, com destaque para os representantes das “classes trabalhadoras”, populares e comerciantes. Impressionou sobremaneira a tentativa do governo em demonstrar respaldo popular. A quantidade de sindicatos que compuseram a “subcomissão central”: “Comissão dos Sindicatos de Classe”, (no total de onze)⁸² demonstrou a luta do governo por uma legitimidade e por apoios. Como demonstrado nesta dissertação, Figueiredo tinha como apoio sustentáculos que não comportavam de alguma forma a incipiente sindicalização no Estado. Seguindo as diretrizes do Estado Novo, os sindicatos, quando procurados por Ruy Carneiro, tentaram de certa forma colaborar com o novo governo, até pela política corporativista do Estado Novo. Por outro lado, Ruy sentiu a importância dos sindicatos no contexto da transição, procurando de certa forma prestigiá-los. Os sindicatos receberam a posse com bastante simpatia. Foram inúmeros os telegramas enaltecendo a figura do Interventor. Outro fator importante foi à forma que o jornal a União fez a cobertura da posse. A imagem de capa do jornal de 17 de agosto de 1940 mostrou uma verdadeira “multidão” que recepcionou o Interventor em frente ao Palácio do Governo. Tais comemorações receberam por parte do escritor Ascendino Leite, futuro diretor do órgão oficial, veemente artigo intitulado “Um Glorioso Espetáculo” no qual tentou passar a imagem da unanimidade ao novo governo sempre vinculando a imagem de Ruy Carneiro ao povo e a João Pessoa:

“Raramente a Paraíba terá assistido a um espetáculo tão vibrante, tão cheio de vida, tão naturalmente fluente de são, e inédito entusiasmo como o que ontem ocorreu nas ruas de João Pessoa. Terá sucedido o mesmo em vida daquele que traçou os rumos da Paraíba nova, daquele que inaugurou uma época de aproveitamento de sadias energias morais para construir o bem coletivo, -O grande Presidente , -sob cuja lição de intrepidez se inicia o novo governo paraibano. O povo teve papel principal nesse espetáculo, para o qual não se armaram cenários, não foram improvisados bastidores e nem palcos restritos, mas antes se desenvolveu num campo livre, sob chuva e sob sol(...) Foi a alma popular paraibana que deu vida as manifestações de ontem ; que acolheu o sr. Rui Carneiro e para ele reservou a universalidade dos seus mais gratos matizes , atribuindo um glorioso clarão de vitória a um dia que já se antecipara promissor e feliz”⁸³

⁸² A União, 03 de agosto de 1940, p. 01. A matéria continha a seguinte manchete: “O novo Interventor Federal na Paraíba: Em organização o programa das homenagens ao Interventor Rui Carneiro, por ocasião da sua próxima chegada a esta Capital- A constituição da comissão central das festas- Comissões dos Sindicatos de Classe que se representarão”. Os sindicatos citados no texto são os seguintes: Sindicato dos Chaffeurs, dos Bancários, dos enfermeiros, dos operários de tabacaria, operários panificadores, dos trabalhadores em óleo e sabão, dos trabalhadores de armazéns e resistência, dos auxiliares do comércio, dos operários da construção civil, dos operários em cimentos, caieiras e pedreiras, e empregados em hotéis e restaurantes.

⁸³ A União, 17 de agosto de 1940, p.03.

Simultaneamente, Argemiro de Figueiredo e seus correligionários desapareceram das notícias e matérias jornalísticas dos jornais “A União e “A Imprensa”. A única nota publicada durante as festividades da posse, foi parabenizando o ex-prefeito de João Pessoa Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello⁸⁴ por ter concluído seus estudos em Direito Administrativo na Universidade de Michigan.⁸⁵ Sem espaço, na mídia e na política, Figueiredo e seus correligionários só retornam as manchetes dos jornais a partir de dezembro de 1945.

2.2–MANUTENÇÃO DO MITO “JOÃO PESSOA” E PRIMEIRAS MEDIDAS DE CUNHO POLÍTICO ADOTADAS PELO GOVERNO DE RUY CARNEIRO (1940-1941)

Um dia após a sua posse, Ruy Carneiro já era identificado pela imprensa local como um “discípulo de João Pessoa”. O jornal “A Imprensa”, apesar de sua nítida predileção pelo antigo governante do Estado⁸⁶ Argemiro de Figueiredo, fez uma análise das mais

⁸⁴ OSWALDO TRIGUEIRO DE ALBUQUERQUE MELLO nasceu em Alagoa Grande, Estado da Paraíba, a 2 de janeiro de 1905. Era filho de Francisco Luiz de Albuquerque Mello e América Trigueiro de Albuquerque Mello. Fez o curso primário na cidade natal e o secundário no Colégio Pio X, em João Pessoa. Estudou Direito na Faculdade do Recife, pela qual se diplomou em novembro de 1924. De 1925 a 1929, viveu em Teófilo Ottoni, Estado de Minas Gerais, onde exerceu a função de Promotor de Justiça, Inspetor de Ensino Secundário e advogado. Em 1930, voltou à Paraíba, onde participou da campanha da sucessão presidencial, filiado ao partido que apoiava o Governo Federal. Passou a residir no Rio de Janeiro em 1931, dedicando-se à advocacia. Exerceu o cargo de Prefeito de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, em 1936-1937. Coursou a Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, em 1939-1940, obtendo o diploma de Master em Ciência Política. De 1941 a 1945, voltou a advogar no Rio de Janeiro. Foi orador e Vice-Presidente do Clube dos Advogados, Secretário do Instituto dos Advogados e Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil. Representou no Conselho Federal, durante muitos anos, o Conselho Seccional da Paraíba. Retornou mais uma vez à Paraíba, em 1945, para participar da campanha da sucessão presidencial, integrando a corrente que apoiava a candidatura Eduardo Gomes e que se transformou na União Democrática Nacional. A 19 de janeiro de 1947, foi eleito Governador da Paraíba, cargo em que se empossou a 6 de março daquele ano e que exerceu até 30 de junho de 1950, quando renunciou. De 1951 a 1954, exerceu o mandato de Deputado Federal, pelo Estado da Paraíba, integrando a bancada da União Democrática Nacional. Foi Membro das Comissões de Justiça e de Diplomacia. Exerceu o cargo de Embaixador do Brasil, na República da Indonésia, de 1954 a 1956. De regresso ao Brasil, reiniciou a advocacia no Rio de Janeiro. Foi Diretor Executivo do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais e Diretor da Revista Brasileira de Política Internacional, de 1957 a 1960. Transferiu-se para Brasília, em 1960, onde se estabeleceu como advogado, sendo indicado para integrar o Tribunal Superior Eleitoral, na qualidade de Jurista, em 1961, cargo que exerceu por quase quatro anos. Em abril de 1964, foi nomeado Procurador-Geral da República. Nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 16 de novembro de 1965, do Presidente Castelo Branco, preencheu cargo criado pelo artigo 6º do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que atribuiu nova redação ao artigo 98 da Constituição, aumentando o número de Ministros para 16. Foi empossado em 25 do referido mês. Eleito Presidente do Supremo Tribunal Federal, em 6 de fevereiro de 1969, tomou posse em 10 do mesmo mês, exercendo as respectivas funções até 10 de fevereiro de 1971. Aposentado por decreto a partir de 3 de janeiro de 1975. Faleceu no Rio de Janeiro em 1989. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=139>

⁸⁵ Jornal a Imprensa de 07 de Setembro de 1940. Página não identificada.

⁸⁶ Quando nos referimos da predileção que o órgão oficial da igreja católica tinha por Argemiro de Figueiredo, estamos nos reportando à explicação dada neste mesmo tópico referente à extinção do serviço de assistência social. Demonstramos entre outros aspectos a ligação tanto do ponto de vista pessoal, quanto ideológico que tinha líderes da Igreja Católica com Argemiro de Figueiredo. Nota do autor.

entusiasmadas do perfil do novo governante, sempre ressaltando suas ligações com João Pessoa⁸⁷ e o movimento de Outubro de 1930⁸⁸:

Discípulo de João Pessoa foi o Dr. Rui Carneiro um dos mais ardorosos partidários do Grande Presidente e da Revolução de Outubro veio pô-lo depois numa decisiva prova de coragem e valor pessoais qual seja a de ter encabeçado com os Srs. Antenor Navarro, Juarez Távora, Odon Bezerra (...) sob a orientação do eminente paraibano.

Além desta condição de “discípulo” e da identificação com o movimento de 1930, feita pela imprensa local, outras razões de ordem política levaram Ruy Carneiro a resgatar o “mito” João Pessoa. Fundamentalmente a necessidade de cooptar a família Pessoa. Isto se dá através de nomeações políticas, a exemplo da indicação de Oswaldo Pessoa para a prefeitura de Sapé, que será fruto de análise posterior. No dia de sua chegada à capital Paraibana, o jornal “A União” noticiou “a visita do interventor Ruy Carneiro, anteontem ao monumento do grande Presidente”, tendo o chefe do governo paraibano sido felicitado pelo General José Pessoa e pelo Coronel Aristarco Pessoa irmãos do ex-Presidente João Pessoa.

O governo não perdia a oportunidade de resgatar a imagem de João Pessoa, sempre sendo tratado pelo órgão oficial como “grande presidente”. Solenidade das mais concorridas ocorreu na cidade de Araruna, em março de 1941 onde foi inaugurada uma estátua em homenagem ao “malogrado” Presidente. Grande comitiva de políticos e membros da sociedade foram à cidade prestigiar tal acontecimento, tendo à frente das homenagens o Secretário do Interior e Segurança Pública, Borja Peregrino, e o filho de João Pessoa, Epitacinho. O jornal oficial deu total destaque à comemoração, enaltecendo a figura do extinto de forma contundente, afirmando categoricamente que:

“O acontecimento servirá para demonstrar mais uma vez que essa figura empolgante da Paraíba continua sendo objeto de culto imperecível do nosso povo, acentuando-se cada dia mais irradiante o idealismo que levou o

⁸⁷ João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Umbuzeiro Paraíba em 1878. Bacharelou-se em Direito em 1903. Aprovado em concurso em 1911, iniciou carreira na justiça militar, como auditor da Marinha. Em 1918 era nomeado Auditor-Geral e em 1920 ocupou o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Militar, sendo eleito Presidente do estado da Paraíba em 22.06.1928. Concorreu como vice-presidente da República na chapa liderada pelo gaúcho Getúlio Vargas, pela Aliança Liberal. Ordenou a invasão do escritório de seu adversário político João Dantas, onde foram descobertas cartas amorosas, publicadas no jornal oficial *A União*. A 26 de julho de 1930, foi por ele assassinado, na Confeitaria Glória, em Recife. A Aliança Liberal, derrotada no pleito presidencial, transformou o assassinato de João Pessoa no estopim para a Revolução de 1930. Foi sepultado no Rio de Janeiro, tendo seus restos mortais sido trasladados para a Capital do estado em 1997. FLORES, Op. Citada. p. 28.

⁸⁸ Jornal a Imprensa, 10 de Agosto de 1940, p.01

Grande Presidente a sacrificar-se pela grandeza e felicidade da terra comum”⁸⁹.

Após as festividades, em Araruna que duraram algumas semanas, deparou-se o novo governo com os problemas inerentes a qualquer administração que se iniciava. O novo Interventor, logo nos primeiros dias, teve que contornar sérios problemas de ordem, inclusive, administrativa. Afastado do estado há dez anos, não conhecia profundamente a realidade política da Paraíba. A montagem do secretariado teve esta conotação, ou seja, contou com elementos de outros estados da Federação, alheias às disputas locais, mas de sua confiança. Podemos citar, como exemplos, as nomeações do Secretário da Fazenda, Miguel Falcão Ayres, que era funcionário do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro; para oficial de gabinete, Homero de Souza e Silva, de Poços de Caldas; para a Secretaria de Agricultura, Guimarães Duque, de Minas Gerais. O comando da polícia ficou a cargo do Capitão Anacleto Tavares oriundo do estado do Maranhão e a chefia da polícia destinou-se a um gaúcho, o major Sólton Ribeiro⁹⁰. O próprio Ruy Carneiro, em entrevista ao CPDOC em 1977, explicou o porquê de tantos “forasteiros” no início de seu governo.

“Como havia dez anos que eu não tinha uma atuação direta no estado, porque vivia no Rio de Janeiro, tive muita cautela na organização do governo. Não queria ficar muito subordinado à possível política dos meus companheiros, dos meus amigos, que eram adversários de Argemiro, e não se davam com ele (.....). Posteriormente, à proporção que eu fui-me firmando no governo, e conhecendo com mais profundidade o problema da terra, fui liberando os estranhos e comecei a chamar paraibanos para tomar conta do governo⁹¹.”

Da relação abaixo, onde consta o secretariado, poucos tinham alguma ligação com o Estado. Dos que a tinham, destacam-se José de Borja Peregrino, companheiro de Ruy Carneiro na Revolução de 1930, integrando o grupo dos radicais. Peregrino Foi prefeito de João Pessoa de 16 de fevereiro de 1931 a 10 de novembro de 1934 e ocupou o estratégico cargo de Secretário do Interior e Segurança Pública, com status de Vice-Governador entre de 1940 a 1941. Nesse período de transição, foi personagem central. Além do prestígio de seu cargo, “gozou da confiança que o Interventor sempre lhe hipotecou”. (MAIA: 1992, págs. 74/75)

⁸⁹ Jornal a União, 01 de Março de 1941, número 48, p. 01. A manchete da reportagem é a seguinte: “homenagem à memória de João Pessoa. A inauguração, em Araruna, do monumento ao Grande Presidente”.

⁹⁰ CARNEIRO, Ruy. Op. Cit, pag. 18.

⁹¹ Ibidem, págs. 18/20

Para o estratégico Departamento de Saúde, Janduhy Carneiro, irmão de Ruy Carneiro, foi o indicado para reorganizar a saúde no Estado⁹²

Tabela 05: Perfil dos secretários Integrantes do Governo Ruy Carneiro no ato de sua posse.

NOME	CARGO	ATUAÇÃO PROFISSIONAL ANTERIOR OU ORIGEM
Borja Peregrino	Secretário do Interior e Segurança Pública	Chefe do Serviço de Economia Rural do Estado, secretário da Agricultura e prefeito da Capital
Janduhy Carneiro	Diretor de Saúde Pública do Estado	Médico e político, foi um dos líderes da “Revolução” de 1930 no município de Pombal

⁹² Ingressou na vida pública, por convite realizado por João Pessoa em 1929, para apoiar o grupo oposicionista em Pombal, liderado pelo coronel José Avelino de Queiroga. A situação era liderada pelo médico Dr. José Ferreira de Queiroga, chefe político tradicionalmente ligado ao coronel José Pereira. Realizadas as eleições municipais em 1929, logrou a oposição êxito no município. Com a vitória da Revolução, em Outubro de 1930, Janduhy foi nomeado, em 05 de outubro de 1930, prefeito de Pombal. Administrou o município até 1934. Logo após, realizou curso de saúde pública no Instituto Manguinhos, no Rio de Janeiro. com a posse de seu irmão na Interventoria do Estado, foi convidado, em 1940, para estruturar a direção do Departamento de Saúde [cargo equivalente ao de Secretário de Saúde], posto que ocupou até 1945. Com a “redemocratização” de 1945, é um dos fundadores da legenda do Partido Social Democrático (PSD), sendo o presidente da agremiação, no estado. Eleito e reeleito deputado federal por várias legislaturas, destacou-se na Câmara dos Deputados como membro das comissões de saúde, orçamento e de tecnologia. Faleceu em João Pessoa, a 07 de julho de 1975, no exercício da atividade parlamentar. Dados obtidos na seguinte plaquete de autoria do ex-deputado federal Antônio Carneiro Arnaud: **Janduhy Carneiro, o Médico e o Parlamentar:** Câmara dos Deputados, Brasília, 1983.

José Guimarães Duque	Secretario da Agricultura Por decreto do presidente da república do dia 28 de agosto de 1940, foi escolhido o substituto eventual da Interventoria Federal da Paraíba	Agrônomo, havia integrado os Serviços Complementares de Obras contra a Seca. Oriundo de Minas Gerais.
Miguel Falcão Alves	Secretário da Fazenda	Funcionário do Banco do Brasil no Rio de Janeiro
Homero de Souza e Silva	Oficial-de-gabinete da Interventoria	Oriundo de Poços de Caldas/ MG
Elisio Sobreira	Ajudante de Ordem da Interventoria	Já havia exercido o mesmo cargo nas gestões de João Pessoa e Antenor Navarro
Evilásio Feitosa	Secretário da Interventoria	Dados não encontrados
José Rodrigues de Aquino	Presidente do Departamento Administrativo do Estado	Dados não encontrados
Osias Nacre Gomes, José Gomes da Silva e José de Sousa Vasconcelos	Membros do Departamento Administrativo, sendo o primeiro deles substituto da presidência do Departamento	Dados não encontrados
Clovis Lima	Chefe de Polícia do Estado	
Mário Solon Ribeiro	Comando da Força Policial	Oriundo do Rio Grande do Sul
Adalto Esmeraldo	Comando da Força Policial	Capitão, havia exercido o comando da Bateria Independente do Dorsa
Anacleto Tavares	Chefatura de Polícia do Estado	Capitão, havia sido comandante da guarnição de Cabedelo, em 1930. Oriundo do Maranhão.
João dos Santos Coelho	Diretor do Tesouro	Dados não encontrados
Ernesto Silveira	Diretor da Recebedoria de Rendas	Dados não encontrados
Lupércio Sousa Branco	Chefe do Serviço da Economia Rural	Dados não encontrados
Cícero V. Cruz	Diretoria de Viação e Obras Públicas	Oriundo de Minas Gerais
Joaquim Santiago	Diretor interino do Departamento de Educação do Estado	Dados não encontrados
Ruy Castor	Diretor da Cadeia Pública da Capital	Dados não encontrados

Fonte: Jornal A União, set. 1940.

Os grupos inter-oligárquicos, ligados ao ex-interventor Figueiredo, foram substituídos por outros. Nesta conjuntura destaca-se o retorno da família Pessoa ao centro das decisões do poder, sendo os antigos prefeitos substituídos por uma nova geração, de feição mais urbana e ligados ao movimento de 1930. Este parágrafo merece ser mais bem esclarecido. A correlação de forças deste período remonta à eleição de Argemiro de Figueiredo em 1935. O mesmo teve que compor uma base política para ser eleito e se manter no poder.

Até 1930, os chefes locais trabalhavam de forma bastante autônoma, ou seja, sem tanta necessidade do poder público. Com crises econômicas, prolongadas secas e, em particular, a centralização política imposta pelo regime instaurado em 1930, levaram os chefes políticos a depender do governo estadual e federal. Argemiro de Figueiredo compreendeu bem esse novo momento trazendo as “reúnas e esporas” para dentro de palácio. “A nova era”, instaurada em 10 de novembro de 1937, encontrou Argemiro com uma sólida base de sustentação política. Confirmado no cargo como Interventor Federal, fez pouquíssimas alterações em sua base, quando muito tentando ampliá-la. Como ninguém poderia imaginar o fim do Estado Novo, e sem disputas políticas, a sua base só fez solidificar-se. Mesmo com sua derrocada, seus aliados permaneceram leais, pelo fato de o novo interventor, Ruy Carneiro, (que não esperava naquele momento que houvesse novas eleições, ou seja, que o regime instaurado em 1937 perdurasse por muito tempo), não tentou cooptar os argemiristas. O próprio Figueiredo fez mostrar que aquela situação era passageira e que futuramente voltaria à vida política. Seguindo esta linha de raciocínio, o sociólogo Jean Blondel defende a seguinte tese, agora em relação à Interventoria de Ruy Carneiro:

“Durante o período de seu governo não procurou atrair os “chefes políticos” do interior, como fizera seu antecessor. Havia nessa atitude uma razão política. O Sr. Argemiro de Figueiredo governou por três anos, durante um período de república liberal - de 1934 a 1937. O golpe de estado conservou-o, mas ele começou a exercer essa influência antes deste golpe. Daí a necessidade de se manter em boas relações com os “chefes políticos”. Seu sucessor, ao contrário, foi nomeado pelo Sr. Vargas, quando este já exercia a ditadura. Nada podia fazer supor que se saísse dela. Também não experimentava a mesma necessidade de agradar os “chefes políticos”. Considerando que o Sr. Ruy Carneiro, por temperamento, não estava disposto a satisfazer as exigências dos “chefes políticos” (...) (BLONDEL: 1994 págs 141/142)

Diante do que foi exposto, fica uma questão: o interventor tinha que governar e montar uma base de sustentação que, de certa forma, num primeiro momento, trouxe a governabilidade e, num futuro bem próximo, dividendos políticos. A composição inicial dos prefeitos nomeados, em agosto de 1940, demonstrou que Ruy Carneiro conseguiu maioria em municípios onde as chefias políticas eram mal organizadas, com várias famílias disputando a hegemonia do poder local. O novo governo desmontou a máquina política argemirista, compondo-se, por exemplo, com famílias que não conseguiram espaço na administração

anterior, reintegrando grupos aliados ou nomeando pessoas estranhas ao município⁹³. Os municípios que analisamos estão em negrito conforme tabela abaixo:

Tabela 06: Prefeitos nomeados por Ruy Carneiro em agosto de 1940.

PREFEITO	MUNICÍPIO
Vergniaud Wanderley	Campina Grande
Claudino Alves da Nóbrega	Joazeiro
Francisco Cícero de Melo Filho	Capital
José Fernandes de Lima	Mamanguape
Leônidas Santiago	Areia
Osmar de Aquino	Guarabira
Tertuliano de Brito	São João do Cariri
Pedro Veigas Torres	Patos
Haroldo de Oliveira Lima	Caiçara
Jaime Soares de Câmara	Teixeira
Telésforo Onofre	Alagoa Grande
Sebastião Vital Duarte	Esperança
Temístocles Morais	Laranjeiras
Nemésio Palmeira	Serraria
Clodomiro de Albuquerque	Santa Luzia
Irineu Rangel de Farias	Taperoá
Oswaldo Pessoa	Sapé
Antonio Miranda Sobrinho	Bananeiras
João Gadelha de Oliveira	Conceição
Irineu Rodrigues	Itaporanga
Paulo Alfeu	Pombal
Manuel Morais	Santa Rita
Sebastião Vital Duarte	Esperança
Aristeu Formiga	Catolé do Rocha
Severino Alves Lira	Brejo do Cruz
Juvêncio Carneiro	Cajazeiras
José Morais	Bonito de Santa Fé
Antonio Leite Montenegro	Piancó
Epitácio Cordeiro Pessoa Cavalcanti	Ingá
Epitácio Tavares Vanderlei	Antenor Navarro
Gabriel Barbosa de Farias	Souza
Armando Caminha de Barras	Princesa Isabel
Severino Pereira de Castro	Cabaceiras
José Maurício da Costa	Picuí
Diógenes Miranda	Pilar
José Augusto Pinto Ribeiro	Itabaiana

Prefeitos Municipais – Paraíba 1940. Fonte: Jornal A União, set. 1940.

Diante do exposto, temos as composições políticas feitas nos municípios de Catolé do Rocha, Brejo do Cruz, Guarabira, Sapé, Mamanguape e São João do Cariri. Em Catolé do Rocha e Brejo do Cruz, a hegemonia estava nas mãos da família Maia, correligionária de

⁹³ Sobre o tema consultar: CITTADINO, Monique. **Poder Local e Ditadura Militar**. O Governo de João Agripino-Paraíba (1965-1971). Bauru, SP: Edusc, 2006, páginas 75 e 76.

Argemiro de Figueiredo. José Marques Mariz Maia⁹⁴, foi um dos principais auxiliares na Interventoria Argemirista como Secretário do Interior. Diante do prestígio da família Maia, tanto em Catolé do Rocha quanto em Brejo do Cruz, Ruy Carneiro nomeou Aristeu Formiga para o primeiro município e o capitão Severino Alves de Lira, para o segundo. Todos fora da influência da família Maia.

Guarabira viveu, durante este período, uma situação *sui generis*. Município de forte influência na região do brejo paraibano, congregava, além da sede, em 1940, seis distritos: Alagoinha (antiga Tauatuba), Mulungu (ex-Camarazal), Cuitegi, Cachoeira dos Guedes, Araçagi e Pirpirituba (MELLO: 1997). Nomeado prefeito de Guarabira, em agosto de 1940, ficou Osmar de Aquino⁹⁵ a frente da edilidade por pouco tempo. Após três meses, pediu exoneração, sendo substituído pelo major Osório Aquino, seu pai. Sua indicação deveu-se à influência e amizade que seu pai, o Major Aquino tinha com Ruy Carneiro. Realmente, a confiança era enorme, pois o Interventor não conhecia pessoalmente Osmar de Aquino⁹⁶.

Guarabira, desde os idos de 1930, assistiu ao surgimento de duas lideranças que polarizaram a hegemonia política na região: o advogado Antônio Galdino Guedes e o próprio Major Aquino (líder político no município de Guarabira e pai de Osmar de Aquino). O primeiro, residente no distrito de Cachoeira dos Guedes, foi deputado e presidente da Assembléia Estadual em 1930, e deputado federal, eleito no mesmo ano. Secretário de estado entre 1937 e 1939 e Interventor interino de Julho a agosto de 1940, quando da exoneração de Figueiredo, ou seja, pertencia às hostes argemiristas. O segundo era pequeno proprietário rural, conselheiro municipal no pré-

⁹⁴ José Marques Mariz Maia era tio de João Agripino, futuro governador da Paraíba entre 1966 a 1971.. Foi Interventor Interino na Paraíba durante o ano de 1935. Secretário do Interior durante o governo Argemiro de Figueiredo, exerceu grande influência política sobre seu sobrinho, com quem advogou, em Catolé do Rocha, durante os anos de 1941 a 1946. In: Cittadino, Op.Citada, pag. 79.

⁹⁵ De família tradicional no município de Guarabira, Osmar de Araújo Aquino nasceu no dia 11 de dezembro de 1916. Era filho do Major Osório de Aquino Torres e Maria Benevides de Aquino. Viveu sua infância entre as cidades de Guarabira, João Pessoa e a Fazenda Guarani, onde residia com seus pais e as irmãs. Concluiu seus estudos secundários no tradicional colégio Diocesano Pio X. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas em 1938. Nomeado, por influência de seu pai, prefeito de Guarabira em 1940, renunciou três meses depois. Com a redemocratização de 1945, saiu candidato ao cargo de deputado federal pela esquerda democrática. Foi eleito prefeito de Guarabira pela UDN, em 1955, permanecendo no cargo até 1959. Assumiu, em 1962, uma vaga na Assembléia Legislativa do Estado, em plena efervescência do movimento das ligas camponesas, com o qual contribuiu de forma sistemática. Após o golpe de 1964 e já filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assume uma vaga na Câmara Federal. Com os direitos políticos suspensos por força do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, retorna às suas atividades como advogado. Tido como grande criminalista, faleceu em Guarabira, em 08 de maio de 1980. In: ALVES, Ednaldo e BARBOSA, Vicente. **Osmar de Aquino**. Série Histórica. Ed. A União, João Pessoa, 2000.

⁹⁶ Sobre a passagem em sua vida pública, Osmar de Aquino afirmou textualmente que Ruy Carneiro não o conhecia pessoalmente: “Quando nomeado Interventor, Ruy Carneiro esteve em Guarabira e fez o convite pessoalmente a mim. Ele conhecia meu pai, e me conhecia de nome. Conhecia (...) Sabia da minha existência, mas eu passei apenas três meses na prefeitura, pedi demissão”. Entrevista concedida ao CPDOC por Osmar de Aquino em 17/02/1979. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista210.pdf>. Acesso em 14 de setembro de 2012.

trinta, residia na fazenda Guarani localizada no distrito de Araçagi. Após a revolução de 1930 e com a redefinição política de 1933, alinhou-se às fileiras do Partido Republicano Libertador (PRL), em oposição ao Partido Progressista, de situação. Candidato a prefeito e derrotado em 1935, retorna à vida pública em dezembro de 1940, quando de sua nomeação por Ruy Carneiro.

No município de Sapé, a investidura de Oswaldo Pessoa⁹⁷ configurou-se não só no reconhecimento pela sua participação no movimento de 1930⁹⁸, mas também numa demonstração de prestígio e no retorno da família Pessoa ao centro do poder. Durante os anos de 1935 a 1940, tal família manteve-se sem participação no governo Argemiro de Figueiredo. Com o trabalho de tentativa de conquista do poder de seu representante Eпитacinho, a família Pessoa, apesar de não conseguir o posto máximo do poder estadual, ao menos voltou a participar das decisões de ordem política, com o beneplácito de Ruy Carneiro.

Em Mamanguape, as famílias Lundgren e Fernandes de Lima buscavam a hegemonia do poder na região. Proprietários da fábrica de tecidos de Rio Tinto, os Lundgren exerciam a hegemonia política e econômica na região, oferecendo sustentação política ao ex-interventor Argemiro de Figueiredo. Tal situação mudaria consideravelmente com a instalação, em 1939, da Usina Monte Alegre, de propriedade da família Fernandes de Lima. Tal empreendimento contou com o esforço dos irmãos Gustavo, João, Manuel e Carlos. Coube a José Fernandes de Lima a liderança política da família (AGUIAR: 2002). Diante da mudança política no estado, e já conhecido pelo empreendimento, foi convidado por Ruy Carneiro para interventor no município de Mamanguape, tomando posse em 24 de agosto de 1940⁹⁹.

Essa situação de disputa pelo poder entre famílias também acontecia no município de São João do Cariri, em 1940. A realidade do município não destoou na maioria dos municípios pesquisados. Com duas famílias, Brito e Gaudêncio, disputando o controle político, coube ao

⁹⁷ Oswaldo Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu a 24 de dezembro de 1893. Não era formado, sendo o único de nove irmãos (seis homens e três mulheres) que nasceu na Capital do Estado, falecendo em primeiro de novembro de 1964. Durante vários anos foi servidor público federal, ocupando o cargo de escriturário da Delegacia Fiscal na Paraíba. Casou-se, em 1919, com a senhora Maria das Neves, com quem teve nove filhos. Em 1926, torna-se comerciante no ramo de automóveis. Fundou a primeira empresa de ônibus da capital em 1927. Com propriedades no município de Sapé, foi nomeado prefeito em 1940. Foi eleito prefeito de João Pessoa em 1947, assumindo a edilidade em 1948. Logo após o término do seu mandato retirou-se da vida pública, exercendo suas atividades comerciais. Faleceu em 01 de novembro de 1964. (MAIA: 1992).

⁹⁸ O Jornal oficial, quando da cobertura da posse do prefeito afirmou categoricamente: “Paraibano dos mais dignos, com uma folha larga de serviços prestados a nossa terra, o prefeito de Sapé é um dos elementos mais dedicados aos interesses do Estado, tendo participado com destemor e patriotismo no movimento revolucionário de 1930”. “A União”, 10 de setembro de 1940, p.01. Em nossas pesquisas não encontramos mais informações acerca da participação de Oswaldo Pessoa no movimento de 1930.

⁹⁹ Jornal “a União”, 26 de agosto de 1940.

novo Interventor escolher um prefeito que fizesse oposição à “facção decaída”¹⁰⁰. Sobre a hegemonia dessas duas famílias, assim se pronunciou o ex-deputado Evaldo Gonçalves:

“Brito e Gaudêncio são marcas registradas dos Cariris Velhos da Paraíba. Difícil qualquer processo de dissociação. É mais fácil mudar os índices pluviométricos que castigam a região, milenarmente, do que provocar esse fenômeno. Interessante, a tradição vem sendo mantida, tanto de um lado como de outro. Foram José Gaudêncio Correia de Queiroz, Álvaro Gaudêncio Filho, Manoel Alceu Gaudêncio e Álvaro Gaudêncio Neto. Do outro lado, Tertuliano Correia de Costa Brito e Nivaldo Brito (...). (QUEIROZ: 2002, p.)

As chefias políticas na cidade de São João do Cariri, pelo menos do início do século XX até meados de 1930, estavam assim divididas: de um lado a presença do Desembargador Inácio Brito ligado às lideranças alvaristas/walfredistas e o Senador José Gaudêncio Correia de Queiroz, representante político do epitacismo. Com a ascensão de Gratuliano de Brito à Interventoria, de 1932 a 1934, e a primeira eleição em 1934 de seu primo Tertuliano Correia de Costa Brito à Assembleia Legislativa, temos o auge da família Brito na região. Essa influência irá se consolidar ainda mais com a nomeação de Tertuliano de Brito prefeito do município em 1940, em oposição à família Gaudêncio, correligionária de Argemiro de Figueiredo.

“O espírito revolucionário de 30” esteve também presente na nomeação do engenheiro Francisco Cícero Melo¹⁰¹ para a edilidade da capital, João Pessoa. Ligado ao grupo dos “radicais” e de atuação intensa durante a Revolução de 30 foi companheiro de Ruy Carneiro nos embates da Aliança Liberal. Outro fator de destaque e que teve peso decisivo na escolha de Francisco Cícero foi seu parentesco com José Américo. Descendente da família Leal

¹⁰⁰ Essa terminologia foi da lavra do senhor Antônio Andrade Neto, prefeito do então município de Jatobá. Em expediente de 19 de janeiro de 1941, endereçado ao Interventor Federal, pedia a substituição do 3º sargento de polícia José Sobreira Guimarães pelo sargento João Valdevino, ou por outra pessoa da conveniência do governo, por “contar mais de dez anos no município, estar muito familiarizado com a totalidade da população e ser adepto da “facção decaída””. Documento arquivado na Caixa 032, ano 1941. Arquivo Público do Estado da Paraíba.

¹⁰¹ Francisco Cícero de Melo Filho foi prefeito da cidade de João Pessoa de 17 de agosto de 1940 a 04 de abril de 1945. Topógrafo, nascido no município de Areia, em março de 1898, foi figura de destaque durante o movimento revolucionário de 1930, sendo um dos 18, ao lado de Ruy Carneiro e de Antenor Navarro, que invadiram o antigo 22 BC, sediado em Cruz das Armas. No governo de Antenor Navarro (1930-1932), foi diretor do Departamento de Águas e Saneamento da Capital. Como prefeito, sua administração foi bastante realizadora, como também polêmica. Deu ênfase à construção de ruas e avenidas, a exemplo da D. Pedro I e Santos Dumont, ambas no centro de João Pessoa. Intensificou o trabalho de construção de galerias pluviais o que lhe rendeu, à época, o apelido de “Chico Tatu”. Foi em sua administração que houve a remoção do mercado municipal para a sua atual localização. Personalidade de temperamento forte discordou do Interventor Ruy Carneiro quando do processo de redemocratização em 1945, defendendo uma “Constituição com Getúlio” e entregando o cargo. Após o término de sua gestão, atuou na burocracia na Capital Federal, cidade em que faleceu, em março de 1964. Dados obtidos em: MAIA, Op. Citada, pags. 81/82.

Almeida, era primo legítimo do ex-ministro. A nomeação de Francisco Cícero para um cargo de tamanho relevo demonstrou claramente o intuito do novo governo de se recompor com o ex-titular da pasta da Viação. Esta tentativa tinha como principal articulador o próprio Presidente Vargas que viu na exoneração de Argemiro uma oportunidade de se recompor com o antigo aliado. Com a nomeação, Ruy Carneiro tentava agradar ao antigo chefe que, naquele momento, estava cumprindo um “exílio” imposto por ele mesmo. Atuando em um cargo mais técnico do que político (ministro do Tribunal de Contas da União), José Américo não participou ativamente dos bastidores que levaram à nomeação de Ruy Carneiro, mas nesta escolha foi levado em consideração o seu prestígio de ex-auxiliar de Vargas. Inicialmente, levaram o nome de Alcides Carneiro¹⁰², que era conhecido do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, e de Benjamim Vargas, como bem narrado por Ney Almeida¹⁰³. A nomeação não saiu porque se verificou que Alcides, casado com a filha de José Américo, Selda Mello de Almeida, desde 08 de Junho de 1933, dela estava separado, e que ele havia tomado posição contrária ao ex-ministro no estado. Bastante astuto, Vargas nomeou um primo de Alcides, ex-auxiliar de José Américo e pessoa de confiança do governo. A tentativa de não se indispor com José Américo era tamanha que, quando da confirmação do nome do novo Interventor, o próprio Ruy Carneiro esteve na residência de José Américo indagando-lhe se o mesmo tinha alguma objeção à escolha de seu nome.¹⁰⁴ A influência de José Américo no governo será

¹⁰² Alcides Vieira Carneiro, nasceu em Princesa Isabel, estado da Paraíba, em 11 de junho de 1906. Era o segundo filho do casal Vicente Vieira Carneiro e Maria de Azevedo Vieira Carneiro, conhecida como Maroquinha. Vicente Vieira Carneiro era irmão de João Vieira Carneiro, pai de Ruy Carneiro. Pelo exposto, Ruy e Alcides eram primos legítimos. Vicente Vieira Carneiro era um advogado provisionado com atuação destacada nos municípios de Misericórdia (atual Itaporanga), Patos e Piancó, no estado da Paraíba, e também em municípios Pernambucanos. Iniciou os estudos na cidade de Princesa Isabel, onde concluiu em 1917 o curso primário. Aos 11 anos, foi estudar em Fortaleza sob os cuidados de seus tios paternos Daniel Vieira Carneiro e Enéas Vieira Carneiro. Concluiu o ensino secundário em Fortaleza, onde em 1922 ingressou na Faculdade de Direito do Ceará, onde cursou os dois primeiros anos, transferindo-se depois para a tradicional Faculdade de Direito do Recife. Após a conclusão do curso engajou-se ao lado de seus familiares na campanha da Aliança Liberal. Com a derrota da chapa Liberal, e com a vitória da “revolução” de 1930, foi convidado para assumir a prefeitura de sua cidade natal. Não aceitando o cargo, assumiu a prefeitura de Itápolis no estado de São Paulo. Casado com a filha de José Américo desde 1933, dela se separando alguns anos depois. Esteve cotado para assumir a Interventoria na Paraíba em 1940, fato que acabou não se consumando. Ocupou durante sua vida cargos de elevado prestígio, fazendo carreira política e Jurídica. Foi Procurador da República no Estado do Espírito Santo, Presidente do Instituto dos Servidores Cíveis da União (IPASE), deputado federal (1951-1955) e ministro do Superior Tribunal Militar, tendo ocupado o cargo de Vice-Presidente daquela corte no biênio 1969/1970. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e da Academia Paraibana de Letras, ao qual ingressou em 03 de novembro de 1962. Faleceu em Brasília em 22 de maio de 1976. In: (CARNEIRO: 2006)

¹⁰³ Camargo; Raposo e Flaksman: Op. Citada, págs. 393.

¹⁰⁴ Essa versão é de Ney de Almeida, que narra o seguinte diálogo com José Américo: “um dia fui à casa de José Américo pela manhã, tratar com ele de uns óculos que ele precisava fazer. Ele dizia sempre “minha casa esta aberta a todos”. Pois quando eu ia saindo, chegou o próprio Ruy Carneiro para vê-lo e me perguntou: Será que ele me recebe? Eu anunciei a visita e saí. À tarde, quando voltei, José Américo perguntou: “sabe o que Ruy veio fazer aqui?” Respondi: “Não faço idéia.” E ele: “Você vê, Getúlio é mesmo um homem surpreendente. Mandou Ruy aqui me consultar, para saber como eu via a nomeação dele para interventor da Paraíba”. A resposta de José

considerável, pois além das duas principais prefeituras (João Pessoa e Campina Grande), conseguiu emplacar vários auxiliares na administração Ruysta:

“As Prefeituras de João Pessoa e Campina Grande, objeto de cuidados especiais, foram confiadas a dois representantes do americanismo-Francisco Cícero de Melo e Vergniaud Wanderley, este retomando mandato para o qual fora eleito, de 1935 a 37. O americanismo também foi contemplado com a chefia do importante Departamento do Serviço Público (DSP), confiado ao versátil Simeão Leal. José Leal foi posteriormente deslocado para a Chefia de Gabinete da Secretaria do Interior cuja titularidade ocupou quando o ocupante exerceu o governo, nas ausências do Interventor. Dois outros parentes de José Américo-Pedro Cordeiro e Orlando Almeida foram designados para Comissão de Abastecimento do Estado”. (MELLO, 2003, p. 43)

Município que mereceu atenção redobrada por parte do novo governo foi, indiscutivelmente, Campina Grande. Intitulada Rainha da Borborema, por ser a cidade com a maior arrecadação e população do estado em 1940¹⁰⁵, era a terra natal de Argemiro de Figueiredo. Constituíam-se não só como um pólo econômico como também político. Durante os últimos anos da administração Figueiredo, coube a seu irmão Bento Figueiredo, pessoa de sua total confiança, os destinos do município, que governou de 04 de janeiro de 1938 até 29 de julho de 1940. Com os novos rumos da política, foi nomeado o advogado e ex-prefeito Vergniaud Wanderley.¹⁰⁶ Sua nomeação foi um exemplo clássico de tentativa de cooptação de Americanistas. Amigo e correligionário de José Américo de Almeida foi eleito prefeito em 1935

Américo foi que ele não apresentava nenhum óbice-não o apoiava nem o combatia mas que a responsabilidade do governo era inteiramente de Getúlio e dele.” Ibidem, págs. 393/394.

¹⁰⁵ Campina Grande despontava, no início da década de 1940, como principal cidade Paraibana, ficando João Pessoa como cidade administrativa. A população do município contava, em 1940, com 126.139 habitantes, enquanto João Pessoa possuía 94.333. A arrecadação estadual em Cr\$, nos anos de 1941 a 1944, foi a seguinte: 1941: Campina Grande: 11.657.000; João Pessoa: 6.354.000; Patos: 945.000; 1942: Campina Grande, 9.950.000; João Pessoa, 6.650.000; Patos 839.000; 1943: Campina Grande: 12.680.000; João Pessoa: 6. 541.000; Patos 1.170.000; 1944: Campina Grande, 12.585.000; João Pessoa, 8.614.000; Guarabira 1.582.000. In. (CÂMARA: 1947).

¹⁰⁶ Vergniaud Wanderley era natural de Campina Grande. Formado em Direito pela faculdade do Recife em 1929, foi Promotor Público na cidade de Blumenau (SC) e Juiz de Direito na mesma comarca entre 1930 a 1935. Foi prefeito de Campina Grande por dois períodos: (1935-1937) e (1940-1945). Suas administrações à frente da edilidade Campinense foram sempre operosas e polêmicas, destacando-se por profundas reformas urbanísticas, fato que lhe valeu o apelido de “Prefeito Bota-Abaixo”. Eleito senador pela UDN, em 1945, assumiu o mandato em 1946, renunciando em 1951 para ocupar uma vaga no Tribunal de Contas da União. Durante a pesquisa, não encontramos nenhuma biografia ou trabalhos científicos que abordassem a trajetória de Vergniaud. O que se tem publicado são trabalhos a respeito de sua passagem pelo governo campinense, destacando-se as mudanças urbanísticas ocorridas durante as suas administrações. Podemos citar como exemplo: “A “cidade revelada: Campina Grande em Imagens e História”, de Severino Cabral Filho. Editora da Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-2009. Temos também “Modernização e Modernidade: Uma leitura sobre a Arquitetura Moderna de Campina Grande (1940-1970)”.Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da universidade de São Paulo, campus de São Carlos, em 2010. Área de concentração Teoria e História do da Arquitetura e do Urbanismo. 204 páginas.

pelo Partido Progressista (situacionista), disputando a eleição contra o major Lafayette Cavalcanti, do Partido Republicano Libertador (PRL). Sua nomeação, em 16 de agosto de 1940, deveu-se sobremaneira às suas antigas vinculações partidárias. Ligado mais a José Américo do que Argemiro, ficou no cargo até o golpe de 1937. Em agosto de 1940, retornou ao poder pelas mãos do seu novo aliado Ruy Carneiro.

Vinculação partidária e amizade foram fatores determinantes para que Telésforo Onofre¹⁰⁷ fosse nomeado prefeito de Alagoa Grande, em 1940. Pai do “Cônsul” Raimundo Onofre¹⁰⁸, Telésforo Onofre foi nomeado graças à indicação de Heretiano Zenaide que, nos idos de 1928, foi uma das vinte e oito lideranças que assinaram o manifesto lançando a candidatura de João Pessoa para Presidente do Estado. Heretiano, filho do senador Apolônio Zenaide, assumiu a chefia local logo após o desaparecimento de seu pai, em 1909. Líder político no município, foi presidente do Conselho Municipal, prefeito, deputado estadual por duas legislaturas, deputado federal constituinte, eleito em 1933, e um dos próceres do partido progressista¹⁰⁹. Outro fator que pesou na escolha foi à amizade que Dona Alice Carneiro tinha com a esposa de Telésforo. Eram amigas desde a época do internato do Colégio das Neves, em João Pessoa¹¹⁰.

A nomeação no município de Cajazeiras recaiu sobre Juvêncio Carneiro e também teve como critério para sua escolha laços de parentesco. Era tio de Ruy Carneiro, irmão de João Vieira Carneiro. Coronel Juvêncio, como era mais conhecido, era natural de Riacho dos Cavalos. Chegou a Cajazeiras bastante jovem, atraído pelas condições favoráveis no ramo do comércio, já que a cidade despontava, à época, como um dos centros mais promissores do sertão paraibano. Ligou-se ainda mais à cidade, agregando-se, por casamento, à família Bezerra de Melo, de tradicional conceito na cidade de Cajazeiras e municípios circunvizinhos. Despontando como alto comerciante na região, Juvêncio Carneiro enveredou pela política. Foi

¹⁰⁷ Telésforo Onofre Marinho (Telécio) foi um agropecuarista e político com atuação em Alagoa Grande. Proprietário da Fazenda Gomes, foi nomeado prefeito do município em 1940 e ficou no cargo até 1945. Foi eleito suplente de deputado estadual na legislatura 1947-1951, assumindo a vaga em definitivo, por dois anos, com a morte de Odon Bezerra. Foi eleito prefeito de Alagoa Grande por duas vezes, de 1952-1955 e de 1960-1963. Era o líder do Partido Social Democrático (PSD), no município. Após o término de seu último mandato como prefeito, retirou-se para João Pessoa, cidade onde faleceu aos 92 anos, em 05 de Agosto de 1987. In: FREIRE, José Avelar. 2002, p. 135/136.

¹⁰⁸ Raimundo Onofre era filho de Telésforo Onofre. Foi apresentado a Ruy Carneiro na Fazenda Riachão, no início de 1940. Logo após assumir a interventoria do Estado, Ruy Carneiro visitou a fazenda “Riachão” que pertencia a João Amorim, localizada na cidade de Alagoa Grande. Logo após esse encontro, tornou-se amigo e assessor do Interventor. Foi suplente de deputado estadual na legislatura 1951-1955 e nomeado Procurador da Caixa Econômica Federal, cargo no qual se aposentou. Sua fidelidade a Ruy Carneiro era tamanha que o comentarista político Otinaldo Lourenço o apelidou de “Cônsul de Ruy Carneiro”. Faleceu em João Pessoa, em abril de 2012. Dados obtidos em: (BRITO:2001)

¹⁰⁹ FREIRE, 2002, Op. Citada, p. 112.

¹¹⁰ BRITO, 2006. Op. Citada, p. 106

Presidente do Conselho Municipal em 1928, quando assumiu interinamente o cargo de prefeito do município. Retornou à prefeitura em 19 de agosto de 1940, permanecendo no cargo até seu falecimento, em 02 de Junho de 1944¹¹¹.

Ainda do ponto de vista político, o governo passou a adotar medidas de cunho assistencialista, com grande repercussão nas classes mais humildes. Passa, então, a centralizar esforços em duas frentes: 1- Reorganização da assistência social, retirando o controle do serviço da Igreja Católica, repassando tal mister para ele mesmo e logo após para o casal Ruy Carneiro. 2- Medidas fiscais com intuito de incentivar as classes conservadoras do Estado¹¹². Administrativamente, a grande preocupação é com as finanças públicas do estado¹¹³.

Nenhum evento político, durante este processo, causou tanta repercussão como o primeiro ato do governo que, através do decreto n° 50, publicado no Diário Oficial de 17 de agosto de 1940, um dia após a posse, extinguiu o Serviço de Assistência Social (SAS),¹¹⁴ presidido pelo Cônego José Coutinho, conhecido como Padre Zé. A explicação para a extinção foi à crise financeira, que não permitia o funcionamento da referida repartição, e a falta de organização administrativa e financeira do órgão. Quarenta e oito horas após o fechamento da repartição, ou seja, em 20 de agosto de 1940, Ruy Carneiro, que fazia visitas de inspeção a instituições de caridade na capital, teve, segundo o jornal oficial, “péssima impressão da Casa do Pobre”¹¹⁵, ratificando seu posicionamento em relação à extinção da assistência social no estado, nos moldes em que estava sendo feito. Achou por bem o governo redirecionar a população que necessitava de amparo ao Asilo de Mendicidade Carneiro da Cunha, à época, localizado nos limites do que se conhece hoje como Jardim 13 de Maio e Bairro dos Estados. Em relação ao Instituto São José, apesar de louvar seu “trabalho em prol da mendicância” o governo já no mês de agosto de 1940, cortou a verba consignada ao

¹¹¹ CARNEIRO, apud LEITÃO. 2004, Op. Citada, p. 15/16.

¹¹² Os dois pontos citados referem-se ao período compreendido de Agosto de 1940 a Dezembro de 1940.

¹¹³ O tópico crise financeira será objeto de análise no próximo ponto do capítulo II.

¹¹⁴ O SAS (Serviço de Assistência Social) foi criado pelo decreto 887 assinado em 22 de Dezembro de 1937 e publicado no diário oficial de 23 de Dezembro de 1937 durante a gestão do Interventor Argemiro de Figueiredo. Suas atribuições estavam consignadas no art. 2º do citado decreto “Incumbe a este serviço superintender o combate systematico à mendicância feito em cooperação com a Prefeitura da capital e o povo; encaminhar ao necessário destino os indivíduos contumazes na malandragem, os doentes sem recursos, os velhos, mulheres e menores abandonados e todos aqueles que por qualquer motivo se tornarem perigosos à sociedade; manter um serviço de investigação sobre todos esses necessitados com relatórios mensais apresentados ao secretário do Interior e Segurança Pública; dirigir a “Casa do Pobre”, que servirá de abrigo de emergência aos sem trabalho, que chegarem do interior do Estado enquanto não lhe for dado o conveniente destino”. Sua administração ficou sob a incumbência do Cônego José Coutinho, á época, fundador e presidente do Instituto São José, ligado ao SAS que entre outras atribuições (Serviço de Assistência Social) buscava amparar e erradicar a mendicância no Estado. Fonte: jornal “A União” de 24 de dezembro de 1937, p.01.

¹¹⁵ “A União”, 20 de agosto de 1940.

Instituto, diminuindo consideravelmente a influência do Cônego José Coutinho nas práticas assistencialistas.

Os jornais “A Imprensa” e “A União” passaram a fazer uma “guerra” midiática, cada qual tentando explicar os seus posicionamentos. A matéria “A União” de 20 de agosto de 1940, sob o título “O serviço de assistência social e o plano de sua reforma, visitas feita pelo Interventor Federal e sua impressão do problema”, demonstrou a situação em que se encontravam as instituições de caridade, em particular as controladas pela Igreja Católica e o SAS. Coincidentemente, na matéria os problemas estavam totalmente vinculados às instituições controladas pelo Padre Zé que, indiscutivelmente, detinha enorme liderança no âmbito da assistência social do estado e, principalmente, da capital.

A matéria em questão, apesar de ressaltar os méritos do cônego José Coutinho, aponta claramente a Casa do Pobre e o Instituto São José como instituições que não atendiam de forma organizada aos anseios da população carente. Aqui já podemos observar uma questão relevante: a preocupação do órgão oficial em fazer um contraponto à imagem do Padre Zé como benemérito da assistência social do estado. Sempre nas reportagens aparece o Interventor como o homem certo para comandar a assistência social no estado, e não mais a figura de Padre Zé.

O acirramento dos ânimos ficou demonstrado na resposta dada pelo sacerdote através do jornal “A Imprensa”, em extensa reportagem, do dia 22 de agosto de 1940, onde foi publicada uma carta de autoria do sacerdote com o título: “O serviço de assistência social tinha escrita, não era desorganizado e não gastava demais”, na qual afirmava que o órgão era organizado e contestava as cifras “astronômicas” ao qual o instituto e o extinto serviço de assistência à mendicância faziam jus. Diante do debate de posições, Padre Zé rompe definitivamente com o governo, tecendo críticas à nova postura da Interventoria:

Diante da nota publicada anteontem na “A União”, não posso continuar a colaborar de maneira alguma com o Exmo. Sr. Interventor Dr. Rui Carneiro na resolução dos grandes problemas da nossa pobreza, pois temos pontos de vista diferentes (...) Devo afastar-me definitivamente deste setor. S. Excia. tem um plano a executar e não devo contrariá-lo. Pelo que me informam, deseja o chefe do governo ampliar o Asilo de Mendicidade Carneiro da Cunha, para ali localizar toda a mendicância da cidade (...) Não tenho pessoalmente mágoa alguma do Exmo. Sr. Interventor Federal. Fora do Estado, há dez anos no Rio, S. Excia não conhecia de perto o valor das nossas realizações de educação e assistência social.¹¹⁶

¹¹⁶ A Imprensa, 22 de Agosto de 1940.

A crise estava instaurada, há vários dias, quando o governo resolveu encerrar a questão. Em carta datada de 27 de agosto de 1940, tendo como remetente o gabinete da Interventoria na pessoa do seu secretário Evilásio Feitosa e destinatário o Instituto São José tendo como representante o Padre-Zé, resolveu não nomear uma comissão de inquérito proposta pelo Cônego para averiguar supostas irregularidades no Serviço de Assistência Social do estado. Com o encerramento das atividades, replicou o governo, não haveria necessidade de apuração de nenhum fato, por constituir o ato de medida isenta de injustiça ou qualquer tipo de perseguição. (NÓBREGA, 1986, p.38)

Por trás desse embate, existem questões mais profundas. O SAS foi criado por Argemiro de Figueiredo, em 1937. Além do sentimento de confiança e amizade que ligava o ex-interventor ao Cônego, a Igreja Católica serviu como um dos pilares de sustentação política da Interventoria Figueiredo, sendo a ligação do governo com as classes populares. Outro fator relevante, que convergia para a união do clero ao governo eleito em 1935, era o caráter ideológico. Consistia na aversão e combate ao comunismo, prática constante durante os anos de 1935 a 1940. O jornal da Igreja tinha predileções pela doutrinação Integralista¹¹⁷, difundida pela Ação Integralista Brasileira (AIB), que tinha como principais líderes Plínio Salgado e Miguel Reale¹¹⁸, em oposição às idéias comunistas.

¹¹⁷ Essa predileção pelas ideias integralistas ficou demonstrada em pelo menos três matérias publicadas no jornal "A Imprensa", nos dias 13 de junho, 18 de julho e 08 de agosto de 1934. As duas primeiras, referiam-se a fundação e instalação na Paraíba de uma seção da "Ação Integralista Brasileira" e a última referente a visita de Plínio Salgado chefe da "Ação Integralista Brasileira", noticiando a realização de uma sessão pública no dia 07 de agosto em propaganda do ideal integralista. In. LIMA: 2007

¹¹⁸ Organização política de âmbito nacional inspirada no fascismo italiano, fundada por Plínio Salgado em 1932. Jornalista e escritor de renome, vinculado à corrente modernista dos verde-amarelos, Plínio Salgado voltou de uma viagem que fez à Itália em 1930, durante a qual teve a oportunidade de entrevistar-se com o líder maior do fascismo, Benito Mussolini, ficando bastante impressionado com o regime vigente naquele país. Fundou então o jornal *A Razão*, em cujos editoriais formulou, de maneira mais acabada, suas concepções políticas nacionalistas e antiliberais. No começo de 1932, Plínio Salgado deu início à articulação entre grupos regionais simpáticos ao fascismo e, ao mesmo tempo, fundou, no mês de fevereiro, a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), reunindo intelectuais de tendências políticas autoritárias. O sucesso dessas iniciativas levou à criação, em outubro daquele ano, da AIB. O Manifesto Integralista, lançado na ocasião, sintetizava o ideário básico da nova organização: defesa do nacionalismo, definido mais sobre bases culturais do que econômicas, e do corporativismo, visto como esteio da organização do Estado e da sociedade; combate aos valores liberais e rejeição do socialismo como modo de organização social. A AIB apresentava uma estrutura rigidamente hierarquizada, cabendo ao próprio Plínio Salgado, como chefe nacional, a liderança incontestável. Nitidamente influenciada por suas similares europeias, a AIB cultivava uma série de símbolos e rituais com os quais buscava afirmar sua identidade, como os uniformes verdes envergados nas manifestações públicas, a letra grega sigma usada como emblema e a saudação *Anauê!* empregada por seus militantes. O lema da organização era "Deus, Pátria e Família". Nos anos que se seguiram à sua fundação, a AIB teve rápido crescimento. Em abril de 1933, realizou seu primeiro desfile público em São Paulo e, em fevereiro do ano seguinte, realizou seu I Congresso Nacional, em Vitória (ES). Plínio Salgado era auxiliado por um Conselho Nacional, com funções consultivas, e por departamentos nacionais, que funcionavam como ministérios. A AIB possuía, ainda, sua própria milícia armada e uma considerável estrutura de imprensa, composta por diversos jornais de circulação local, duas revistas, um órgão oficial - *Monitor Integralista* - e um grande órgão de divulgação nacional - *A Ofensiva*.

“O comunismo não só prega contra a propriedade privada e a religião(...) O regime bolchevique tem praticado, através da propaganda pertinaz e materialista, a destruição da família, jogando os filhos contra os pais e irmãos contra irmãos(...) Vede o exemplo do jovem que denunciou o pai e contribuiu para o seu fuzilamento a mando de Stalin(...) Fora o comunismo, Viva a democracia brasileira”¹¹⁹

É dentro desse contexto que Figueiredo instala, seguindo orientação do poder central, a “Comissão Nacional de Propaganda Contra o Comunismo” que tinha como objetivo precípuo difundir ideias contrárias ao Comunismo. Contava com grande apoio de intelectuais e membros da sociedade paraibana.

Com forte atuação dentro da sociedade, o combate ao regime moscovita tornou-se uma das linhas mestras da administração estadual. A imprensa oficial difundia de forma intensa as atividades desta comissão. Exemplo de tal assertiva é a matéria intitulada “Para uma intensa propaganda contra o comunismo: A reunião de ontem no Lyceu Paraibano, da Comissão Nacional de Propaganda contra o comunismo - As festas do Dia da Bandeira - As sessões cívicas promovidas nas sedes da “Sociedade de Artistas, Operários, Mechanicos e Liberais” e “União Gráfica Beneficente Parahybana”¹²⁰, onde fica demonstrado a cooptação das classes trabalhadoras pelo governo em combate ao comunismo:

“O comitê central de propaganda constituído de representação de todas as Associações Classistas desta cidade, na sua última reunião de domingo, às 9 horas, no edifício da Academia de Commercio “Epitacio Pessoa” sob a presidência do deputado Miguel Bastos, secretariado pelo Sr. João Belisio de Araujo, escolheu a “Sociedade de artistas, operários, mecânicos e liberais” e a “União Graphica Beneficente Parahybana” a fim de pronunciar em suas sedes, nos dias 7 e 8 respectivamente, sessões cívicas de fortalecimento dos ideais democráticos (...). Concedida a palavra ao orador escolhido Sr. Francisco Carvalho chefe das oficinas da Imprensa Oficial, que proferiu

O grande número de adesões à AIB fez dela o primeiro partido político de massa organizado nacionalmente no Brasil. Em 1936, o total de seus membros era estimado entre 600 mil e um milhão. A Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada no ano anterior por setores de esquerda, também obteve expressivo crescimento, e conflitos de rua entre militantes das duas organizações se tornaram frequentes. Em maio de 1937, a AIB lançou Plínio Salgado como candidato à eleição presidencial prevista para janeiro do ano seguinte. A eleição, contudo, acabaria não se realizando em virtude do golpe do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Plínio Salgado esteve o tempo todo a par das articulações golpistas e lhes deu apoio. O próprio pretexto utilizado por Vargas para golpear a democracia - o Plano Cohen, apresentado como um plano comunista para a tomada do poder - não passava de um documento forjado, de autoria do então capitão Olímpio Mourão Filho, destacado dirigente integralista. Para surpresa dos integralistas, porém, em dezembro de 1937, Vargas decretou o fechamento da AIB, juntamente com todas as demais organizações partidárias do país. Decepcionados, em maio de 1938, alguns dirigentes integralistas promoveram um levante no Rio de Janeiro para depor o governo, mas foram derrotados sem dificuldade. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/AIB>. Consulta realizada em 10 de Setembro de 2012.

¹¹⁹ **Os Crimes do Comunismo**. Jornal *A Imprensa*, João Pessoa, 25 de agosto de 1935, p.03.

¹²⁰ Matéria veiculada no Jornal “a União” de 09 de Novembro de 1937, número 220, p. 01.

enthusiastico discurso concitando os seus colegas a trabalharem conjuntamente num combate sem trégua ao credo vermelho (...). No encerramento da sessão foram aclamados diversas vezes os nomes do governador Argemiro de Figueirêdo e dr. Salviano Leite secretario do interior”.

Em se tratando da Interventoria Ruy Carneiro, podemos afirmar que existia do ponto de vista ideológico, ou político, o combate ao comunismo? Em nossas pesquisas, o que podemos afirmar é que houve um acordo tácito entre ambos. Os comunistas não causariam grandes problemas ao governo, nem o governo os prenderia ou, perseguiria. Seriam tolerados? O que os unia? Do ponto de vista ideológico quase nada. E do político? Um inimigo comum. Argemiro de Figueiredo. No momento de transição, por exemplo, os comunistas tiveram amplo espaço no jornal oficial, pelo motivo de constituírem um núcleo oposicionista ao governo de Figueiredo. Ruy Carneiro, não deixou passar a oportunidade, permitindo que o órgão oficial se firmasse como uma “tribuna” nas mãos dos comunistas, que aproveitaram o espaço, lançando inúmeros artigos contrários à administração Figueiredo, na pessoa de um dos seus líderes, João Santa Cruz, como explicado pelo professor José Octavio:

Já os adversários aproveitaram a oportunidade, sendo este o caso do advogado, jornalista e revolucionário histórico de 30, João Santa Cruz de Oliveira “Patriarca do comunismo Paraibano” que, na qualidade de principal dirigente da Aliança Nacional Libertadora, na Paraíba, padeceu durante anos severa perseguição, aproveitou a queda do argemirismo para publicação de contundentes artigos de cunho unilateral. Num destes, intitulado “Lado Negativo”, sustentava-se que “a herança da administração decaída e tristíssima”. É uma espécie de legado negativo do bem público disfarçado em gestos de “boa vontade”. Noutro, “Revisão sem ódios”, a censura santacruzista era ainda mais drástica: “Acabou a jornada sinistra. Atravessava-se um momento de revisão” (MELLO, 2003, p. 41)

Com a exoneração de Figueiredo, a Igreja Católica perdeu muito de seu prestígio dentro do governo, por razões que já foram explicadas anteriormente. Diante dessa nova conjuntura, o novo Interventor passou pessoalmente a liderar uma cruzada pela assistência social no Estado, em detrimento cada vez mais do Clero Paraibano. As matérias publicadas no jornal “A União”, entre os meses de agosto de 1940 e dezembro de 1940, retratam, de forma clara, este redirecionamento na administração. Com o fechamento do SAS, o caminho ficou livre para a atuação de Ruy Carneiro no campo assistencial.

Até agosto de 1940, a Igreja Católica controlava o Serviço de Assistência Social. A partir de então, as iniciativas governamentais referentes à assistência social passaram a ser comandadas, inicialmente pelo próprio Interventor e, um mês depois da posse, pelo casal Ruy

Carneiro e Alice Carneiro¹²¹, com a atuação mais destacada de Alice Carneiro, estando à frente da instituição até 1945. Com a criação do Serviço de Reeducação e Assistência Social em 1941¹²²e, principalmente, da Legião Brasileira de Assistência (LBA)¹²³, em 1942, esvaziou-se totalmente a presença da Igreja Católica, tendo Alice Carneiro assumido a Legião Brasileira de Assistência até 1945.

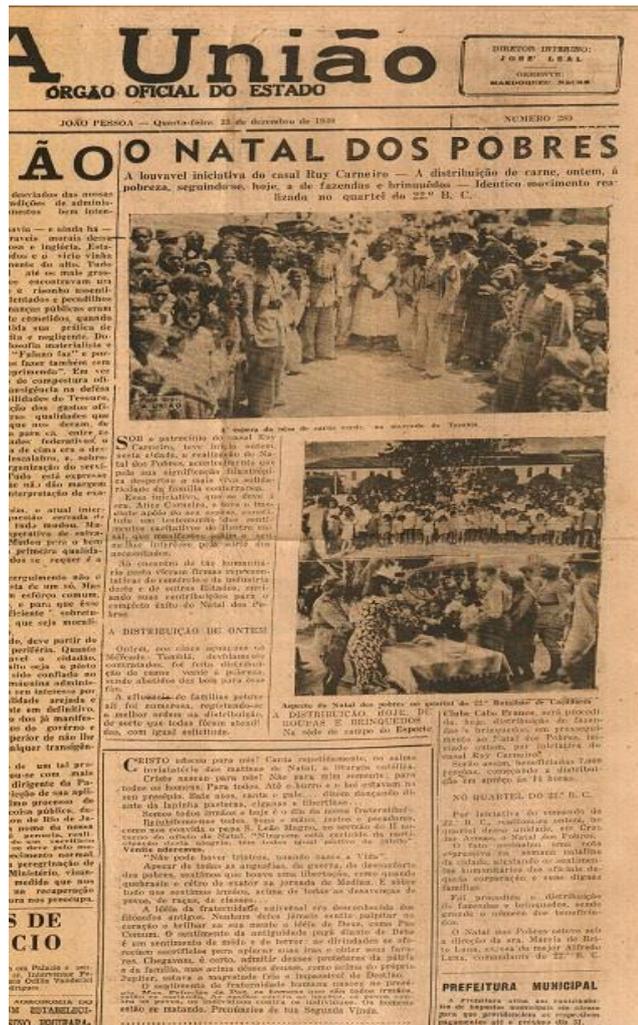


Figura 05: Notícia de capa do órgão oficial de 23 de dezembro de 1940 destacando o “natal dos pobres”.

¹²¹ A presença de Alice Carneiro irá surgir em dezembro de 1940, quando no “Natal dos Pobres”. Seu papel na assistência social na Paraíba foi determinante para o sucesso político de seu esposo durante a Interventoria, como bem explicitado pelo Ruy Carneiro em entrevista ao CPDOC em 1977, já citada no presente estudo.

¹²² A criação deste órgão, datada de 02 de setembro de 1941, tinha por objetivo “remediar a mendicância na Capital do Estado”. Apesar de nossas pesquisas, não encontramos mais dados concernentes a este órgão, como sua atuação e funcionamento. Dados disponíveis em: Quadro de receita 1940 a 1941, as fls. 18. Arquivo Público do Estado da Paraíba, (caixa 031/1940).

¹²³ Instalada em 1942 em solo Paraibano, o papel da LBA ia muito além da assistência social. Tendo a frente Alice Carneiro e contando com vultosas verbas federais, tal órgão trabalhava em sintonia com a educação e saúde, sendo responsável entre outras iniciativas pela implantação da merenda escolar nas escolas estaduais (1944) e inauguração da maternidade “Candida Vargas” localizado no estratégico bairro de Jaguaribe, na cidade de João Pessoa.

No campo administrativo, particularmente nas ações assistencialistas, a onipresença do interventor se sobressaiu de forma contundente. Tal estilo estará presente com as primeiras ações assistenciais do governo. Do ponto de vista meramente administrativo, ressaltamos que Ruy Carneiro revelou-se um administrador centralizador e pragmático, com medidas que, apesar de administrativas, tinham cunho político, passando a imagem de um governante que tinha pressa em resolver todos os problemas do estado em tempo recorde¹²⁴

No âmbito fiscal, a administração passou a dar isenções, no sentido de “incentivar” as classes produtoras, e menos favorecidas do estado, mesmo diante das denúncias sobre o descalabro financeiro herdado pelo quinquênio 1935-1940¹²⁵. Apesar da contradição, Ruy Carneiro leva adiante as medidas, assinando em 27 de setembro de 1940, o Decreto nº 53, alterando dispositivos do Código Fiscal, referente ao imposto de vendas: passariam a ficar isentos os produtores ou comerciantes cujo movimento não fosse superior a três contos de reis por ano, medida esta que visava beneficiar o pequeno produtor ou comerciante¹²⁶. Através do Decreto – Lei 115, de 21 de outubro de 1940, dispensou a multa aos devedores do estado, o que galgou enorme simpatia nos círculos comerciais estaduais, em particular, de Campina Grande.

Outra classe que foi prestigiada com isenções foram os pequenos proprietários rurais, que ficaram eximidos do pagamento do imposto territorial. Essa atitude teve repercussão nacional, tendo o jornal oficial transcrito em sete de março de 1941, matéria intitulada “da Paraíba vem um exemplo sugestivo” originária do jornal “O Radical” do Rio de Janeiro. O periódico enaltece a iniciativa do governo:

¹²⁴ Analisando e digitalizando a documentação referente ao período 1940 a 1945 nas caixas 031 a 035 do Arquivo Público do Estado, observamos que toda a documentação, desde um projeto de lei, até questões rotineiras como a nomeação de uma normalista, passavam pelo seu crivo. Seus despachos demonstram um estilo bastante pragmático e simples. Podemos citar como exemplos a exposição de motivos, datada de 28 de março de 1942, endereçada ao Interventor Federal pelo diretor do Departamento do Serviço Público Simeão Leal, referente à contratação de uma professora como “extranumerário”. O despacho do Interventor: “Aprovado”. Em 31-3-1942. Ruy Carneiro. Outro despacho refere-se ao pedido de autoridades paraibanas, no sentido de se encontrar uma solução para a baixa remuneração que a viúva de um magistrado vinha recebendo como pensão. Despacho. Ao presidente do Montepio. Em 10/11/1943. Ruy Carneiro. Mesmo diante do quadro de crise tão difundida pelos órgãos oficiais, Ruy Carneiro não descuidava da parte política de seu governo, ou seja, tentava de todas as formas agradar a seu “chefe”. Viajou para a Capital Federal, retribuindo a visita do Presidente Vargas nos primeiros meses de sua administração, como também, participou das comemorações do decênio governamental. Do ponto de vista administrativo, visitou e conseguiu inúmeras verbas para obras, a maioria na área de saúde. Jornal “A União”, 21 de novembro de 1940. Ano XLVIII, número 260, p.01. Matéria intitulada: “A estada do Interventor Ruy Carneiro no Rio.

¹²⁵ Um das inúmeras matérias sobre o tema “crise financeira” noticiada pelo jornal “A União” falava “(...) da série de desmandos da administração passada, que “A União” vem publicando e que justificam o regime de severas economias que o novo Interventor vem adotando”. Matéria intitulada “O povo campinense recebe com simpatia os recentes atos do Sr. Interventor Federal. “A União”, 24 de Outubro de 1940, p. 03.

¹²⁶ “A União”. João Pessoa. 29 de Set. 1940.p.01.

“Todos que temos nossa atenção sempre apaixonadamente voltada para os numerosos problemas de maior importância nacional, sabemos que figura, mais angustiosamente entre eles, o da economia rural (...) a tarefa que se impõe o governo por todas essas circunstancias conhecidas, e por demais árdua e eivada de dificuldades, que só por pessoas competentes e profundamente conhecedoras das particularidades de cada zona poderão ser mais rapidamente focalizadas para a ação requerida. E o que presentemente, se esta verificando no nordeste, onde se acham reunidos os agentes do serviço da Economia Rural nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, com os respectivos governos estaduais, visando dar solução a vários problemas, que mais de perto tocam aos aspectos econômicos das principais explorações agrícolas e extrativas na referida região. Ao correr dos interessantes debates sobre esses temas de tanta relevância, foi dado a conhecer pelo representante do governo paraibano, que o Interventor Federal naquele Estado acaba de isentar de imposto territorial as pequenas propriedades agrícolas, quando diretamente exploradas pelo seu proprietário e membros da família sem concurso de braço estranho. Bem haja o Interventor Ruy Carneiro, que por medida de tão alta relevância vai favorecer de modo notável o desenvolvimento da pequena lavoura, no seu Estado”.

Outra iniciativa atingiu a classe de “Chauffeurs”, os taxistas da época. O então tenente coronel Mário Sólton Ribeiro, chefe de polícia, baixou portaria, ordenando o cancelamento das multas impostas aos condutores de automóveis, por infrações consideradas leves.

A população do estratégico município de Campina Grande também foi contemplada com as medidas fiscais. O decreto que reduziu o preço da água beneficiou toda a população carente da cidade. O órgão oficial dedicou edição ao acontecimento¹²⁷, configurando-o, do ponto de vista político, como uma tentativa de ofuscar as realizações do antigo administrador na cidade, sua terra natal¹²⁸.

Politicamente, Ruy Carneiro tinha um estilo personalista, procurando, pelo menos durante o período de transição, fomentar a imagem de “onipresente” ou de um administrador que tinha pressa, de único capaz de resolver os problemas do estado, trabalhando até altas horas da noite, para atender às demandas da população paraibana¹²⁹. Passou a fazer incursões a instituições de caridade, repartições públicas, atendendo pessoalmente a população em Palácio e, por fim, realizando passeios nas manhãs de domingo, a cavalo, visitando inúmeros pontos da cidade, com atenção redobrada aos bairros periféricos da capital. Interessante notar,

¹²⁷As edições às quais me referi são as seguintes: sábado, 04 de janeiro de 1941, e quarta feira, 08 de Janeiro de 1941.

¹²⁸ Uma das principais realizações da administração Figueiredo, na cidade, foi à inauguração do sistema de abastecimento d'água da cidade. O serviço foi iniciado em 18 de janeiro de 1939, com sete chafarizes e cerca de trinta instalações sanitárias em domicílios. Em 28 de janeiro de 1939, estando concluídos os trabalhos, o engenheiro Saturnino de Brito fez a entrega ao Estado. In. FILHO (2005).

¹²⁹ Jornal “A União”, 14 de janeiro de 1941, p. 01. Matéria intitulava-se “As visitas do Sr. Interventor Federal aos Bairros Pobres”, terça-feira, 14 de Janeiro de 1941, p.01.

neste ponto, que imprensa oficial tentava transmitir uma imagem de governante que dedicava até o limite de suas forças em prol da coletividade, um caso de extremada paixão cívica:

“procurando atender todos os problemas da administração, aos quais dedica o melhor de seu tempo, indo até altas horas da noite, mergulhando no estudo dos assuntos que exigiam solução pronta, ou agindo junto aos altos poderes da República para conseguir a objetivação das aspirações da Paraíba”¹³⁰.

Era prática habitual de Ruy Carneiro, aos domingos, montado a cavalo, percorrer a cidade de João Pessoa. Dessas visitas, uma mereceu destaque no jornal *A União*, que foi a excursão de Ruy Carneiro ao bairro Cordão Azul, localidade que recebeu pela primeira vez a visita de um governante, sendo acolhido em ambiente de simpatia por parte dos seus moradores¹³¹. O personalismo era tão acentuado que até a inauguração de uma placa de rua contou com sua presença¹³². Todas as decisões políticas passavam por suas mãos, não admitindo poderes autônomos dentro do secretariado.

Outra medida que acentuou tal característica foi à implantação das audiências públicas, sempre às quartas-feiras (modificado em 02 de outubro de 1940 para as quintas-feiras) quando, em Palácio, Ruy Carneiro atendia pessoalmente a inúmeros pleitos da comunidade. Importante ressaltar que tal iniciativa não era pioneira. Assumindo a administração municipal da cidade de Belo Horizonte em 1940, o prefeito Juscelino Kubitschek resolveu contornar a morosidade e a burocracia presente na administração de Belo Horizonte, atendendo as pessoas pessoalmente, democratizando a administração, o que causou impacto na opinião pública. O próprio Juscelino em suas memórias, assim se pronunciou:

“Quando mudei o gabinete para o salão de recepção da Municipalidade, estava à disposição de quem me procurasse, das 4 às 6 da tarde. Não existiam portas fechadas e nem ante-salas, repletas de pessoas à espera de audiência: todos eram atendidos pela ordem de chegada. Quando havia muita gente, invertia os papéis na concessão das audiências: ao invés de ficar na minha mesa, ia ao encontro das partes, indagando de cada uma, de maneira informal, o que desejava. O resultado da conversa era anotado pelo secretário que me acompanhava, para as providências imediatas.” (KUBITSCHKE: 1975, p. 27)

¹³⁰ Jornal “A União”, 14 de janeiro de 1941, Op. Citada p.01.

¹³¹ IBIDEM, p. 01.

¹³² “A União”, 27 de Outubro de 1940, p.02.

Retornando a Paraíba, dessas audiências, a primeira, realizada em 28 de agosto de 1940, merece ser melhor analisada. Pelo enorme impacto que causou. Os jornais de circulação no estado ofereceram ampla cobertura ao episódio.¹³³ Segundo o jornal “A Imprensa”: “Desde cedo começou a se aglomerar em frente ao Palácio da Redenção vultosa massa popular, que se crescia até se tornar uma forte e compacta aglomeração humana”¹³⁴. Sempre evocando o martírio de João Pessoa e levando a sua fotografia, mais de mil pessoas tomaram parte na primeira audiência do governo. De pronto, Ruy Carneiro, sempre acentuando seu estilo, procurou resolver, ou melhor, remediar a situação, requerendo auxílio ao Presidente da República e contratando “mais de cem homens que estão sendo fichados para a regularidade do serviço¹³⁵”.

O jornal “A União” ainda foi mais contundente na matéria. Com o título “Impressionante espetáculo, ontem em frente ao Palácio da Redenção: as providências tomadas pelo governo para atenuar uma situação característica de calamidade pública”, a reportagem retratou de maneira mais ampla o flagelo a que estava acometido o estado e as tentativas de se encontrar uma solução para o problema dos flagelados e mendigos. Ainda sobre a situação elencada, Ruy Carneiro reuniu-se com membros da Associação Comercial, do comércio e membros do Asilo de Mendicidade para tentar encontrar soluções para aquele abrigo. Um dos problemas levantados, durante a reunião, foi o problema do abastecimento d’água do Asilo. Diante do quadro apresentado, foi o Interventor fazer a inspeção do edifício, ao lado de assessores, onde diagnosticou o problema, ficando os técnicos responsáveis por resolver o problema do abastecimento¹³⁶.

Entrementes, ficou demonstrado anteriormente, que a administração passou a beneficiar, no plano de assistência social, além do asilo, o Orfanato D. Ulrico, em detrimento do Instituto São José. Este teve um corte nas suas subvenções, através de Decreto-Lei, encaminhando pelo próprio Ruy Carneiro para apreciação do departamento administrativo¹³⁷.

¹³³ Os jornais aos quais me referi são os seguintes: “A Imprensa”, 29 de agosto de 1940, número 193, p. 01. E *A União* de 29 de Agosto de 1940, ano XLVIII, p.01.

¹³⁴ “A Imprensa”, 29 de agosto de 1940, número 193, p. 01.

¹³⁵ *IBIDEM*.

¹³⁶ “A União”, 18 de Setembro de 1940, p.01.

¹³⁷ A subvenção a qual o Instituto tinha direito era da ordem de 24:000\$000 anuais, por força do Decreto nº 1.351, de 16 de Outubro de 1939. Pelo Projeto de Lei, a subvenção passou à ordem de 12:000\$000, ou seja, a metade. Os motivos alegados, entre outros, foi o “desmembramento” da assistência social e a crise financeira instaurada no estado. In: “Do Interventor Federal, Rui Carneiro, para o presidente do dep. Administrativo do Estado, Severino Lucena”. Assunto: Referentes à administração. 1942, contendo 11 folhas datilografadas. Apresentado por ofício datado de 14 de Outubro de 1942. Arquivo Público do Estado da Paraíba, caixa 033.

Mas, indubitavelmente, o que tomava mais tempo de Ruy Carneiro era a sua preocupação com as instituições de caridade, controladas pela Igreja Católica, e que contavam com subvenções do Estado da Paraíba¹³⁸.

Ao mesmo tempo iniciou uma cruzada pela assistência social no estado. Destaca-se que tais medidas eram meramente pontuais: distribuição de tecidos, donativos, remédios, brinquedos, tendo, no período, as iniciativas mais gerais se localizado nas reformas do Asilo de Mendicidade, Orfanato D. Ulrico e compra de um novo distribuidor para a Santa Casa de Misericórdia¹³⁹. Procurou pessoalmente auxílio do comércio e altos funcionários para angariar recursos para as instituições pias. Aqui, somado ao seu estilo personalista, começa a aparecer Alice Carneiro, ou melhor, o casal Ruy Carneiro. A partir de setembro de 1940, as iniciativas começaram a se intensificar no sentido de angariar recursos para as instituições. As primeiras que foram beneficiadas foram o orfanato D. Ulrico e, como não poderia deixar de ser, o Asilo de Mendicidade. O baile para angariar recursos, que recebeu o nome de “Sorvete Dançante”, teve apoio de entidades representativas da sociedade, a exemplo da União Teatral de João Pessoa, que, em espetáculo no Cine Rex, no mês de setembro de 1940, doou a instituições o valor de 373\$000. O valor recebido pelo idealizador do evento, Ruy Carneiro, foi depositado na conta em que o governo mantinha no Banco do Brasil.

As contribuições não paravam de chegar às instituições mencionadas. O jornal *A União*, já na primeira página, destacou as contribuições de firmas localizadas no Rio de Janeiro, sempre ressaltando “a assistência do Orfanato D. Ulrico, ao qual vem dando o seu apoio o Sr. Interventor Ruy Carneiro”¹⁴⁰. O mesmo jornal noticiou, em 12 de dezembro de 1940, página 01: “Donativos para instituições de assistência da Paraíba: Mais de 15 contos de réis para o orfanato e o Asilo de Mendicidade (...)”.

¹³⁸ As subvenções consistiam em valores que o Estado repassava para entidades pias, fossem católicas ou sem fins lucrativos. No exercício de 1941, a assistência social (que era ligada à Secretaria de Segurança Pública) teve uma despesa fixada em 6.014:708\$0, ou 16, 29% do orçamento. A despesa realizada ficou em 5.496: 015\$3 ou 13,93% do orçamento. Dados obtidos do quadro de receita do exercício 1941, contendo 22 folhas datilografadas. Arquivo Público do Estado da Paraíba, caixa 031. Observa-se pelo relatório de 1943, exercício de 1942, que a sua grande maioria era controlada pela Igreja Católica. A saber: 1) Orfanato D. Ulrico; 2) Asilo de Mendicidade Carneiro da Cunha; 3) Abrigo de Menores Melo Matos; 4) Asilo Bom Pastor; 5) Santa Casa de Misericórdia; 6) Instituto “São José”; 7) Circulo Operário; 8) Instituto de Proteção e Assistência à Infância; 9) Sociedade de Assistência aos Lázarus e Defesa da Lepra; 10) Asilo Damas de Caridade. Destes Institutos, o que mais recebia atenções por parte do governo, por ser ligado à administração, era o abrigo de menores Jesus de Nazaré, que, no exercício de 1943, teve uma receita de CR\$ 193.427, 60, com um total de 180 crianças internadas, dos quais 134, na creche do abrigo. Fonte: CARNEIRO, Ruy. Relatório das atividades do governo da Paraíba, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1943.

¹³⁹ A forma como o órgão oficial noticiou a solução para o abastecimento d’água da Santa Casa de Misericórdia, com a compra de um distribuidor orçado em 38: 835\$700 reis, parecia que toda a localidade Cruz do Peixe (local onde se encontrava o hospital) foi de que todo o bairro havia sido contemplado com a medida. In *Jornal a União*, 29 de Dezembro de 1940, p.01.

¹⁴⁰ *A União*, 02 de outubro de 1940, p.01

O coroamento das ações pessoais de cunho assistencialista, nesta fase de transição, foi o Natal dos Pobres, capitaneado pelo casal Ruy Carneiro, entre os dias 24 e 25 de dezembro de 1940. De caráter puramente assistencialista, foram distribuídos, na sede do campo do Esporte Clube Cabo Branco, em Jaguaribe, roupas, comidas e brinquedos. Orquestrado de forma a contemplar diversos pontos da capital, foram distribuídos “carne verde”, no mercado de Tambiá, e cortes de fazenda e brinquedos, no quartel 22 BC. Nestas iniciativas foram contempladas 7.000 pessoas¹⁴¹.

Ressalte-se que tais iniciativas baseavam-se em doações, não tendo quase nenhuma participação do erário público, em face da crise financeiro-econômica que vivia o estado neste período de transição, que será fruto de análise do nosso segundo tópico.

¹⁴¹ A União, 27 de dezembro de 1940. Numero 200, p.01.

2.3- SITUAÇÃO ECÔNOMICA E FINANCEIRA NOS TEMPOS DE TRANSIÇÃO (1940/1942).

As críticas feitas por Ruy Carneiro à administração anterior mereceu destaque na imprensa local. O Jornal “A Imprensa” divulgou em matéria de capa entrevista concedida em 07 de setembro de 1940, por Ruy Carneiro, onde o assunto primordial foi a “crise financeira”, e o “mascaramento” da realidade financeira do Estado.¹⁴²

“Confesso o meu constrangimento em transmitir-lhe do quadro da realidade paraibana. Mas eu me impuz, sempre, uma linha de inflexível sinceridade e não devo fugir a essa norma de conduta, sobretudo em exercício do governo. Foge a meu feitio formentar ilusões para cortejar aplausos imerecidos. Fora do Estado criou-se um ambiente de otimismo em torno da vida pública da Paraíba, mercê de uma propaganda sistematicamente empenhada em alterar os dados reais da situação. Antes de assumir a Interventoria não me era estranho o aspecto fictício dessa propaganda. Hoje, em contato direto e quotidiano com os problemas da Paraíba, estou alarmado com o ambiente de desorganização e profunda crise que aflige a sua economia e as suas finanças, além das repercussões sociais geradas por semelhante estado de cousas. Um orçamento em desequilíbrio pautado sob inspirações desordenadas do imediatismo e da ostentação (...). Despesas excessivas e dividas acumuladas. Diariamente estou a receber reclamações sobre o atraso do Tesouro em atender a solução de compromissos, até de fornecimentos feitos por pequenos comerciantes embaraçados por força de créditos que o Estado lhes tomava.

Essa tentativa de passar uma imagem de caos administrativo, através da imprensa, foi uma constante nos primeiros meses de administração Ruy Carneiro. Dia após dia, o órgão oficial trazia manchetes demonstrando “a real situação financeira do Estado”. Os ataques atingiram o clímax na matéria divulgada no dia 07 de setembro de 1940, onde foi divulgado por parte do governo estudo circunstanciado da situação das contas públicas. A reportagem demonstrou um quadro de penúria, de profunda crise econômica, em que o antecessor deixou um saldo de dívidas no montante de 27:168:256\$489 contos de réis¹⁴³:

“Ai estão às conseqüências da irresponsabilidade: o colapso das finanças, o esgotamento das fontes tributárias, a depressão nas atividades produtivas, a plethora do funcionalismo, a desorganização geral dos interesses municipais, a subvenção dos elementos vitais da coletividade conterrânea (...) Os

¹⁴² A Imprensa, 07 de setembro de 1940, pagina não identificada. A manchete era a seguinte “O Interventor Ruy Carneiro fala sobre a verdadeira situação do estado”.

¹⁴³ Devemos observar que o padrão monetário “mil reis” vigorou no Brasil ate a reforma monetária empreendida pelo Presidente Vargas em 1942.

sintomas da crise eram evidentes. Só o governo não as sentia. Isolados da comunhão paraibana, mas contentes e felizes em seus postos (...) ¹⁴⁴

As denúncias não se resumiram ao campo financeiro. O órgão oficial passou a divulgar matérias dando ênfase ao aspecto administrativo da administração Figueiredo, levando a crer que o mesmo era um péssimo administrador, que não tinha responsabilidade com a coisa pública, sendo totalmente leniente com o descalabro administrativo:

“A ostentação faustosa dos carros oficiais; o ônus de uma representação supérflua no Rio de Janeiro; a distribuição de favores e empregos; a criação de departamentos desnecessários; o abuso no fornecimento sem controle de preços nem seleção de material; o expediente de manifestações “espontâneas” custeadas com o dinheiro do Estado; a desorientação nos planos e iniciativas; o custo ruinoso dos trabalhos públicos; a complacência fiscal para com certos afeiçoados, representantes de grandes interesses comerciais-acabaram por conduzir o Estado á penúria, com sacrifícios que se farão sentir por muito tempo (...) O Sr. Argemiro, tinha uma espantosa predileção por estouro de verbas e por abertura de créditos em série, timbrando em consumir toda a arrecadação de cada exercício e sacar contra o futuro. A existência de saldo nas dotações orçamentárias o inquietava. Não sossegava enquanto não existissem completamente esgotadas”. ¹⁴⁵

Nota-se nessas matérias uma ratificação da representação feita por Epitacinho, que culminou com saída de Figueiredo em julho de 1940. Esse suposto descalabro administrativo, e em particular, a crise financeira, foi uma constante nos discursos de Ruy Carneiro e de seus auxiliares. Sete anos após sua saída do governo, já no período de “redemocratização” o ex-diretor do Departamento de Saúde, e irmão de Ruy, Janduhy Carneiro, realizou em 13 de maio de 1947, discurso onde analisou a situação política-administrativa do Estado, em particular os atos do Governador Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, aliado de Argemiro de Figueiredo. Logo no início do pronunciamento, a questão da dívida deixada por Argemiro, recorrente durante os anos de 1940-1945, veio à baila levando a intensos debates envolvendo os deputados Argemiro de Figueiredo e Janduhy Carneiro:

“O Sr. Jandui Carneiro: O nobre colega aparteante, ex-interventor e ex-governador da Paraíba permita-me que o diga- é o menos indicado para falar em equilíbrio das finanças do Estado e, sobretudo, para falar a mim sobre questões de liberdade pública na Paraíba (...) sabe ainda o ilustre colega dos motivos que existem nesse sentido, os quais não revelarei, porque costume guardar comigo conveniências que somente por obrigação, de honra

¹⁴⁴ A União, 07 de Setembro de 1940, p. 01

¹⁴⁵ A União, 07 de setembro de 1940, p.01/02.

revelarei de público (...) O Sr. Argemiro de Figueiredo: V. Ex^a esta convidado a revelar esses motivos, porque os homens públicos devem ter seu passado devidamente esclarecido (...) O Sr. Jandui Carneiro: Talvez isso não lhe convenha, meu nobre colega. Na Paraíba, se diz e se repete que V. Ex^a deixou o Estado em 1940 em situação de finanças de verdadeira massa falida. (apoiados e não apoiados) (...) Sr. Argemiro de Figueiredo: V. Ex^a esta lançando uma injúria ao meu governo (...) Sr. Jandui Carneiro: V. Ex^a deixou o tesouro da Paraíba com uma dívida de 27 milhões de cruzeiros (...) Sr. Argemiro de Figueiredo: Lanço um repto, neste momento, para que V. Ex^a prove o que afirma. Se isso acontecer, comprometo-me desde já a renunciar ao mandato”¹⁴⁶

Após calorosos debates, a resposta de Figueiredo não tardou a vir. Em um discurso veemente na Câmara dos deputados em 29 de maio de 1947, Argemiro de Figueiredo replicou o discurso do colega paraibano. No pronunciamento, onde aliados e opositores do ex-interventor se digladiaram no parlamento, Figueiredo fez uma defesa longa e coerente de sua administração. Tentou demonstrar que a crise alardeada era fruto muito mais de questões políticas, do que financeiro-econômicas. Como não poderia deixar de ser, a questão financeira foi esclarecida pelo ex-interventor:

“O Sr. Argemiro de Figueiredo: Encontrei o Estado com um patrimônio, conquistado pelo esforço administrativo de todos os governos que me antecederam, desde os tempos imperiais com um patrimônio líquido de 35 milhões, 660 mil cruzeiros e fração, e o levei, após cinco anos e meses de governo, para 102 milhões 175 mil cruzeiros e fração. Poderia esclarecer, numa síntese também, que só em obras públicas deixei no meu Estado cerca de 60 milhões de cruzeiros (...) Quando, no segundo semestre de 1940, eu deixara o governo da Paraíba, havia o ódio aceso contra minha administração, contra o meu governo, contra a minha pessoa, ódio que, fielmente, vai fugindo no passar dos dias (...) A esse tempo a animosidade era tão grande que o órgão oficial do Estado “A União” publicava, em outubro a seguinte manchete “O Sr. Argemiro de Figueiredo reduziu a Paraíba a uma situação de espantosa penúria, deixando uma dívida de Cr\$ 27.168.126,00.(...) O Sr. Jandui Carneiro: A contabilidade do tesouro que fornecia os dados, ninguém poderia advinhar”¹⁴⁷.

E continua na defesa de seu governo :

(...) No balanço original, em que se computava o passivo do Estado, o ativo não entrava na composição. Além da originalidade de se fazer um balanço financeiro em setembro ou outubro, somaram-se os compromissos da

¹⁴⁶ Discurso do deputado Jandui Carneiro (PSD-PB), pronunciado em 13 de maio de 1947. Com a seguinte ementa: Atitudes do poder executivo na Paraíba. Publicado no diário do Congresso Nacional, sexta feira, 16 de maio de 1947, paginas, 1763 a 1769.

¹⁴⁷ Discurso do deputado Argemiro de Figueiredo (UDN-PB), pronunciado em 29 de maio de 1947. Com a seguinte ementa: Situação da Paraíba. Publicado no diário do Congresso Nacional, terça feira, 03 de Junho de 1947, paginas, 2255 a 2262.

Paraíba, sem o contrapeso do ativo, que deveria enfrentar o passivo. Mas Sr. Presidente, enquanto “A União” afirmava e, também o asseverou o nobre Deputado Jandui Carneiro, que o meu governo havia deixado uma dívida de vinte e sete milhões de cruzeiros a verdade é outra e posso trazer, desde já, contestação irretorquível¹⁴⁸.

Ainda durante sua explanação, sempre aparteado pelo irmão de Ruy Carneiro, Figueiredo passa a se ater nos números que possivelmente foram deixados como dívidas ao seu sucessor. Esclareceu que do valor total de vinte e sete milhões de cruzeiros, deveriam ser abatidos quantias na ordem de Cr\$ de 5. 231. 523,00 referente ao empréstimo de Cr\$ de 6.000.000, 00 contraído com o Banco do Brasil e ainda outras operações de crédito realizadas pela Interventoria de Gratuliano de Brito¹⁴⁹. Outro valor era na ordem de Cr\$ de 800.000,00 cruzeiros correspondente a encampação da Empresa de Serviços Elétricos, também oriunda de administrações anteriores. Dentre vários outros, um merece destaque: o valor do débito que o Estado tinha com o porto de Cabedelo no valor de Cr\$ 3.743.000,00¹⁵⁰. Destaco este valor, pois o mesmo foi reconhecido pela Comissão de Negócios Estaduais, à época da sindicância feita na administração Figueiredo, dando razão às alegações de Argemiro:

“O relatório da comissão de contadores que examinou a escrita do tesouro e tocou na dívida do Estado (...) Segundo a representação, o Estado deve a essa caixa, 3.000 contos. O Interventor contesta e tem razão. Diz que as rendas do porto de Cabedelo são do Estado, e que este as pode dispensar livremente. Já a comissão designada pelo Dr. Waldir Niemayer havia feito essa afirmação, argumentando com o ato pelo qual foi concedida a autorização ao Estado para construir e explorar o porto de Cabedelo durante 75 anos. Na verdade, só após 25 anos, contados do início da exploração do porto, é que será obrigado a constituir o fundo destinado a amortizar o capital que empregou nas obras (clausula XX do contrato de concessão)¹⁵¹

Diante de tantas afirmações, qual o valor correto? Vinte e sete milhões, vinte milhões, ou ainda, levando com consideração a afirmação de Figueiredo em seu discurso, ¹⁵² que o Estado teria deixado um ativo de doze milhões de cruzeiros e que, na realidade a dívida que seria de vinte milhões, era de oito? Se havia dívidas, de quanto era o prazo para pagamento de tais débitos? E a capacidade de amortização do Estado? Mais do que valores, o que tínhamos

¹⁴⁸ Ibidem, p. 2260.

¹⁴⁹ Interventor da Paraíba durante os anos de 1932-1934.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 2261.

¹⁵¹ Relatório da Comissão de Negócios Estaduais. Parte integrante do livro: “Desmascarando um Mistificador: Erros e desmandos do atual governo da Paraíba (1935-1940)” p. 185/186.

¹⁵² Ibidem, p. 2262.

naquela época? Uma crise financeira, econômica, ou as duas? São questões que perpassam toda essa discursão.

Logo de partida, não podemos afirmar, com as pesquisas que realizamos o tempo que o estado dispunha para saldar os débitos. Mais do que uma dívida, seria interessante saber em que condições foram feitos estes empréstimos. O que podemos afirmar é um valor aproximado, e o que foi feito na tentativa de saldá-lo.

No que concerne ao valor da dívida, o valor de vinte milhões de cruzeiros é o valor que mais se aproxima da realidade financeira do Estado à época¹⁵³. O que houve na realidade, foi uma conjuntura desfavorável ao novo governo, somada a uma crise muito mais econômica do que financeira. Devemos levar em consideração que a propaganda proporcionada por Ruy Carneiro e seus auxiliares deve ser vista com cautela. Talvez Ruy Carneiro, político habilidoso, devia ter em mente uma das máximas da política, parafraseando o sociólogo Fernando Henrique Cardoso “melhor esconjurar-se dos inimigos antes que os mesmos possam dar trabalho no futuro” (CARDOSO: 2007, p. 36). Feito pelo órgão oficial, e sem direito a defesa, as denúncias de uma “grave crise financeira” devem ser vistas com ressalvas. Do ponto de vista da capacidade de pagamento do Estado, que de acordo com o decreto-Lei nº 24 de 19 de Dezembro de 1939, estimou a receita para o exercício financeiro de 1940 em 37.286:982\$00 contos de reis, a receita realizada atingiu a 37.381:003\$3, registrando-se excesso de arrecadação no valor de 94:021\$3. A despesa fixada foi na ordem de 39.630:606\$9, em virtude de créditos adicionais abertos durante o exercício financeiro. A prática do déficit orçamentário era algo comum dos governos anteriores. A interventoria Ruy Carneiro não fugiu a regra, mas demonstrou uma diferença brutal do antecessor. A administração conseguiu imobilizar os déficits, realizando medidas de contenção de gastos na tentativa de imobilizar as despesas, no que obteve êxito. Com as medidas, a administração Ruy Carneiro, conseguiu imobilizar o “déficit”, atingido as despesas realizadas a quantia de 36.066:628\$3 mil contos de réis, tendo um saldo positivo de 3.563:978\$6 mil contos de reis¹⁵⁴. Ou seja, o Estado da Paraíba tinha como liquidar este débito, o que passou a ser feito

¹⁵³ Ainda sobre este tema, existem como explanado no texto três valores bastante distintos: o primeiro, que faz parte do discurso oficial e com dados proveniente de auditoria do Estado por contadores, demonstra que o saldo devedor era em 1940 de uma dívida flutuante de 13.387:151\$9 mil contos; dívida fundada de 5.231:523\$5 mil contos de reis e dívidas de outras espécies na ordem de 8.479:851\$1 mil contos. Totalizando a cifra de 27.098:526\$5 mil contos de reis. Temos outro valor, também apresentado pela auditoria que é de 20.199:689\$0 mil contos. Por fim, o valor apresentado por Figueiredo em seu discurso de defesa, já apresentado nesta dissertação, de 20 milhões de cruzeiros, deixando um ativo de 12 milhões, ou seja, o valor da dívida e de 8 milhões. Destacam-se os valores do porto de cabedelo e os empréstimos que foram herdados pela administração Gratuliano de Brito, valores devidamente citados na dissertação.

¹⁵⁴ Relatório (quadro de receita) apresentado pela contadoria do Estado ao Senhor Interventor Ruy Carneiro, exercício de 1940/1941. Disponível no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, caixa 039.

pela nova administração, conforme os relatório da administração paraibana do exercício de 1941 e 1942¹⁵⁵.

Tabela 07 – Dívida em agosto de 1940 liquidada no exercício de 1941.

DÍVIDA em agosto de 1940		Pago na administração atual (Ruy Carneiro)	Saldo atual
PROCEDÊNCIA	IMPORTÂNCIA		
Fornecimentos:			
Em moeda racional	8.189:078\$600	4.696:809\$500	3.492:269\$100
Em moeda estrangeira	3.739:858\$600	200:000\$000	3.539:858\$800
Contribuições atrasadas de Caixas de Pensões, Montepio, Sentenças do Tribunal e Depósitos Diversos	2.016:530\$600	212:000\$000	1.804:503\$600
Desapropriações	1.022:697\$700	20:000\$000	1.002:697\$700
Banco do Brasil	2.041:523\$500	2.041:523\$500	-
Governo Federal	3.190:000\$000	-	3.190:000\$000
SOMA			
.....	20.199:689\$000	7.170:333\$000	13.029:356\$000

Fonte: D.S.P. Divisão de Orçamento e Organização, 1942.

Do ponto de vista financeiro e econômico, mais quatro problemas tiveram que ser enfrentados pela nova administração. O alto comprometimento da arrecadação do Estado com pagamento da folha de pessoal, a estabilização na arrecadação, e a crise econômica e financeira enfrentada pelos municípios. A despesa com pessoal no exercício de 1940 era de um total de 68% de toda a arrecadação do exercício financeiro, havendo um forte decréscimo em 1941, e uma alta em 1942, como bem demonstra a tabela explicativa do relatório do governo em 1942¹⁵⁶:

¹⁵⁵ “**A administração Paraibana em 1941. Relatório apresentado ao Sr. Presidente Getúlio Vargas pelo Interventor Ruy Carneiro.** Imprensa oficial, João Pessoa, PB, 1942. Em relação ao ano de 1942, foram pagos valores junto ao empréstimo realizado com o banco do Estado pela repartição de serviços elétricos, sendo o valor de Cr\$ 1.700.000, 00 reduzido a 1.360.000,00. Em relação ainda a débitos, foram saldados títulos no valor de Cr\$ 567.712,80, restando para ser pago o valor de 12.461.643,20 cruzeiros.

¹⁵⁶ **A administração Paraibana em 1942. Relatório apresentado ao Sr. Presidente Getúlio Vargas pelo Interventor Ruy Carneiro.** Imprensa oficial, João Pessoa, PB, 1943.

Tabela 08 - Comparação entre a arrecadação e a empresa de pessoal realizada no período de 1932 a 1942.

EXERCÍCIOS	RECEITA		Porcentagem da despesa de pessoal sobre a receita	Despesa de pessoal	
	Números Índices	Cr\$		Cr\$	Números Índices
1932	100,0	13.228.089	70,50%	9.328.263	100,0
1933	109,7	14.508.397	64,40%	9.352.143	100,2
1934	162,3	21.479.818	45,40%	9.758.818	104,6
1935	199,1	26.347.550	44,20%	11.659.487	124,8
1936	214,4	28.372.867	51,90%	14.749.146	158,1
1937	236,3	31.262.169	54,20%	16.954.267	181,7
1938	261,1	34.549.134	53,40%	18.451.128	196,8
1939	313,6	41.491.388	51,20%	21.262.274	227,9
1940	282,5	37.381.003	68,00%	25.538.038	273,7
1941	326,5	43.195.225	59,50%	25.703.437	275,5
1942	299,9	39.679.237	65,40%	25.956.082	278,2

Fonte: Relatório de Atividades do Governo da Paraíba (Interventor Ruy Carneiro) de 1942

Outro problema que a administração Ruysta teve que enfrentar: a questão da arrecadação do Estado. Confrontando os valores apresentados entre 1939 a 1941, temos uma estabilização na arrecadação no ano de 1940, e uma ascensão em 1941, ocorrendo uma nova estabilização em 1942. Essa oscilação na arrecadação, com baixa no ano de 1942, imobilizou os investimentos do Estado, conforme as seguintes despesas realizadas:

Tabela 09 – Despesa realizada, classificada por elementos, números totais e percentuais exercício de 1941.

ELEMENTOS	Despesa realizada	%
Pessoal fixo.....	17.365:641\$9	43,99
Pessoal variável.....	8.254:330\$0	20,90
Material permanente	3.981:033\$4	10,08
Material de consumo	5.159:438\$4	13,07
Despesas diversas...	4.722:945\$7	11,96
TOTAL	39.483:389\$4	100,00

Fonte: D.S.P. Divisão de Orçamento e Organização, 1942.

Temos as despesas distribuídas por secretarias de governo, conforme tabela abaixo:

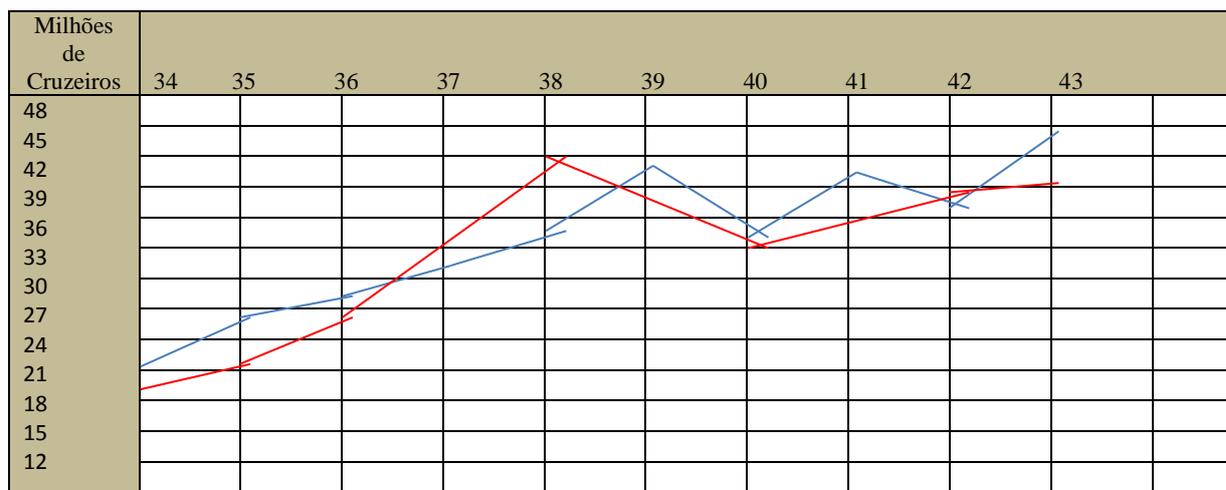
Tabela 10 – Despesa realizada classificada por serviços. Exercício de 1941.

SERVIÇOS	FIXADA	%	EFETUADA	%
Administração Geral.....	3.661:750\$0	9,91	3.663:010\$6	9,20
Exação e Fiscalização Financeira	3.303:392\$0	8,94	3.446:985\$7	8,78
Segurança e Assistência Social...	6.014:708\$0	16,29	5.270:658\$9	13,36
Educação Pública.....	5.619:040\$0	15,21	5.496:015\$3	13,93
Saúde Pública.....	1.973:952\$0	5,34	2.082:965\$1	5,28
Formento.....	2.714:260\$0	7,35	2.953:348\$9	7,48
Serviços Industriais.....	7.460:960\$0	20,20	10.425:431\$4	26,41
Dívida Pública.....	920:000\$0	2,49	152:156\$7	0,38
Serviços de Utilidade Pública.....	2.882:220\$0	7,8	3.033:052\$2	7,68
Encargos Diversos.....	2.389:348\$0	6,47	2.959:744\$6	7,5
TOTAL.....	36.939:630\$0	100,0	39.483:389\$4	100,00

Fonte: D.S.P. Divisão de Orçamento e Organização, 1942.

O decréscimo na receita do Estadi pode ser mais bem compreendida pelo gráfico abaixo¹⁵⁷:

¹⁵⁷ Ibidem, p. 219.

Gráfico 02: Comparativo entre receita e despesa exercícios de 1934 a 1943.

Receita —————

Despesa —————

Fonte: Relatório da administração paraibana exercício 1944.

Esse decréscimo na receita esteve condicionado à crise econômica, que teve no ano de 1942 seu ápice. Este ano foi marcado pela grande estiagem que assolou o nordeste brasileiro, problemas no imposto de exportação, em consequência da segunda grande guerra mundial, (que afetou o porto de cabedelo, e as comunicações terrestres em virtude do racionamento de combustível), e por fim, a questão da concorrência que o algodão paraibano, principal produto de exportação, passou a sofrer do estado de São Paulo. Analisaremos cada uma dessas questões detalhadamente. A segunda grande guerra mundial, deflagrada em 1939, e o ingresso do Brasil no conflito em 1942, tiveram repercussões na economia brasileira e paraibana. Ruy Carneiro, em relatório apresentado ao Presidente Vargas, reconheceu os problemas causados pelo conflito:

“(…) A essas dificuldades vieram somar-se as restrições do tráfego marítimo e terrestre, de tão relevante influência na economia da Paraíba. Por longo tempo o porto de cabedêlo não recebeu a visita de um único navio mercante e o restabelecimento do tráfego não se operou na escala reclamada pelas necessidades do escoamento de nossa produção. Quanto ao comércio interno do Estado, sofreu e continua a sofrer os embaraços da deficiência de combustível, para o movimento das linhas rodoviárias. A campanha traiçoeira dos submarinos inimigos, obstando a regularidade do nosso comércio com os mercados do sul, alterou profundamente o nível dos suprimentos, nos gêneros de primeira necessidade (…)”¹⁵⁸

¹⁵⁸ Atividades do Governo Paraibano, Op. Citada, páginas. 07/08.

Essa situação refletiu-se de forma bastante contundente na arrecadação do imposto de exportação. Este imposto tinha uma previsão de arrecadação na ordem de Cr\$ 7.000.000,00, cruzeiros, mas o Estado só conseguiu arrecadar Cr\$ 5.551.482,10, tendo apresentado um déficit na ordem de 1.448.517,90¹⁵⁹.

Outro fator foi a concorrência enfrentada pelo nosso algodão com as zonas produtoras localizadas no sul do Brasil, em particular no Estado de São Paulo. Essa concorrência fez com que a produção desta matéria prima, que nos últimos quatro anos de administração Figueiredo produziram 234 milhões de quilos caísse para 146.049.758 quilos de algodão no quinquênio subsequente. No discurso de maio de 1947, Argemiro provocou o ex-secretário de agricultura da administração Ruy Carneiro, José Joffily, que em aparte esclareceu a situação:

“o que ocorreu foi o seguinte: nesse período, logo após 1940, se intensificou em São Paulo, a produção de algodão de fibra curta, herbácea, contribuindo, em condições vantajosas, com todos os fatores da produção. Isso determinou uma competição desigual para o nordeste, o que procuramos corrigir, posteriormente, intensificando a produção de algodão de fibra longa, próprio das regiões secas do nordeste e, mais particularmente a Paraíba”¹⁶⁰

Somada a essa concorrência, a longa estiagem de 1942¹⁶¹ produziu efeitos devastadores nas fontes produtivas da Paraíba. Na abertura do relatório das atividades do governo da Paraíba no ano de 1942, o Interventor, além dos efeitos nocivos produzidos pela Guerra, mostrou a sua preocupação com a seca:

“ O ano de 1942 pôs á prova a capacidade de resistência e as virtudes de sacrifícios do povo paraibano., face aos problemas de intensa repercussão no quadro da organização econômica do Estado e do seu aparelhamento administrativo. Duras contingências teve o governo de enfrentar nesse período de graves perturbações para a vida dos sertões nordestinos, castigados pela seca. Os aspectos trágicos dessa calamidade superaram os efeitos da estiagem de 1932, que tão dolorosas recordações deixara nos lares sertanejos (...) entretanto, limitado nos seus meios de ação, o Estado teve de suportar um golpe rude nas fontes produtivas da zona atingida, com a evasão de braços, a perda de grande parte dos rebanhos e a queda sensível da arrecadação das rendas tributárias”¹⁶²

¹⁵⁹ Atividades do Governo Paraibano, Op. Citada, página 302.

¹⁶⁰ Aparte do deputado José Joffily ao discurso do deputado Argemiro de Figueiredo, Diário do Congresso Nacional, terça feira, 03 de junho de 1947, p.2260.

¹⁶¹ Sobre a estiagem de 1942, abordamos de forma sucinta no capítulo II, tópico: De qual Estado estamos falando? A PARAÍBA NA PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 1940: breve síntese de seus aspectos políticos econômicos e sociais, aqui vamos reforçar a discussão, pela abrangência e importância do tema no contexto da transição política-administrativa (1940-1942)

¹⁶² Ibidem, p. 07.

A seca de fato contribuiu para uma queda na arrecadação do Estado, além da necessidade da abertura de créditos na ordem de Cr\$ 758.000, 000 cruzeiros para atender às vítimas do flagelo. Observando a arrecadação das 24 coletorias estaduais, 20 apresentaram decréscimo em suas rendas,¹⁶³, comparando o exercício de 1941 com o de 1942. No final as coletorias do interior arrecadaram Cr\$ 16.080.297, 70 em 1942, o que significou um déficit apresentou um déficit em relação ao ano anterior de mais de três milhões de cruzeiros. Essa conjuntura favoreceu a instabilidade no orçamento, que no ano de 1942 arrecadou Cr\$ 39.679.237,00, valor praticamente igual ao de 1941 que foi de 37.381:001\$00. Levando em consideração a inflação media anual de 13,9%¹⁶⁴, praticamente a arrecadação ficou imobilizada. Mesmo assim, o governo conseguiu nos dois exercícios atingir superávits em suas contas, a exemplo do ano de 1942 que atingiu a cifra de Cr\$ 1.665.749,70¹⁶⁵.

E a situação dos municípios paraibanos? Abordamos a questão da crise financeira e econômica no Estado. Mas será que os municípios viviam situação mais confortável? Ou eles de certa forma, somaram a crise, dificultando a operacionalidade da administração Ruysta?

Falamos muito da situação da máquina do Estado. E os municípios? Em que situação encontravam-se nestes anos de transição? Observando os dados apresentados nos relatórios enviados ao Departamento de Municipalidades¹⁶⁶, e publicados no órgão oficial, temos uma situação preocupante em relação aos quarenta e um municípios paraibanos.

Sempre dando ênfase à crise financeira, o jornal a União passou a reproduzir de forma constante no período de transição, matérias demonstrando a situação financeira dos municípios paraibanos. Essas matérias em linhas gerais demonstravam o caos em que foram encontradas as prefeituras durante os primeiros meses de suas administrações. Pela exiguidade de tempo, não foi possível realizar pesquisas que demonstrasse a situação de todas

¹⁶³ Os dados pesquisados referem-se à região sertaneja paraibana. A exceção ocorreu nas repartições de Joazeiro que arrecadou no exercício de 1941 Cr\$ 156.075, 20 contra Cr\$ 135.880, 40 do exercício de 1942, Congo 121.174, 40 X 120.164,00, Cuité 182.320, 10 X 168.775, 50, Joazeiro Cr\$ 135.880,40 X 156.075,20, Picuí Cr\$ 253.934,60 X 290.165,60 e São Sebastião Cr\$ 108.672,20 X 133.036,30 milhões de cruzeiros. Relatório da administração paraibana. Atividades do governo da Paraíba em 1942.

¹⁶⁴ A inflação media anual no Brasil entre os anos de 1930-1939 foi de 6%, contra uma media de 13,9% entre os anos de 1940-1949. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Infla%C3%A7%C3%A3o> acesso em 14/03/2013

¹⁶⁵ O superávit de 1941 foi o seguinte: 1.314:375\$0, com que se encerrou o exercício financeiro de 1940. O de 1941 já foi citado na pagina 39. Fonte: Relatório (quadro de receita) apresentado pela contadoria do Estado ao Senhor Interventor Ruy Carneiro, exercício de 1940/1941. Disponível no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, caixa 039. Ibidem: p. 309.

¹⁶⁶ Regulamentado pelo Decreto nº. 212 de 03 de fevereiro de 1942, substituindo a Comissão de Negócios Municipais. Tais mecanismos de centralização política-administrativa será objeto de análise do Capítulo III: Centralização Política-administrativa e reformas burocráticas: Aparelho estatal e reforma do Estado durante a Interventoria Ruy Carneiro: 1940-1945.

as edilidades. Conseguimos dados das seguintes prefeituras: Guarabira, Alagoa Grande, Pilar, Piancó, João Pessoa, Antenor Navarro, Joazeiro, São João do Cariri, Espírito Santo, Patos, Serraria e Umbuzeiro durante os anos de 1940 a 1942¹⁶⁷.

Os quatro últimos não deixaram dívidas para os seus sucessores, tendo os novos prefeitos assumidos em agosto de 1940, sem este ônus. Já os demais trinta e sete estavam com algum tipo de débito durante a transição. Para se ter uma noção mais exata, as dívidas somadas destes municípios em agosto de 1940 ascendia ao valor de 2.840:419\$208 mil contos de reis. De saldo positivo, foram encontrados nos cofres das prefeituras um saldo de 269:076\$933 contos. Até dezembro de 1940, com as medidas de incentivo a arrecadação e contenção de despesas, esses valores ascenderam a 891:453\$321 contos, tendo as prefeituras liquidado dívidas no valor de 758:225\$800 reis¹⁶⁸. Ainda sobre as dívidas dos municípios:

“Regra geral encontraram os prefeitos as verbas dos seus orçamentos estouradas pouquíssimo ou nenhum dinheiro em cofre, impostos recebidos com antecipação, um montante de contas a pagar enorme, na maior parte resultantes de gastos irregulares. Diante dessa dura realidade o único caminho a seguir foi o da rigorosa compressão de despesas acrescida da permanente e vigilante fiscalização na aplicação das rendas”¹⁶⁹

Por sua importância como cidade polo no brejo paraibano, a inclusão do município de Guarabira nesta análise é praticamente obrigatória. De todos os municípios citados, Guarabira é que se encontrava em melhor situação. O prefeito Osório Aquino, em relatório apresentado ao departamento de municipalidades, demonstrou uma situação financeira promissora, mesmo com a situação da seca, onde praticamente quase se extinguiu a produção agrícola, tecendo elogios aos seus predecessores no cargo. De todos os municípios pesquisados, este é o que tem os dados mais controversos e o próprio Relatório traz várias contradições¹⁷⁰:

“ (...) Assim sendo, tem a prefeitura um saldo disponível e realizável de..... 50:811\$400. Devo declarar a V. excia em tempo, que as despesas estimadas em 13:340\$800, se enquadram no pagamento do funcionalismo, que está em dia, nos serviços de limpeza pública, iluminação pública, conservação de estradas, assistência social e , enfim, nas demais, concernentes ao fim de cada mês e ordinárias. Vê pois, V.excia, que máu grado a impressionante

¹⁶⁷ Todos os municípios citados, observamos os dados financeiros proveniente dos relatórios publicados no Jornal “a União” entre os anos de 1940 a 1941. A Única exceção foi o município de Piancó, onde utilizamos em nossa pesquisa dados constantes no relatório apresentado pelo prefeito Antônio Montenegro a Ruy Carneiro, em 20 de Fevereiro de 1943 (referente ao exercício de 1942, dentro do lapso temporal de nosso estudo), arquivado no Arquivo Público Estadual, caixa 034.

¹⁶⁸ Relatório constante na primeira página do Jornal “A União” de terça feira, 11 de março de 1941, número 56.

¹⁶⁹ “A União”, 13 de outubro de 1940, p. 03.

¹⁷⁰ Jornal a União, sexta feira, 7 de março de 1941, página não identificada. A manchete afirmava o seguinte: “A situação financeira do município de Guarabira”

crise que se verifica em todo o Estado, notadamente na zona do brejo, onde uma população inteira quasi que agoniza a falta absoluta de recursos, a situação financeira do município é relativamente promissora. Convém salientar que essa situação aliás de penúria e dificuldades, deve-se, sobretudo, a irregularidades de ordem climatérica, decorrendo daí a diminuição sensível ou, vamos dizer, quase extinção, da produção agrícola, ramo principal da fonte de renda do município”

Boa arrecadação, com praticamente a total destruição da produção agrícola? Situação financeira relativamente promissora? Os dados apresentados reforçam as contradições existentes no município de Guarabira. Na pesquisa não conseguimos identificar, como a administração conseguiu compatibilizar boa arrecadação, despesas controladas, com praticamente extinção das fontes produtoras.

A administração de Telésforo Onofre no município de Alagoa Grande procurou nos primeiros meses liquidar o debito que herdou da administração passada. Com uma politica fiscal eficiente, e contenção de despesas, conseguiu em 1940, pagar grande parte do montante da dívida, mantendo em dia todos os compromissos do município. Conforme o próprio Telésforo Onofre¹⁷¹:

“(...) Logo ao assumir o cargo de prefeito municipal de Alagoa Grande, tive por diretriz restaurar a situação financeira do mesmo município. Encontrando-se naquele momento, com uma dívida de 20:450\$000, procurei, por meio de uma tenaz compressão de despesas, conseguir equilibrar as finanças que se encontravam abaladas. Diante de tais dificuldades não pude traçar um programa de realizações e melhoramentos públicos, mas, tão somente, um trabalho de base no sentido do reerguimento financeiro. Assim é que, já efetuámos, ate 31 de dezembro do ano findo, o pagamento de 16:490\$000, estando o funcionalismo em dia e havendo um saldo em dinheiro de 978\$703 réis, podendo adiantar que o restante da dívida, já agora bastante reduzida será também, dentro de pouco tempo, satisfeita. Para atingir esse resultado necessário foi uma segura e eficiente e segura arrecadação”.

Município com menor densidade populacional e importância econômica, Pilar, administrada por Diógenes Miranda,¹⁷² também se ressentiu de problemas financeiros nos primeiros momentos de sua administração. Assumindo os destinos do município em 11 de outubro de 1940, Diógenes Miranda encontrou os cofres do município em situação preocupante. Obras inacabadas, problemas nas fontes produtivas e dívidas com valores relevantes. Com um saldo de 7:193\$400 e uma dívida de 1:941\$000¹⁷³ teve o prefeito que

¹⁷¹ “A União, março de 1941. A manchete era a seguinte: “A situação financeira e administrativa do município de Alagoa Grande”

¹⁷² Em nossas pesquisas não conseguimos dados biográficos sobre o alcaide.

¹⁷³ Relatório apresentado ao Interventor Federal. Em “A união”, 14 de Março de 1941.

realizar um programa de contenção de gastos e um maior arrojo na arrecadação dos tributos municipais. Segundo Diógenes Miranda ao Interventor Ruy Carneiro:

“Logo ao assumir o govêrno dêste município, tive que enfrentar serviços de grande vulto, que posso afirmar, estavam muito acima das atuais possibilidades financeiras desta comuna. Encontrei aqui em construção, um prédio destinado à Prefeitura e Fórum. Dito edifício estava em preto e coberto [sic]. Suspender seus trabalhos não seria razoável. (...) enfrentando pois, as grandes dificuldades de arrecadações motivadas pelo inverno excessivo que anulou a safra de algodão caatinga, além da baixa brusca do produto no mercado, resultante da falta de exportação, tive que levar avante a conclusão do referido prédio. Onde empreguei até 31 de dezembro 16:703\$300 e o meu antecessor , até 10 de outubro, 23:543\$300, ou seja um total de 40:246\$600¹⁷⁴.

Fator pitoresco foi à preocupação do dirigente municipal com a limpeza pública do município. Sem um serviço organizado no município, e sem verba para a organização do mesmo, tentou o prefeito com o intuito de instalar o serviço de coleta, uma taxa de limpeza pública. Levado ao conhecimento da Comissão de Negócios Municipais¹⁷⁵, tal majoração foi dada como inoportuna pela Comissão, em face de recomendação do Ministro da Justiça da não criação de novas taxas. Restou ao prefeito, a aquisição de uma carroça de tração animal para contemporizar tal situação¹⁷⁶.

Em Piancó, município do sertão paraibano, a tônica da crise financeira e contenção de gastos esteve presente de forma bastante clara na ordem do dia, do relatório apresentado ao governo em 1943, referentes ao exercício de 1942. O prefeito Antônio Montenegro, em suas palavras, ressaltou os problemas referentes à grave seca que assolou as fontes produtivas do estado. No decorrer dos anos de 1941 e 1942, a administração conseguiu, apesar de diminuição na arrecadação de 1942, obter “superávits” em dois exercícios financeiros, mantendo os serviços essenciais da prefeitura funcionando:

“O ano de 1942, como V.Excia é um autentico conhecedor, foi um ano de decréscimo nas rendas públicas, mao grado a escassez de inverno porque passou este região. A previsão orçamentaria do município, foi de Cr\$ 215.500,00 podendo apenas o município através de ingentes esforços,

¹⁷⁴ Ibidem.

¹⁷⁵ No tocante a centralização, esta ganha impulso com a publicação do Decreto - lei nº. 99 de 25 de setembro de 1940 que cria a Comissão de Negócios Municipais. Esta comissão era composta de cinco funcionários do Estado nomeados pelo Interventor, sobre Presidência do secretario do Interior e Segurança Pública que tinha entre outras finalidades: a) Examinar os balancetes e contas das prefeituras; b) Acompanhar a execução dos orçamentos municipais; c) Opinar sobre os recursos para o Interventor, dos atos dos prefeitos. Tal mecanismo de centralização que foi substituído pelo Departamento das Municipalidades serão fruto de análise no terceiro capítulo da dissertação.

¹⁷⁶ Ibidem.

arrecadar a importância de Cr\$ 155.678,10 a cuja importância adicionando-se o saldo de Cr\$ 47.490,50 que passou do exercício financeiro de 1941, tivemos no decorrer do exercício de 1942 uma receita de Cr\$ 203.168,60. As despesas pelas suas diversas verbas, compreendendo-se a efetuada como funcionalismo e outros encargos, atingiu a quantia de Cr\$ 191.921,90 verificando-se do encerramento do exercício financeiro de 1942, a quantia de Cr\$ 11.246,70 para o corrente exercício. Na parte relativa as finanças do Município se ótimas não são as condições pelos motivos expostos acima, entretanto tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Excia que não existem dívidas contraídas em minha administração, o funcionalismo está em dia, e o saldo existente vai sendo para as despesas mais necessárias¹⁷⁷.

Do quadro até agora apresentado, o município de Antenor Navarro e o que apresentava uma das situações mais críticas. Conforme noticiado pela imprensa oficial, o prefeito encontrou uma dívida de 106:000\$000, e no cofre apenas 860\$000 em vales e o pior, 38\$000 reis em cédulas falsas.

Joazeiro e São João do Cariri também estariam enfrentando forte crise, estando entre os mais graves. Com este panorama, estes municípios não poderiam empreender obras de maior vulto, em face da situação financeira existente¹⁷⁸.

E a capital do Estado? Como estava neste momento a administração de uma das principais cidades Paraibanas? Como já afirmado anteriormente, Francisco Cicero era primo legítimo de José Américo de Almeida, tendo sua administração logo de início despertado enorme expectativa pela sociedade pessoense, por sua passagem como diretor de saneamento na Interventoria Antenor Navarro, e suas ligações afetivas com José Américo, de incontestável liderança política no Estado.

Entretanto, os primeiros momentos da administração Francisco Cicero não diferem da realidade apresentada pelos demais municípios. Sempre ressaltando o problema financeiro, o Jornal a União em matéria veiculada em 10 de janeiro de 1941, afirmou a “pesada herança” que os prefeitos receberam de seus antecessores, com destaque para a cidade de João Pessoa¹⁷⁹:

“Receberam uma pesada herança de compromissos a cuidar os prefeitos de quase todos os municípios do Estado, chamados a colaborar na obra de recuperação econômica-financeira, encetada pelo Interventor Ruy Carneiro, cujo desenvolvimento prossegue sem vacilações. Maior do que em qualquer outra circunscrição administrativa, era o montante verificado na prefeitura de

¹⁷⁷ Relatório (três paginas datilografadas) apresentado pelo Prefeito de Piancó, Antônio Montenegro ao Interventor Federal Ruy Carneiro sobre a situação da administração municipal no exercício de 1942. Data: 20 de fevereiro de 1943. Arquivado no Arquivo Público Estadual, caixa 034.

¹⁷⁸ “A União”, 13 outubro de 1940, p.03.

¹⁷⁹ Matéria veiculada no jornal “a União” com a seguinte ementa: “O orçamento do município da Capital: Aprovado pelo Departamento Administrativo do Estado (D.A.E) o projeto remetido pelo prefeito Francisco Cicero Filho, que apresenta a redução de 253 contos de réis na despesa fixada para o próximo exercício.

João Pessoa, onde concorriam vários fatores para agravar a situação. A depressão comercial que aqui fazia sentir com grande intensidade, a sobrecarga de pessoal; as dívidas acumuladas; tudo isso contribuía para tornar bastante difícil a missão do engenheiro Francisco Cicero Filho, a quem o sr. Interventor Federal confiou o governo da Capital”.

Na cidade de João Pessoa, ainda constava um agravamento. O alto comprometimento do orçamento com despesas de pessoal fixo, que em 1940 beirava em torno de 36%, o que era ilegal. Estava bastante acima do que foi fixado pelo decreto lei 99 de 25 de setembro de 1940, que determinava um percentual de 25% de despesas com pessoal fixo¹⁸⁰. Mesmo assim, o prefeito conseguiu uma redução de 253 contos de reis, em virtude do “esgotamento das fontes de arrecadação que aconselhava uma previsão moderada das possibilidades da receita no próximo exercício financeiro”¹⁸¹. Com esse quadro, demonstrado pelo relatório oficial, pelo menos nos primeiros meses de sua administração, Francisco Cicero não pode realizar ações de grande repercussão no município da Capital.

A grande questão que se impõe, depois de depoimentos tão assoladores é o seguinte! se o Estado da Paraíba e a maioria dos 41 municípios estavam em situação calamitosa, o que foi feito para sanar tal situação? Em nossas pesquisas, o que podemos comprovar é que entre os meses de agosto a dezembro de 1940 o governo Ruy Carneiro tomou iniciativas tímidas, pontuais, que geraram mais factoides do que algo prático. Mas não se pode deixar de reconhecer que essas ações tinham um objetivo claro de cortar despesas, mantendo um equilíbrio orçamentário. E só com as reformas burocráticas administrativas, que se iniciam com o decreto lei 140 de 31 de dezembro de 1940 a exemplo da “lei do reajustamento”¹⁸² é que ações de maior vulto serão empreendidas pela administração no sentido de manter um equilíbrio orçamentário e administrativo.

Quais foram essas tímidas iniciativas no campo administrativo? Logo de partida, temos o pagamento de dívidas e que foram herdadas do antecessor que foram paulatinamente liquidadas, tendo o estado imobilizado os “déficits”, prática comum das administrações anteriores. No mesmo modo, essa linha de contenção e liquidação de dívidas foi direcionada aos municípios que, como demonstrado anteriormente, aplicaram um rigoroso programa de ajustes financeiros no sentido de manter o funcionamento da máquina administrativa.

¹⁸⁰Publicado no Diário Oficial de sexta-feira, 27 de setembro de 1940, no jornal “a União”. Que criou a Comissão de Negócios Municipais. O dispositivo elencado e art. 11º que dispõe: “a verba destinada a pessoal fixo não poderá exceder vinte e cinco por cento (25%) do orçamento da despesa anual”. Neste período, havia uma diferença entre o “pessoal fixo” e variável. O “fixo” era composto dos efetivos, e o variável por mensalista e contratados, sem estabilidade funcional.

¹⁸¹ Ibidem.

¹⁸² A “lei do reajustamento” será fruto de análise no capítulo três da presente dissertação.

As iniciativas pontuais ficaram centradas em extinção de órgãos a exemplo do serviço de assistência social¹⁸³ e a extinção do Esquadrão de Cavalaria e a Companhia de metralhadores da Força Policial do Estado, afirmando que a “eficiência dos serviços não seria afetada”¹⁸⁴. Outras iniciativas foram a extinção de cargos “excedentes” de fiscal do “Paraíba Hotel” localizado na capital e do “Grande Hotel” em campina Grande, obtendo uma economia de 1:300\$000 mensais¹⁸⁵. A questão da concessão de diárias¹⁸⁶ aos servidores públicos foi fruto de uma circular de nº 437 de 13 de setembro de 1940, emitida pelo gabinete da interventoria a todas as secretarias do Estado. Nela dentre outras iniciativas, destacam-se: “São consideradas inexistentes todas as ordens anteriores, ainda que emanadas da Interventoria Federal, concedendo gratificação ou auxílio de qualquer espécie, a funcionário ou não”¹⁸⁷

Essa contenção de gastos fica bastante clara nos primeiros meses da administração Ruy Carneiro, em virtude não só da propaganda governista, mas também pela desaceleração do ritmo de obras efetuadas pelo governo. E só em meados de junho de 1941, que o governo retornou as inaugurações, em particular na área de saúde pública. Emblemático foi o exemplo do “Leprosário do Rio do Meio” que estava em construção desde 1938, com a maioria dos pavilhões concluídos, faltando equipá-lo. Ocorre que o valor restante, na ordem de 207.000\$000 reis a ser entregue pelo Ministério da Educação ao Estado, entrou em “exercício findo”, não podendo o Estado resgatar tal montante. O governo assumiu com recursos próprios, inaugurando as instalações em 12 de julho de 1941, com a denominação de “Asilo Colônia Getúlio Vargas”¹⁸⁸.

Diante deste quadro de “crise”, a questão de uma racionalização da máquina pública entra na ordem do dia. Este sentimento de racionalização do serviço público na Paraíba ganha impulso com uma matéria publicada no jornal a União, em 15 de setembro de 1940, de autoria de Cleanto de Paiva Leite¹⁸⁹, onde o mesmo demonstra de forma geral o desperdício no

¹⁸³ Observamos neste capítulo que a extinção do serviço de assistência social, teve um caráter mais político do que financeiro.

¹⁸⁴ Decreto-Lei nº 88, publicado no Diário Oficial em “A União, 03 de setembro de 1940, p.01

¹⁸⁵ Decreto-Lei de nº 89, publicado no Diário Oficial em “A União, de 07 de setembro de 1940, p.01. republicado por incorreções.

¹⁸⁶ Entende-se por “diárias” neste contexto, valores pagos as servidores públicos para efeito de viagens a trabalho, trabalhos extras, etc.

¹⁸⁷ Ponto numero hum da presente Circular .

¹⁸⁸ Relatório apresentado ao Interventor Federal Ruy Carneiro. Constando de 22 folhas datilografadas, caixa 039 referente ao ano de 1941. Arquivo Público do Estado da Paraíba. Espaço Cultural.

¹⁸⁹ Cleanto de Paiva Leite nasceu em João Pessoa, em 24 de março de 1921. Filho do professor Batista Leite e da professora Lílissa. Formado em direito pela faculdade do Recife, tornou-se um estudioso das ações do DASP e a nível nacional. Quando da Instituição do Departamento do Serviço Público (DSP) na Paraíba, tornou-se seu primeiro secretário. Aprovado em concurso em 1942, para atuar no DASP, onde iniciou um período de longa

serviço público, elencando os vários motivos que levam ao mau funcionamento da máquina administrativa. Neste sentido, o autor advoga uma total reforma na estrutura burocrática e emite uma opinião que merece total reflexão¹⁹⁰:

“Impõe-se, portanto uma transformação no sistema. O Estado administra em nome da comunidade e deve cumprir os seus fins do modo mais barato e eficiente. Creou-se em todos os círculos uma mentalidade em favor do emprego público. Precisamos combatê-la. Todos querem tirar tanto mais quanto for possível do Estado. Todos querem ganhar dinheiro trabalhando pouco. Mas é necessário, pensar que toda vez que o Estado cria um emprego, retira do bolso do contribuinte, do público, isto é, daquele mesmo que pensava “lucrar” arrancando dinheiro do Estado. Forma-se o círculo vicioso: O indivíduo toma do Estado e o Estado toma do indivíduo”

A análise deste artigo merece uma discussão mais ampla, o que será feito no terceiro capítulo.

contribuição a burocracia federal, atuando na Casa Civil e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico ambos no Governo Vargas. Faleceu no Rio de Janeiro, em 07 de Outubro de 1992. In LEITE: 2000.

¹⁹⁰ Artigo Publicado no Jornal a “União”, 16 de setembro de 1940, p.01.

CAPÍTULO III: CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA-ADMINISTRATIVA E REFORMA DO ESTADO: APARELHO ESTATAL E ALGUMAS REFORMAS ADMINISTRATIVAS DURANTE A INTERVENTORIA RUY CARNEIRO (1940-1945)

3.1- OS MECANISMOS DE CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA.

3.1.1- As Interventorias:

Antes de darmos início à discussão acerca das reformas administrativas¹⁹¹ empreendidas pela administração do Governo Ruy Carneiro, é necessário discorrer, brevemente, quanto à estrutura administrativa federal, estadual e municipal à época do Estado Novo, para que haja uma facilitação quanto à compreensão das considerações a serem abordadas.

Compreender citada estrutura é de vital importância, posto que nos tragam respostas cruciais a duas questões basilares, quais sejam: 1- O porquê da necessidade de uma reforma burocrática, com ênfase na organização e estruturação do serviço público civil tanto nas esferas federal, Estadual e Municipal; 2- Como foram feitas estas reformas e se as mesmas obtiveram algum resultado prático, em razão de estarem inseridas num contexto administrativo que visava combater os vícios de procedimentos aos quais estavam diretamente ligadas.

Estudar os mecanismos de centralização no período Vargas requer um estudo pormenorizado de instrumentos amplos e complexos, alocados dentro de uma parafernália legislativa (Decretos Leis e Regulamentos), que reforçaram o poder instituído, principalmente, pós-golpe de novembro de 1937¹⁹².

¹⁹¹ As reformas administrativas empreendidas pelo governo de Ruy Carneiro, foram varias, atingindo inúmeros setores da administração estadual. Além das reformas administrativas concernentes ao funcionalismo público civil, temos ainda, por exemplo, a reforma do ensino, instituído pelo decreto-lei nº 316, de 11 de agosto de 1942. E a reforma do Montepio do estado (previdência), que encontrava-se no ano de 1942 sob o regime de reforma projetada pelo Drº Paulo Câmara, conforme o decreto nº 276 de 09 de julho de 1942, ou a reforma do montepio (previdência estadual) iniciado pelo Decreto-lei n 100, de 26 de setembro de 1940. Estas reformas, não puderam ser analisadas em sua totalidade, em face da exiguidade de tempo para a conclusão do mestrado. Por isso, iremos discutir neste capítulo as reformas do ponto de vista do funcionalismo público civil estadual.

¹⁹² Os mecanismos de centralização que tiveram forte influência na vida política, econômica e social no Brasil durante o período Vargas em particular foram os seguintes: As Interventorias e seus órgãos subordinados a exemplo dos Conselhos Administrativos, Departamento administrativo do Serviço Público e os departamentos estaduais “os daspinhos”. A Comissão de Negócios Estaduais (Federal) e as respectivas comissões a nível Estadual; Na área econômica temos os Institutos a exemplo do açúcar e do álcool (1933), do Mate (1938), do Sal

No tocante a centralização política-administrativa, a mesma resultaria de uma combinação de fatores, sejam de ordem política ou administrativa, destacando-se as Interventorias como forma de maior controle do poder político do governo central.

A liderança gaúcha contribuiu fortemente para a feição adotada pelo regime de 30. No Rio Grande do Sul da Primeira República, a inspiração positivista somara-se a condições locais para sustentar os governos extremamente centralizadores de Júlio de Castilhos e do Partido Republicano Rio-Grandense. O anti-individualismo, a preocupação com a segurança do Estado, a pretensão de progressiva educação cívica e moralizadora do povo, a ambição industrializante, tudo isso aliado a outros fatores se conjugaram para viabilizar um projeto de modernização da economia do Rio Grande do Sul baseado em moldes capitalistas.

A partir de 1930, repetiu-se, em âmbito nacional, parte da fórmula rio-grandense. Para tanto foi necessário eliminar o componente federalista do castilhismo isto tendo em vista a seguinte observação: Se a autonomia dos Estados era importante para o governo gaúcho na República Velha — pois garantia ao Partido Republicano Rio-Grandense liberdade de ação, segundo parâmetros próprios, pelo menos no interior do Estado, já que não podia ameaçar a supremacia nacional da oligarquia cafeeira - essa autonomia seria naturalmente desfavorável à implantação do mesmo estilo de governo, para todo o país, por Getúlio Vargas.

Após a “revolução” de 1930 seria necessário estabelecer novas normas para estruturar o regime que se instaurava com a posse de Getúlio Vargas, retirando a autonomia dos Estados membros prevista na Constituição de 1891. Essa “quebra” no federalismo, como consequente manobra para reduzir o poder das oligarquias locais, obteve certo êxito com a publicação do Decreto nº 20. 348, de agosto de 1931, de forte conteúdo centralizador, que estabelecia entre outras medidas:

“Normas subordinando os executivos estaduais ao poder central, impondo severa disciplina orçamentária aos Estados e municípios, proibindo ainda que contraíssem empréstimos externos sem autorização do governo federal. Tais reformas reduziriam bastante à área de manobra das oligarquias locais.

(1940) do Pinho (1941), ou ainda o Conselho Nacional do Café (1931), logo depois transformado em Departamento Nacional do Café (1933). No presente capítulo, iremos estudar o mecanismo da Interventoria, (concentrado a discussão no âmbito político e administrativo) com seus órgãos a ela subordinadas. Dois deles Interventorias e Conselho Administrativo foram reintroduzidos durante a Interventoria de Argemiro de Figueiredo (1937-1940). Já o departamento do serviço público, e a Comissão de Negócios Municipais, foram criados e implantados durante o governo Ruy Carneiro (1940-1945). Todos estes mecanismos de centralização política e administrativa estavam subordinados ao Ministério da Justiça. Outro ponto que merece ser esclarecido, e que a criação e consequentemente elaboração do orçamento no Estado da Paraíba, ficava a cargo do Departamento do Serviço Público, criado através do Decreto-lei 140 de 31 de dezembro de 1940. Tal mecanismo de centralização política e administrativa, será objeto de discussão no tópico (algumas reformas administrativas na Paraíba durante a Interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945).

Além disso, as decisões estratégicas relativas às principais atividades econômicas dos Estados já haviam passado para a esfera de competência do governo federal”¹⁹³.

Essa equação, obviamente, não era pacífica. O governo central encontrou dificuldades de equilibrar, pelo menos no período inicial do governo Vargas, conflitos que existiam dentro das próprias correlações de força que o apoiavam. De um lado os Estados mais fortes a exemplo de São Paulo e Minas Gerais, que detinham dentro do próprio governo grupos fortes e que não aceitavam essa subordinação pura e simples com o governo federal¹⁹⁴. Outro problema criado pelos grandes Estados foi a questão da reconstitucionalização do país. Os maiores Estados, ansiosos em solidificar suas máquinas políticas, mostram-se favoráveis a este movimento, que não atendia as aspirações continuístas de Vargas¹⁹⁵. Outro problema foi à força dos “tenentes” sejam os civis ou militares, que aspiravam em sua maioria reformas mais profundas dentro da sociedade e a forma como alguns Interventores trataram as oligarquias dentro dos seus Estados, não tendo a capacidade de se recompor com essas forças, criando graves crises de ordem política e institucional. O instrumento da interventoria, neste sentido, transformou-se em um problema que foi administrado por Vargas com muita cautela. Na prática, Vargas conseguiu contornar as crises estabelecendo uma relação política-institucional com os governos estaduais. Neste sentido os Interventores:

“(…) Possuíam prerrogativas executivas e legislativas transformando o interventor em coordenador político; constituíam esfera estratégica do Estado Novo, interligando as novas oligarquias estaduais, os ministérios e a Presidência da República. Os interventores eram frequentemente naturais dos Estados que dirigiam e identificavam-se com a ideologia dos grupos econômicos dominantes, embora sem grandes raízes partidárias. Em São Paulo, por exemplo, as tensões provocaram constante troca de interventores, o que era também uma forma de o governo federal evitar o encastelamento de novas máquinas políticas com pretensões de autonomia. Entretanto, as interventorias pouco interferiam nos pilares econômicos do poder político nos Estados. E, como já vimos, essas interventorias estavam em geral, ligadas às elites estaduais, sem que, no entanto, lhe devessem sua

¹⁹³ In: História Geral da Civilização Brasileira, Sociedade e Política “Os mecanismos Centralizadores: Interventorias, Institutos e Conselhos Econômicos”. Páginas 109 a 120. Organização de Sergio Buarque de Holanda.

¹⁹⁴ As crises foram inúmeras em face dessa subordinação, destacando-se as que ocorreram em 1933, em Minas Gerais, com a indicação de Benedito Valadares em substituição a Olegário Maciel; e de São Paulo, até a indicação, em 1933 de Armando de Salles Oliveira, representante das duas correntes mais fortes, o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático. In. (ALVES: 1983; p.92)

¹⁹⁵ Ansiosos pela solidificação de suas respectivas máquinas, os Interventores dos principais estados, no início do governo Vargas, mostraram-se favoráveis à imediata reconstitucionalização do país. É sobretudo o que se observa em São Paulo, com Lauro Ferreira de Camargo e Pedro de Toledo; em Minas, com Olegário Maciel; e no Rio Grande do Sul, com Flores da Cunha. *Ibidem*, p.93.

permanência no controle do Estado, pois sua efetivação dependia do governo federal.” (GOULART: 1990 p.29/30)

Entretanto, como mecanismo jurídico, as intervenções e, conseqüentemente, a figura do interventor foi totalmente distorcida. Durante o período posterior a publicação da carta política de 1934, os Estados conseguem retornar a sua autonomia, ceifadas logo após com o movimento de 1937. O golpe do Estado Novo reforçou a dependência dos Estados ao poder central, reforçando e aprimorando os instrumentos legais de centralização que vinham desde o pós 1930. A dupla Interventorias/Departamento Administrativo consistiu em um arrojado mecanismo de poder diretamente ligado ao Ministério da Justiça e Comissão de Negócios Estaduais¹⁹⁶. A Constituição de 1937¹⁹⁷ reestabeleceu o cargo de interventor federal, mas de forma distorcida.

Previsto no art. 9º da Carta de 1937, tal dispositivo não deixava dúvidas que, na administração dos estados, a centralização política e administrativa se impunha de forma contundente. O texto constitucional, afirmava que a intervenção poderia ocorrer, sendo nomeado um interventor, ocorrendo qualquer motivo, caso um dos seus Poderes estiver impedido de funcionar¹⁹⁸. Ocorre que, com a extinção do Poder Legislativo em âmbito federal, estadual e municipal, a figura do Interventor se tornou uma regra, e não uma exceção, dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Não tardou inclusive o governo Vargas em aplicar tais dispositivos constitucionais. Todos os governadores eleitos pelas Assembléias Legislativas estaduais transformaram-se em interventores, apoiando incondicionalmente a nova situação política que se iniciava¹⁹⁹.

A imprensa a nível nacional recebeu com entusiasmo a edição deste decreto. O jornal “Diário Carioca” do Distrito Federal trouxe em sua primeira página entusiasmado editorial do

¹⁹⁶ Podemos citar como exemplo da atuação da Comissão de Negócios Estaduais, a atuação que este órgão teve durante o inquérito instaurado pelo ministério da justiça, para averiguar possíveis irregularidades durante a Interventoria de Argemiro de Figueiredo entre os meses de Dezembro de 1939 a Fevereiro de 1940.

¹⁹⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm . Acessado em 20/05/2013.

¹⁹⁸ Tal dispositivo dispõe taxativamente em seu artigo 9º e incisos: O Governo federal intervirá nos Estados, mediante a nomeação pelo Presidente da República de um interventor, que assumirá no Estado as funções que, pela sua Constituição, competirem ao Poder Executivo, ou as que, de acordo com as conveniências e necessidades de cada caso, lhe forem atribuídas pelo Presidente da República: a) para impedir invasão iminente de um país estrangeiro no território nacional, ou de um Estado em outro, bem como para repelir uma ou outra invasão; b) para restabelecer a ordem gravemente alterada, nos casos em que o Estado não queira ou não possa fazê-lo; c) para administrar o Estado, quando, por qualquer motivo, um dos seus Poderes estiver impedido de funcionar; d) para reorganizar as finanças do Estado que suspender, por mais de dois anos consecutivos, o serviço de sua dívida fundada, ou que, passado um ano do vencimento, não houver resgatado empréstimo contraído com a União; e) para assegurar a execução dos seguintes princípios constitucionais; 1) forma republicana e representativa de governo 2) governo presidencial; 3) direitos e garantias assegurados na Constituição; f) para assegurar a execução das leis e sentenças federais.

¹⁹⁹ Conforme afirmei no primeiro capítulo, a exceção ficou a cargo dos governadores de Pernambuco Carlos Cavalcanti e da Bahia Juracy Magalhães.

jornalista J.E. Macedo Soares. A análise deste artigo merece destaque, pelo caráter irreal e antidemocrático de como as instituições no Brasil funcionavam a época, sendo um executivo forte a forma mais moderna e melhor saída no contexto de uma desordem internacional. O Presidente Vargas, devidamente enaltecido, foi destaque nas considerações do editorialista:

“o esplendido decreto-lei que o sr. Getúlio Vargas, vem de publicar, além de sua imediata repercussão jurídica no terreno administrativo, comporta uma significação política importantíssima, tão grave quanto a do regime do Estado Novo na existência nacional brasileira. Por esse decreto-lei, o chefe da Nação reafirmou o compromisso de reorganizar o país dentro de um regime orgânico e legal. Não somente os “departamentos administrativos” constituem um embrião de órgão legislativo como definem as responsabilidades do executivo na separação dos poderes. Nos tempos que correm, não há bastante idiota que exija a dispersão e continuidade dos governos nacionais. O reforçamento contínuo da autoridade é, pelo contrário, um imperativo das nações pacíficas deante da enorme desordem internacional consequente do desequilíbrio econômico, social e político que as nações que só esperam da violência e conquista de “espaços vitais”. A fórmula verdadeira dos regimes modernos é claramente: O governo vigoroso em face das próprias responsabilidades. O arbítrio não dá vigor ao governo, como as irresponsabilidades também. Mais uma vez, o sr. Getúlio Vargas, não falhou a confiança que o povo brasileiro nele deposita. Não falhou a própria formação espiritual de sincero patriota com o instinto profundo da ordem legal. Não quis as comodidades de um poder sem contraste, abriu as portas às limitações da lei, certo de render grande homenagem à dignidade de seus concidadãos, ao civismo e cultura do povo brasileiro”²⁰⁰

Na Paraíba, no imediato pós 1930, a prática da nomeação de interventores foi uma constante. Logo após a vitória do movimento de Outubro de 1930, José Américo de Almeida assumiu o governo interinamente, sendo substituído pelo tenente civil Anthenor Navarro. Com o seu falecimento em desastre aéreo em 1932, assumiu Gratuliano de Brito (1932 a 1934); Argemiro de Figueiredo de (1937 a 1940)²⁰¹ e Ruy Carneiro, (1940 a 1945)²⁰² completaram o ciclo do governo Vargas, deposto em outubro de 1945²⁰³.

Com o fim do regime de exceção, a prática das interventorias ainda sobreviveu em todo o país, apesar do movimento de “redemocratização”. Na Paraíba se sucederam, até

²⁰⁰ Editorial vinculado no jornal “Diário Carioca”, Rio de Janeiro, domingo, 09 de abril de 1939. Anno XII - número 3.322. Página 01. Arquivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

²⁰¹ Nomeado Interventor Federal em 24 de Novembro de 1937. Exonerado do cargo em 29 de Julho de 1940. Jornal “A União”, de 24 de novembro de 1937, p. 0, ano XLV, número 232. Com a seguinte matéria: “nomeado, Hontem, Interventor Federal na Parahyba, o Sr Argemiro de Figueiredo”. Sobre a exoneração, Jornal “a União”, terça feira, 30 de julho de 1940, p.01, ano XLVIII. Sobre Ruy Carneiro, nomeado Interventor Federal em 29 de julho de 1940. In Jornal “a União”, p.01 quarta feira, 31 de julho de 1940, ano XLVIII.

²⁰² Pediu exoneração através de carta endereçada ao presidente Vargas, em 26 de outubro de 1945. Exoneração registrada no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 29 de outubro de 1945. SYLVESTRE; Op. Citada p.328/331

²⁰³ Item devidamente explicado na página 38, capítulo I do presente estudo.

1947²⁰⁴, os seguintes interventores: Severino Montenegro (Presidente do Tribunal de Justiça); Odon Bezerra Cavalcanti e José Gomes da Silva.

Algo bastante intrigante é que o governo demorou quase dois anos para regulamentar as atribuições do interventor federal, acentuando uma situação de instabilidade política e administrativa que só foi definida com o Decreto-Lei nº 1.202 de 1939, uma repetição do antigo “código dos interventores”. Logo de início, o governo determinou que este decreto teria validade até a outorga das novas constituições estaduais, o que só poderia acontecer após um plebiscito ao qual o governo iria consultar a população sobre a validade e eficácia do Estado Novo²⁰⁵. Antes de comentar tal dispositivo legal, um artigo merece ser comentado nestas primeiras linhas, em face da forma como foi propalado por alguns jornais da época. É de se registrar que alguns veículos de comunicação deram ênfase, não só à publicação do referido decreto, como também enalteciam a proibição do interventor e prefeitos de nomear parentes para cargos na administração estadual e municipal. Um dos exemplos que podemos citar é a matéria publicada no jornal “Folha da Manhã” do estado de São Paulo, em que tal iniciativa foi alvo de profundos elogios dos editores do Jornal:

“(…) Outro artigo sério do decreto é o que proíbe aos interventores e aos prefeitos nomearem parentes para os cargos públicos. Isso vae ser uma revolução tão grande como a lei das desaccumulações. Era tão fácil, tão bom, tão patriarcal a velha maneira antiga! O referido artigo dispõe: “O interventor, ou o governador, não podem conceder serviços públicos a parentes, de uns ou de outros, até o quarto grau, consanguíneos ou afins, ou com eles efetuar qualquer espécie de contratos, nem nomeá-los para função ou cargo público, salvo para funções temporárias de confiança imediata”. Esse artigo terá efeito retroativo? Seguramente, como a lei das desaccumulações. Ser parente agora não será mais negocio.²⁰⁶”

Pode-se notar, numa leitura bastante sucinta dos efusivos comentários do jornalista, que o governo Vargas promoveu, através deste dispositivo, uma verdadeira “revolução” no serviço público, instituindo o princípio da impessoalidade no serviço público. Será?

Observando detalhadamente a parte final do artigo em questão, “salvo para funções temporárias de confiança imediata”, deu brechas para o administrador seja estadual ou

²⁰⁴ O fim deste mecanismo político- administrativo, só se concretizou aqui na Paraíba, com a posse do governador eleito, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, em 04 de março de 1947.

²⁰⁵ Decreto –lei 1202, art.1º., & único. Em suas disposições transitórias e finais, a constituição de 1937 determinava a convocação de um plebiscito a fim de aprova-la ou rejeita-la e dizia “esta constituição entrará em vigor na sua data e será submetida a plebiscito nacional na forma regulamenta em decreto do Presidente da República.

²⁰⁶ Matéria vinculada no jornal folha da manhã com a seguinte ementa: “NOTA DO DIA: Decreto-lei importante- Uma Constituição para os Interventores” publicado no jornal folha da manhã, domingo, 09 de abril de 1939, caderno único, p. 03.

municipal, contratar parentes imediatos, principalmente para cargos no primeiro escalão do governo. Na Paraíba do Estado Novo, tal prática era recorrente. A administração de Argemiro de Figueiredo, por exemplo, empregava vinte e cinco parentes entre irmãos, tios, primos, etc²⁰⁷. Com a mudança na administração estadual, com a posse de Ruy Carneiro, mesmo com o discurso de moralização e críticas às práticas personalistas, ele utilizou as mesmas práticas. Empregou seu irmão Janduhy Carneiro no departamento de saúde e sua esposa, Alice Carneiro, na estratégica presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

O ministro da justiça Francisco Campos, um dos ideólogos da Constituição de 1937 e do próprio Estado Novo, defendia que este “código dos interventores” não pretendia realizar uma centralização administrativa, apenas a centralização política, o que para Francisco Campos, consistia “em algo natural” face o regime de exceção em que se encontrava o País naquele momento:

“Note-se que o Decreto-Lei não procura efetuar a centralização administrativa: visa, apenas, à centralização política, como é natural que suceda neste período, durante o qual a Constituição entregou ao Presidente os mais amplos poderes para a reconstrução econômica do Brasil e, digamos, assim, para a realização da sua unidade e do seu poder (...) Tudo quanto se faz, a respeito, em cada Estado, tem forçosamente uma repercussão profunda na vida da União, e não era possível deixar que a disparidade de critério viesse prejudicar a uniformidade da grande obra de reerguimento nacional que o Presidente vem realizando. O sistema adotado pela Lei Orgânica permite que todos esses esforços se desenvolvam e se articulem num todo harmonioso, para o bem do Brasil, de cada uma de suas unidades e de cada um de seus filhos. Foi o que procurou o Presidente, promulgando o decreto-lei: e estou certo de que ninguém lhe negará, por atos ou omissões, a sua cooperação” (CAMPOS: 1983, p.224)

Esta afirmação nos parece ser totalmente contraditória em sua teoria e prática. Conforme explicado em linhas anteriores, o Estado Novo criou inúmeros institutos, autarquias, ou seja, enquanto houve um decréscimo nas atribuições do poder legislativo (em face a sua extinção e substituição pelos conselhos administrativos e comissão de negócios estaduais) e do poder judiciário, temos um aumento significativo da centralização, não só política, mas também administrativa. Do ponto de vista prático, a Paraíba notabilizou-se por uma centralização administrativa e, conseqüentemente, por uma notável burocracia. Na administração de Ruy Carneiro, nenhum ato, seja um projeto de lei que criou o Departamento

²⁰⁷ Desmascarando um mistificador: Erros e desmandos do Governo da Paraíba de Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. (Epitacinho)

de Ordem Política e Social, seja uma remoção ou contratação de servidores como mensalistas, ou diaristas (o extranumerário) deixava de passar pelo crivo pessoal do interventor²⁰⁸.

Consoante às atividades, tanto de ordem política quanto administrativa, quais eram as atribuições do interventor? Cabia ao ele inúmeras atribuições em nível regional como, por exemplo,²⁰⁹:

- a) Organizar a administração do Estado e dos Municípios de acordo com o disposto para os serviços da União, no que for aplicável;
- b) Organizar o projeto do orçamento do Estado, e sancioná-lo;
- c) Fixar, em decreto-lei, o efetivo da força policial, mediante aprovação prévia do Presidente da República.
- d) Elaborar os decretos-leis e sancioná-los depois de aprovados pelo Departamento Administrativo;
- e) Expedir decretos-leis, independentemente de aprovação prévia do Departamento Administrativo, em caso de calamidade ou necessidade de ordem pública, sujeitando a posteriori o seu ato aprovação do Presidente da República.
- f) Expedir decretos, regulamentos, instruções e demais atos necessários ao cumprimento das leis e à administração do Estado;
- g) Nomear o secretário geral ou secretários do seu governo, e os Prefeitos dos Municípios;
- h) Nomear, aposentar, pôr em disponibilidade, demitir e licenciar os funcionários do Estado, e impor-lhes penas disciplinares, respeitado o disposto na Constituição e nas leis;

Sobre estas atribuições pode-se afirmar que competia ao interventor o controle da administração pública, das finanças e segurança pública. A aplicabilidade destas atribuições, entretanto, esbarravam na própria centralização e burocracia do regime do Estado Novo. O interventor dependia muitas vezes, do ponto de vista administrativo, da aprovação do Presidente da República e do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) a nível federal, e do Departamento Administrativo a nível regional. Para se ter uma noção do grau de dependência, os membros do conselho administrativo eram nomeados pelo Presidente da República, após indicação feita pelo governo estadual. Obviamente, que o interventor, indicava sempre correligionários, ficando claro que neste jogo político tanto o governo central, quanto os governos estaduais (e na Paraíba não foi diferente) tinham que negociar.

²⁰⁸ Este tópico já foi devidamente explicado na nota explicativa de numero 122.

²⁰⁹ Decreto-lei 1202, art. 6º incisos I ao VI, e art. 7º, incisos I ao IV.

Mesmo relativizando estas atribuições, do ponto de vista político, principalmente em um estado carente como a Paraíba, o interventor dependia da ajuda do governo federal, dos repasses para construção de obras públicas, rolagem de dívidas, etc²¹⁰. Ou seja, existia uma dependência quase absoluta tanto do ponto de vista administrativo quanto político a nível federal.

Essa subordinação refletia-se no poder que tinha de fato o interventor em seu Estado. Como a margem de manobra tanto política como administrativa era pequena, restava aos interventores dois grandes trunfos, um de ordem administrativa e outro, política. Da parte administrativa, a elaboração de decretos-leis para posterior aprovação do conselho administrativo. Composto por pessoas de sua total confiança, raramente um projeto de lei, não era aprovado pelos membros do conselho. Ressalte-se que todas essas leis eram discutidas e aprovadas sem nenhuma participação popular. A administração Ruy Carneiro notabilizou-se pelas reformas administrativas que empreendeu ao longo de sua gestão, conforme será descrito no próximo parágrafo²¹¹. Essas reformas, que atingiram amplos setores da sociedade paraibana, foram manipuladas para atender aos interesses do estado, mas também a interesses políticos²¹². E do ponto de vista político? A faculdade que tinha de nomear secretários e, principalmente, os prefeitos, dava ao interventor a possibilidade de fortalecer a sua liderança política nos municípios. Na Paraíba, essa prática foi realizada de forma intensa. Procurando consolidar seu prestígio político, Ruy Carneiro, ao longo de sua administração, nomeou correligionários nos municípios paraibanos, muitos deles anti-argemiristas²¹³. Essa prática - ao menos na Paraíba - não surtiu um efeito tão desejado. Apesar de todas as nomeações, cooptações, o argemirismo permaneceu como a principal força política estadual durante aquele período²¹⁴.

²¹⁰ Uma das atribuições do interventor era de organizar o projeto de orçamento e sancioná-lo. O orçamento poderia ser um poderoso trunfo nas mãos do interventor, como objeto de manobra e cooptação política. Apesar da competência do departamento do serviço público estadual (DSP) organizar o orçamento, a sua execução estava totalmente vinculada ao controle federal, seja pelo departamento administrativo do serviço público (DASP) responsável pelo orçamento federal, seja pela comissão de negócios estaduais, que fiscalizavam a forma como o orçamento estava sendo empregado. Não podemos nos esquecer, que a função de interventor era de livre nomeação e exoneração do Presidente da República, sendo o mesmo considerado um “delegado” do Presidente em cada estado. Não seguir as orientações dos órgãos de controle federal (traduza-se do presidente da república) era o mesmo que assinar a sua exoneração, a bem do serviço público.....

²¹¹ As reformas administrativas serão objeto de análise do próximo tópico da presente dissertação. Mesmo estas reformas, que foram implementadas durante todo o mandato Ruysta, seguiam instruções do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

²¹² Alteração na assistência social da Paraíba, com a extinção do SAS, e corte na subvenção do Instituto São José, conforme nota explicativa de número 136.

²¹³ Utilizamos vários exemplos no tópico: 2.2- Manutenção do mito “João Pessoa” e primeiras medidas de cunho político adotadas pelo governo de Ruy Carneiro (1940-1945).

²¹⁴ Conforme citação feita na página 50 da presente dissertação.

Os próximos artigos do decreto-lei 1202 refere-se aos crimes de responsabilidade²¹⁵ do interventor e de seu julgamento²¹⁶, caso ele não cumprisse com as suas atribuições de ordem legal.

A seguir, o decreto refere-se às competências dos prefeitos (art.12) e à composição e atribuições do Departamento Administrativo (art.13 ao 18). Quanto às questões atinentes a ordem econômica e financeira dos Estados e Municípios, estas foram reguladas pelos artigos 23 a 31. Aos Estados competia basicamente estabelecer tributos sobre propriedade, a exportação de mercadorias de sua produção, “*até o máximo de dez por cento ad valorem*” e sobre serviços²¹⁷, que se constituíam nas principais fontes de receitas estaduais.

Por fim, temos a obrigação do Interventor, que por determinação legal deveria remeter ao governo central, relatórios anuais acerca de suas atividades. Esses relatórios ofereciam uma noção de como se encontrava a administração estadual e municipal, este último destacado na seção “negócios municipais”. Os dados disponibilizados nestes relatórios referiam-se a educação, administração em geral, assistência social, finanças, dívida pública, agricultura, etc. Com gráficos, tabelas e muitas imagens estes relatórios constituíam, do ponto de vista administrativo, uma tentativa de maior controle do Presidente da República em relação aos Estados, como também por parte dos governos estaduais de uma maior técnica e organização da máquina pública²¹⁸. Em nossas pesquisas nas cidades de João Pessoa e Campina Grande não conseguimos encontrar relatórios que cobrissem a totalidade do governo, ou seja, os anos de 1940-1945. Destes, restam apenas os de 1941, 1942 e 1943²¹⁹.

Nesse sentido, como nos referimos, pode-se afirmar que a relativa autonomia ou dependência dos Estados em relação ao governo federal e aos municípios manteve-se variando de acordo com o momento político e as necessidades do regime. Apesar do “Código dos Interventores” ter fornecido ao Presidente um instrumento de controle eficaz, o mesmo deve ser relativizado, pois, o governo teria que muitas vezes “negociar” com as oligarquias e

²¹⁵ Decreto-lei 1202, art. 8º

²¹⁶Decreto-lei 1202, art. 9º

²¹⁷ Decreto-lei 1202, art. 23.

²¹⁸ Fazendo um comparativo com o único relatório disponível da interventoria de Argemiro de Figueiredo, (ao qual tivemos acesso no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e no setor de Obras Raras da seção paraibana da biblioteca da Universidade Federal da Paraíba) com os da administração de Ruy Carneiro, podemos observar que os de Ruy Carneiro, detém uma metodologia mais “técnica” com quadros e tabelas explicativas, poucas imagens e muito texto. Já o da interventoria Figueiredo (relatório das atividades de 1937) tem pouco texto e tabelas, com inúmeras imagens das realizações do governo.

²¹⁹ Esses relatórios encontram-se melhor organizados (e completos) no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Completo, mas desorganizados na seção de obras raras da Universidade Federal da Paraíba. Não constam exemplares no Arquivo Público do Estado da Paraíba. Fator bastante intrigante e que sobre o Estado Novo na Paraíba, são poucos os exemplares acerca da administração Argemiro de Figueiredo, disponíveis nos arquivos brasileiros e paraibanos. Encontramos nas pesquisas um exemplar do ano de 1939 disponível na biblioteca do Congresso Norte Americano.

chefes políticos locais para sustentação política do Presidente Vargas e conseqüentemente do próprio Estado Novo. Em relação à autonomia do interventor, esta também deve ser relativizada, pois o mesmo dependia de negociações com o governo federal e também com os chefes políticos locais.

3.2.2- O Conselho Administrativo Estadual (CAE) e a Comissão de Negócios Municipais.

Subordinado diretamente ao interventor federal, o Departamento Administrativo do Estado²²⁰ compunha, junto do interventor federal, a administração estadual²²¹. Na Paraíba, tal departamento foi instalado ainda durante a Interventoria de Argemiro de Figueiredo, na antiga sede do Palácio das Secretarias na cidade de João Pessoa, em 22 de julho de 1939. A composição inicial deste órgão incluía Antônio Boto de Menezes como presidente, Flávio Ribeiro Coutinho, vice-presidente; Orestes Toscano Lisboa e José de Oliveira Pinto como membros²²². O interventor federal estava cumprindo expressa determinação legal, a qual preceituava o decreto-lei 1202 de 08 de abril de 1939, que definia a criação e atribuições deste conselho.

Sobre a criação e composição deste departamento, (a composição e atribuições eram iguais em todo o território nacional) o jornal “Folha da Manhã” de 09 de abril de 1939, por intermédio de sua “nota do dia” assim se pronunciou:

“Uma das medidas, é o estabelecimento em cada Estado, de um Departamento Administrativo, cuja importância pode ser aquilatada pelas atribuições que lhe são conferidas, inclusive de aprovar os projectos dos decretos-leis a serem baixados, pelos interventores. Esse departamento, não poderá ter menos de 4 membros ou mais de 10, e só poderá ser para o mesmo nomeado quem não for funcionário público e não tiver transações de qualquer natureza com os poderes públicos federaes, estaduais e municipaes. Até um anno depois de ter exercido as funções de membro do Departamento Administrativo, ninguém que dele haja feito parte poderá ser nomeado para certos cargos.”²²³

²²⁰ O diário oficial do estado da Paraíba, em algumas oportunidades trás a denominação de Conselho Administrativo do Estado (CAE). Entretanto, a terminologia correta é Departamento Administrativo, consoante o que dispõe o artigo 2º do decreto lei 1202 de abril de 1939.

²²¹ O artigo 2º do decreto lei 1202 traz a seguinte redação: “São órgãos da administração do Estado: a) o Interventor, ou Governador; b) o Departamento Administrativo”.

²²² Jornal a União, terça feira, 30 de julho de 1940, segunda seção, p. 03. “relatório apresentado ao Exmo. Ministro da Justiça pelo Presidente do Conselho Administrativo do Estado. Lido na sessão do dia 22 de julho de 1940, no primeiro aniversario da instituição”.

²²³ Jornal Folha da Manhã, São Paulo, domingo, 09 de abril de 1939, caderno único, p.02.

Com a exoneração de Figueiredo e ascensão de Ruy Carneiro em Julho de 1940, houve a exoneração de todos os membros do governo, incluindo os membros do departamento administrativo do estado. Na fase inicial do governo de Ruy Carneiro, os membros foram os seguintes: José Gomes de Lima, Osias Gomes, José Rodrigues de Aquino e João Vasconcelos. Com o falecimento de Rodrigues de Aquino em Dezembro de 1940, ficou a presidência a cargo do jurista Osias Gomes.



Figura 06: Membros do departamento administrativo, nos primeiros anos da Interventoria de Ruy Carneiro: da esquerda para direita: José Gomes de Lima, Osias Gomes, José Rodrigues de Aquino e João Vasconcelos. Acervo do Procurador do Estado Cleanto Gomes Pereira.

Essa composição²²⁴ manteve-se inalterada até o final do ano de 1940 quando da morte repentina em 20 de dezembro do presidente do conselho, José Rodrigues de Aquino, na

²²⁴ Em nossas pesquisas, não conseguimos identificar biografias que reportassem a história de vidas dos membros do conselho administrativo no momento inicial da interventoria de Ruy Carneiro. Dos quatro membros, o que se tem uma biografia completa é o jurista Osias Gomes. Nascido em 1903, atuou no governo de João Pessoa, sendo responsável pela imprensa oficial do estado. Lutou ao lado dos liberais na revolução de 1930, sendo nomeado um dos membros do conselho administrativo na gestão de Ruy Carneiro. Jurista renomado disputou em 1965 vaga de desembargador pelo “quinto constitucional” tendo como concorrente Botto de Meneses e Samuel Duarte. Sagrando-se vencedor na disputa, permaneceu no Tribunal de Justiça até sua

cidade do Recife²²⁵. A presidência interina do órgão ficou a cargo de Osias Gomes, que permaneceu no cargo até a nomeação do novo presidente, Severino Lucena, da cidade de Bananeiras²²⁶, permanecendo o conselho com sua composição inicial.

Em nossas pesquisas, observamos que durante a interventoria, inúmeros projetos de lei foram aprovados, projetos estes que tiveram impacto na sociedade paraibana. Restam as seguintes indagações: quais seriam estes projetos de lei? O que eles representavam?

O primeiro relatório apresentado ao interventor Ruy Carneiro foi datado de 04 de janeiro de 1941, onde o presidente interino Osias Gomes apresentou um apanhado das atividades do conselho entre agosto e dezembro de 1940. Este relatório merece uma análise mais aprofundada. Mas por quê? Pelo seu conteúdo, (os decretos-leis encaminhados e aprovados pelo Conselho Administrativo), demonstraram-se não só as prioridades da administração naquele momento, como também os rumos que o governo de Ruy Carneiro tomou nos anos subsequentes. O programa de “salvação” e a organização da máquina estatal foram destaques deste primeiro relatório²²⁷:

“Teve este de enfrentar, ao assumir o Governo da Paraíba, uma situação na realidade penosa e difícil, cujos detalhes serão, já a esta hora, do conhecimento pleno de v. exa. Em resumo, o Estado foi encontrado das mãos do antecessor, com sua economia particular e pública em colapso, avultada dívida, serviços públicos desorganizados. E estereis –funcionalismo pletórico- e outros tantos defeitos de origem e de essência que era preciso remediar(...). Sem permitir choques com a lei-tem presidido todos os atos aprobatórios, desaprobatorios ou restritivos deste órgão de administração num critério superior de conveniências públicas. Entre as medidas aprovadas de maior saliência devo citar, Sr. Ministro, as integrantes do programa de economia, compressão de despesas, fiscalização e moralização das coisas públicas, que o atual interventor da Paraíba esta deliberadamente pondo em prática. Convergindo para esse resultado, citarei os projetos de decretos-leis criando a Comissão de Negócios Municipais, órgão de fiscalização e controle das atividades públicas nas comunas; reformando a Polícia Civil do Estado; reduzindo os quadros da Polícia Militar: modificando a forma de cobrança do imposto de indústria e profissão; inovando os Estatutos do Funcionalismo Estadual no espírito de suprimir certas vantagens personalíssimas ruinosas do erário; e regulamentando os vencimentos dos prefeitos de todos os municípios.”

aposentadoria em 1973. Retornou a advocacia, tendo ao seu lado seu sobrinho, procurador Cleanto Gomes Pereira. Faleceu em João Pessoa, em 1994. Dados obtidos em “permanência de Osias Gomes”, TJPB, 2012.

²²⁵ Parte introdutória do relatório do Conselho Administrativo do Estado, publicado no jornal “a União” de 04 de janeiro de 1941. P. 01, Numero 03.

²²⁶ Empossado no cargo de presidente do conselho administrativo em 07 de fevereiro de 1941. In. Jornal “A União” de 08 de fevereiro de 1941, ano XLIX, numero 32, p.01. A matéria tinha a seguinte ementa: “Empossou-se ontem, ontem, o SR Severino de Lucena- A saudação do DR. Osias Gomes, e o agradecimento do novo presidente”. Sobre Severino Lucena, após exaustivas pesquisas, não conseguimos dados acerca de sua biografia.

²²⁷ Relatório do Conselho Administrativo do Estado, publicado no jornal “a União” de 04 de janeiro de 1941. p. 01, Numero 03.

Neste sentido, Ruy Carneiro, como “delegado” do governo federal, não alterou em nada os ditames expressos pelo Estado Novo. Pelo contrário, as leis aprovadas pelo Conselho, refletiam o pensamento do regime instaurado pela carta política de 1937.

Do ponto de vista administrativo e, como afirmado anteriormente, a criação do departamento era um trunfo ao qual o governo não poderia prescindir. Todas as matérias de ordem política, econômica e social eram analisadas por este departamento formado por pessoas de confiança nomeadas pelo interventor. Processos de grande alcance político e social (e que em sua maioria eram enviados pelo próprio gabinete da interventoria, ou das próprias secretarias do governo estadual) foram aprovados, tão somente, por estes membros do Conselho. Exemplos destes casos foram os decretos que instituíram o Departamento de Ordem Política e Social no estado da Paraíba²²⁸ e o que extinguiu o imposto interestadual de exportação²²⁹.

Mas não só projetos de grande relevância eram aprovados. Existiam os que não tinham tanta importância do ponto de vista administrativo, econômico e social, mas que serviam de barganha entre os prefeitos, a exemplo de convênios estaduais com os municípios, aprovação de créditos adicionais aos orçamentos, anulação e remanejamento de verbas municipais etc. Um dos exemplos significativos desta “manipulação” está na sessão do Conselho Administrativo presidida por Severino Lucena, de 11 de novembro de 1943. Na sessão, foi dada entrada inúmeros projetos de lei, pedindo remanejamentos de recursos, sem alteração de despesas, oriundos das prefeituras: de Cuité remanejando o valor de Cr\$ 8.000,00 cruzeiros, tendo como relator Horácio de Almeida; pareceres 416,417,418,419,420,421. Pela ordem de análise, temos o da prefeitura de Pilar, transferindo dotações orçamentárias sem aumento de despesa, da prefeitura de Sousa, anulando saldos de verbas do orçamento vigente, na quantia de Cr\$ 9.200,00 cruzeiros e abrindo crédito suplementar de igual importância; das prefeituras de Brejo do Cruz, Catolé do Rocha, Bananeiras e Bonito, ratificando o convênio estadual do ensino primário, celebrado entre o Estado e aquele município em data de 16 de outubro do corrente ano, estes últimos tiveram como relator José Gomes²³⁰.

²²⁸ Projeto de lei enviado pelo chefe de polícia, Clóvis Lima, em 01 de outubro de 1940, ao secretário do interior e justiça, propondo a criação de 03 delegacias especializadas, incluído a de ordem política e social (DOPS). Esta teria como finalidade, “assegurar a paz pública com o afastamento do perigo a estabilidade do regime”. Arquivo público do Estado da Paraíba, caixa 035.

²²⁹ Projeto de Decreto-lei encaminhado pelo Interventor Federal, em 26 de outubro de 1942, ao presidente do Departamento Administrativo do Estado, que extingue, definitivamente a partir de 01 de janeiro do próximo exercício (1943), o imposto interestadual de exportação. Disponível no arquivo público estadual, caixa 037.

²³⁰ Diário oficial do estado da Paraíba. Sessão do Conselho Administrativo, sexta feira 12 de novembro de 1943, p.02.

Registre-se

João Pessoa, 26 de 12 de 1940

PARECER Nº 604 *Luiz G. de Vasconcelos*
Diretor

Na atual Administração do Estado, tem-se observado como traço característico da sua orientação, o desejo de beneficiar, quanto possível, as classes produtoras, legítimas fontes de vida da economia pública e particular. É o que tem em vista o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal de que ora nos ocupamos. É ele um complemento do decreto-lei estadual nº 115, de 21 de outubro deste ano, o qual representa verdadeira anistia fiscal que tão fagueiramente refletiu em todas as camadas sociais do Estado, dado o seu caráter benfazejo à economia privada.

Urge, portanto, aos contribuintes do Estado que ainda estiverem em atraso, aproveitarem o benefício fiscal assegurado no presente projeto.

Dúvida alguma nos deixa o presente projeto quanto ao seu mérito. Por isso, formulo ao Departamento Administrativo para sua apreciação o seguinte projeto resolutivo.

Projeto Resolutivo Nº 274

O Departamento Administrativo do Estado, tendo em vista os benefícios advindos à economia pública e privada com o presente projeto, resolve aprovar-o, na sua íntegra.

Sala das Sessões do D.A.E., em 26 de Dezembro de 1940

José Gomes - Relator
(José Gomes --- Relator)

Dispensado do interstício regimental a r.
do Exmo. Sr. *José de Vasconcelos*

João Pessoa, 26 de 12 de 1940

Luiz G. de Vasconcelos
Diretor

Registrado

João Pessoa, 26 de 12 de 1940

José de Vasconcelos

Figura 07: exemplar de parecer emitido pelo departamento administrativo estadual. Parecer nº 604, de 26 de dezembro de 1940, de relatoria do conselheiro José Gomes, opinando pela aprovação do projeto de lei que ofereceu benefício fiscal aos contribuintes do Estado. Registrado o parecer em 26 de dezembro de 1940. Arquivo público do Estado da Paraíba. Localizado na caixa 035.

Importante registrar que analisando inúmeros decretos-leis, observou-se que muitos deles nasceram dentro do próprio gabinete da interventoria, cabendo tão somente ao Conselho

Administrativo, aprová-los. No ano de 1942, por exemplo, o Conselho Administrativo Estadual, aprovou um total de 641 projetos de lei, sendo que desses pareceres, 193 foram oferecidos a projetos remetidos pelo gabinete da interventoria. Em termos de rejeição destes projetos, como afirmei anteriormente, dificilmente eram indeferidos. Em 1943, foram apreciados 428, sendo seis rejeitados²³¹.

Ao longo de sua administração, Ruy Carneiro manteve praticamente inalterado os rumos que adotou nos primeiros meses de governo. Sempre enfatizando os princípios norteadores de uma reforma do estado, e preocupação com a parte social do governo e funcionalismo público, os Decretos-leis que foram aprovados nos anos de 1941, 1942 e 1943 demonstraram claramente esta orientação do governo.

Exemplos destas assertivas foram os relatórios apresentados pelo presidente do Conselho Administrativo, Severino Lucena, ao Ministro da Justiça sobre as atividades do Conselho durante o ano de 1942 e 1943. Além da preocupação com a rigorosa execução orçamentária, Severino Lucena, tentou passar ao governo federal, que apesar da contenção de despesas, o governo estadual se preocupava com a parte “social” e com as instituições pias da capital:

“(…) Um desses princípios é a fidelidade á letra orçamentária. Em fevereiro do corrente ano, enviou o senhor Interventor Federal a este departamento um exemplar do Relatório apresentado ao senhor Presidente da República, relativo ás atividades da administração no exercício de 1941. E, apreciando esse documento, teve oportunidade este órgão político de salientar, na sua Resolução nº 12, de 16 do citado mês, haver sido a execução orçamentaria no período compreendido no Relatório normal, rigorosa e conformada á lei. Esta sensata orientação prolongou-se a 1942, sem prejuízo de um programa de realizações objetivas de inegável acerto que o governo da Paraíba não pudera nem devera deixar a meio do caminho. Afora o planejamento de mobilizar uma melhor e mais prestante assistência social em nossa terra, alcançando um número certamente quadruplicado de assistidos o que se fez com a reforma total do Asilo de Mendicidade “Carneiro da Cunha” e do Orfanato “D. Ulrico” (…)” (CARNEIRO: 1942; p.16)

Outro ponto que mereceu destaque nos projetos de lei aprovados pelo Conselho Administrativo foi o que estabeleceu aumento ao funcionalismo público estadual e que instituiu os vencimentos dos prefeitos municipais. Sempre destacando o “alcance social e

²³¹ Atividades do governo da Paraíba. Imprensa Oficial, 1943, p.14. E atividades do governo da Paraíba. Imprensa Oficial, 1944, p.18.

humano” de tais medidas, assim se referiu o interventor acerca das medidas aprovadas pelo Conselho²³²:

“(…) Mencionou ainda o ilustre presidente do CAE no citado relatório, entre outras legislações mais salientes, que dependeram do seu exame, os decretos-leis: reajustando os vencimentos do funcionalismo estadual, “medida de grande alcance social e humano, que veio a atenuar de angustiosas aperturas financeiras os serventuários públicos, classe tão digna de apreço e de horizontes econômicos tão confinados” (...) estabelecendo os vencimentos dos prefeitos municipais (...)”

Em linhas anteriores, foram abordados a composição e o que se deliberava neste órgão. Mas como era seu funcionamento? Todas as matérias discutidas e aprovadas eram submetidas diretamente ao interventor federal? Havia alguma transparência destes atos políticos e administrativos?

Conforme observado através das atas destas sessões, publicadas no diário oficial do Estado, percebe-se que os membros do Conselho Administrativo se reuniam com periodicidade, tendo as sessões sempre secretariadas por Durwal Albuquerque. Nas sessões, os membros do conselho emitiam pareceres, ou notas oficiais do departamento que versavam sobre efemérides do calendário oficial, homenagens ao presidente Vargas, entre outras. Um dos pontos que nos chamou atenção, é que não só as ementas dos pareceres eram publicadas, mas os pareceres dos membros do conselho administrativo com suas divergências, também.

Por exemplo, em uma sessão bastante concorrida, de 26 de fevereiro de 1945, do Conselho Administrativo, o conselheiro Horácio de Almeida apresentou exaustivo parecer acerca de projeto de decreto-lei, elaborado pela Secretaria das Finanças, que disciplinava que na imposição de multas por infração, o fiscal autoante teria direito a 30% do valor da infração. Tendo seu projeto recebido emendas do conselheiro Osias Gomes, o conselheiro Horácio de Almeida assim se pronunciou²³³:

“(…) O assunto já foi debatido neste Conselho em projeto anterior e não logrou acolhida. Fui o relator do ante-projeto e conquanto não tivesse oferecido emenda no sentido da não participação do exator na aplicação da multas, manifestou-me contra a medida, deixando a solução do caso a consideração superior. Aconteceu porem, que o ilustre companheiro dr. Osias Gomes, pondo-se á frente do parecer, ofereceu três emendas, uma das quais supressivas do artigo que atribuía aos fiscais a quota parte da multa imposta (...)”

²³² Relatório das atividades do governo da Paraíba no ano de 1943. Imprensa Oficial, João Pessoa, 1944 p. 14.

²³³ Parecer emitido na sessão administrativa do Conselho administrativo do Estado, de 26 de fevereiro de 1945. Publicado no diário oficial do estado, jornal “A União” de 27 de fevereiro de 1945.

Ainda no tocante a centralização, esta ficou maior com a publicação do Decreto - lei nº. 99 de 25 de setembro de 1940, publicado no Diário Oficial do estado da Paraíba que criou a Comissão de Negócios Municipais²³⁴, especificando as suas atribuições, e mais importante, disciplinando as condutas administrativas dos agentes públicos municipais a partir de então. Tal comissão, apesar de subordinada diretamente à Secretaria do Interior e Segurança Pública (secretaria que tinha status de vice-governadoria na estrutura administrativa de então) dava ao interventor controle quase absoluto, pois o mesmo dava a palavra final acerca das nomeações dos seus membros²³⁵. As prefeituras só poderiam alienar bens moveis em hasta pública, e esta com o consentimento do interventor²³⁶, e por fim, a remuneração anual dos prefeitos dependia da fixação do valor pelo interventor federal²³⁷.



Figura 08: instalação da Comissão de Negócios Municipais. In Jornal “a União” 27 de setembro de 1940, p.01.

²³⁴ Deve-se observar que a Comissão de Negócios Municipais, teve sua nomenclatura alterada para Departamento de Municipalidades regulamentado pelo Decreto nº. 212 de 03 de fevereiro de 1942. Suas atribuições, entretanto não diferiam da Comissão de Negócios Municipais.

²³⁵ Decreto-lei nº 99, art. 1º.

²³⁶ Decreto-lei nº 99, art.10º

²³⁷ Decreto-lei nº 99, art.17º

A criação deste órgão somou as iniciativas do governo no sentido de tentar controlar e conter despesas, em particular nas quarenta comunas que existiam a época no Estado da Paraíba, em virtude da suposta crise financeira que assolou o Estado no período de transição do governo Argemiro de Figueiredo para o de Ruy Carneiro²³⁸.

Composta por cinco funcionários do Estado nomeados pelo Interventor, que passavam pelo crivo do Secretario do Interior e Segurança Pública e desempenhando um trabalho que a nível nacional estava sendo efetuado pela Comissão de Negócios Estaduais eram as suas atribuições administrativas²³⁹.

- a) Examinar os balancetes e contas das prefeituras;
- b) Acompanhar a execução dos orçamentos municipais;
- c) Opinar sobre os recursos para o Interventor, dos atos dos prefeitos;
- d) Representar à Secretaria do Interior contra quaisquer irregularidades verificadas nas cobranças dos tributos e na aplicação das rendas dos municípios ou dos atos de admissão, exoneração aposentadoria, férias, e licenças do funcionalismo municipal;
- e) Sugerir à mesma secretaria as medidas que julgar conveniente ao bom andamento das administrações dos municípios.

Dentre estas, se destacava a que dava poder à Comissão para examinar e acompanhar os balancetes e contas das prefeituras, e a execução do orçamento. Os prefeitos municipais eram obrigados por esta lei, a enviar ao presidente da comissão, relatório mensal da situação financeira do município através de balancetes.²⁴⁰

Esse mecanismo caracterizava-se como uma ferramenta de grande importância na administração estadual, inclusive do ponto de vista político. O acompanhamento das finanças das prefeituras, e a padronização do orçamento das contas e serviços, serviu de ferramenta para a intensa propaganda que o governo de Ruy Carneiro fez em detrimento a seu antecessor Argemiro de Figueiredo difundindo um propalado “caos financeiro” que encontrava o estado da Paraíba naquele momento. É de se notar, que todos os balancetes com seus dados deveriam

²³⁸ Ponto já devidamente estudado na presente dissertação no tópico “crise financeira”.

²³⁹ Decreto-Lei nº 99, de 25 de setembro de 1940, art. 2º. republicado no Diário oficial do estado da Paraíba. Jornal “A União” em 27 de setembro de 1940, por conter incorreções.

²⁴⁰ Tema abordado no tópico “crise financeira” da presente dissertação.

ser publicados no órgão oficial, dando maior publicidade aos atos administrativos das prefeituras.

Entretanto, as atribuições desta comissão iam além da fiscalização dos orçamentos e serviços municipais, pois a lei que criou citada comissão disciplinou outras condutas administrativas, às quais os prefeitos deveriam conduzir as respectivas administrações. Ainda por este Decreto-Lei, as despesas com pessoal fixo (com estabilidade funcional) não poderiam exceder ao total da verba consignada no orçamento em vigor. No município de João Pessoa, a verba consignada para esta rubrica estava em torno de 36 % do orçamento²⁴¹, excedendo o limite estipulado por esta lei. Outra disposição consistia que nenhuma obra pública poderia ser feita sem projeto e consignação do valor dentro do próprio orçamento anual das prefeituras²⁴²

Uma questão ainda merece ser discutida. Caso houvesse descumprimento de tais obrigações por parte dos prefeitos, haveria alguma sanção? A comissão tinha poderes de investigar e punir os atos dos prefeitos?

Analisando os jornais, relatórios e documentação concernentes às prefeituras durante este período²⁴³, e pela exiguidade da documentação, não consegui observar se os prefeitos seguiam a risca as determinações do Decreto-lei nº 99. O Jornal “A União”, através do seu diário oficial, publicava regularmente os balancetes e a situação financeira de todas as comunas existentes no Estado.

Tanto o decreto-lei federal nº 1202 de abril de 1939, que disciplinou a administração dos Estados e Municípios, e o decreto-lei estadual nº 99 de setembro de 1940, não traziam dispositivos que disciplinavam procedimentos punitivos para os administradores que não observassem os ditames legais, deixando uma grave lacuna na lei. Caso algum prefeito realizasse alguma irregularidade, a Comissão de Negócios Municipais só poderia realizar sindicâncias, e encaminha-las ao Secretário do Interior e Justiça a apuração de irregularidades, cabendo à palavra final ao interventor federal²⁴⁴.

Este poder meramente investigatório, tinha como paradigma o que realizava a Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, visto que o próprio governo de Argemiro de

²⁴¹ Conforme nota explicativa de número 179.

²⁴² Decreto-lei nº 99; art. 14º.

²⁴³ As fontes ao qual me referi são as seguintes: Jornal “A União”, relatórios de 1941, 1942, 1943, e documentos relativos a interventoria contido nas caixas 031 a 035, todos arquivados no Arquivo Público do Estado, e Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

²⁴⁴ Decreto-lei nº 99; art. 8º.

Figueiredo sofreu uma sindicância, que serviu de pretexto para destitui-lo do cargo de interventor²⁴⁵.

A análise destes mecanismos de centralização política e administrativa demonstrou as contradições trazidas pelo regime político instaurado em novembro de 1937. Em nome do binômio “economia e eficiência” criou o governo um enorme aparato governamental, visando um maior controle político e administrativo das ações dos Estados e municípios. Tais mecanismos, ao longo dos anos, demonstraram suas deficiências, tendo muitas vezes o próprio Presidente que interferir para que disputas locais não inviabilizassem a administração seja em qualquer esfera administrativa. A criação destes órgãos tanto na esfera federal quanto estadual, (que acentuou os poderes do executivo) teve uma consequência de enorme repercussão na sociedade brasileira. Com o aumento dos órgãos administrativos ligados ao executivo, houve a necessidade de contratação de funcionários, e de uma profunda reformulação da máquina administrativa, que vinha eivada de vícios do período anterior a “revolução de 1930”. A questão que se impõe é a seguinte: Do ponto de vista político, o governo teve que administrar várias crises nos estados em virtude dos próprios mecanismos que criou. Mas e do ponto de vista administrativo? O governo conseguiu uma racionalização no serviço público? A economia e a eficiência nos procedimentos administrativos do serviço público civil foram uma conquista do período Vargas? Esta será a discussão do próximo tópico.

3.2- O QUE FOI FEITO DE NOVO? ATUAÇÃO DO DASP E ALGUMAS REFORMAS BUROCRATICAS ADMINISTRATIVAS DURANTE A INTERVENTORIA DE RUY CARNEIRO: 1940-1945.

3.2.1- As primeiras reformas administrativas no Brasil e a atuação do Conselho Federal do Serviço Público Civil (CFSPC)

Antes de iniciar a discussão deste tópico, um esclarecimento deve ser feito. As reformas administrativas que foram estudadas aqui se constituem parte de um processo que se iniciou na era Vargas, e pela sua complexidade e abrangência, não foi por ele terminado. As que o governo iniciou, já formam um complexo emaranhado de normas e instruções que por si só dariam uma tese. Diante desta assertiva, não teríamos condições pela exiguidade de

²⁴⁵ Lembrar que Argemiro de Figueiredo pediu exoneração do cargo de interventor federal, em conformidade com a escrita constante na página 48 do presente estudo.

tempo, de trabalhar todas as reformas empreendidas pelo governo Vargas, durante os anos de 1930-1945. O que fizemos foi abordar algumas delas, em particular as que reformaram o serviço público civil da União, Estados e Municípios, (quando me refiro a Estados e Municípios estou tratando do Estado da Paraíba) e a atuação de um dos órgãos de controle e centralização administrativa, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e o seu congênere na Paraíba, o Departamento do Serviço Público (DSP).

A preocupação com uma maior racionalização que pudesse oferecer um serviço público eficiente e que ao mesmo tempo gerasse economia aos cofres públicos vem muito antes do Estado Novo. O período compreendido entre os anos de 1930 a 1937 caracterizou-se por uma constante preocupação do governo Vargas com a reorganização dos serviços públicos. Essa racionalização a nível federal e estadual tornou-se uma necessidade em grande parte pelo aumento das atribuições do executivo, que necessitou de uma máquina administrativa ágil e eficiente, com servidores capacitados e que demonstrassem o comprometimento com a coisa pública.

O Estado Brasileiro anterior a 1930 constituía-se num “Estado Cartorial” onde as relações de compadrio e amizades eram as máximas de um Estado em que os chefes políticos tratavam a coisa pública como uma extensão de sua casa. José Carlos Reis analisando a obra “Raízes do Brasil” de Sergio Buarque de Holanda²⁴⁶ interpretou esta apoderação do Estado pelos chefes políticos, caracterizando o por uma feição impessoal, familiar, levando à inoperância, à lentidão administrativa. Destacando as influências portuguesas neste contexto assim, definiu José Carlos Reis o “Estado *neoportuguês*” que dá as bases para o que vem a ser o “Estado cartorial”

“No estado patrimonial neoportuguês a gestão pública é assunto de interesse privado das famílias. Os funcionários desse Estado exercem as suas funções pessoalmente: perseguem, promovem, premiam, bloqueiam. O recrutamento dos servidores depende da confiança pessoal ou sabe-se lá de que outro elemento afetivo, e não da competência e eficiência. Falta ao Estado brasileiro *neoportuguês* a organização impessoal e burocrática. A burocracia estatal não é organizada racionalmente, para se obter maior agilidade e eficiência, mas com uma lógica familiar, para acolher e proteger familiares, amigos e clientes. Ao invés de servir à agilidade e eficiência, a burocracia, por seu gigantismo e despreparo técnico, serve a lentidão, à inoperatividade administrativa. (REIS: 2007, p. 133)

Ainda neste sentido, segundo o cientista político Hélio Jaguaribe:

²⁴⁶ HOLANDA; Sergio Buarque. “Raízes do Brasil: Editora Saraiva, Rio de Janeiro, 1997.

“Caracteriza-se o Estado cartorial por ser o instrumento de manutenção de uma estrutura econômica-social fundada numa economia primária de exportação e nos privilégios de classe a ela correlatos. Sua nota distintiva reside no fato de que o Serviço Público, em lugar de consistir no atendimento das necessidades coletivas é um mecanismo de manipulação das clientelas eleitorais, destinado a perpetuar os privilégios da classe dominante, proporcionando sem a contrapartida de prestação de serviços efetivos e socialmente necessários, empregos e favores à clientela dos grupos dirigentes” (JAGUARIBE, 1958, p.41)

A necessidade de substituir este modelo administrativo arcaico fez parte da plataforma de governo da Aliança Liberal, na campanha eleitoral de 1930 através do “problema do funcionalismo”. Dizia Getúlio Vargas ao iniciar sua campanha no Rio de Janeiro, discursando na Esplanada do Castelo:

“O problema do funcionalismo, no Brasil, só terá solução quando se proceder à redução dos quadros excessivos, o que será fácil, deixando-se de preencher os cargos iniciais, à medida que vagarem. Providência indispensável também é a não decretação de novos postos burocráticos, durante algum tempo, ainda mesmo que o crescimento natural dos serviços públicos exija a instituição de outros departamentos, nos quais poderão ser aproveitados os empregados em excesso nas repartições atuais. Com a economia resultante, quer dos cortes automáticos, que a ninguém prejudicarão, quer da impossibilidade de criação de cargos novos, poderá o Governo ir melhorando, paulatinamente, a remuneração dos seus servidores, sem sacrifícios para o erário. Majorando-lhes, desse modo, os vencimentos e cercando-os de garantias de estabilidade e de justiça nas promoções e na aplicação dos dispositivos regulamentares, terá o país o direito de exigir maior rendimento das atividades e aptidões dos respectivos funcionários, que então, sim, não deixarão de se consagrar exclusivamente ao serviço público, desaparecida a necessidade de exercer outro misteres, fora as horas de expediente, como agora, não raro, acontece por força das dificuldades que lutam”. (VARGAS:

O que se pode deduzir deste discurso feito por Vargas, ainda antes de assumir o governo provisório em novembro de 1930? Que a situação do funcionalismo público, em particular do civil, continha inúmeras deficiências: excesso de cargos, má distribuição das funções, excesso de pessoal, funcionários mal qualificados e mal pagos, etc. Corroborando com este entendimento, Simões Lopes²⁴⁷, que em 1930 era oficial de gabinete do Ministro

²⁴⁷ Luís Simões Lopes nasceu em Pelotas (RS), em 1903. Engenheiro agrônomo, em 1921 ingressou na Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós, em Piracicaba (SP), transferindo-se dois anos depois para a Escola Mineira de Agricultura e Veterinária de Belo Horizonte, concluindo seu curso em 1924. Em 1929, quando apoiava a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, Luís Simões Lopes e seu pai envolveram-se numa luta corporal com o deputado situacionista Manuel Francisco de Souza Filho, que acabou assassinado por tiros desferidos por Ildefonso. Ambos foram então presos, sendo absolvidos em agosto de 1930, quando a Justiça acatou a tese de legítima defesa. Em novembro daquele ano, após a vitória do movimento revolucionário que levou Vargas ao poder, foi nomeado oficial-de-gabinete da Secretaria da Presidência da República, cargo que

Miguel Calmon, deu um depoimento sobre a administração pública naqueles anos de 1930 e da premente necessidade de uma reforma na administração pública brasileira:

“Como chefe de gabinete do ministro Miguel Calmon, tomei contato mais de perto com os grandes problemas que assaltavam a administração pública brasileira, com suas mazelas e deficiências. Surpreendeu-me o grau de desonestidade que havia em vários setores, inclusive no famoso Tribunal de Contas da União. Os funcionários pagavam para que sua folha de pagamento mensal fosse processada e paga. A situação da administração pública brasileira era, então, das mais lamentáveis, pois fora submetida durante largos anos a um regime eminentemente político, em que a escolha para os cargos públicos se fazia sob pressão dos políticos que apoiavam o governo e, regionalmente, dos cabos eleitorais. Era o triste sistema do pistolão, que os americanos batizaram de *spoil system*. A administração tinha alcançado um nível tão baixo de eficiência, de credibilidade, de honorabilidade, de capacidade de responder às necessidades crescentes do povo brasileiro, que se fazia necessário uma reforma profunda. Claro que não negamos que houvesse no serviço público pessoas da mais alta idoneidade, dedicadas, patriotas. Havia. Na realidade eram essas poucas pessoas que suportavam a frágil máquina estatal em seus ombros. Era verdadeiramente alarmante o que se via a medida que se penetrava cada vez mais no âmago daquele caos que era a administração pública federal, estadual e municipal”. (SILVA, Apud LOPES: 2006; p. 88)

Entretanto, durante os anos do governo provisório de Vargas (1930-1934), nenhuma medida de impacto foi tomada. Estes anos ficaram marcados por reformas, desdobramentos e criação de ministérios na esfera administrativa federal. Com o advento da centralização administrativa, tentou o governo dar uma nova feição e organicidade à administração federal, reorganizando os sete ministérios existentes, e criando outros três até 1934:²⁴⁸:

ocuparia até março de 1937. A partir de 1935, passou a colaborar ativamente na reforma administrativa empreendida pelo governo federal, que culminou na criação, em 1938, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Foi então nomeado presidente do novo órgão, implementando uma política de racionalização e integração do serviço público, bem como de qualificação do funcionalismo. Em dezembro de 1944, assumiu a presidência da recém-criada Fundação Getúlio Vargas (FGV), órgão cujo objetivo principal era promover a formação de pessoal qualificado para a administração pública e privada. Em 1945, com a queda de Vargas, deixou a presidência do DASP. Entre 1951 e 1952, durante o segundo governo Vargas, dirigiu a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM). Durante sua vida foi também diretor de inúmeras empresas privadas. Morreu no Rio de Janeiro, em 1994. Fonte Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001)

²⁴⁸ Eram estes os ministérios: da Agricultura, Indústria e Comércio; da Fazenda; da Guerra; da Justiça e Negócios Interiores; da Marinha; das Relações Exteriores; da Viação e Obras Públicas. Logo após a instituição do governo provisório, ainda no mês de novembro de 1930: Da educação e saúde pública e ministério da indústria e comércio. Por fim, a criação do ministério do trabalho com suas autarquias previdenciárias a partir de 1934. Nota do autor.

A reforma do serviço civil brasileiro foi deflagrada pelo Presidente Getúlio Vargas, em 1935 (quando já estava no período constitucional de seu governo), com a criação da Comissão Mista Econômica e Financeira (que apesar do nome, não tratou de questões ligadas a economia e finanças, mas sim a questões concernentes a administração pública.) Isto deveu-se porque logo após o início dos trabalhos da Comissão, foi criada uma subcomissão que veio a ser conhecida como subcomissão Nabuco, (Uma homenagem a seu presidente, o embaixador Maurício Nabuco), filho de Joaquim Nabuco.

Na realidade, esta subcomissão tinha por objetivo estudar a possibilidade de um reajustamento nos quadros do serviço público civil. Tinha a seguinte composição: deputado Henrique Dodsworth, major Raulino de Faria, além de Maurício Nabuco. Após exaustivos trabalhos, esta subcomissão enviou extenso relatório que foi apresentado à Comissão Econômica e Financeira, com um estudo pormenorizado dos quadros do serviço público civil, e em anexo um projeto de lei que oferecia maior organicidade aos quadros do poder executivo, criando um sistema de carreiras no serviço público federal e disciplinando os seus diferentes níveis e quadros²⁴⁹.

Este relatório não foi aceito, sendo constituída uma nova subcomissão (denominada de José Bernadino) que foi responsável pela revisão dos estudos emitidos pela Comissão Nabuco. Esta comissão, sob a presidência de Simões Lopes, ficou conhecida como “do reajustamento” e teve o aval do Presidente Vargas para seguir com os trabalhos e orientações. Depois de intensos debates, e com o aval do governo, o relatório que prevaleceu foi o da comissão José Bernadino, que ocasionou o envio de um projeto de lei ao Congresso Nacional que ficou conhecido como “lei do reajustamento”. O arquivamento, e posterior incineração do relatório da comissão Nabuco, recebeu duras críticas de seu presidente²⁵⁰:

“Sem dar explicações a ninguém, desprezando a comissão a que presidia, o ministro da Fazenda mandou destruir toda a edição de nosso relatório, constante de dois grandes volumes *in folio*, dos quais haviam sido tirados dois mil exemplares. Escaparam uns poucos, hoje em dia muito procurados pelas bibliotecas universitárias americanas”.

O embaixador Roberto Campos, contemporâneo de Maurício Nabuco, no Ministério das Relações Exteriores, tem uma versão sobre o arquivamento da proposta da subcomissão Nabuco:

²⁴⁹ Comissão Mista da Reforma Econômico-financeira, Relatório da subcomissão encarregada do reajustamento dos quadros do serviço público civil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1935, p.05.

²⁵⁰ Ibidem, p.587.

(...) Revelava grande interesse na modernização do serviço público e foi autor de um famoso relatório, o da Comissão Mista de Reforma Econômico Financeira, criada por Vargas, sob a direção do então ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa. O documento, de que já haviam sido impressos dois mil exemplares, foi vetado e destruído, pois implicaria aumento de despesas, excitando o ânimo da gastança federal. (CAMPOS: 1994; p.32)

A Lei do Reajustamento²⁵¹ foi uma revolução no serviço público civil brasileiro. Além da criação e organização dos quadros dos servidores civis da União, lotados nos ministério, departamentos e autarquias federais, instituiu uma série de princípios indispensáveis a uma administração pública moderna e eficiente. A chamada ascensão funcional, pelo critério de antiguidade e merecimento, e a instituição do concurso público, foram medidas instituídas nesta lei. Do ponto de vista financeiro, a unificação de cargos, a extinção de carreiras, representaram uma economia significativa aos cofres da União.

O presidente da comissão, Simões Lopes, assim se manifestou sobre a importância da aprovação desta lei, que segundo ele detinha os princípios básicos para uma pública eficiente:

“Foi uma verdadeira revolução branca no serviço público, de que poucos se aperceberam, pela maneira sutil com que foi apresentada. Na realidade, os deputados que votaram não compreenderam a filosofia nem as consequências daquela lei, que extirpava o pistolão, a grande arma dos políticos. A Lei nº 284, além de dar organicidade ao sistema de pessoal, trazia em seu bojo uma serie de princípios indispensáveis a uma administração moderna, não casuística, regida por normas gerais, honestas e rígidas que orientavam dali para frente o serviço civil brasileiro. Era um sistema monolítico, feito com absoluta lisura, que dispensava tratamento equânime a todos. (Ibidem, p.91)

Ainda sobre a promulgação desta lei:

“A lei do reajustamento, como ficou sendo denominada, estabeleceu o principio geral da formação de carreiras para os funcionários civis federais. Caracterizada pela profissão ou especialização de função, a carreira definiu a situação dos servidores públicos diante das exigências novas do Estado. Colocou-os dentro da regra geral e fundamental da organização racional do trabalho” (SCHWARTZMAN: 1982, p.53).

Um dos pontos mais controversos desta Lei foi à introdução do concurso público para ingresso nos quadros do serviço público federal. O concurso público, sem dúvida alguma foi um marco divisório na administração brasileira, pois retirou das mãos destes chefes

²⁵¹ Lei do Reajustamento. Lei nº 284, de 28 de outubro de 1936. Dispõe sobre o plano de classificação de cargos por ela instituído.

políticos o poder que o mesmo tinha de nomear, e conseqüentemente controlar a administração pública, que da forma como existia, estava atendendo a anseios particulares em detrimento do bem comum. Uma definição bastante clara acerca deste sistema do “pistolão” foi assim definida por Belmiro Siqueira²⁵²:

“Em Administração de Pessoal, quando predomina para efeitos de ingresso nos cargos ou carreiras bem como para promoção ou mesmo colocação nos postos de chefia –o prestígio de políticos, de parentes ou de amigos, resulta o que se chama “ sistema do pistolão” “ sistema do empenho”, sistema do favor, filhotismo, nepotismo ou favoritismo. *Per contra* , quando nomeações, admissões, promoções ou escolha recaem em indivíduos capazes, de competência reconhecida, publicamente avaliada ou sabida por todos, tem-se o “sistema do mérito”, o “ regime do concurso” ou o regime do valor pessoal”.

Foi criado, ainda, um órgão federal (o Conselho Federal do Serviço Público Civil-CFSPC) para normatizar, unificar e realizar os concursos públicos a partir de então.

Entretanto, como todas as normas, a Lei n ° 284 traziam sérias lacunas. Tais “brechas” poderiam ser usadas para distorcer o sentido da Lei, que era de atingir um grau de eficiência, impessoalidade e lisura no serviço público civil da União. Um das brechas estava na possibilidade da contratação de uma modalidade de funcionário denominado de “extranumerário”. Essa categoria subdividia-se em contratados, mensalistas, diaristas e tarefeiros²⁵³.

A questão que se impõe nesta discussão, é que a lei do “reajustamento” definiu que a categoria do “extranumerário” servia tão somente para tarefas provisórias, devendo o governo contratá-los para desempenhar por um curto espaço de tempo²⁵⁴. Ocorre que tal dispositivo era desrespeitado, tendo o governo em vários momentos, renovado os contratos e incorporando estes servidores ao serviço público na categoria de funcionários.²⁵⁵ Na

²⁵² In Revista do Serviço Público: Textos Históricos. 1949, de autoria de Belmiro Siqueira. Disponível em <http://www.cra-rj.org.br/site/leitura/DASP/belmiro/04/>. Acesso em 24/08/2013.

²⁵³ Art.19. Os serviços públicos civis serão executados pelos funcionários cujos cargos constam das tabellas anexas a esta lei e por pessoal "extranumerário".

Paraphrased único. O pessoal extranumerário, classificado em contratado, mensalista, diarista e tarefeiro, será admitido na fórmula da legislação que vigorar, de acordo a natureza e necessidade dos serviços a serem executados e pelo prazo que for indispensável. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=284&tipo_norma=LEI&data=19361028&link=s. Acessado em 20/08/2013.

²⁵⁴ De acordo com Decreto n° 871, de 01 de junho de 1939, o prazo era de até um ano, para os que desempenhassem serviço de natureza transitória, assim como os que desempenhassem cargos técnicos que não pudessem ser incluídos no quadro no quadro do funcionalismo, ou ainda os que se incumbissem de serviços permanentes ou não, sem cargos criados em lei, que tivessem sido regularmente admitidos por portaria de ministro ou por diretores e chefe de serviço mediante autorização escrita do titular da respectiva pasta art. 1º.

²⁵⁵ Decreto n° 871, de 01 de junho de 1936.

realidade, tal “benefício” servia tão somente para regularizar uma situação que do ponto de vista prático já existia: o extranumerário basicamente tinha os mesmos direitos e garantias do servidor público concursado, ou com estabilidade no serviço público da União²⁵⁶. Esta “brecha” demonstrou que o governo Vargas tinha que de certa forma negociar com as elites, pois a contratação deste tipo de funcionário, servia quase sempre para acomodar interesses de políticos, correligionários, que utilizavam o emprego como “moeda de troca” para garantir seus “currais eleitorais” e conseguir colocar “pessoas de confiança” a fim de garantir recursos, obras, e todo tipo de favores aos apadrinhados políticos²⁵⁷. Na realidade, o governo Vargas conseguiu conciliar a racionalização e uniformização dos procedimentos, com o clientelismo político. O próprio Presidente da então comissão de “reajustamento” e futuro presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, Simões Lopes, cedeu às pressões dos amigos e correligionários do governo, tendo que atender ao “clientelismo eleitoral”. Neste sentido, vale a pena citar-se também o caso de Luiz Vicente Belfort de Ouro Preto, que agradeceu ao próprio Presidente do DASP a concessão de um emprego ao seu sobrinho. Diz ele:

“Agradeço, cordialmente, o assentimento que deu à nomeação de meu sobrinho, Luiz Vicente de Ouro Preto Pinheiro, para o quadro do DASP, que exatamente por ter sido feita, sem qualquer pedido meu ao senhor, assume uma particular e grata significação pela espontaneidade de que se revestiu sua deliberação”²⁵⁸.

²⁵⁶ A discussão acerca do “pessoal contratado” ou “extranumerário” remonta ainda a fase de discussão do projeto de Lei do “reajustamento”, quando o governo se deparou com uma imensa quantidade de servidores contratados sem concurso. As subcomissões (tanto a Nabuco, quanto a revisora José Bernadino) resolveram incluir nos novos quadros do funcionalismo público civil, esta modalidade de servidor, sem estabilidade. Ocorre que a Lei do “Reajustamento” só tratava da classificação de cargos dos funcionários estáveis. Ocorre que antes da promulgação da Lei do “Reajustamento” foram expedidos dois decretos referentes aos contratados. O primeiro, regulava o processo de admissão de contratados no serviço federal. O segundo, dispunha sobre a remuneração e classificação do pessoal contratado. Já durante o Estado Novo, foi criada através do Decreto-Lei nº 1.909, de 26 de dezembro de 1939, uma espécie de “lei orgânica” do pessoal extranumerário que durante logo espaço de tempo—até 1960 teve plena eficácia, até que em 1960, foi promulgada a Lei nº 3.780, aprovando novo plano de classificação para a administração brasileira. Com o decorrer do tempo, entretanto foram esmaecendo, porém, as diferenças efetivamente existentes entre funcionários e extranumerários, exetando-se a questão da remuneração e estabilidade, principalmente em relação ao extranumerário-mensalista. Estas diferenças, entretanto foram de certa forma suprimidas, pois de acordo com o ato das disposições transitórias da Constituição de 1946, veio a conceder estabilidade ao extranumerário que contasse cinco anos ou mais de serviço, permanecendo a diferença de remuneração entre funcionários e extranumerários até 1960, quando os extranumerários (diaristas, mensalistas, tarefeiros, pessoal contratado para obras, etc) foram enquadrados, pela Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, como funcionários no novo plano de classificação de cargos. (WAHRLICH, Op.Citada,p.149/150)

²⁵⁷ Segundo relatório do próprio DASP, em 1939 havia 113.767 servidores federais, dos quais 57.025 funcionários e 56.742 extranumerários (DASP. Relatório de 1939. Op. Cit.p.17 e 64.

²⁵⁸ CPDOC/FGV. Arquivo Luiz Simões Lopes. 1935.08.14. apu doc. XI 22.

Neste contexto, temos a atuação do Conselho Federal do Serviço Público (CFSPC), que além da realização dos concursos públicos para ingresso no setor público, teria duas funções: A primeira, uma função indicativa, interpretando e criando jurisprudências acerca da lei nº 284, decorrente do exame de inúmeras reclamações, reivindicações e dúvidas suscitadas, na sua maioria, pelo enquadramento dos funcionários nas tabelas anexas à referida lei. Tal mister, prejudicou a outra atribuição do conselho, que seria de organização, inclusive da seleção de pessoal. Resumindo, em seus dois anos de existência, o conselho teve uma função mais consultiva do que organizadora.

3.2.2- Criação e atuação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) a nível nacional e regional: Algumas considerações.

Com a mudança do sistema político vigente com a outorga da Constituição de 1937, foi criado em 1938 um novo órgão responsável pela reorganização da máquina administrativa brasileira. A criação deste órgão estava expressa na carta política de 1937, em seu art. 67. A justificativa para a criação deste órgão pode assim ser definida na própria exposição de motivos feita pelo Presidente Vargas:

“ Os inconvenientes das Assembleias exclusivamente políticas, o Poder Legislativo”, que teriam se mostrado inoperantes no regime da Constituição de 1934; e a elaboração do orçamento do Estado, que “ nunca se utilizou nos prazos regimentais, com os cuidados que era de exigir” Além do que, os representantes da nação agravavam sempre o montante das despesas, muitas vezes em benefício de iniciativas ou de interesses que nada tinham a ver com o interesse público²⁵⁹”

O DASP deveria ser então um departamento de caráter legislativo e orçamentário, com as seguintes atribuições²⁶⁰:

- a) Estudar os departamentos, repartições e estabelecimentos públicos, com o fim de determinar, sob o ponto de vista da economia e eficiência, as modificações a serem feitas na administração pública;
- b) Organizar anualmente, sob orientação do Presidente da República, o orçamento da União;
- c) Fiscalizar a execução orçamentaria, por delegação do Presidente da República.

²⁵⁹ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p.1827.

²⁶⁰ Constituição de 1937, art. 67.

Entretanto, sua efetiva criação, entretanto deu-se um ano após a outorga da constituição de 1937, quando em meados de 1938, através de decreto presidencial²⁶¹, o governo cria o DASP, mantendo a sua concepção inicial, embora acrescida de novas atribuições, como as que seguem:

- d) Selecionar os candidatos aos cargos públicos federais;
- e) Promover a readaptação e aperfeiçoamento dos funcionários civis da União;
- f) Padronizar o material para uso no serviço público;
- g) Auxiliar o Presidente da República no exame de projetos de lei submetidos à sanção;
- h) Inspeccionar os serviços públicos;
- i) Apresentar relatório anual ao Presidente dos trabalhos realizados ou em andamento.

Pode-se dizer, portanto, que a atuação dos DASP se daria nas áreas de administração de pessoal, administração de material, assessoramento ao Presidente da República e controle dos órgãos públicos. Desse modo, segundo Vamireh Chacon²⁶², o DASP extrapolou suas funções de organização técnica para constituir-se em uma espécie de superministério. Uma das atribuições, que oferecia um enorme poder ao DASP, e conseqüentemente aos seus dirigentes, foi a gradativa transferência da organização do orçamento geral da União a este órgão. Naturalmente houve uma enorme resistência por parte do Ministério da Fazenda, sendo a inclusão do orçamento ao DASP feita de forma lenta. Diante da resistência, o Presidente Vargas, tentou contemporizar, oferecendo uma saída intermediária, oferecendo ao Presidente do DASP, Simões Lopes, a presidência da Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda.

Quanto à sua organização interna, o DASP seria constituído de quatro divisões²⁶³:

- a) Divisão de Organização e Coordenação (DC);
- b) Divisão do Funcionário Público (DF);
- c) Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento (DS);
- d) Divisão de Material (DM).

²⁶¹ Decreto-lei nº 579, de 30 de julho de 1938.

²⁶² CHACON: 1977; p. 81.

²⁶³ Decreto-lei nº 579, art. 3º. Segundo o Dicionário Histórico Brasileiro haveria ainda uma quinta divisão- do Extranumerário, que deveria ser criada separadamente da Divisão do Funcionário Público o que acabou não se efetivando.

Além destas, previa-se a criação de uma comissão de orçamento²⁶⁴, que só conseguiu ser efetivada em meados de 1945, em face da resistência do Ministério da Fazenda a tal medida.

Deve-se destacar, ainda, a criação da comissão de eficiência²⁶⁵, administrativamente subordinada ao Ministro e tecnicamente ao DASP. Em síntese, devemos observar dada a abrangência de suas atribuições que o DASP era um órgão central na estrutura do Estado Novo, assim como os interventores, para o fortalecimento da centralização e nacionalização do poder.

Tentou o DASP instituir medidas como a instituição de concurso público para seleção de funcionários públicos; a implantação de um estatuto do funcionalismo civil; a padronização de materiais de expediente; a definição de critérios técnicos para a elaboração do orçamento, etc. Ainda tinha o DASP, ainda que o discurso do governo não admitisse, um caráter político, devido às suas funções legislativas e de consultoria ao Presidente da República. A elaboração do orçamento, com todas as suas prerrogativas, finalizava esse caráter político. A esse respeito, Vieira da Cunha opina que:

“Sem ser por natureza um órgão peculiar às ditaduras, desempenhou papel relevante no jogo político do ditador. Era chamado a opinar sobre os mais diversos assuntos e o ditador, assim, conseguia fazer pesar nas decisões que mais lhe interessassem o prestígio de um órgão técnico. (CUNHA: 1963; p.92)

Entretanto, a efetivação das mudanças preconizadas pelo DASP esbarraria na própria concepção e estruturação deste departamento, que ao longo de sua atuação durante o período Vargas, não conseguiu solucionar os problemas para o qual foi criado, tentando uma divisão entre a administração e o quadro social brasileiro, que na realidade não se efetuou. Neste sentido, temos a explicação de Vieira da Cunha:

“Reuniu o DASP, um grupo mais esclarecidos, senão o primeiro e, naquela época o único, em problemas de administração. Todavia, forçou a formação e o emprego desse corpo técnico de maneira muito formal, por vezes dogmático. Seu defeito maior foi ter procurado criar um divorcio, inocente ou não, entre a administração e o quadro social e econômico a que devia servir. Com isso, de ordinário, buscou as suas soluções em esquemas abstratos, sedicentemente repetidos. Tendeu a um dogmatismo matizado de esoterismo, que lhe facilitava a imposição das suas decisões. E da implantação das suas soluções resultou para a administração uma disciplina

²⁶⁴ Decreto-lei nº 579, art. 3º, § único.

²⁶⁵ Decreto-lei nº 579, art. 15 ao 19.

artificialmente sobreposta às reais condições de trabalho e a uma honesta e verdadeira colimação dos objetivos visados pelos organismos públicos. Conquanto tudo se realizasse com o propósito da melhoria técnica e da maior eficiência da administração, na verdade, o DASP incapaz de resistir às exigências do Ditador, quanto à sua colaboração no jogo das forças políticas informais, não pode imprimir à administração pública brasileira senão falsas medidas de eficiência e não impediu o exagerado crescimento de um corpo burocrático céptico, mal disciplinado e mal pago” (Ibidem; p. 92/93)

Diante da uniformização e universalismo dos procedimentos, teve o DASP a iniciativa de realizar concursos públicos para a contratação de servidores qualificados para atender a demanda de uma máquina administrativa que não parava de crescer. Neste sentido, o DASP realizou uma serie de concursos²⁶⁶ sendo a procura pelos concursos apesar de significativa, não ter conseguido atender a demanda de forma existente no período de 1938 a 1945²⁶⁷.

Diante deste quadro, um dos pontos em que o DASP não conseguia avançar era na qualidade e no mérito ao qual em tese, os funcionários deveriam apresentar para o ingresso nos quadros do funcionalismo através de provas e títulos. Apesar de instituído por lei, a execução desta uniformização pelo DASP encontrou inúmeros óbices (falta de pessoal qualificado, centralização para execução das provas, etc.). Além do mais, a questão política, o apadrinhamento, o favoritismo no serviço público, ainda prevalecia, e apesar da continuação e do incremento dos concursos públicos, a questão do extranumerário se impunha como a modalidade de contratação predominante durante os primeiros anos do governo Vargas²⁶⁸.

Neste contexto, (baixa qualificação dos funcionários que ingressavam e que já estavam no serviço público) O DASP procurou dinamizar a qualificação destes servidores, criando uma Comissão de Eficiência em cada ministério, sendo seus membros subordinados

²⁶⁶ Um dos concursos em que se exigia uma certa qualidade técnica, (apesar da não exigência de nenhum tipo de escolaridade) mas que nas provas, submeteu os candidatos a provas específicas de administração, foram os que selecionaram técnicos em administração , criados a época da instalação do DASP em 1938. O primeiro desses concursos, foi realizado em 1940, ultimando-se em 1941; o segundo iniciado em 1941, foi concluído no ano seguinte, e o terceiro em 1942 e 1943 respectivamente. No primeiro houve 199 inscritos e aprovados 14; no segundo 132 e foram aprovados 21; e no terceiro 362 e aprovados 08. Havia a época, 150 cargos disponíveis, sendo reduzido para 100, após o segundo concurso. WAHRLICH: Op.Citada, 455/457.

²⁶⁷ Movimento de inscrições: 1938: 5.748 candidatos; 1939: 4.237; 1940: 17.364; 1941: 29.906; 1942: 20.540; 1943 40.468; 1944: 48.884; 1945: 31.583 candidatos. Dados obtidos In: revista do serviço público –julho e agosto de 1948 disponível em: <http://www.cra-rj.org.br/site/leitura/DASP/belmiro/12/>. Acessado em 24 de agosto de 2013.

²⁶⁸ Em 31 de dezembro de 1941 o número era de 91.939, assim distribuídos. Funcionários públicos 55.988; mensalistas 35.378; contratados; 573. A categoria de diaristas e tarefeiros (a pessoa percebia a remuneração por diárias, e por tarefas realizadas respectivamente, não foi incluída nesta lista, pois a própria administração federal não tinha um numero exato, visto a instabilidade da função. Entretanto as despesas com este pessoal estava assim discriminada: 126.718: 704\$3 para os diaristas, e 10.432:966\$0 para os tarefeiros. Como o salário do primeiro correspondia a 300\$0 reis e do segundo 200\$0 reis, temos o valor aproximado de um total de 35.100 diaristas e 4.357 tarefeiros. DASP, relatório de 1941, Op.Citada. p.175/176.

tecnicamente ao DASP²⁶⁹. Neste sentido, a partir de 1940, o Departamento passou a organizar cursos de administração destinados a promover o aperfeiçoamento e capacitação dos servidores do Estado.

Porem, mais uma vez, a ambiguidade dessa racionalização nos procedimentos e na administração pública se acentuava com a exclusão do extranumerário na realização de cursos de aperfeiçoamento oferecidos pelo DASP. Por se configurar como a maior parcela de contratados, tal exclusão deve-se, entre outros motivos, pela não caracterização da lei deste tipo de servidor na categoria de funcionário. Do ponto de vista prático, essa exclusão demonstrava as contradições do sistema, em que predominava na teoria o discurso oficial da eficiência e racionalização da máquina administrativa, e que na prática excluía da qualificação o servidor extranumerário. Como poderia o governo exigir maior capacidade técnica (e consequentemente maior eficiência deste servidor) se o próprio governo o excluía dos cursos de capacitação? Essa situação, dentre outras, demonstrou neste contexto a total discrepância desta modalidade de servidor nos quadros do funcionalismo público civil da União. Neste sentido Vieira da Cunha demonstrou que²⁷⁰:

“ No setor de pessoal, a falsa separação entre funcionário e extranumerários tornava-se cada vez mais insustentável: os funcionários, já em menor número, devendo ser selecionados por concurso e participar de um sistema de promoções que procurava basear-se no merecimento, e os extranumerários, indicados por favoritismos políticos ou pessoais, mantidos fora do sistema de mérito. A incapacidade de restringir o afluxo crescente de servidores e, mais do que isso, de disciplinar a burocracia, mantém o mesmo clima de ineficiência e ceticismo nos serviços públicos” .

Nesse sentido, a realização do concurso público, da universalização dos procedimentos e do aperfeiçoamento dos servidores, só atingia uma pequena parcela do pessoal que realizava serviços na administração federal. Essa situação demonstrou claramente que tentou o governo conciliar seus interesses políticos, cedendo à lógica do clientelismo, não se preocupando com o aperfeiçoamento deste tipo de contratado, que atendia meramente a critérios políticos, indo de encontro aos princípios da racionalidade e da eficiência.

Outro ponto que contou com forte contribuição do DASP foi a elaboração e posterior decretação por parte do governo do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. Tanto a Constituição de 1934, como a carta política de 1937 afirmavam em seu texto a necessidade

²⁶⁹ Decreto-lei nº 579, art.º 15.

²⁷⁰ VIEIRA DA CUNHA. Op.Citada, p. 100/101

de criação de um “Estatuto dos Funcionários Públicos”²⁷¹. Após vários estudos, foi elaborado por parte do DASP, em 08 de dezembro de 1938 um anteprojeto, que foi publicado no Diário Oficial para receber sugestões. Fator bastante controverso é que uma lei de tamanha importância, não tenha tido quase ou nenhuma participação da sociedade, e das possíveis organizações que representavam os interesses dos funcionários públicos. Tais reformas, como afirmado no tópico anterior referente aos mecanismos de centralização, reflete mais uma contradição do sistema político vigente: a discussão de um projeto de lei de mais alta relevância, sem a efetiva participação da sociedade, sendo as decisões tomadas por um grupo de funcionários, ligados diretamente ao Presidente Vargas. A forma como este processo foi conduzido teve repercussão negativa de alguns órgãos de imprensa, que apesar da censura imposta pelo governo, ainda tinham condições de se manifestar. A respeito do tema, o Jornal “Correio do Povo” do Rio Grande do Sul, teceu duras críticas a este projeto, afirmando que²⁷²:

“ O ante-projeto do estatuto nasceu torto. Embora reconhecêssemos, como reconhecemos, a necessidade inadiável daquela lei orgânica, a fim de dar um ritmo seguro aos negócios da burocracia brasileira, não poderíamos, como órgão representativo das aspirações populares, aplaudir o produto de esforços e locubrações do DASP. Não contestamos a boa intenção do órgão administrativo presidido pelo Sr. Luís Simões Lopes. A verdade, porém, é que o famoso ante-projeto não estava em condições de merecer a sanção do Sr. Getúlio Vargas. (...) Não se pode impor disciplina e deveres a um conjunto de homens sem que assegurem os seus direitos legítimos e sagrados. Ora, o ante-projeto definiu com clareza os deveres do funcionalismo. Mas, na outra parte, não somente extinguiu as vantagens e as garantias tradicionais como restringiu outras e não criou nenhuma (...) Foi declarado que o estatuto será, em breve, decretado. Isso, aliás o Presidente do DASP esta farto de dizer. Ninguém conhece entretanto, as alterações que foram feitas ao projeto primitivo. Quais os direitos restaurados? Quais as vantagens readmitidas? O funcionalismo ignora o que lhe querem dar e o que lhe querem tirar”

Apesar das críticas, o DASP ofereceu a redação definitiva, resultando a decretação em 28 de outubro de 1939, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis²⁷³. O DASP, quando da publicação da citada lei, assim se pronunciou acerca da importância de tal regulamento²⁷⁴:

“ (...) Moldado nas diretrizes do Estado Novo, adotou pontos de vista claros e precisos, inspirando-se no princípio de que, preferentemente à conveniência do funcionário, deve ser atendida a necessidade de dar satisfação eficaz e continua de serviços, que o Estado executa no exercício

²⁷¹ Art. 170 da Constituição Federal de 1934 e Art. 156 da Constituição de 1937.

²⁷² Jornal Correio do Povo, 13 de outubro de 1939, p.3.

²⁷³ Decreto-lei nº 1.713 de 28 de outubro de 1939.

²⁷⁴ Ibidem.

de suas normais atribuições, procurando, destarte, integrar o elemento humano do serviço civil no sistema a que deve, hoje, obedecer à administração pública”.

A implementação das medidas disciplinadas por este Estatuto ficou a cargo do DASP, que teve que logo no início de criar um novo regulamento para disciplinar a categoria do extranumerário. Por não ser considerado funcionário, não poderia seguir os ditames do que preconizava o Decreto-lei nº 1.713 de 28 de outubro de 1939. A necessidade de um regulamento para disciplinar esta categoria de servidor que crescia vertiginosamente ao longo do Estado Novo em número de servidores e em importância, foi objeto de estudos que originou uma legislação paralela ao Estatuto, concedendo inúmeros benefícios ao servidor extranumerário²⁷⁵. Ao final do Estado Novo, poucas eram as diferenças entre esta categoria de servidor e os funcionários²⁷⁶.

Ainda sobre a implementação dos dispositivos deste Estatuto, e dada às várias lacunas desta lei, teve o DASP durante o Estado Novo, intensa atividade legislativa nos temas da administração de pessoal. De 1939 a 1945, nada menos de 99 decretos-leis e 37 decretos executivos foram expedidos nesse período, disciplinando matérias acerca dos funcionários e extranumerários²⁷⁷.

Uma das preocupações do DASP, era que tais reformas, além de serem implementadas em âmbito federal, tivessem sua implantação nas diversas unidades da federação. A atuação do DASP não se resumia ao plano nacional. Uma de suas atribuições era de prestar assessoramento e auxílio aos governos para a implantação das medidas que estavam sendo feitas paulatinamente a nível federal. O Estado da Paraíba não estava fora deste contexto. Foi durante a Interventoria de Ruy Carneiro que a maioria das ações implementadas pelo DASP em nível nacional, foram aqui introduzidas. Obviamente, que estas ações devem ser relativizadas, pois se em nível nacional o DASP encontrou enorme dificuldade em empreender suas ações em um Estado com graves dificuldades do ponto de vista econômico e social como era a Paraíba dos idos de 1940, as ações orientadas pelo DASP encontraram enorme resistência, até pela escassez de recursos em que se encontrava o Estado durante o período de 1940 a 1942²⁷⁸. Outro problema foi que por se tratar de uma padronização de

²⁷⁵ Um das muitas legislações que amparava o extranumerário foi o Decreto-lei nº 3.768 de 28 de outubro de 1941 que Dispõe sobre a aposentadoria do pessoal extranumerário da União e dá outras providências. Disponível em <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1941/3768.htm>. Acesso em 24 de agosto de 2013.

²⁷⁶ Conforme nota 67.

²⁷⁷ WAHRLICH, Op. Citada p. 559.

²⁷⁸ Conforme tópico da presente dissertação intitulado “situação econômica e financeira nos tempos de transição (1940 a 1942) .

procedimentos, o governo não poderia alterar as orientações empreendidas pelo DASP no sentido da concretização da reforma administrativa no Estado da Paraíba. Ou seja, tais reformas absorveram os pontos positivos e negativos dos procedimentos do DASP, tendo as reformas empreendidas pela administração Ruysta, seguindo o que determinava este órgão do governo federal.

E como se processaram tais reformas? O que de prático realizou o governo de Ruy Carneiro no sentido de uma maior racionalização da máquina administrativa? Se houve reformas, elas surtiram algum efeito prático?

Antes de iniciarmos a discussão das reformas empreendidas pela Interventoria de Ruy Carneiro, destacando-se a relacionada à administração de pessoal²⁷⁹. Mister comentar que tais reformas tiveram certo destaque durante o governo constitucional de Argemiro de Figueiredo (1935 a 1937). Foi em seu governo que em 1936 foi promulgada a Lei nº 127 que instituiu o Estatuto dos Funcionários Públicos²⁸⁰.

Entretanto, uma enorme lacuna ficou entre a promulgação deste Estatuto e as ações empreendidas pelo DASP, já na Interventoria de Ruy Carneiro²⁸¹. A iniciativa da padronização dos serviços públicos iniciou-se em outubro de 1940, quando o interventor Ruy Carneiro emitiu ofício ao DASP, requerendo pessoal técnico para implementar as reformas que estavam em pleno andamento no plano federal. Graças aos contatos que tinha na capital federal, e com dois paraibanos na diretoria do DASP (Paulo Lira e Rafael Xavier), encaminhou o Presidente do DASP, Luís Simões Lopes, dois técnicos que tiveram suas despesas custeadas pelo governo da Paraíba²⁸².

A missão do DASP aqui na Paraíba foi confiada ao diretor da divisão de organização e coordenação do órgão, Moacir Briggs. Após um mês de trabalho, com inspeções nas secretarias e análises de documentos a equipe liderada por Moacir Briggs encaminhou um relatório circunstanciado que ofereceu sugestões para um plano de trabalho que o governo da

²⁷⁹ As reformas empreendidas na administração Ruysta entre os anos de 1940 a 1945 centraram-se nestas duas vertentes: reorganização da estrutura administrativa do Estado, e reformas na legislação de pessoal. Outros itens ao qual o DASP disciplinou a sua realização, (padronização de matérias, de prédios públicos, aperfeiçoamento de pessoal, etc não tiveram grande repercussão no Estado da Paraíba.)

²⁸⁰ Lei nº 127. Publicado no diário oficial do Estado da Paraíba. Jornal “A União”, de 30 de dezembro de 1936. 2ª secção.

²⁸¹ Alguns decretos leis pontuais, a exemplo do que derogou disposições do Estatuto dos funcionários públicos do Estado e da outras providências. Decreto-lei nº 91 de 20 de setembro de 1940. Publicado no diário oficial de 22 de setembro de 1940.

²⁸² “A União”, 20 de outubro de 1940, número 224. A matéria tinha a seguinte ementa: “a padronização do funcionalismo estadual: A vinda de dois técnicos do DASP a esta capital”.

Paraíba deveria seguir no tocante a racionalização da máquina pública. As sugestões podem ser aqui resumidas da seguinte forma²⁸³:

- a) Lei de reajustamento dos quadros e vencimentos do funcionalismo estadual e de criação do Departamento do Serviço Público;
- b) Instalação do Departamento Administrativo do Serviço Público;
- c) Lei de estruturação do executivo estadual, coordenando as repartições;
- d) Lei dispondo sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado;
- e) Lei sobre o pessoal extranumerário;
- f) Regimento das repartições;
- g) Regulamento das promoções;
- h) Lei sistematizando a aquisição de materiais;
- i) Planejamento de concursos e execução dos mesmos;
- j) Organização de cursos de aperfeiçoamento.

O governo passou então a dar plena atenção a este plano de trabalho. O Secretário do Interior e Segurança Pública, Samuel Duarte, destacou a importância destas reformas administrativas na Paraíba²⁸⁴:

“(...) Getúlio Vargas não é só o vencedor de 1935, o homem que deteve a legião fanática da desordem vermelha. E o grande reformador da ordem civil, o vencedor da anarquia administrativa. (...) A Paraíba, pela visão do Interventor Ruy Carneiro, integrou-se nesse movimento de renovação e eficiência. (...) A reforma na Paraíba tinha que ser, antes de tudo, uma experiência. Em matéria dessa relevância, que joga com fatores tão variados, já foi um êxito surpreendente adaptar o que existia aos processos atuais, pois a construção surgiu do caos, da desordem, e se mantém instável. Sustentada pela mais severa obediência as normas da legislação que a estruturou, pela vontade heroica de fazê-la respeitar.”

Entretanto, a maneira como as reformas foram implementadas na Paraíba configurou-se da mesma forma que as empreendidas no plano nacional: sem debates, ou qualquer tipo de participação da sociedade e categorias existentes. O governo, entretanto, não se preocupou com tais consultas, e após dois meses passou a adequar o referido plano a

²⁸³ Relatório contendo plano de trabalho a ser realizado pelo governo da Paraíba, dirigido por Moacir Briggs ao Interventor Ruy Carneiro em 05 de novembro de 1940. Documento contendo duas páginas datilografadas, arquivadas no Arquivo Público do Estado da Paraíba, caixa 035.

²⁸⁴ Artigo do Secretário do Interior e Segurança Pública, Samuel Duarte intitulado “a reabilitação do servidor do Estado”. Publicado no Jornal “a União”, quarta-feira, 29 de outubro de 1941.p.03.

realidade da administração. Esse relatório com essas informações é de suma importância para se compreender as reformas administrativas empreendidas pelo governo. A administração Ruysta, conseguiu pelo menos por em prática grande parte das orientações expedidas pela comissão do DASP. Não conseguiu, entretanto, sistematizar o regulamento das promoções, o planejamento de concursos e aperfeiçoamento do pessoal, conforme veremos mais adiante.

Em dezembro de 1940, o gabinete da Interventoria enviou projeto de decreto-lei ao departamento administrativo no sentido de reorganização do quadro único do Estado, como também a criação do Departamento do Serviço Público, recebendo daquele órgão parecer de nº.620 que teve como relator o Dr. José Gomes da Silva que entre outros aspectos ressaltou em seu texto²⁸⁵:

“Esta reforma nos quadros da burocracia estadual impunha-se, imperiosamente, atendendo á situação confusa e tumultuaria em que se encontra o funcionalismo, ainda prêso a métodos rotineiros e antiquados que não se ajustam mais ao Estado moderno [...]. Para superintender e coordenar esta nova situação do funcionalismo público, fica criado, aqui no Estado, um departamento do serviço público (DSP), cuja regulamentação será expedida oportunamente”.

Finalmente, no dia 31 de dezembro de 1940, foi publicado no Diário Oficial o Decreto - lei nº. 140²⁸⁶, que reorganizou os quadros do funcionalismo público civil do Estado. O mais importante neste decreto-lei foi a classificação de cargos, com a adoção de princípios gerais de formação de carreiras e a constituição de um quadro único de servidores, constituindo no aperfeiçoamento das carreiras do Estado, estabelecendo a divisão entre os servidores extranumerários que eram admitidos no serviço público por contrato, os funcionários públicos, e os funcionários do poder judiciário. O poder legislativo não consta na tabela, por ter sido substituído desde 1937 pelo departamento administrativo ligado diretamente ao gabinete do Interventor. A tabela abaixo demonstra claramente a organização do quadro único dos servidores civis do Estado da Paraíba, instituído pelo Decreto-lei 140²⁸⁷.

²⁸⁵ Parecer emitido pelo conselheiro do departamento administrativo José Gomes da Silva constante na edição de “A União”, terça feira, 31 de dezembro de 1940, ANO XLVIII, p. 01.

²⁸⁶ Publicado no diário oficial do Estado em 31 de dezembro de 1940.

²⁸⁷ Relatório de Atividades do Governo da Paraíba (Interventor Ruy Carneiro) de 1942.

Gráfico 03 – Cadastro dos cargos e funções na administração estadual no período de 1942

Servidores do Governo Estadual	Pessoal extranumerário	Contratados Mensalistas em caráter provisório Diaristas	
	Funcionários públicos	Ocupantes de cargos de carreira	De provimento efetivo
		Ocupantes de cargos isolados	De provimento em comissão
	Serventuários da Justiça	Em função gratificada	
		Ocupantes de cargos no exercício de função	

Além da reorganização do quadro de servidores do Estado, o Decreto – lei nº. 140 instituiu importantes dispositivos no ordenamento jurídico paraibano, dentre os quais merece destaque o capítulo II intitulado “dos funcionários públicos”, que disciplinou “Para as nomeações em caráter efetivo, além dos requisitos ao que se refere o artigo anterior, é indispensável que o candidato tenha sido habilitado em concurso e satisfaça as demais exigências que forem estabelecidas²⁸⁸”.

Um ponto importante é a permanência da distinção entre funcionários e a categoria de extranumerários. Na Paraíba, esta modalidade de contratação também foi utilizada de forma majoritária, tendo estes servidores sido contratados para desempenhar as mais diversas funções no âmbito da máquina administrativa estadual. Interessante é que todas as nomeações passavam pelo crivo pessoal do interventor, através de ofício encaminhado pelo chefe do Departamento do Serviço Público.

Neste sentido, o governo da Paraíba em nada alterou a importância política do extranumerário, servindo suas contratações quase sempre para apadrinhar correligionários na esfera governamental. Para se ter uma noção desta situação, só no ano de 1943 foram nomeadas mais de 82 pessoas, em caráter interino, contra apenas 34 de caráter efetivo, conforme imagem abaixo²⁸⁹:

²⁸⁸ Art.10 Decreto-lei nº 140, de 30 de dezembro de 1940.

²⁸⁹ Relatório das atividades do governo da Paraíba. Serviços e realizações em 1943. Exposição apresentada ao Presidente Getúlio Vargas pelo Interventor Ruy Carneiro. Imprensa oficial-João Pessoa, 1944, p. 34.

MAPA DEMONSTRATIVO DOS ATOS EXPEDIDOS PELA INTERVENTORIA, REFERENTES A PESSOAL, NO ANO DE 1943																
VACANCIA	PROVIMENTO														RE- MO- ÇÕES	
	NOMEAÇÕES							OUTRAS MODALIDADES								
Aposentadorias	Demissões	Exonerações alínea a	Exonerações alínea b	Comissão	Caráter efetivo	Caráter interino	Promoções-antiguidade	Promoções-mercenário	Readmissões	Aproveitamentos	Reintegrações	Transferências a pedido	Transferência ex-offício	Permuta	Designação para função gratificada	
TOTAIS	29	29	58	25	9	34	82	135	144	5	3	1	1	1	1	92

Figura 09: Mapa demonstrativo dos atos expedidos pela interventoria, referentes à pessoal no ano de 1943.

Ainda neste diploma legal, ficou criado o Departamento do Serviço Público²⁹⁰, diretamente subordinado ao chefe do executivo estadual, que teve como diretor geral o Dr. Simeão Leal. As finalidades deste órgão seriam as seguintes²⁹¹:

- a) O estudo pormenorizado das repartições, do ponto de vista da economia e eficiência, bem como das modificações a serem introduzidas na padronização dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, processos de trabalho, relações de uns com outros e com o público;
- b) Estudar e rever o quadro de funcionários;
- c) Estudar e coordenar a proposta orçamentaria;
- d) Selecionar os candidatos a cargos públicos e estabelecer normas para a admissão do extranumerário;
- e) Promover a readaptação e o aperfeiçoamento dos funcionários;
- f) Fixar padrões e especificações do material destinado aos serviços públicos e estabelecer normas para melhor aproveitamento e guarda do mesmo;
- g) Efetuar a aquisição e distribuição do material, na forma da legislação que a respeito for expedida;
- h) Inspeccionar os serviços públicos;

²⁹⁰ Decreto-lei 140, 30 de dezembro de 1940, Art. 35.

²⁹¹ Decreto-lei 140; art.36.

- i) Estudar e rever os regulamentos relativamente à administração pública e os regimentos das repartições;
- j) Estudar as lotações das repartições, a serem fixadas por decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual;
- k) Centralizar o serviço de assentamentos dos funcionários e extranumerários, mantendo-os rigorosamente em dia;
- l) Propor as nomeações e promoções dos funcionários, na forma das leis e regulamentos.

Como se pode notar, o Departamento do Serviço Público tinha inúmeras atribuições, destacando-se a elaboração e execução do orçamento. Do ponto de vista político, este Departamento ligado diretamente ao gabinete da interventoria, possuía no contexto da centralização administrativa e na estrutura organizacional do Estado, enorme poder. O editorialista do Jornal “a União”, Gláucio Veiga demonstrou em seu artigo o que significou a instalação deste Departamento na Paraíba²⁹²:

“ O Departamento do Serviço Público não foi um acidente, dispensável, imposto á força na estrutura administrativa do Estado. Originou-se o DSP de fatores fortemente deterministas como sejam o familismo, a desorganização dos quadros das repartições, o método equivoco e contraproducente de promoções, fatores estes que obrigaram o governo a criar um ambiente de organização, seleção e aperfeiçoamento sintetizado no DSP. Dentro desse plano aprioristicamente, o DSP conseguiu modificar, tanto em superfície como em profundidade, o vasto e acidentado conglomerado que era a burocracia estadual, antes da gestão do interventor Ruy Carneiro”

Confrontando este artigo com as instruções que a missão do DASP encaminhou na Paraíba, podemos afirmar, que o governo, conseguiu a reorganização dos quadros do Estado, da estrutura administrativa, de várias secretarias, da previdência, do ensino público e a criação de uma notável legislação ao qual disciplinou o setor de pessoal no Estado²⁹³. Entretanto, do ponto de vista do aperfeiçoamento de pessoal, entre os anos de 1940 a 1945, não se preocupou o governo com tal medida, tendo feito iniciativas isoladas, sendo o curso para preparação de funcionários do Estado da Paraíba, realizado entre julho a dezembro de 1942, com a participação de funcionários e extranumerários, um dos pontos mais significativos na área de aperfeiçoamento durante a interventoria. A realização de concursos foi outra área a qual o

²⁹² In “ a União”, domingo, 14 de janeiro de 1945.

²⁹³ Um dos mais notáveis texto de lei foi o decreto-lei nº 202, de 28 de outubro de 1941. Publicado no diário oficial de terça feira, 28 de Outubro de 1941.

governo não avançou. Após exaustivas pesquisas, conseguimos identificar apenas dois concursos realizados, um para médico e o outro para agente fiscal do estado²⁹⁴.

Do ponto de vista prático, essas reformas atenderam aos anseios do governo, no sentido de que a organização e extinção de carreiras permitiram ao governo de Ruy Carneiro uma significativa economia com despesas com pessoal²⁹⁵. A criação do quadro único do Estado, e sua posterior reformulação, tomando por base dez anos (1932-1940) propiciou um aumento com despesa de pessoal em relação à receita a uma média de 13,71% por ano. Já de 1941 a 1942 foi de 0,75%, demonstrando um ritmo decrescente a partir de então. Vale salientar, que as despesas com pessoal civil A criação do quadro único do Estado, e sua posterior reformulação, o governo já no exercício de 1941, demonstrava um aumento de apenas 0,6% nas despesas com pessoal, resultados estes demonstrados pelo relatório da administração em 1942²⁹⁶.

Em síntese, o que de concreto ficou no tocante a estas reformas? Houve algum ganho político? Inicialmente deve-se observar que as reformas na Paraíba, atenderam a uma adequação que vinha acontecendo no plano nacional. O DASP vinha implantando as reformas administrativas em vários estados, sendo a Paraíba contemplada por iniciativa do interventor Ruy Carneiro. Outro ponto e que o controle do orçamento, e a racionalização da máquina pública, atendeu naquele contexto os anseios administrativos e políticos do governo. Administrativo, porque com a criação do quadro único do funcionalismo público civil, conseguiu o governo unir e extinguir cargos elevando no geral, em pouco mais de 0,6% (entre os anos de 1941 a 1942)²⁹⁷ a despesa com pessoal. Do ponto de vista político, essa “moralização” servia como discurso político. As comparações acabaram sendo inevitáveis, no sentido em que a administração passada deixou um caos financeiro e administrativo, e a de Ruy Carneiro, que em tese racionalizava a máquina pública. Outro ponto, e que o governo teve condições de continuar contratando servidores sem concurso (o extranumerário) realizando a barganha política vital para a cooptação de eleitores e cabos eleitorais no sistema político vigente a época.

²⁹⁴ Relatório das atividades da Paraíba no ano de 1943, p.31 e jornal “A União” ano de fevereiro a agosto de 1945.

²⁹⁵ Em Face desta reestruturação, o Estado ficou o quadro único do Estado com 272 cargos isolados, de provimento efetivo, 153 isolados de provimento em comissão, e 477 extintos quando vagarem. Relatório das atividades da Paraíba, ano de 1943, p. 22.

²⁹⁶ Relatório das atividades do governo da Paraíba no ano de 1942, p. 27.

²⁹⁷ Conforme explicação da nota anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em linhas gerais, o contexto político-social da Paraíba depois de 1940 foi emblemático no sentido da reestruturação do centralismo do aparelho do Estado. Sob a administração de Ruy Carneiro, a Paraíba viveu momentos de grandes transformações estruturais, com vistas a um processo de recondução das relações de poder para as hostes do Estado.

Obviamente, que esta centralização não se iniciou na administração de Ruy Carneiro. Durante o período compreendido entre os anos de 1930 a 1935, tivemos uma forte centralização não só política como administrativa. No breve período constitucional entre os anos de 1935 a 1937, (governo Argemiro de Figueiredo) houve certa descentralização, com o funcionamento da Assembléia Legislativa, eleições, etc. Ocorre, que veio o golpe de 1937 com nova centralização política-administrativa. Com a instauração do Estado Novo, foi necessário a criação de novos órgãos administrativos que pudessem efetivar os anseios do regime instaurado pela carta política de 1937. Dois deles, o mecanismo da interventoria e o conselho administrativo foram criados ainda na gestão de Argemiro de Figueiredo. Contudo, não atendendo as expectativas do governo Vargas, que aquele momento vivia importantes mudanças políticas e sociais, Vargas resolveu nomear um interventor que estivesse mais ligado às demandas urbanas, e a burocracia do Estado Novo. Nomeado, procurou Ruy Carneiro dar uma nova imagem ao governo. As críticas a administração Figueiredo sobre o suposto colapso financeiro do Estado, e a tentativa de supera-lo foi uma das primeiras ações do governo.

Mas Ruy Carneiro, não descuidou do aspecto político de sua administração. A cooptação de correligionários de José Américo, e de familiares de João Pessoa, e a perseguição e substituição de argemiristas em postos chaves do governo foi uma constante em sua administração. O ponto mais sensível, sem dúvida foi à forma que o governo tratou a Igreja Católica. O controle que a mesma exercia na assistência social no Estado na figura de Padre-Zé, incomodou o governo, sendo o primeiro ato da interventoria a extinção desse serviço, passando o casal Ruy Carneiro a atuar neste mister.

A assistência social tornou-se uma das principais prioridades da administração de Ruy Carneiro, que se consumou com a instalação da Legião Brasileira de Assistência em 1942. Mas não só ficou a administração a cargo da assistência social. Face ao crescimento da

burocracia, e com a preocupação em racionalizar a máquina administrativa, teve o governo de Ruy Carneiro de se adaptar a estas transformações que aconteciam no plano nacional. As iniciativas foram inúmeras, mas que pela dimensão e complexidade não puderam ser analisadas no presente estudo. Essa racionalização foi necessária na Paraíba, face ao aumento das demandas principalmente no âmbito social, com a construção de maternidades, lactários, postos de puericultura, reforma do ensino e da previdência social. Também pela exiguidade de tempo, não conseguimos analisar em profundidade tais iniciativas.

Porém, com as mudanças ocorridas no ano de 1945 (redemocratização) teve Ruy Carneiro novamente que se “moldar” ao momento. A criação dos partidos políticos, e a promessa de eleições, colocou frente a frente à força de Argemiro de Figueiredo e do próprio Ruy Carneiro. Era necessário, a partir de agora disputar eleições, enfrentando máquinas eleitorais e estilos distintos. Como se processou esse “adaptação”? E as relações de poder? São questionamentos que poderão ser apresentados em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Luciano Aronne. **Um Olhar Regional sobre o Estado Novo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. (Coleção Nova Et. Vetera; 12)

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937). Elites políticas e reformismo autoritário**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

AGUIAR, Wellington. **Competência parlamentar e fidelidade partidária em José Fernandes de Lima**. In História e Debate na Assembleia Legislativa da Paraíba. Volume II Coleção Perfis Parlamentares da Assembleia Legislativa da Paraíba. Ed. A União, João Pessoa, 2002.

ARAÚJO, Fátima. **PARAÍBA, IMPRENSA E VIDA. Jornalismo Impresso (1826 a 1984)**. 1ª ed. João Pessoa, Ed. Ilustrada, 1986.

BRITO, Gilvan de. **Raimundo Onofre: O Amigo do Rei**. Edições Trevo, João Pessoa, 2001.

BURITY, Glauce Maria Navarro. **ANTHENOR NAVARRO: Um homem além do tempo. Intelectual, jornalista, revolucionário e administrador público**. 1ª ed. João Pessoa, Ed. A União, 2010.

CABRAL, Milton; CUNHA LIMA, Ivandro; PEIXOTO, Amaral; PORTELA, Petrônio. **Homenagem dos Senadores**. 1ª ed. Brasília, Senado Federal. 1977.

CÂMARA; Epaminondas. **Datas Campinenses**: Departamento de Publicidade: João Pessoa, 1947.

CAMARGO, Aspásia; RAPOSO, Eduardo; FLAKSMAN, Sergio: **O Nordeste e a Política: Dialogo com José Américo de Almeida**: 1ª ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – Fundação Casa de José Américo, 1984.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional e Outros Ensaio**: Biblioteca do Pensamento Político Republicano-20. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações. Brasília, 1983.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A Lanterna na Popa: Memórias**: Ed. Topbooks, Rio de Janeiro, 1994.

CAPELLATO, Maria Helena Rolim. **Estado Novo: Novas Histórias: Historiografia em Perspectiva**/Marcos Cesar de Freitas. (org.) – 5. Ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique: **A arte da Política a história que vivi**: Ed. Civilização Brasileira, São Paulo, 2007.

CARNEIRO, Joaquim Osterne: **Os Carneiro do Sertão da Paraíba e de outras Terras. Aspectos Históricos, Políticos e Genealógicos**, João Pessoa: ed. Mercado, 2004.

_____. **Alcides Vieira Carneiro: O inesquecível orador poeta das multidões e dos salões**. Ed. União, João Pessoa, 2006.

_____. **Rafael Correia de Oliveira**, Série Histórica; nº 27; Ed. A União; 2000

CARNEIRO, Ruy: **Depoimento ao CPDOC**: Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1977. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/historiaoral/arq/Entrevista239.pdf>

CARONE, Edgar. **A Terceira República. (1937-1945)**. Coleção Corpo e Alma do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1982.

CITTADINO, Monique. SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **Estado Novo na Paraíba: Aspectos Iniciais da Interventoria de Ruy Carneiro (1940 – 1945)**. Historiografia em

Diversidade: Ensaio de História e Ensino de História. Orgs. Monique Cittadino e Regina Célia Goncalves: Campina Grande: Ed. Universitária. UFCG, 2008.

_____. **Populismo e golpe de estado na Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: Idéia/Universitária/UFPB, 1998.

_____. **Poder Local e Ditadura Militar**. O Governo de João Agripino-Paraíba (1965-1971). Bauru, SP: Edusc, 2006.

CORTES, Carlos E. Cortés. **POLÍTICA GAUCHA (1930-1964)**. Tradução de Amy Caldwell de Farias. 1ª ed. Coleção Nova Et. Vetera 13, Porto Alegre: ediPUCRS, 2007.

COUTINHO, Marcus Odilon Ribeiro. **Poder Alegria dos Homens**. 1ª ed. João Pessoa. Gráfica “A Imprensa”. 1965.

CUNHA, Mário Wagner Vieira Da. **O Sistema Administrativo Brasileiro. Coleção o Brasil Urbano**. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Série VI-sociedade e educação, Rio de Janeiro, 1963.

FAORO. Raymundo. **“OS DONOS DO PODER”**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1977.

FERNANDES, Flavio Sátiro. **História Constitucional da Paraíba. 2.ed.** João Pessoa: ED, Fórum, 2009.

FERREIRA, Lúcia de Fatima Guerra: **Raízes da Indústria da Seca: O caso da Paraíba**. Ed. Universitária/UFPB; João Pessoa; 1993, p. 118.

FILHO, Severino Cabral. **A Cidade revelada: Campina Grande em Imagens e História**. Editora da Universidade Federal de Campina Grande EDUFCG. Campina Grande, 2009.

FILHO, Lino Gomes da Silva. **Síntese Histórica de Campina Grande (1670-1963)**. Ed. Grafset. João Pessoa, 2005.

FONSECA, Cristina M. Oliveira: **Saúde no Governo Vargas (1930 – 1945): dualidade institucional de um bem público**: Rio de Janeiro, ed. FIOCRUZ, 2007.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O CONCEITO DE CORONELISMO E A IMAGEM DO CORONEL: De símbolo a simulacro do poder local**. Campina Grande, 1ª ed. Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2008.

FORO, Revista. **Jurisprudências Cíveis e Criminais: Edição Especial e Histórica do Centenário do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**. João Pessoa, 2ª edição, revista, ampliada e atualizada. Planalto Gráfica e editora, 2007.

FLORES, Elio Chaves. **Dos Feitos e dos Ditos: História e Cultura Histórica**. *Saeculum*, Revista de História. Ano 13, n. 16 (2007)-João Pessoa: Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História/UFPB, pags. 83 a 102. Jan./Jun.2007. ISSN 0104-8929. Semestral.

FLORES, Moacyr. **Dicionário de História do Brasil**. 4ª ed. Ampliada e atualizada. Coleção História 08, Porto Alegre: ediPUCRS, 2008.

GOMES. Ângela de Castro. **Historia e Historiadores: A política cultural do Estado Novo**. Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1º ed. Rio de Janeiro. 1996.

_____. GOMES, Ângela de Castro. **Regionalismo e Centralização Política**: partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. **A Política Brasileira em Busca da Modernidade: Na fronteira entre o público e o privado. História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**/ coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; Organizadora do volume Lilia Moritz Schwarcz. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998. – História da Vida Privada no Brasil, 4 ed. 1998.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias Paraíba (1889-1945)**. 1º ed. João Pessoa, Editora Universitária UFPB, 1994.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **Centenário do Jornal “O Norte”**. In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Ano XCVIX – João Pessoa – Setembro 2007 – nº 40. Ed. Universitária da UFPB, 2008.

HIRST, Mônica e MEDEIROS, Ana Lígia. **Bibliografia Histórica: 1930-45**. Coleção Temas Brasileiros, 28. Brasília, Universidade de Brasília, 1982.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 4ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira, 1986.

JOFFILY, José. **REVOLTA E REVOLUÇÃO: Cinquenta anos depois**. (Coleção Estudos brasileiros; v.43) Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: (o Município e o Regime Representativo no Brasil)**. 5ª ed. São Paulo, ed. Alfa-Omega, 1986.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LEITÃO, Deusdedit e NÓBREGA, Evandro Dantas da. **História do Tribunal de Justiça da Paraíba**. Sexta Edição, Revista, Ampliada e Atualizada e Editada por Evandro da Nóbrega, Editor. Edições do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. João Pessoa, dezembro de 2008.

LEITE, Cesar de Paiva. **Cleantho de Paiva Leite. Paraíba Nomes do Século**. Série Histórica. João Pessoa, A União Editora, 2000.

LEWIN, Linda: **Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Ed. Record, São Paulo, 1993.

LIMA, Cônego Francisco. **Dom Adauto: Subsídios Biográficos**. 2º Volume, 2ª edição (1915-1935), João Pessoa, editora Unipê, 2007.

MACHADO, Antônio Gabinio da Costa: **Um Canto de Saudade: Memórias**. João Pessoa, sem editora, 1981.

MAIA, Benedito. **DOIS SENADORES: João Agripino e Ruy Carneiro**. 1ª ed. João Pessoa: sem editora, 1989.

_____. **Prefeitos de João Pessoa Perfil**. 2ª ed. João Pessoa, 1992.

MARIZ; Celso. Apud NÓBREGA; Armando. **Ruy Carneiro a Política do Coração**, Coleção Perfil – 1; edições Aquarius LTDA; João Pessoa – PB, sem data.

MARTINS, Eduardo. **A UNIÃO, JORNAL E HISTÓRIA DA PARAÍBA. Sua evolução gráfica e editorial**. 2ª edição aumentada. João Pessoa, sem editora, 1978.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório anual**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1941.

MELO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque: **Galeria Paraibana**. Sem edição. João Pessoa: Ed. Universidade Federal da Paraíba/Conselho Estadual de Cultura/Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, 1998.

MELLO, José Octavio de Arruda: **Paraíba Nomes do Século Serie Histórica: Samuel Vital Duarte**. 1ª ed. João Pessoa: A União, 2000.

_____. **Guarabira: Democracia, Urbanismo e Repressão. 1945/1965**. Ed. A União, 1ª ed. João Pessoa, 1997. Pag. 23.

_____. **História da Paraíba: Lutas e Resistência**. A União, 10ª ed. João Pessoa, 2002.

_____: **Nos Tempos de Felix Araújo: Estado Novo, Guerra Mundial e Redemocratização (1937/47)**. 1ª ed. João Pessoa: SEC – PB/IPHAEP, 2003.

_____: **Ruy Carneiro: Uma pagina do Populismo brasileiro no nordeste**. Revista do IHGB: Ano 164, n.418, p. 149 – 163, jan./mar.2003.

_____ ; SANTOS, Walter; SILVA, Francisco Pontes da Silva. **Poder e Política na Paraíba. Uma análise das lideranças. 1960-1990.** 1ª ed. João Pessoa: Ed. A União/API, 1993.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas políticas na história: novos estudos.** Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

NOBRÉGA, Humberto. **O Meio e o Homem na Paraíba.** Departamento de Publicidade, João Pessoa, 1950.

_____. **MEU DEPOIMENTO SOBRE PADRE ZÉ. (Monsenhor José da Silva Coutinho.)** 1ª ed. João Pessoa. Editora Universitária UFPB, 1986.

OLIVEIRA, Juscelino Kubistchek. **A ESCALADA POLÍTICA: Meu Caminho Para Brasília.** Volume II, Bloch Editores, Rio de Janeiro, 1975.

PARAÍBA, Tribunal de Justiça da: **Permanência de Osias Gomes.** João Pessoa: Edições do TJPB, 2012.

PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes históricas:** São Paulo: Contexto, 2005.

QUEIROZ, Evaldo Gonçalves. **Parlamento e Cariris Velhos a Vez do Diálogo.** História e Debate na Assembleia da Paraíba. Volume II da Coleção Perfis Parlamentares da Assembleia Legislativa da Paraíba. Ed. A União, João Pessoa, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura P. **O CORONELISMO NUMA INTERPRETAÇÃO SOCIOLOGICA.** In. História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, O Brasil Republicano, Livro 1-Estrutura de Poder e Economia. (1898-1930). FAUSTO. (Org). São Paulo: DIFEL, 1977.

RAPOSO, Eduardo. **1930 SEIS VERSÕES E UMA REVOLUÇÃO.** História oral política paraibana (1889-1940). 1ª ed. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2006.

RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político**. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Editora Contexto, v.15, n.30, p.9-22. 1995.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes. **Poder e Intervenção Estatal Paraíba – 1930-1940**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2000.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os Domínios do Estado. A Interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba. (1930-1932)**. João Pessoa: PPGH/UFPB, 2007. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. 158p.

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado Novo, um Auto – Retrato**. Brasília, CPDOC/FGV. Editora Universidade de Brasília, 1983.

SYLVESTRE, Josué. **Da revolução de 30 a queda do Estado Novo - Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)**. Brasília: Senado Federal, 1993.

_____. **LUTAS DE VIDA E DE MORTE: Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1945-1953)**. Brasília, Senado Federal, 1982.

SILVA, Suely Braga, Org. **Luiz Simões Lopes: Fragmentos de Memória**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de: **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. 2ª ed. São Paulo: editora Alfa-Ômega, 1983.

TAVORA, Juarez. **Uma Vida e Muitas Lutas. Memórias. Da planície à borda do Altiplano**. Coleção Documentos Brasileiros. Direção de Afonso Arinos de Melo Franco. Volume nº 156. Rio de Janeiro, ed. Livraria José Olympio. 1973

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. **Reforma Administrativa na era de Vargas.** Rio de Janeiro, editora Getúlio Vargas, 1983.